

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

MÁRIO FERNANDES RAMIRES

**Palavras impressas em tempos de luta: periódicos
pernambucanos e os debates políticos ocorridos entre 1821 e 1824**

GUARULHOS

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

MÁRIO FERNANDES RAMIRES

**Palavras impressas em tempos de luta: periódicos
pernambucanos e os debates políticos ocorridos entre 1821 e 1824**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Sob orientação da Prof^a. Dr^a. Stella Maris Scatena Franco Vilaridaga

GUARULHOS

2014

Resumo

Este trabalho investiga o surgimento de uma cultura impressa em Pernambuco, principalmente no Recife, entre os anos de 1821 e 1824. Para sua realização, utilizamos como fontes os periódicos elaborados no período, destacando aspectos de sua escrita, produção e, de forma menos abrangente, seu consumo. Apresentamos as vertentes políticas dos redatores que atuaram no período, ocupamo-nos de suas trajetórias, vinculando-as aos impressos que redigiam e traçamos os percursos das tipografias nas quais esse material foi produzido. Os principais temas abordados nos impressos são: *constituição* e *independência*. Eles são aqui analisados a partir de exemplos dos debates ocorridos nas páginas dos periódicos.

Abstract

In this dissertation, I explore the emergence of newspaper culture in the Brazilian state of Pernambuco, mainly in the capital city, Recife, between 1821 and 1824. My sources are several newspapers from the period and I highlight aspects of their writing and production and, to a lesser extent, their consumption. I analyze the political dimensions and trajectories of the editors from the period, linking them to the newspapers they edited. I also explore the printing firms that produced the newspapers. The principal themes analyzed in the content of the newspapers are the *constitution* and *independence*, two key political questions that were debated in the periodicals of the period.

AGRADECIMENTOS

A ideia deste trabalho surgiu durante minha graduação, quando fui despertado para o desejo de pesquisar a história da escrita, produção e consumo dos periódicos pernambucanos produzidos entre 1821 e 1824. Desde então, muitas pessoas e instituições foram importantes para que os frutos desse processo fossem colhidos.

Primeiramente, agradeço ao Departamento de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), por ter aceitado meu projeto e ter dado a oportunidade de desenvolvimento de minha pesquisa. Sua importância foi tanto por meio das disciplinas oferecidas durante o curso, como por meio de auxílios para que eu pudesse expor meu trabalho em eventos e também para que eu pudesse coletar minhas fontes, no Recife e no Rio de Janeiro.

Durante a realização de meu Mestrado, contei com o apoio de uma bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), instituição à qual agradeço por ter possibilitado um maior conforto para a execução da pesquisa.

Agradeço à Prof^a Dr^a Stella Maris Scatena Franco Vilardaga, por ter orientado tão de perto o trabalho, apontando os melhores caminhos para o seu desenvolvimento, tanto no trabalho com as fontes, quanto em sua escrita, contribuindo de maneira vital para minha formação como historiador. Agradeço à Prof^a Dr^a Lucília Santos Siqueira, do Departamento de História da UNIFESP, por ter participado do início de todo esse trajeto, quando orientou meu Trabalho de Conclusão de Curso, ainda como graduando da PUC-SP.

No Exame de Qualificação recebi importantes indicações dos avaliadores, a Prof^a Dra^a Maria Rita de Almeida Toledo (do Departamento de História/UNIFESP) e o Prof. Dr. João Paulo G. Pimenta (do Departamento de História/USP), a quem agradeço imensamente. Ambos fizeram uma leitura atenta e deram relevantes sugestões, que procurei incorporar ao trabalho. Antes disso já tinha tido contato com o Prof. João Paulo, que tinha me passado indicações de leitura e me convidado para participar de um grupo de estudos, o que foi decisivo para o desenvolvimento de minha pesquisa. Ele ainda me forneceu números de alguns impressos digitalizados, assim como a Prof^a Dr^a Andrea

Slemian (do Departamento de História/UNIFESP), a quem também agradeço vivamente. Ainda registro minha gratidão aos colegas Edú Trota Levati e Rafael Fani, pelas conversas e pelo fornecimento do importante impresso *Conciliador Nacional*, utilizado aqui neste trabalho.

Para realizar a coleta das fontes, visitei arquivos no Recife e no Rio de Janeiro. Na cidade do Recife, quando estive no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, fui gentilmente assessorado por Áurea dos Santos Lima. Enquanto estive na Fundação Joaquim Nabuco, a responsável pelo acervo, Lúcia Gaspar, prestou toda a atenção às minhas necessidades e forneceu importantes informações sobre arquivos e também sobre a história de Pernambuco. Ainda no Recife, tive a grande satisfação de conhecer o Prof. Dr. Denis Antonio de Mendonça Bernardes, que me recebeu em sua residência e me forneceu preciosas informações sobre os acontecimentos e personagens pernambucanos do primeiro quartel do século XIX.

Por fim, agradeço ainda aos meus amigos e à minha família, meus pais e meus irmãos e, especialmente, à minha companheira, Barbara, por estar ao meu lado em toda essa trajetória.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Periódicos separados em vertentes por suas características político-ideológicas. Página 18.

Tabela 2. Valores de produtos oriundos de outras províncias no ano de 1822 e valores dos periódicos. Página 30.

Tabela 3. Tipografias e os periódicos que produziram. Página 82.

Sumário

Introdução	8
1. Capítulo 1 Impressos e tendências políticas	16
2. Capítulo 2 Redatores, tipógrafos e tipografias dos periódicos pernambucanos do primeiro quartel do século XIX	77
2.1 Tipografias	78
2.2 Redatores	89
3. Capítulo 3 Debates e posicionamentos políticos acerca dos temas mais frequentes nos impressos	120
3.1 Constituição	120
3.2 Independência	140
5. Considerações finais	161
6. Fontes e bibliografia	165

Introdução

Quando pensamos no surgimento de uma cultura impressa na região que hoje corresponde ao Nordeste do Brasil durante os acontecimentos que envolvem a independência política do país, é importante termos em mente algumas questões. Em primeiro lugar, as decisões tomadas no centro administrativo do Império (fosse o Império de Portugal ou o já independente Império do Brasil) influenciaram os posicionamentos políticos dos dirigentes dos periódicos. Contudo, seus textos iam além das questões emanadas de Lisboa ou do Rio de Janeiro. Eram comuns, nesses periódicos, as análises sobre a situação das demais províncias e das outras regiões do continente, que se constituíam, naquele momento, como novas nações independentes. As características políticas e culturais que alguns anos mais tarde representariam, após certo amadurecimento, a *modernidade* na América Ibérica fez com que surgissem novos espaços para um debate político que passou a ocorrer em locais públicos, por meio de impressos que, muitas vezes eram lidos em voz alta.¹ No âmbito privado, a prática da leitura também contribuiu para a propagação dos ideais que provinham de Portugal, França e Inglaterra e é destacada a existência de grupos de leitores e estudiosos em residências de pessoas que faziam parte da elite ilustrada do período.²

Sendo assim, este trabalho possui como objetivo apresentar o desenvolvimento de uma cultura impressa em Pernambuco, mais especificamente, na cidade do Recife, entre os anos de 1821 e 1824. Buscamos, ainda, identificar grupos de pessoas com perfis e projetos políticos similares, que, utilizando seus impressos, propagavam seus ideais acerca dos acontecimentos do período. Para tanto, utilizamos como fontes jornais produzidos no período, que também cumprem importante papel do tema de nosso trabalho. Participantes de um momento de grandes transformações, principalmente no

¹ Conforme mostrado por François-Xavier Guerra, a *modernidade* que caracterizou o mundo ibérico constituiu um novo modelo político e social. Na política, o Antigo Regime foi questionado e sua concepção como modelo social foi substituída pelos ideais oriundos da Revolução Francesa e do liberalismo inglês. No âmbito social, as novas formas de sociabilidade, como as leituras de impressos e os debates políticos ocorridos nos espaços públicos, se tornavam cada vez mais frequentes. GUERRA, François-Xavier; *Modernidad e Independencia: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: MAPFRE, 2010. pp. 85-112.

² Para a questão das transformações que ocorriam nos espaços públicos e formas de leitura na América Portuguesa, ver: JANCSÓ, István. “A Sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII”. In: Fernando A. Novais (dir.) Laura de Mello e Souza (org.). *História da vida privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Também indicamos a seguinte obra: MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

campo da política, os periódicos desempenharam atuaram no sentido de explicitar questões que antes estavam reservadas apenas a grupos mais restritos.

No que diz respeito ao momento de produção desses periódicos, trata-se justamente do contexto em que as monarquias europeias foram fortemente abaladas pelas conquistas napoleônicas e as colônias de Portugal e Espanha puderam, mais uma vez, experimentar os ideais da Revolução Francesa.³ Sendo assim, nações independentes surgiram, colocando fim ao Antigo Regime e formando governos constitucionais, quase em sua totalidade repúblicas. No caso do Brasil, se recriou um modelo monárquico de governo e certo vínculo com sua antiga metrópole. Além do que, o vasto Império do Brasil possuía uma difícil missão durante sua formação: preservar suas partes, por mais distantes que fosse, unidas e vinculadas ao poder central. Conforme veremos, Pernambuco vivenciou momentos distintos dentro dessa sua relação, fosse com Portugal, ou com o já independente Império do Brasil. Sobre essa questão, István Jancsó e João Paulo G. Pimenta apontam o caráter de mosaico da região que daria origem ao Império do Brasil, quando distintos projetos para a nação recém-independente eram elaborados.⁴

As expectativas geradas a partir da reunião das Cortes Constituintes em Lisboa,⁵ no ano de 1821, foram grandes entre os redatores de nossos periódicos. Sendo assim, o desejo de criação de uma Constituição que garantisse direitos políticos iguais aos que eram previstos aos portugueses que viviam na Europa estava na ordem do dia. Os impressos *Aurora Pernambucana* e *Relator Verdadeiro* formavam a vertente que aderiu

³ A família real de Portugal, por exemplo, rumou para a cidade do Rio de Janeiro no ano de 1807 devido às invasões napoleônicas que estavam ocorrendo na Europa, destituindo várias monarquias e instaurando o domínio francês. Sobre Napoleão Bonaparte ver, entre outros, DUMAS, Alexandre. *Napoleão*. Uma biografia literária. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. Sobre a presença da Corte na cidade do Rio de Janeiro, ver: SLEMIAN, Andréa; *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*, São Paulo: Hucitec, 2006. É importante destacarmos que os ideais da Revolução Francesa e do Iluminismo já haviam sido experimentados em outros movimentos políticos e sociais da colônia portuguesa, por exemplo a Inconfidência Mineira.

⁴ Sobre essa questão, ver: JANCÓS, István e PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*, 2ª edição. São Paulo: Senac, 1999.

⁵ A reunião das Cortes Gerais da Nação Portuguesa ocorreu no ano de 1820 e previa a restauração da monarquia de Bragança em Portugal após a expulsão das tropas francesas. Esse acontecimento deu origem a um ideário que Denis Bernardes chamou de “vintismo”, onde era prevista a criação de uma Constituição para o Império e soberania da nação em relação ao monarca, tendo como base o iluminismo francês. Esses acontecimentos acabaram por influenciar toda a América Portuguesa, que, de aliada do processo constitucional português, passou a desejar sua independência política. Ver: Bernardes, ob cit., 2006, pp. 269-282.

de forma mais vigorosa às medidas tomadas pelas Cortes Gerais. O principal objetivo desses impressos foi propagar as medidas tomadas pelos deputados em Lisboa, inclusive a orientação para a formação das Juntas Provisórias nas províncias do Império de Portugal.

No entanto, após as medidas das Cortes serem vistas como benéficas apenas para Portugal, os dirigentes dos periódicos passaram a olhar com desconfiança para as medidas emanadas de Lisboa, e o desejo de independência política e instauração de uma Assembleia Constituinte na cidade do Rio de Janeiro foi ganhando força. Já no ano de 1822, impressos como *O Conciliador Nacional* e *O Maribondo* passaram a defender a ideia de autonomia política para o Império do Brasil, afirmando que Portugal era muito mais dependente de sua antiga colônia do que o contrário. No entanto, conforme veremos no decorrer do nosso trabalho, a ruptura com a metrópole ocorreu de forma gradativa e Portugal ainda permanecia como um exemplo de monarquia constitucional a ser seguido.

No período abordado, as transformações ocorriam de maneira rápida e acentuada. Nesse sentido, existe um periódico que representa justamente a transição entre o apoio às medidas tomadas pelas Cortes de Lisboa e o desejo de independência política do Brasil. Trata-se de *Segarrega*, que ilustra a forma como os impressos não tinham obrigatoriamente um ideal a ser defendido em todos os momentos. Ao contrário, seus posicionamentos políticos poderiam mudar, conforme iam ocorrendo as transformações, fossem no âmbito local; fossem mudanças relativas ao Império; ao continente americano e até mesmo à Europa. Para exemplificar um acontecimento que, mesmo não estando presente na maioria dos impressos, influenciou a vida política do Império e, conseqüentemente os debates que ocorriam nos impressos pernambucanos, citamos a própria proclamação de Dom Pedro em 7 de setembro de 1822.

Os periódicos pernambucanos ainda iriam debater acontecimentos ímpares para a história da Independência do Brasil e formação do Estado nacional: no mesmo ano de 1823 a Assembleia Constituinte do Brasil foi criada e, ainda em fase de elaboração do Projeto Constitucional, foi dissolvida.⁶ A partir de então, os ministros do Rio de Janeiro

⁶ O ano de 1823 foi marcante para todos aqueles que viviam a expectativa de independência política e instauração da Assembleia Constituinte em território brasileiro. Nesse mesmo ano, a Assembleia foi criada e dissolvida entre os meses de maio e novembro. Sobre esse assunto, SLEMIAN, op. cit., 2006, pp. 113-135.

se tornaram alvo de críticas e foram acusados de manipular a situação política para que o imperador tomasse tais medidas autoritárias. Esse tipo de crítica está presente principalmente em dois periódicos: *Sentinela da Liberdade* e *Escudo da Liberdade do Brazil*. Ambos se destacam por propagarem fortes críticas ao ministério e à censura que estava instaurada contra todas as pessoas que se manifestavam em relação às medidas emanadas do Rio de Janeiro.

No entanto, conforme apresentamos neste trabalho, houve outra vertente de periódicos que, a partir de certo momento, não poupou a imagem do Imperador, nem a da monarquia, de forma geral. Tanto Dom Pedro I, quanto seu pai, Dom João VI, passaram a ser alvos de críticas diretas e cada vez mais contundentes. Trata-se da corrente representada pelos impressos *O Typhis Pernambucano* e *O Liberal*. O primeiro teve seu número inicial publicado no dia 25 de dezembro de 1823, atuando de forma marcante no ano seguinte. O segundo teve uma importante trajetória na Bahia, chegando a atingir o número 18 nesta província. Contudo, devido à repressão sofrida pelo seu redator, precisou mudar-se para Pernambuco. Durante sua atuação no Recife, *O Liberal* publicou quatro números, que são os que utilizamos em nosso trabalho.

Cabe ainda tratar aqui de alguns aspectos teórico-metodológicos que orientaram e conduziram a realização deste trabalho. Para a compreensão do ciclo que envolvia a escrita, produção e, de forma menos abrangente, o consumo dos periódicos, utilizamos sugestões extraídas de textos de Roger Chartier e Robert Darnton.⁷ Para Chartier, dentro da triangulação firmada pela escrita, produção e consumo do material impresso, esta última parte se torna complexa, pois cada leitor é produtor de significados daquilo que lê, o que possibilita uma produção infinita de significados.⁸ De acordo com Darnton, em seu estudo sobre a história do livro, a análise pode ser feita a partir de um ideograma, o qual o autor chama de “circuito de comunicação”. Nesse caso, dentro de um contexto econômico e social, a produção e o consumo do material impresso se vinculam por meio

⁷Sobre essas questões, ver: DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 e, do mesmo autor, “O que é a história do livro. Revisitado”. In: ArtCultura, INHIS-UFU, v. 10. Número 16. Tradução: Lilia Gonçalves Magalhães Tavoraro. Uberlândia, 2008. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: Estudos avançados, v. 5, nº 11. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

⁸ CHARTIER, op. cit., 1991, p. 176-179

de diversas etapas, que englobam o material utilizado, as pessoas envolvidas em sua escrita e produção e os locais de consumo.⁹

Dessa forma, a metodologia que utilizamos para o desenvolvimento de nossa pesquisa está baseada na relação: “redação-produção”, e, de maneira menos aprofundada, consumo, do material impresso. É importante esclarecermos que o estudo sobre o consumo do material não é menos contemplado em nosso trabalho por ser menos importante. Nesse caso, não localizamos informações em nossas fontes que nos permitam aprofundamento nessa questão tal como fazemos quando tratamos dos responsáveis pela redação e produção dos periódicos. O trabalho desses autores é importante por destacar a relevância de se compreender todo o processo que envolve a existência do material impresso, desde suas características físicas e materiais, aos seus conteúdos escritos e formas de circulação e consumo. Buscamos conhecer as características dos redatores, donos de tipografias e da parte física do material. Além do mais, julgamos importante salientar as formas de consumo dos periódicos pernambucanos, mesmo não encontrando muitas informações nas fontes sobre essa questão.

A partir da análise de nossas fontes e do estudo da bibliografia que utilizamos como base foi decidida a divisão deste trabalho em três capítulos. No primeiro, apresentamos os periódicos, destacando suas principais características políticas e as vertentes das quais faziam parte. Ainda no capítulo inicial, tratamos de mostrar as características materiais dos impressos, bem seu como formato (tamanho e número de páginas). Também julgamos conveniente abordar os valores dos periódicos, comparando-os com outros produtos consumidos no período, assim como anúncios publicados, suas estratégias de venda e, por fim, os locais onde esses impressos podiam ser adquiridos. Nesse último caso, localizamos ruas e praças onde parece ter sido grande o número de pessoas que circulavam e adquiriam esse tipo de material para leitura.

O segundo capítulo da presente Dissertação apresenta a trajetória das tipografias e dos redatores que participaram do processo de escrita e produção dos periódicos que utilizamos como nossas fontes. Buscamos jogar luz sobre o funcionamento desses centros propagadores de notícias que existiram em Pernambuco entre os anos de 1821 e 1824. Nesse caso, trata-se de dois locais, mesmo que um deles tenha atuado com diversos nomes e pertencido tanto ao governo, quanto a particulares. A primeira dessas

⁹ DARNTON, *op.cit.*, 2008, p. 164.

tipografias, que, mesmo sendo adquirida por um comerciante em 1815, só entrou em atividade com a Revolução de 1817, foi reconhecida por diversos nomes: de *Oficina do Trem de Pernambuco*, *Oficina do Trem Nacional de Pernambuco*, *Tipografia Nacional* e, quando empresa privada, *Tipografia de Cavalcante e Companhia*. A segunda tipografia que atuou no Recife foi a *Tipografia de Miranda e Companhia*, surgida no final do ano de 1823 e responsável por publicar dois periódicos que podem ser considerados mais agressivos ao governo do Rio de Janeiro e à dinastia de Bragança, que são, por exemplo, *O Typhis Pernambucano* e *O Liberal*.

Ainda no segundo capítulo, realizamos uma sucinta biografia das pessoas responsáveis pelo conteúdo que era publicado nos periódicos que estudamos em nosso trabalho. Nesse caso, destacamos a participação de ilustrados, que possuíam formação acadêmica e até mesmo militar, adquirida principalmente em Portugal. Ressaltamos ainda a participação de um grande número de membros da Igreja Católica, que muitas vezes também eram professores, poetas e comerciantes. Entre aqueles vinculados às ordens religiosas, contavam: Padre Francisco Ferreira Barreto; Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama; Padre José Marinho Falcão Padilha (padre Manoel Quinela); Padre Francisco Agostinho Gomes; Frei Joaquim do Amor Divino Caneca e Padre João Batista da Fonseca. Os dirigentes dos impressos que não possuíam vínculos com ordens religiosas eram: Rodrigo da Fonseca Magalhães, Francisco Ferreira Barreto, Felipe Mena Calado da Fonseca e Cipriano Barata. No presente trabalho, todos esses personagens têm suas trajetórias relacionadas às suas produções textuais nos periódicos pernambucanos do primeiro quartel do século XIX.

No último capítulo, são apresentados exemplos de posicionamentos políticos dos periódicos, pautados pelas formas de persuasão utilizadas pelos seus redatores e pelos temas mais constantes nos impressos que são: *constituição*, *independência* e as notícias provindas das demais regiões do continente americano. A importância dessa temática vai além de sua marcante frequência nas páginas dos impressos: o ideal constitucional estava presente em todos os processos de ruptura entre colônias e metrópoles, americanas e europeias, que ocorreram entre o final do século XVIII e grande parte do século XIX. Com a Constituição permeando os debates e anseios de representação política, a independência política em relação a Portugal se tornou cada vez mais desejável e, posteriormente, realizável. Dessa forma, o desejo de independência esteve atrelado ao modelo constitucional, inclusive conforme veremos adiante, sendo

influenciado pelo modelo português. Os redatores dos periódicos buscam persuadir seu público leitor por meio de poemas, hinos, piadas, resgates históricos, oralidade no discurso, relação entre o erudito (latim) e o popular, além de propagarem debates que eram solicitados por meio de correspondências.

A decisão pelo estudo da província de Pernambuco, dentre outras tantas e que possuem histórias de enorme grandeza, ocorreu devido a alguns aspectos de sua história que se destacaram naquele momento politicamente tão conturbado. Destacamos, acima de tudo, as diferentes formas de pensamento que afloraram na província em relação aos rumos que Pernambuco deveria tomar em frente às medidas que eram emanadas do poder central, sendo esse localizado em Lisboa, ou já instaurado no Rio de Janeiro. Nesse sentido, percebemos que a província, durante a primeira metade do século XIX, experimentou momentos de agitação política, inclusive dando origem a movimentos de contestação como os de 1817, 1824 e 1848¹⁰, sendo os dois primeiros presentes em nossos impressos, principalmente a Confederação do Equador, de 1824, veiculada pelo periódico *O Typhis Pernambucano*, dirigido por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca.

Dentro das diversas formas de criação e assimilação de conceitos políticos oriundos da América do Anglo saxônica, demais partes da América Latina e da Europa, muitos ilustrados pernambucanos, ou pessoas que haviam escolhido Pernambuco como sua “pátria de direito”¹¹, propagaram suas ideias e propostas. Inclusive, o importante estudo de Silvia Carla Fonseca sobre a linguagem republicana em Pernambuco nas

¹⁰ No ano de 1817, a província de Pernambuco realizou uma revolução e se proclamou uma república, separada do Império do Brasil. Entre as causas da revolta podemos destacar a estiagem do ano de 1816 e a carestia dos alimentos. É interessante que o movimento republicano contou com um governo provisório heterogêneo e deu início as atividades tipográficas em Pernambuco no século XIX. Sobre esse acontecimento ver: MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste, 1817*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Editora Perspectiva, 1972. Em 1824, eclodiu na região a Confederação do Equador, que foi um movimento político encabeçado pela província de Pernambuco. Esse movimento previa a formação de uma confederação, independente do governo instaurado no Rio de Janeiro e contou com a participação da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Ao final, o movimento foi brutalmente reprimido e seu maior líder, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, foi condenado à morte. Sobre a Confederação do Equador, ver: LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1824: a Confederação do Equador*. Recife: Fundaj, 1989. Já, em 1848, a cidade do Recife vivenciou a Revolução Praieira, uma insurreição que, assim como as anteriores, teve importante participação da imprensa, caracterizada como o último questionamento ao poder central antes da estabilização do Império do Brasil, esse movimento protestava pela nacionalização do comércio a retalho, que permanecia sobre monopólio português. Sobre a Revolução praieira, veja: CARVALHO, Marcus J. M. de. “A ‘Revolução de Novembro’, a ‘populança’ do Recife e suas lideranças em 1848”. In: *Trabalho livre, trabalho Escravo*. Douglas Cole Libby e Júnia Ferreira Furtado (orgs.). São Paulo, Annablume, 2006.

¹¹ Nesse caso, “pátria de direito” seria aquela que a pessoa opta por viver, em oposição ao local de nascimento. FONSECA, Silvia Pereira de Brito. “A linguagem republicana em Pernambuco (1824-1835)”. In: *Almanack Revista Eletrônica Semestral*, número 2. São Paulo: EFLCH/UNIFESP, novembro de 2011.

décadas de 1820 e 1830 atestam esse caráter. Também utilizando impressos como fontes e objetos de estudo, a autora, se aprofundando nos casos de Frei Caneca e Borges da Fonseca, este segundo redator do impresso *Abelha Pernambucana*,¹² destaca o hibridismo no uso do conceito de *república* no período em Pernambuco, sendo uma fusão do conceito clássico e do conceito moderno. Nesse caso, a ideia da república vinculada à extensão territorial e a diversidade de seus habitantes, se fundia com a “virtude cívica”, um conceito clássico que prevê a fusão do corpo civil ao corpo político, prevendo o desapego ao luxo e a riqueza e a eliminação da riqueza que a concentração do poder nas mãos de um monarca trazia. No caso dos periódicos que utilizamos em nosso trabalho predomina a depreciação do conceito de república, porém a Constituição aparece como algo indispensável para qualquer forma de governo, o que, segundo Silvia Carla Fonseca ocorre do fato da grande influência da obra de Montesquieu no pensamento pernambucano do período.

Dessa forma, este trabalho pretende apresentar uma cultura impressa ainda em seu processo embrionário, mas que atuou de forma decisiva em um momento politicamente agitado da história do Brasil. Porém, salientamos que a produção de material impresso já era comum em Portugal e outras províncias da América portuguesa, como a Bahia, por exemplo, muitos dos quais os impressos que surgiram em Pernambuco entre 1821 e 1824 mostram a existência de pessoas vinculadas por grupos e redes de sociabilidades, de acordo com seus pressupostos político-ideológicos. Seus redatores buscavam propagar os ideais que se aproximavam do conceito que veio a ser chamado *modernidade*, processo que dependia de um aparato tipográfico, constituído de forma dinâmica naquele contexto.

¹² Periódico dirigido por Antonio Borges da Fonseca e impresso na tipografia Fidedigna, custando 80 réis o número. NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1969, p. 67.

1. Capítulo 1

Impressos e tendências políticas

O presente capítulo traz como proposta apresentar as fontes que utilizamos em nosso trabalho, constituídas por grande parte dos periódicos produzidos em Pernambuco durante o primeiro quartel do século XIX. Cabe salientarmos que esse material traz em seu conteúdo uma característica destacadamente política, tendo em vista que esses impressos foram produzidos em um período de profunda efervescência e de transformações no campo da política e também se eleva à categoria de tema de nossa pesquisa. Trata-se de um momento na história da colônia portuguesa no qual os laços que a ligavam à metrópole estavam sendo rompidos, ou fragilizados,¹³ em favor da autonomia da antiga colônia que se tornava um império independente.

Os periódicos¹⁴ que utilizamos como objeto de análise em si para a elaboração de nosso trabalho são: *Aurora Pernambucana*,¹⁵ impresso na *Oficina do Trem Nacional de Pernambuco* e publicado entre março e setembro de 1821, tendo sido fundado pelo governador Luis do Rêgo Barreto e que possuía como redator seu secretário, Rodrigo Fonseca Magalhães; *Segarrega*, também impresso na *Oficina do Trem Nacional de Pernambuco*, que tinha como responsável pela produção e redação o português Felipe Mena Calado da Fonseca tendo sido produzido entre dezembro de 1821 e outubro de 1823; *Relator Verdadeiro*, impresso na *Oficina do Trem de Pernambuco*, era redigido pelo padre Francisco Ferreira Barreto e teve circulação entre dezembro de 1821 e maio de 1822; *Conciliador Nacional*, que era dirigido pelo Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, teve sua impressão iniciada na *Tipografia Nacional*, no entanto, após o quarto número, transferiu-se para a *Tipografia Cavalcante e Companhia*, circulando entre julho de 1822 e abril de 1825¹⁶, o que o torna um dos periódicos mais duradouros de seu tempo, mesmo considerando que sua publicação tenha sido suspensa por cerca de um ano.¹⁷

¹³É importante termos em mente que a independência não foi algo aceito e defendido por todas as pessoas ao mesmo tempo e que, politicamente, Pernambuco nem sempre esteve afeito à Independência do Brasil, questionando a autoridade central, conforme veremos nesse nosso trabalho.

¹⁴ Nossas fontes são periódicos produzidos entre os anos de 1821 e 1823 em Pernambuco.

¹⁵Do nosso *corpus* documental, o *Aurora Pernambucana* é o único impresso do qual não temos nenhum exemplar original ou completo. Porém, devido à sua relevância, utilizamos os trechos transcritos na obra de Luiz do Nascimento: NASCIMENTO, Luiz do. op. cit., 1969.

¹⁶ Essas informações foram extraídas de NASCIMENTO, op. cit., 1969.

¹⁷ Essa afirmação está baseada, além do estudo de nossas fontes, em NASCIMENTO, op. cit., 1969.

No mesmo ano em que o *Conciliador* inaugurou suas atividades, veio à tona outro periódico bastante relevante no desenvolvimento da atividade tipográfica em Pernambuco no primeiro quartel do século XIX, sendo esta também uma fonte de grande valia para nossos estudos. Trata-se de *O Maribondo*, publicado entre os meses de julho e outubro de 1822. No próprio periódico existe a informação de que a redação da folha estava a cargo do Padre Quintela, (ou Manoel Paulo Quintela)¹⁸, nome que, segundo Alfredo de Carvalho, era pseudônimo do religioso José Marinho Falcão Padilha.¹⁹ No entanto, Luiz do Nascimento, em sua obra clássica sobre a imprensa pernambucana,²⁰ afirma que Falcão Padilha e o Padre Quintela, na verdade, eram pessoas distintas, abrindo uma interrogação nessa questão. Porém, na mesma obra de Nascimento, José Marinho Falcão Padilha é apontado como responsável pela redação de outros impressos, principalmente periódicos oficiais do governo, deixando de existir as menções ao Padre Quintela. Essa observação pode reforçar a ideia de que realmente Manoel Paulo Quintela e José Marinho Falcão Padilha fosse a mesma pessoa.

Destacamos ainda em nossos estudos a ação de duas folhas impressas que desempenharam papel fundamental numa conjuntura específica, quando muitas mudanças ocorriam no cenário político.²¹ *Escudo da Liberdade do Brazil* possuiu, ao longo de sua trajetória, dois redatores: o padre Francisco Agostinho Gomes e o capitão João Mendes Viana, tendo sido impresso na *Tipografia de Cavalcante e Companhia*. *O Escudo da Liberdade do Brazil* foi publicado entre os meses de julho e novembro de 1823, quando, no dia 14 desse mês seu redator foi preso no Brum²² e depois transferido

¹⁸ Essa informação consta na última página do terceiro número de *O Maribondo*, no momento em que seu redator entra em debate sobre o conceito de *república* com o também padre Venâncio Henriques Rezende. *O MARIBONDO*, Nº 3. Pernambuco: Tipografia Nacional, 22 de agosto de 1822.

¹⁹ CARVALHO, Alfredo de. *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821-1908*. Tipografia do Jornal do Recife: Recife, 1908.

²⁰ NASCIMENTO, op.cit., 1969, p.34. É importante salientarmos que em sua obra, Luiz do Nascimento atribui a redação de diversos outros periódicos a José Marinho Falcão Padilha, o que não ocorre com o padre Quintela, o que pode ser visto como um argumento contrário à ideia de que fossem pessoas distintas.

²¹ O ano de 1823 foi marcante para todos aqueles que viviam a expectativa de independência política e instauração da Assembleia Constituinte em território brasileiro. Nesse mesmo ano, a Assembleia foi criada e dissolvida entre os meses de maio e novembro. Sobre esse assunto, ver: SLEMIAN, Andréa; *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*, São Paulo: Hucitec, 2006, principalmente pp. 113- 135.

²² A fortaleza do Brum era um presídio localizado ao Norte do bairro do Recife. Esta informação encontra-se em BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo; Recife: Hucitec/Fapesp; Editora da UFPE, 2006, p 209.

para o Rio de Janeiro.²³ Ainda para esse ano 1823, utilizamos como fonte o impresso *Sentinela da Liberdade*, também impresso na *Cavalcante e Companhia*, que era dirigido por Cipriano Barata, um personagem que se destacou nos movimentos ocorridos durante o período que estudamos.²⁴ Sob sua redação, o *Sentinel* chegou a atingir 66 números, totalizando 298 páginas. Isso sem contarmos que dos números 67 ao 71, publicados entre fevereiro e março de 1824, o periódico foi redigido pelo padre João Batista da Fonseca, redator da folha *O Liberal*, pois Barata estava envolvido com a Confederação do Equador.²⁵ Tanto o *Sentinela da Liberdade* quanto o *Escudo da Liberdade do Brasil* caracterizaram-se pelas fortes críticas feitas aos ministros e demais pessoas que contribuíram para que o Imperador fosse ludibriado e medidas anticonstitucionais fossem tomadas.

Para a realização de nosso trabalho, estudamos ainda dois periódicos que atuaram de forma bastante incisiva nas críticas à forma como havia se constituído a Independência do Império do Brasil,²⁶ além de atacarem de maneira mais contundente a imagem do Imperador e da monarquia, do jeito que estava posta.²⁷ Esses impressos são: *O Typhis Pernambucano* e *O Liberal*, ambos produzidos na *Tipografia de Miranda e Companhia*. Apenas os dois últimos números do periódico *O Typhis Pernambucano* foram impressos na *Tipografia Nacional*. A redação de *O Typhis* era responsabilidade de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, jornalista e combatente político que esteve à frente do movimento conhecido como Confederação do Equador, utilizando seu

²³ Essa questão será tratada no capítulo seguinte, que contém uma breve biografia dos redatores dos periódicos e das tipografias que produziam os impressos.

²⁴ Cipriano Barata também terá sua trajetória apresentada no capítulo seguinte.

²⁵ Sobre a Confederação do Equador, ver nota 10.

²⁶ O Brasil, assim como as demais regiões da América, estava vivenciando o processo de ruptura com sua antiga metrópole europeia. Os redatores dos periódicos pernambucanos presenciaram esse momento e ainda se deparavam com questões políticas locais, o que os fez, diversas vezes, relacionar os acontecimentos que ocorriam na cidade do Rio de Janeiro com as especificidades de sua província. Para a questão da situação política do Reino do Brasil nesse período ver: SLEMIAN, op.cit., 2006. Para as questões políticas locais presentes em Pernambuco, utilizamos em nosso trabalho a seguinte obra: MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

²⁷ A instauração da monarquia no Império do Brasil gerou grande expectativa entre as figuras que desejavam a constitucionalização na nação recém-independente. No caso de Pernambuco, os dirigentes dos periódicos publicados entre os anos de 1823 e 1824 mostraram grande frustração com a dissolução da Assembleia Constituinte e com a imposição da Carta Constitucional de 1824. Esse documento foi criado sem o consentimento dos deputados que haviam sido eleitos pelas províncias. Além disso, Dom Pedro I instituiu o Poder Moderador, que serviria como um mediador entre os demais poderes existentes no Estado brasileiro. Para essa questão, ver: SLEMIAN, Andrea, op. cit., 2006. Da mesma autora: *Sob o Império das Leis. Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Editora Hucitec; Fapesp, 2009. Veja também: SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Inventando a Nação. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: HUCITEC, FAPESP, 2006.

impresso para propagar os ideais de autonomia da província frente ao poder estabelecido no Rio de Janeiro. *O Typhis Pernambucano* teve vinte e oito números, publicados entre 25 de dezembro de 1823 e 05 de agosto de 1824. *O Liberal* teve curta existência em Pernambuco, publicando apenas quatro números entre fevereiro e março de 1824; no entanto, contava com 18 números já publicados na Bahia.

Além das tendências políticas trilhadas por cada um dos impressos analisados, buscamos compreender os meios de produção de cada um deles, bem como o funcionamento das duas tipografias que atuaram no período. Ainda seguindo essa proposta, outros de nossos horizontes são o de destacar a materialidade dos periódicos; quantificar o material e, por fim, em uma tarefa mais desafiadora, mergulhar no mundo do consumo dos impressos, passando pelos locais onde eram vendidos, valores e formas de leitura, o que será feito em outro capítulo de nosso trabalho.

O estudo de nossas fontes nos conduziu à divisão dos periódicos em grupos, de acordo com suas tendências políticas. No entanto, cabe fazermos a observação de que o pertencimento ao mesmo grupo, conforme separamos aqui, não significava que não existissem conflitos entre esses redatores. Ocorreram críticas, mesmo entre aqueles que defendiam o mesmo ponto de vista. Apresentamos, a seguir, uma tabela que mostra essa divisão e, nos parágrafos posteriores, discorreremos sobre as principais características de cada um desses grupos e periódicos que os formavam.

Tabela 1: periódicos separados em vertentes por suas características políticas

<u>Tendência política</u>	<u>Periódicos</u>	<u>Redatores</u>	<u>Período de publicação</u>
1- Apoio às Cortes instauradas em Lisboa após a Revolução do Porto e propagação de suas medidas sem debate. Circularam antes da instauração da Junta Provisória na província.	<i>Aurora Pernambucana</i>	Rodrigo da Fonseca Magalhães	Março a setembro de 1821
	<i>O Relator Verdadeiro</i>	Francisco Ferreira Barreto	Dezembro de 1821 a maio de 1822
2- Transição entre o apoio e o	<i>Segarrega</i>	Felipe Mena Calado da Fonseca	Dezembro de 1821 a outubro de 1822

questionamento às medidas tomadas pelas Cortes de Lisboa.			
3- Questionamento das medidas tomadas pelas Cortes de Lisboa e proposta de independência e instauração de uma Assembleia Constituinte no Brasil.	<i>O Maribondo</i> <i>Conciliador Nacional</i>	Padre José Marinho Falcão Padilha Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama	Julho a outubro de 1822 Julho de 1822 a outubro de 1823
4- Crítica acentuada aos ministros e, com ressalvas, preservação da imagem da monarquia brasileira.	<i>Escudo da Liberdade do Brazil</i> <i>Sentinela da Liberdade</i>	Padre Francisco Agostinho Gomes e Capitão João Mendes Viana Cipriano José Barata de Almeida	Julho a novembro de 1823 Abril de 1823 a março de 1824
5-Questionamentos direcionados mais diretamente ao Imperador e à monarquia. Desejo de ruptura com o governo instaurado no Rio de Janeiro	<i>O Typhis Pernambucano</i> <i>O Liberal</i> <i>Sentinela da Liberdade</i>	Frei Joaquim do Amor Divino Caneca Padre João Batista da Fonseca Cipriano José Barata de Almeida	Dezembro de 1823 a agosto de 1824 Fevereiro a março de 1824 Abril de 1823 a março de 1824

Conforme destacamos anteriormente, as fontes utilizadas para a elaboração de nosso trabalho serão abordadas de acordo com as tendências acima, que se apresentavam dentro dos debates, ou mesmo em textos que não estivessem necessariamente incluídos em um debate, e que apenas expressavam o ponto de vista do redator sobre determinado tema.

Entre os materiais que tinham como proposta uma periodicidade regular, o primeiro segmento que pretendemos apresentar é o dos impressos que exerceram um papel, majoritariamente, de propagador das medidas tomadas pelas Cortes Constituintes instauradas em Lisboa, tratando de publicar as decisões tomadas e apoiando todas as medidas tomadas pelos deputados que compunham a Assembleia portuguesa. Sendo assim, os periódicos que apresentam esse caráter, não chegaram a realizar críticas em relação às Cortes de Lisboa, o que pode estar relacionado ao período de circulação desses impressos, que não os permitiu vivenciar os possíveis dissabores oriundos das futuras medidas tomadas pelas Cortes reunidas em Portugal. Dentro dessa linha de pensamento, onde o *absolutismo*²⁸ aparece como principal inimigo, destacamos a atividade de dois periódicos: *Aurora Pernambucana* e *Relator Verdadeiro*.

Conforme mostrado por Denis A. Bernardes, o movimento “vintista” havia trazido novas perspectivas políticas para todo o Império e a partir de então a soberania da nação passava a pertencer à Constituição, mesmo a figura do rei e da monarquia ainda sendo respeitadas.²⁹ Nesse caso, ainda baseados em Bernardes, cabe destacar que o “vintismo” não representou uma ruptura radical com a identidade portuguesa. Segundo o autor: “a antiga e comum identidade portuguesa não sofreu uma ruptura radical, sendo, na verdade, redefinida em função da constitucionalização do Reino Unido”.³⁰ No entanto, os tempos eram de marcantes mudanças políticas em um curto espaço de tempo, sendo que o movimento “vintista” trouxe uma nova referência de pertencimento social. No que diz respeito à identidade (nacional), Bernardes afirma que “sobretudo em sua possibilidade de expressão política, seja pela *conciliação*, seja pela *ruptura*, não se apresenta como algo rígido, predefinido sem possibilidades de mudanças, por vezes radicais, de acordo com as circunstâncias”.³¹ Essa questão também é abordada por Jancsó e Pimenta, ao destacarem que a perda da condição de português poderia significar, ao mesmo tempo, a perda de *status* dentro de uma sociedade ainda

²⁸ O absolutismo é um regime no qual o monarca exerce um poder quase absoluto sobre as decisões políticas que o Estado deve tomar. Nesse caso, destaca-se a ausência do Parlamento e de qualquer órgão político que limite a autoridade real. Sobre esse modelo político, sugerimos a seguinte leitura: LOPES, Marco Antonio. *Absolutismo: Política e Sociedade na Europa Moderna*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

²⁹ BERNARDES, op. cit., 2006, p. 270.

³⁰ No ano de 1815 o Brasil deixou de pertencer à categoria de colônia e se tornou Reino Unido a Portugal e Algarves, pois o Congresso de Viena, ocorrido após a queda de Napoleão Bonaparte, previa a restauração das monarquias europeias. No entanto, Dom João VI já vivia no Brasil, tendo que unir os dois reinos para que sua permanência na América não se tornasse ilegal. Para essa questão, ver: SILVA, Ana Rosa C. op. cit., 2006, pp. 250-268.

³¹ BERNARDES, op. cit., 2006, p. 285.

marcada por distinções sociais.³² E é justamente dentro dessa dinâmica de reconhecimento das autoridades das Cortes, respeito à monarquia e à figura do rei e de mutações que dizem respeito ao reconhecimento nacional que se localiza a atividade desses periódicos.

Ambos os periódicos, pertencentes a esse primeiro grupo, iniciaram suas atividades no ano de 1821, sendo que o *Relator Verdadeiro* surgiu posteriormente e estendeu sua publicação até março de 1822. No entanto, o número de publicações do *Aurora Pernambucana* foi maior, chegando a atingir trinta números em setembro de 1821. Cabe destacarmos ainda que esses dois impressos vivenciaram as expectativas do projeto constitucional que era desenvolvido em Lisboa, atmosfera essa que estava presente nos espaços públicos e privados da sociedade pernambucana na primeira metade do século XIX. Datas como o 1º de Setembro, marcada pelo Decreto que previa a criação de um governo provisório, estavam presentes nas folhas desses periódicos e foram momentos bastante aclamados. Tratavam-se de medidas que previam a nomeação dos governos locais para as províncias do Império Português.³³ Sendo assim, o primeiro número do *Relator Verdadeiro*, publicado em 13 de dezembro de 1821, clamava:

Em fim, adalgaram-se as nuvens, desassombrou-se de uma vez a atmosfera de Olinda, dissiparam-se os vapores negros que a toldavam e despontou entre os Pernambucanos aflitos o Sempre Memorável, e Faustíssimo Dia 15 de Outubro! Dia Vividouro no giro delatado das Idades futuras! Marcado com pedra branca, eterno e sem par, nos fastos da mais bela das províncias! Dia Solene! [...] Ele nos trouxe o Decreto de 1º de Setembro, do corrente ano.³⁴

O decreto citado no trecho do *Relator Verdadeiro* transcrito acima diz respeito à criação das juntas provisórias nas províncias.³⁵ As medidas que deveriam ser tomadas pelas províncias a partir dos decretos emanados das Cortes Portuguesas permearam os periódicos que fazem parte dessa tendência. O *Aurora Pernambucana*, em seu primeiro número, que circulou pelas ruas do Recife no dia 27 de março de 1821, deixou claro qual era sua posição frente às decisões tomadas pelas Cortes:

³²JANCSÓ e PIMENTA, op. cit., 1999.

³³ A questão política de Pernambuco nesse período foi tratada por BERNARDES, op. cit., 2006.

³⁴RELATOR VERDADEIRO, Nº 1. Pernambuco, Oficina do Trem de Pernambuco, 1821, 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo. Destacamos que durante as citações dos trechos dos periódicos que reproduzimos em nosso trabalho, mantivemos as vírgulas e maiúsculas conforme se encontram no texto original.

³⁵O Decreto em sua íntegra está disponível na seguinte página do Governo Federal: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/Historicos/DIM/DIM-1-10-1821.htm.

Depois das medidas tomadas no congresso de 5 corrente, quis o excelentíssimo Senhor Governador e Capitão-General que, por meio de um periódico, se instrísse o público de tudo quanto se fizesse em favor da causa d’El-Rei e da nação, predispondo os povos do Brasil a abraçarem as novas instituições que a Augusta Soberana Assembléia está formando em Lisboa, para estabelecer-se nossa liberdade política, e assegurando sobre inabaláveis fundamentos os Direitos da Majestade e os direitos da Nação.³⁶

Essa passagem, que corresponde a uma parte do edital de abertura do *Aurora Pernambucana*, mostra inclinações de seus responsáveis, o governador Luiz do Rêgo Barreto e, como redator, seu secretário, Rodrigo da Fonseca Magalhães.³⁷ É interessante observarmos que a ruptura do vínculo em relação a Portugal foi gradual e com várias especificidades locais e regionais. Conforme vimos, Jancsó e Pimenta, por exemplo, afirmam que era arriscado perder a condição de portugueses naquela sociedade marcada por fortes distinções sociais e ainda permeada pela escravidão.³⁸

No entanto, conforme apontamos anteriormente, o pertencimento ao mesmo grupo não significou ausência de críticas por parte dos redatores. Já em seu texto de abertura, que recebe o título de “Proêmio”, o primeiro número do *Relator Verdadeiro*, de 13 de dezembro de 1821, parece direcionar palavras de pouco decoro àquele que fora o primeiro periódico da província e fora extinto havia alguns meses:

Tendo desaparecido a turbulenta, e carrancuda Aurora [Pernambucana], que sempre nos Horizontes políticos do desconsolado Pernambuco, se anunciou nas trevas afrontosas de um Céu, tão melancólico, e tão [ilegível], como ela; fazia-se indispensável, que houvesse um Periódico, dedicado pelo espírito de Retidão, e de imparcialidade: e o Exmo. Governo Provisório resolveu, que em nova Redação, se desse ao público as notícias políticas do tempo.³⁹

Além de usar termos como “carrancuda” e “turbulenta” para se remeter à folha anterior, o redator ainda defende a redação de um periódico sob sua direção, alegando “retidão” e “imparcialidade”. Após a realização dessas leituras, é possível inferir que o

³⁶AURORA PERNAMBUCANA, Nº 1. Pernambuco: Oficina do Trem Nacional de Pernambuco, 27 de março de 1821 *apud* NASCIMENTO, op. cit., 1969, pp. 21-22.

³⁷ Nesse ponto, é significativo que façamos uma consideração: mesmo que o *Relator Verdadeiro* e o *Aurora Pernambucana* tenham sido periódicos produzidos a pedido do governo local, não os consideramos órgãos oficiais, como os Diários de Governo ou Gazetas de Governo. Optamos por fazer essa distinção pois, os diários oficiais só passam a ser publicados após a nomeação da Junta de Governo, o que ocorreu posteriormente à circulação dos impressos *Relator Verdadeiro* e *Aurora Pernambucana*.

³⁸JANCSÓ e PIMENTA, op. cit., 1999, pp. 140-141.

³⁹RELATOR VERDADEIRO, Nº 1, op. cit., 1821.

Relator Verdadeiro era uma espécie de continuidade da *Aurora*. No entanto, mesmo sendo ambos periódicos que surgiram a partir da iniciativa do governo provisório, para que as medidas das Cortes fossem propagadas, não correspondem a impressos oficiais.

Há uma outra característica presente nos textos desses dois periódicos. As críticas ao despotismo e ao Antigo Regime. Os regimes políticos que eram considerados inimigos de um sistema liberal e constitucional foram condenados pelas palavras dos redatores de ambos os periódicos, que também deram mostras de submissão às Cortes e ao rei português. O *Relator Verdadeiro*, por exemplo, quando descrevia o ato de nomeação da junta provisória, bem como do governador Luiz do Rêgo Barreto, afirmava que:

É difícil e de todo impossível, pintar o entusiasmo, e jubilo expressivo dos Povos na instalação da Exma. Junta Provisória. O Pincel mais energético despediria [sic.] traços de morte-cor. Não há, nem palavras, nem tintas. Sente-se, mas não se exprime. O eco atoador dos bronzes sagrados, as iluminações espontâneas por oito dias sucessivos, os fogos d'Artificio, o Hino Constitucional mudulado [sic.] por todos, Canções Patrióticas, músicas sonoras, solenes Ações de Graças, congratulações. Ajuntamentos, e Festins são débeis imagens para descrever seus transportes.⁴⁰

Nessa passagem do impresso é possível perceber o entusiasmo do Padre Francisco Ferreira Barreto em apresentar uma população extremamente feliz e satisfeita com a realização das medidas previstas pelas Cortes de Lisboa. Aliás, esse contentamento da população do Recife é apresentado pelo redator em outras oportunidades. Se, por um lado, o periódico descrevia a aceitação, até com certo exagero, da população em relação às Cortes, as críticas ao Antigo Regime também se faziam presentes nas folhas do *Relator Verdadeiro*:

Houve aí um – Te Deum – suntuoso, e ao prazer vivo dos Constitucionais Pernambucanos fulgio [sic] e reverberou em todos os semblantes [...] A Exma. Junta Provisória tem abraçado unicamente medidas temperadas por uma langaminidade [sic], que a caracteriza, e recomenda, querendo arefecer [sic] por este modo um Povo ardido, e ulcerado pelo antigo sistema.⁴¹

⁴⁰RELATOR VERDADEIRO, Nº 1, op. cit., 1821.

⁴¹ Ibidem.

Para o redator, parece ter chegado o momento em que o sistema que os havia “ulcerado”⁴² e era marcado pela ausência de um regime constitucional seria substituído por uma monarquia pautada por uma Constituição, elaborada por deputados eleitos em suas províncias.⁴³ No que diz respeito à atuação dos deputados brasileiros nas Cortes de Lisboa e aplicação, em Pernambuco, das medidas oriundas da reunião das Cortes, o *Aurora Pernambucana* publicou alguns números que buscavam destacar o vínculo da província com o poder da monarquia portuguesa. Conforme mostrado por Luiz do Nascimento, o número 6 do *Aurora* havia informado que Dom João VI, em seu retorno a Portugal, talvez “tocasse a província”.⁴⁴ O periódico seguia realizando publicações, orientando os habitantes a tomarem medidas de acordo com Constituição elaborada pelas Cortes de Lisboa, por exemplo e instruindo a preparação das eleições para a formação da Junta Provisória.⁴⁵

O número 15 do *Aurora Pernambucana*, publicado no dia 14 de junho de 1821, informava o nome dos deputados eleitos pelas duas Câmaras, de Olinda e Recife, que deveriam se apresentar “ao soberano Congresso de Côrtes na Cidade de Lisboa, como representantes desta província”.⁴⁶ Esta breve passagem atesta o sentimento de admiração que os responsáveis pelo periódico possuíam em relação às Cortes. Tal sentimento, atrelado a uma carga de respeito é notado quando no número 28, de 26 de agosto de 1821, faz-se uma menção ao aniversário da monarquia portuguesa e essa mesma edição é acompanhada de um suplemento com detalhes sobre a chegada de Dom João VI a Lisboa, além de abordar o juramento da Constituição perante as Cortes, feito pelo monarca português.⁴⁷ Esses números sugerem o respeito dos responsáveis pela publicação frente à Constituição e à monarquia portuguesa, questão essa que pode ser melhor esclarecida se levarmos em conta que o momento político pelo qual Pernambuco estava passando era um dos desdobramentos do “vintismo”, e que esse movimento tinha

⁴²Esse termo parece remeter a palavra “úlcera”. Dessa forma, estaria relacionado a “ferido”, “machucado”.

⁴³As Cortes Gerais da Nação Portuguesa contaram com a participação de deputados eleitos em suas províncias. No entanto, durante as atividades em Portugal, um grupo de deputados enviados pelas províncias se negou a continuar participando e deixaram Lisboa. Sobre a ação dos deputados brasileiros nas Cortes de Lisboa, ver: TOMAZ, Fernando. “Brasileiros nas Cortes Constituintes de 1821-1822”. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

⁴⁴*AURORA PERNAMBUCANA*, apud. NASCIMENTO, op. cit., 1969, p. 22.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷*AURORA PERNAMBUCANA*, apud. NASCIMENTO, op. cit., 1969, p. 23.

como característica justamente o respeito à monarquia e à família real, conforme destacado por Denis Antonio de M. Bernardes:

O movimento vintista não foi antimonárquico, afirmando, ao contrário, desde o início, o seu respeito à pessoa do rei e garantindo a continuidade da dinastia reinante. Reduziu, drasticamente, o poder do rei, mas não o eliminou como símbolo vivo da continuidade da nação portuguesa.⁴⁸

Esta citação da obra de Bernardes é bastante elucidativa no tocante ao momento histórico pelo qual passavam esses dois periódicos que pertencem a esse primeiro grupo apresentado em nosso trabalho. A partir do movimento ocorrido no Porto em 1820, a monarquia não perdera sua posição, nem seu respeito; no entanto, seu poder havia sido reduzido. Essas características políticas do período estão presentes nas páginas dos periódicos referentes ao segmento que estava aliado às Cortes Constituintes instauradas em Lisboa, conforme destacamos em citações anteriores. Sendo assim, é importante evidenciar o papel do *Aurora Pernambucana* e do *Relator Verdadeiro* como veículos que estabeleciam uma relação entre o poder central e o poder local. O número 3 do *Relator Verdadeiro* transcreve uma carta régia onde o monarca ordena ao governador Luiz do Rego que entregue o governo da província à junta eleita e execute outras medidas previstas no novo sistema constitucional português, lembrando que ele mesmo, o Rei, estava sob decreto imposto pelas Cortes:

Luiz do Rego Barreto, de meu Concelho [sic.] Governador da Província de Pernambuco. Amigo, Eu El Rei vos envio muito saudar. Tendo determinado as Cortes Geraes [sic.], e Extraordinárias da Nação Portuguesa, que se organize uma junta provisional, e governo das armas dessa província de Pernambuco, como consta do Decreto das mesmas Cortes na data de ontem [...].⁴⁹

Conforme destacado neste trecho do *Relator*, as transcrições de documentos oficiais que firmavam a relação entre o poder local e a província foram um recurso utilizado pelos redatores para evidenciar suas tendências políticas e até mesmo exercer certa pressão nas autoridades, nesse caso, o governador Luiz do Rego Barreto. Sendo assim, todas as ações que deveriam ser executadas pelo poder local a partir das decisões tomadas pelas Cortes eram publicadas nas folhas do periódico. Vejamos:

⁴⁸ BERNARDES, op. cit., 2006, p. 486.

⁴⁹ *RELATOR VERDADEIRO*, N°3. Pernambuco: Oficina do Trem Nacional, 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

As Cortes Geraes, Extraordinárias e constituintes da Nação Portuguesa, considerando a necessidade de organizar o sistema de governo e administração pública da Província de Pernambuco por uma maneira acomodada ao presente estado de cousas: Decretam provisoriamente o seguinte: 1º Crearse-á em Pernambuco uma junta Provisória de Governo da Província composta por um presidente, um secretário com voto, e mais cinco membros [...].⁵⁰

A ideia de que as Cortes seriam responsáveis por trazer a paz e a tranquilidade para as províncias parecia ganhar força. No caso de Pernambuco, o *Relator Verdadeiro* número 4, que circulou no dia 2 de fevereiro de 1822, publicou um agradecimento do Imperador congratulando a província por ter restituído a paz e o sossego público “na mais sincera e perfeita adesão a Causa sagrada as Nação, e a Constituição da Monarquia Portuguesa, que todos têm jurado observar e manter”,⁵¹ passagem essa que serve mais uma vez para a testar o caráter monárquico constitucional do movimento “vintista” presente nos periódicos. Nesse sentido, Denis Bernardes iluminou a questão destacando que:

A matriz política, o ponto de referência básico de todo o período 1820-1822 foi a constitucionalização do Reino unido. Para o Reino do Brasil, o problema constitucional não apenas redefiniu a questão da independência mas a incorporou, ainda que por um breve momento, ao dar novo conteúdo a questão nacional [...] a notícia da convocação das Cortes e, posteriormente, o conhecimento das Bases da Constituição Política da Monarquia Portuguesa constituíram o eixo da referência histórica de Portugal e do Brasil, até pelo menos 1822-1823.⁵²

Dessa forma, a reunião das Cortes e as Bases da Constituição foram um dos alimentos para os periódicos que representam a gênese da imprensa pernambucana. Essa característica é percebida já no edital de abertura do *Aurora Pernambucana*, que, conforme vimos, foi o primeiro periódico a circular em Pernambuco.

Em defesa da monarquia encabeçada por Dom João VI, o redator do *Relator Verdadeiro* se mostra compreensivo com as dificuldades que a administração real enfrentava então, procurando justificar momentos de turbulência com a dificuldade em

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ *RELATOR VERDADEIRO*, N°4. Pernambuco: Oficina do Trem Nacional, 2 de fevereiro de 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

⁵² BERNARDES, op. cit., 2006, p.269.

se dosar a repressão e a liberdade. Segundo o Padre Francisco Ferreira Barreto, em um governo despótico falta liberdade e em um governo “frouxo” há liberdade demais. Nesse caso, o redator optava por viver em um regime que ele mesmo categoriza como “frouxo”.⁵³

A ação dos deputados das províncias nas Cortes de Lisboa também foi um acontecimento destacado nas páginas do *Relator Verdadeiro*, quando seu dirigente realizou diversos elogios à ação dos deputados, dedicando boa parte do espaço para elevar o nome de Muniz Tavares e Ferreira da Silva. “Pernambuco deve todo o seu estado de pacificação e de melhoramento as fadigas e patriotismo dos seus infatigáveis Deputados, todos pelos meios mais energéticos tem afiançadamente promovido em Cortes o bem de sua pátria”.⁵⁴ Esses mesmos deputados haviam lutado pela liberdade dos prisioneiros que pagavam suas penas por terem participado do movimento de 1817. É interessante ainda destacar que, mesmo elogiando essas ações dos deputados, ambos os periódicos, *Relator* e *Aurora*, condenavam a insurreição, criticando seu radicalismo.

As condições de produção, circulação e consumo, tanto do *Relator Verdadeiro*, quanto da *Aurora Pernambucana*, eram semelhantes às dos demais periódicos produzidos no período. É importante destacar, no que diz respeito à produção dos impressos que representam esse primeiro momento da imprensa pernambucana, que havia apenas duas tipografias que funcionaram como centros propagadores das notícias então, mesmo que uma delas tenha funcionado com diversas denominações diferentes e pertencido tanto ao governo, quanto a particulares. Tendo em vista que se tratava de uma atividade ainda sem grande tradição na província de Pernambuco, é possível encontrar passagens tanto no *Relator Verdadeiro*, quanto no *Aurora Pernambucana*, que denunciam as dificuldades enfrentadas pelos responsáveis pelos periódicos que saíam dos prelos das tipografias. Ambos, em seus números de estreia, trataram dessa questão e Rodrigo Fonseca, redator da *Aurora*, já destacava:

Não é possível por agora publicar este jornal de dois em dois dias, ou diariamente, como se deseja. Sairá quando puder ser, para o que não se

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ *RELATOR VERDADEIRO SUPLEMENTO AO Nº 2*. Pernambuco: Oficina do Trem de Pernambuco, 10 de janeiro de 1822, 3 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

forrará trabalho e diligência. O Redator, na publicação deste papel, não tem outro fim mais que a utilidade pública [...]”.⁵⁵

Ainda no número inicial da *Aurora Pernambucana*, há mais uma passagem do texto que atesta as dificuldades que foram encontradas e, segundo o redator, vencidas devido à perseverança dos interessados na publicação do periódico:

Mas, por desgraça nossa, achamo-nos destituídos de imprensa, de tipos, de impressores, de tudo [...] O desejo constante e a diligência venceu grandes obstáculos: alguns se hão superado. Homens amantes da causa pública ambicionando cumprir com o gosto do general [governador Luiz do Rego], têm feito os maiores esforços. Já se há visto algum resultado dos primeiros ensaios, e com perseverança se há de conseguir o fim desejado.⁵⁶

Cabe ainda destacarmos que não havia anúncios de propagandas nas páginas, que pudessem garantir renda aos periódicos, o que deve ser levado em conta quando pensamos ainda que o mesmo *Aurora Pernambucana* destinava sua renda para o auxílio de 53 “meninos indigentes”, conforme podemos ver no trecho abaixo:

O produto da impressão é aplicado para aumentar o fundo de que se sustentam esses 53 meninos indigentes que se educam no Trem Real, dedicando-se às artes e ofícios que escolhem. Dão-se desta sorte à Nação 53 cidadãos daquela classe donde, por causas desconhecidas, costumam sair os criminosos e desgraçados.⁵⁷

Em relação à impossibilidade de manter a frequência de periodicidade na publicação dos impressos, o redator do *Relator Verdadeiro*, já no editorial de abertura, evidenciou: “O presente Jornal, por isso mesmo, que não temos Tipos suficientes, jamais poderá sair regularmente: e por esta causa não lhe *assinamos* dias determinados”.⁵⁸ Além da limitação dos tipos destacada nas páginas dos impressos, seu formato também pode ser visto como um reflexo dessas dificuldades. Com exceção dos impressos oficiais, que serão abordados mais adiante, a regra era que todos possuíssem quatro páginas, remetendo à necessidade de se tratar uma folha dobrada ao meio.⁵⁹ O papel, produto indispensável para a atividade tipográfica, era um material dispendioso e

⁵⁵ *AURORA PERNAMBUCANA*, apud. NASCIMENTO, op. cit., 1969, p. 21.

⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ *RELATOR VERDADEIRO*, Nº 1, op. cit., 1821

⁵⁹ No entanto, havia exceções. Conforme veremos adiante, alguns números do *Sentinela da Liberdade* e do *Escudo da Liberdade do Brazil* foram impresso com 6 e até mesmo 8 páginas.

não contava com produtores no Brasil,⁶⁰ sendo que praticamente não existem exemplares de páginas publicadas em branco, a não ser em periódicos oficiais, que também fugiam à regra em relação ao número de páginas, podendo chegar a oito, o dobro dos jornais que consideramos não oficiais e que eram vendidos por particulares. Outra característica do formato dos periódicos que merece ser lembrada é a questão de suas medidas: nesse quesito, não havia padrões bem definidos e os dois periódicos que pertencem ao grupo aqui tratado, o *Aurora Pernambucana* e o *Relator Verdadeiro*, já atestam esse caráter, sendo que o primeiro media 25x27 cm e o segundo 25x21 cm.⁶¹

Ainda se faz necessário que destaquemos os locais de aquisição e circulação, além dos valores desses periódicos. No momento de surgimento da imprensa periódica pernambucana, os impressos muitas vezes eram resultado de empreitadas de uma pessoa apenas, ou de duas, no máximo, e os locais para sua aquisição geralmente eram lojas e boticas⁶² instaladas nas ruas mais movimentadas do Recife⁶³, onde a circulação de pessoas era intensa, o que sugere o consumo desses materiais nesses espaços de convivência. Também era comum que os periódicos fossem adquiridos nas próprias tipografias, que algumas vezes também podiam ser a residência do redator. No caso do *Aurora Pernambucana*, seu terceiro número trazia o anúncio do local onde o periódico poderia ser comprado pelo valor de 80 réis: “Loja nº 1 da rua do Crespo”. No entanto, acreditamos ser provável que esse impresso também pudesse ser adquirido em outros locais, como em algum estabelecimento localizado na rua do Rosário, importante centro de difusão de periódicos do Recife no primeiro quartel do século XIX.⁶⁴

⁶⁰ Para esse tema, ver: RIZZINI, Carlos: *O Jornalismo antes da tipografia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

⁶¹ Todas essas informações são extraídas de NASCIMENTO, op. cit., 1969.

⁶² As boticas eram estabelecimentos comerciais que vendiam uma gama variada de produtos, que iam desde remédios até impressos e se localizavam nas ruas mais movimentadas dos bairros. Existem várias passagens nos autores que estudamos sobre esses estabelecimentos. Ver, especialmente: MOREL e BARROS, op. cit., 2003 e NEVES, Lúcia M. B. Pereira das; “Os panfletos políticos e a cultura da independência do Brasil.” In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2005.

⁶³ Durante o período que estudamos, o local que hoje é conhecido como a região central da cidade do Recife era constituído por vários bairros, inclusive, o mais centralizado, chamando Recife. Outros bairros principais eram (e ainda são) Santo Antônio e Boa Vista, que hoje fazem parte do centro da cidade.

⁶⁴ Conforme destacado por François-Xavier Guerra, o mundo Ibérico estava passando por profundas mudanças no âmbito político, o que afetou a vida de seus cidadãos de forma ímpar. Essas mudanças podiam ser vivenciadas nas experiências constitucionais sendo colocadas como alternativa ao Antigo Regime. Os espaços públicos passaram a ser locais de debates acerca dos acontecimentos políticos e os temas como *independência*, *constituição*, *república* e *liberdade* tomavam as ruas das grandes cidades. Ver: GUERRA, François-Xavier; *Modernidad e Independencia: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: MAPFRE, 1992. Para o caso do Brasil, ver: MOREL e BARROS, op. cit., 2003.

A aquisição do *Relator Verdadeiro* poderia ser feita nos seguintes locais: Loja de Antonio Xavier da Silva, no Pátio do Colégio e na Botica de José Mathias e na Rua do Rosário, nº 140, conforme anúncio publicado no número 4. Esses eram locais de grande circulação e a venda de periódicos podia ser feita em estabelecimentos onde outros produtos eram comercializados. A rua do Rosário, por exemplo, recebe outras menções como local de aquisição de impressos que podiam ser adquiridos nessa mesma rua, como o periódico *O Liberal*, conforme veremos adiante. Não localizamos indicação de valores do *Relator Verdadeiro*, mas acreditamos que seu custo fosse um valor em torno de 40 e 80 réis, o que, como se depreende da pesquisa, era o padrão dos periódicos de então. Para termos uma base de quanto custavam os periódicos que são o tema de nosso trabalho em comparação a outros produtos, vejamos uma tabela de preços publicada no primeiro número da *Gazeta Pernambucana*, de 11 de setembro de 1822.⁶⁵ Essa tabela contém os valores de inúmeros gêneros que eram originados de fora da província; no entanto, apresentaremos apenas alguns:

Tabela 2 – valores de produtos oriundos de outras províncias no ano de 1822

<u>Produto</u>	<u>Valor (em réis)</u>	<u>Periódicos que custavam 40 réis</u>	<u>Periódicos que custavam 80 réis</u>
Aguardente de França – 12 garrafas	4.000	<i>Sentinela da Liberdade e O Liberal</i>	<i>Aurora Pernambucana; Segarrega; O Maribondo; O Conciliador Nacional; Escudo da Liberdade do Brazil e O Typhis Pernambucano</i>
Cerveja – 12 garrafas	1.700		
Velas de sebo – Litro	160		

⁶⁵GAZETA PERNAMBUCANA, Pernambuco: Tipografia Cavalcante e Companhia, 11 de setembro de 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

Bacalhau – Quilo	7.000		
Queijo Flamengo – Litro	400		
Manteiga – Litro	200		

Podemos perceber, dessa maneira, que o valor de um número do periódico era menor que a metade de um litro de manteiga, por exemplo. Esses dados são importantes para operarmos no sentido de buscar pistas sobre seu consumo, uma vez que temos dimensão de seus valores comparando-os com outros produtos vendidos na província de Pernambuco no primeiro quartel do século XIX. Não podemos, no entanto, concluir, com toda a certeza, que sua compra era possível para grande parte dos habitantes da região, pois não temos dados sobre a renda advinda da maioria das atividades exercidas então. No entanto, existe a informação na obra de Alfredo de Carvalho de que, no ano de 1822, o dirigente da Tipografia Nacional recebia 400.000 réis anuais e seu auxiliar 160.000, tendo como renda mensal cerca de 33.000 e 13.000 réis, respectivamente.⁶⁶

Mesmo com a limitação existente em seus recursos, os tipógrafos e redatores dos periódicos pernambucanos publicados entre 1821 e 1824 mantinham a circulação de impressos constante. Tanto aqueles que estavam realizando o empreendimento de montar as tipografias, quanto os ilustrados que escreviam os textos a serem publicados, sentiam as transformações ocorridas no mundo ibérico e buscavam participar desse momento, dando origem a diferentes formas de relacionamento com o poder central.

As críticas realizadas de forma mais acentuada em relação às medidas tomadas pelas Cortes Constituintes de Lisboa podem ser observadas nos textos de outros impressos. Nesse ponto, nota-se uma diferença em relação àqueles veículos apresentados anteriormente, como o *Relator Verdadeiro* e o *Aurora Pernambucana*. Trata-se do *Segarrega*, que teve sua publicação iniciada em dezembro de 1821 e terminou suas atividades em outubro de 1823. Ele trazia a seguinte epígrafe: “Brincando contarei verdades puras”, que era uma referência ao período bastante conturbado politicamente da história do Brasil, que então atravessava, ou seja, o desvinculo político em relação a Portugal e o surgimento de um império independente. Era redigido pelo

⁶⁶ CARVALHO, op. cit., 1908, p. 38.

português Felipe Mena Calado da Fonseca, ex-revolucionário de 1817, que escrevera a convite do governo.⁶⁷

O *Segarrega* apresentou posicionamentos políticos distintos em relação às Cortes europeias, em princípio apoiando-as, ao publicar todo o resultado do trabalho realizado pelos deputados reunidos em Lisboa e ao consagrar a figura de Dom João VI. Essa alternância se deve às transformações ocorridas nas relações políticas entre Brasil e Portugal. “[...] começou a Nação Portuguesa heroicamente a sua ilustre carreira no dia vinte e quatro de agosto de 1821 e para segurar esta a Augusta Assembleia dos Sábios Representantes marcha pelo trilho da glória, da reputação e da felicidade pública”.⁶⁸ O caráter esperançoso das Cortes também estava presente no texto de Felipe Mena e essa euforia se deixou transparecer nos primeiros números de seu periódico na medida em que as notícias sobre as medidas tomadas em Lisboa se propagavam pela província pernambucana.

Da mesma forma como ocorrera com o *Relator Verdadeiro* e com a *Aurora Pernambucana*, os primeiros números do *Segarrega* faziam questão de exaltar a adesão de Pernambuco às Cortes e a submissão frente a Dom João VI, assim como de destacar o vínculo entre a província pernambucana e a nação portuguesa. O *Relator Verdadeiro* eo *Segarrega* ainda merecem destaque por descreverem em suas páginas - mesmo que com certo exagero - talvez devido ao calor dos acontecimentos, as festividades com as quais as autoridades portuguesas estavam sendo recebidas na província. Em seu segundo número publicado o *Segarrega* dedica a segunda página, praticamente inteira, para mostrar as festividades ocorridas na província devido à formação da Junta Provisória⁶⁹ e à adesão às Cortes e à monarquia portuguesa, conforme vemos no trecho a seguir:

No templo majestoso do Corpo Santo Matris do Bairro do Recife armado, e ornado com a maior pompa possível, e iluminação com os fogos puros de imensas vela, que tornavam a hora da tarde, e boca da noite, em que celebrou a Festividade, mais clara que a do meio dia [...] estando presente o Retrato de Nosso amado Monarca debaixo de um riquíssimo docel, a Excelentíssima Junta de Governo dessa Província, a Oficialidade do 1º Benemerito Batalhão,

⁶⁷ NASCIMENTO, op. cit., 1969, p. 24.

⁶⁸ *SEGARREGA*, Nº1. Pernambuco: Oficina do Trem de Pernambuco, 8 de dezembro de 1821. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

⁶⁹ O Decreto das Cortes Gerais da Nação Portuguesa, de 10 de outubro de 1821 previa a criação de Juntas de Governo Provisórias para as províncias que faziam parte do Império Português. Ver, MELLO, op. cit.

Nobreza, Clero, empregados, Classes Distintas, Cidadãos Beneméritos, e Povo [...] Reinou em tudo isto um júbilo completo, uma harmonia incomparável, e maior sossego inimaginável; e o saque que se esperava recaio sobre a desconfiança, que ainda existia, a qual neste dia perdeu quase todo o termo, que foi ocupado pela reconciliação. Eis como procede o Povo de Pernambuco.⁷⁰

Percebemos nessa passagem do *Segarrega* que as provas de adesão da província ao sistema monárquico constitucional que se instaurava em Portugal eram um dos ideais a serem propagados pelo periódico. Outra questão interessante neste trecho do impresso é a menção às diversas camadas da sociedade no período, deixando claro que todos haviam jurado fidelidade à monarquia e também às medidas tomadas pelas Cortes. No entanto, devemos atentar para o fato de que os grupos sociais eram colocados em uma ordem de poder dentro daquela sociedade. Numa ordem decrescente encontram-se: monarca, junta provisória, exército, nobreza,⁷¹ clero, empregados, classes distintas, cidadão beneméritos e, por último, o povo. Contudo, o autor se refere a todos esses grupos sociais como “Povo Pernambucano”.

No que diz respeito a dois importantes grupos sociais presentes no texto do *Segarrega*, Marcus J. M. de Carvalho nos traz um esclarecimento. De acordo com o autor, estes grupos eram os militares e as camadas mais baixas da sociedade. O grupo ao qual o redator do periódico se refere como “povo” (com letra minúscula) parece ser composto por pessoas que o autor destaca como os negros e pardos livres, ou recém-libertos, que buscavam ascensão social na carreira militar, o que era muito comum. Segundo Marcus J. M. de Carvalho:

A história dos atos dos diferentes corpos de tropas, sob comando tanto de civis como de militares, praticamente se confunde com a história política deste período. Cativado por medidas de Pedro [Dom Pedro] que beneficiavam o baixo oficialato brasileiro, o exército seria uma instituição-chave para a vitória do duque de Bragança contra as propostas liberais constitucionalistas e federalistas. Foi o exército que fechou a Constituinte em dezembro de 1823. Foram as tropas imperiais estacionadas em Pernambuco

⁷⁰ *SEGARREGA*, Nº2. Pernambuco: Oficina do Trem de Pernambuco, 19 de dezembro de 1821. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

⁷¹ A nobreza recebe duras críticas do periódico *O Liberal*, publicado no início de 1824, conforme veremos adiante.

que garantiram a adesão da província à chamada “causa do Rio de Janeiro”, que culminou com o golpe contra a junta chefiada por Gervásio Pires.⁷²

No tocante à participação de membros das camadas socialmente desfavorecidas da sociedade na atividade militar e, no processo de independência, Marcus J. M. de Carvalho destaca que as pessoas da chamada “populança”, que adentravam em tropas militares, poderiam, por meio de suas experiências, adquirir consciência política, o que em muitos casos, traria consequências contra aqueles que tinham armado a “populança”. Sendo assim, essas pessoas das camadas mais baixas podiam criar os significados políticos para sua luta.⁷³ No entanto, Luiz Geraldo Silva destaca que além de comporem corpos militares em Pernambuco, como por exemplo ocuparem altos cargos nos terços,⁷⁴ os negros e pardos livres realizavam um papel de mediação entre os senhores e aqueles que permaneciam na angústia da escravidão, além de constituírem uma rede de sociabilidade que levava as notícias até as vilas e capitânias.⁷⁵ Essa segunda constatação é bastante interessante para este trabalho, pois indica que essas pessoas podiam ter participado da transmissão de muitas notícias que eram publicadas nos periódicos.

Retornando à questão dos grupos e tendências nos quais se inseriam os impressos, é notável no *Segarrega*, a discordância, em um momento posterior,⁷⁶ em relação às Cortes e a adesão a uma nova tendência que se verificou nos textos dos impressos: a crítica direta às decisões tomadas pelas Cortes de Lisboa em relação à parte do Império Português que daria origem ao Império do Brasil. Em seu terceiro número, o *Segarrega* já cobrava os políticos reunidos em Portugal em relação às medidas que estavam sendo tomadas e suas consequências na parte americana do Império:

Assim, na balança de equilíbrio entre nós, e a Mãe Pátria conserve o equilíbrio devido, para o que já precisa recuar algum tanto nas medidas, que

⁷² CARVALHO, Marcus J. M. de. “Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste (1817-1848)” In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e Historiografia*: São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, p. 894.

⁷³ Ver: CARVALHO, Marcus J. M. de, op. cit., 2005.

⁷⁴ Os terços eram Ordens de ensino religioso nas quais muitos podiam ver como uma forma de mobilidade social. Ver: CARVALHO, Marcus J. M. de, op. cit., 2005.

⁷⁵ SILVA, Luiz Geraldo. “Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado. Raça e nação em Pernambuco no tempo da independência (1817 – 1823)” In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e Historiografia*: São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2005, p. 918.

⁷⁶ Conforme veremos a seguir, no terceiro número há uma crítica às Cortes Gerais da Nação Portuguesa. No entanto, é a partir do sétimo número que as desaprovações se tornam mais acentuadas.

as cortes tomaram a nosso respeito, mais por um ato de receio, do que por uma confiança generosa.⁷⁷

Conforme vimos na citação, as expectativas de um governo constitucional vinculado a Portugal foram dando margem a um certo sentimento de insatisfação dos redatores dos periódicos. Abaixo, uma passagem do número 7 do *Segarrega*, que já mostra que o redator havia reconhecido uma debilidade das Cortes reunidas em Lisboa: os deputados portugueses não tinham conhecimento dos acontecimentos específicos das regiões mais distantes do reino, mesmo que se tratasse de uma província tão importante como Pernambuco. Vejamos:

[...] empurram para cá com um desprezo picante leis e mais leis, ordens sobre ordens, que vem decidir de sorte de uma população maior do que a de Portugal, como se se tratasse de uma colônia de degredados estabelecida em Ilha de Madagascar.⁷⁸

Prosseguindo com suas críticas à desgastada relação existente entre os reinos de Portugal e Brasil, ainda no número 7, o dirigente do *Segarrega* salientava que a antiga colônia havia se tornado mais importante para sua metrópole, do que o inverso, destacando que:

Não são os nossos interesses, que mais gritam por essa decantada união com Portugal, sem a qual ele não pode figurar entre as Nações Europeias. As relações do Brasil com Portugal são mais lucrosas para este, o excesso de interesse pesa sempre em favor daquele reino.⁷⁹

Mesmo lendo essas passagens de um periódico tão importante em seu período, que foi o *Segarrega*, não podemos deixar de ter em vista que, conforme mostrado por Jancsó e Pimenta, Portugal continuava representando sua grande nação para essas pessoas, sendo Pernambuco sua pátria e o Brasil seu país, ainda destacando, conforme feito por Bernardes, que não havia uma unicidade nacional durante o processo de Independência do Brasil.⁸⁰ Ainda sobre essa questão, Evaldo Cabral de Mello aponta para uma forma de federalismo existente no tempo da Independência do Brasil, que teria características distintas daquele modelo federalista desenvolvido nos Estados Unidos da

⁷⁷ *SEGARREGA*, Nº 3. Pernambuco: Na Oficina do Trem de Pernambuco, 6 de janeiro de 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

⁷⁸ *SEGARREGA*, Nº 7. Pernambuco: Tipografia Nacional, 9 de março de 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

⁷⁹ *Ibidem*.

⁸⁰ BERNARDES, op.cit.,2006, pp. 282-288. Ver também: JANCÓS e PIMENTA, op. cit., 1999.

América e Holanda, que são nações que já nasceram federalistas, ao passo que o Brasil primeiro existiu, para depois buscar adotar essa forma de governo. Baseado em uma de suas fontes, Evaldo Cabral de Mello aponta que não havia um projeto de unidade brasileira e que “Brasil” era, na verdade, um termo genérico para designar as possessões portuguesas na América do Sul.⁸¹ Em uma coerente menção às posturas políticas no período entre 1817 e 1824 e a unidade nacional que prevalecia em determinado momento desse período, cabe citarmos mais uma passagem da obra de Evaldo Cabral de Mello:

Se a unidade ameaçada em dezessete ainda era a do Reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, em Vinte e Quatro a unidade brasileira ainda não saíra da resma do papel em que se tinham redigido o projeto da dissolvida Constituinte e a Carta outorgada pelo Imperador, que os federalistas do Norte recusaram-se a jurar. Como não se cansará de lembrar Frei Caneca, o Brasil estava *independente* mas não estava *constituído*.⁸²

Dessa forma, é importante lembrarmos que o período de circulação do *Segarrega*, - final de 1821, ano de 1822 completo e o de 1823 até o mês de outubro- é marcado por profundas mudanças no cenário político que configurava as relações existentes entre Brasil e Portugal, o que explica as mudanças de posição de seu redator frente às Cortes constituintes e à união, ou separação, entre os dois reinos. Sendo assim, uma das características dos periódicos utilizados como nossas fontes de estudo e que são igualmente seu tema, é que buscavam abordar questões políticas pertinentes a uma cadeia de acontecimentos que diziam respeito às relações entre o Império do Brasil e Portugal, assim como desses dois com a província de Pernambuco e suas especificidades locais.

Permeado por um universo político no qual eram debatidos temas como *independência* e *constituição*, o número 9 do *Segarrega*, que circulou pelas ruas do Recife em 24 de abril de 1822, apresenta em seu texto o *Projeto Constitucional* enviado às Cortes de Lisboa pela Comissão Brasiliense. Esse projeto, datado de março de 1822, trazia a proposta de maior pulverização do poder estatal entre as províncias e inclusive tratava da criação de uma capital no centro do Brasil chamada Brasília: “1. No centro do Brasil entre as nascentes dos rios confluentes ao Paraguai, e Amazonas fundar-se-á a

⁸¹ MELLO, op. cit., 2004, p. 18.

⁸² *Ibidem*, p. 19.

capital desse reino com a denominação – Brasília – ou outra qualquer”.⁸³ Deixando bem claro que a causa do seu periódico era a luta em prol da Constituição, Felipe Mena, no quarto número do *Segarrega*, nos contempla com uma bela reflexão sobre o que um sistema constitucional representava para ele: “A constituição eleva os homens à consideração que merecem, familiariza os reis e quebra as prisões, a verdade e a justiça que gemiam nos ferros do despotismo”.⁸⁴

Permanecendo na análise do número 9 do *Segarrega*, essa edição trazia a transcrição de documentos importantes que diziam respeito ao debate em torno de um projeto para a constituição de um Estado independente. O primeiro documento transcrito nesse número é o que contém as condições que a Santa Aliança⁸⁵ exigia para o reconhecimento e apoio de Estados representativos. O outro documento é o projeto que a Comissão Brasileira enviou às cortes no dia 18 de março de 1822. O primeiro levanta importantes questões, inclusive na orientação de separar Estado e Igreja na constituição de um governo nacional. O segundo documento, que é comentado no número seguinte, apresenta os interesses do Reino do Brasil em exercer sua autonomia política e econômica em relação a Portugal.⁸⁶ Frisamos ainda que, apesar da sujeição existente ao monarca português e às Cortes, o discurso em torno do projeto de independência ganhava força.

As notícias estrangeiras alcançaram bastante espaço nas páginas do *Segarrega*, destacando os projetos nacionais de governo que eram desenvolvidos nos demais países da América que conquistavam suas independências. Países como Chile, Peru, Venezuela, México e Estados Unidos, além de províncias e regiões como Buenos Aires e Montevideú, tiveram suas condições políticas estampadas nas páginas do *Segarrega*, assim como de outros impressos pernambucanos no primeiro momento de sua imprensa periódica.⁸⁷

⁸³ *SEGARREGA*, Nº10. Pernambuco: Tipografia Nacional, 4 de maio de 1822. 4 páginas.

⁸⁴ *SEGARREGA*, Nº 4. Pernambuco: Oficina do Trem Nacional, 29 de janeiro de 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

⁸⁵ A Santa Aliança foi uma proposta encabeçada pelo czar Alexandre I, da Rússia e se trata da união entre as monarquias europeias, que buscavam se reconstituir perante o os modelos políticos que estavam sendo adotados nos países durante o século XIX, como o republicano, por exemplo.

⁸⁶ *SEGARREGA*, Nº 9. Pernambuco: Oficina do Trem Nacional, 24 de abril de 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

⁸⁷ As relações entre os demais países da América e o Império do Brasil, mais especificamente Pernambuco, são um interessante tópico a ser pesquisado, mas isso demandaria uma investigação à parte, fugindo, portanto, ao escopo deste trabalho.

Além desse fato, é importante mostrarmos, mais uma vez, que os periódicos estavam inseridos em debates de dimensões locais e internacionais, tentando, em suas páginas, propagar notícias e tomar posicionamento político sobre as questões que se passavam no período. No que diz respeito à conjuntura local, ou seja, os acontecimentos políticos da província de Pernambuco, faz-se necessário um breve resumo para que não nos percamos nos fatos e consigamos entender nossos periódicos e vivências políticas pelas quais passavam posicionamentos seus editores. Após o decreto de 1º de outubro de 1821, no qual as Cortes determinavam a nomeação de juntas provisórias nas províncias, Luiz do Rego, que era governador de Pernambuco tentou nomear uma junta por conta própria, sem os procedimentos de eleição determinados pelas Cortes. Com a eleição dos membros da junta realizada da forma determinada pelas Cortes, Luiz do Rego perdeu seu mandato e o dirigente eleito do governo provisório foi Gervásio Pires, um rico comerciante que possuía princípios federalistas que iam de encontro ao projeto encabeçado pelos Andradas no Rio de Janeiro, pois seus princípios exigiam maior autonomia das províncias para a resolução de questões políticas locais. Segundo Evaldo Cabral de Mello, Felipe Mena Calado da Fonseca, redator do *Segarrega*, era *gervarista*, ou *federalista*, uma corrente que se opunha aos *unitários*, que apoiavam completamente o projeto desenvolvido ao Sul do Império.⁸⁸

Nesse caso, mesmo o redator do periódico sendo contra o constitucionalismo proposto por Dom Pedro e pelo ministério dos Andradas, aceitou a união com o Sul do Império. No entanto, veremos adiante que, a partir do ano de 1823, após a dissolução da Assembleia Constituinte do Império do Brasil e a com a imposição de um novo projeto constitucional, já em 1824, a união entre o Norte e o Sul do Império foi abalada, o que culminou com a Confederação do Equador, movimento que foi bastante propagado pela imprensa periódica do período, principalmente pelo seu principal articulador, o jornalista Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Em seu número 11, publicado em maio de 1822, o redator do *Segarrega* questiona as medidas que estariam sendo emanadas pela Assembleia Legislativa, composta no Rio de Janeiro, segundo Felipe Mena, “sem limites de autoridade”⁸⁹ e, no que diz respeito à escolha da província entre se submeter a Lisboa, ou ao Rio, o redator deixa claro que sua posição ainda não estava

⁸⁸ Toda essa questão está baseada em MELLO, op. cit., 2004.

⁸⁹ *SEGARREGA*, Nº 11. Pernambuco: Oficina do Trem Nacional, 20 de maio de 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

definida, atestando mais uma vez o caráter mutável das identidades nacionais do período:

Zelosos de sua liberdade, e sempre tímidos ao menos acenos de perigo [habitantes da província] preferem a união a Portugal com alguns sacrifícios do que todas as promessas pomposas, que lhe faça o Rio, tendo o Príncipe em torno de si quem o ensine a assinar Decretos que de uma vez anulam a representação nacional, a Constituição da Monarquia e a liberdade de todos os direitos.⁹⁰

Todavia, parece que houve um exagero, incrementado por um visível tom de rancor na escrita de Mena Calado, e devido ao conteúdo do restante desse mesmo número e dos números posteriores, percebemos que a intenção de realizar a independência foi ganhando destaque no periódico, porém com a manutenção da união entre os dois reinos. O número 11 publica o “Aditamento ao Projeto da Constituição para fazer-se aplicável ao Reino do Brasil”, documento esse que ilustra de forma bastante esclarecedora o momento de busca de autonomia política do Império do Brasil, conforme vemos a seguir:

Então o Brasil em voz bem alta tem clamado por si, e seus representantes – que ele quer ser feliz ; que tem feito já grandes sacrifícios para o ser: que sua felicidade não pode realizar-se senão pela união, e independência: que esta se acha marcada pela natureza, e daqui já tem gozado há muitos anos: eu ainda mesmo entre sua províncias espaço imenso se divide – Por tanto o Brasil tem declarado sua União, e sua Independência [...].⁹¹

Não podemos deixar de ter em mente que esse não era um projeto unificador para todo o Império e que também não havia a intenção de uma ruptura imediata com Portugal. A província de Pernambuco possuía o caráter autônomo frente às medidas tomadas pela monarquia e, segundo Evaldo Cabral de Mello, isso se devia ao fato de Pernambuco, durante a guerra de expulsão dos holandeses,⁹² ter escolhido por vontade própria continuar pertencendo ao Império Português, uma vez que havia derrotado o

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ Ibidem.

⁹² MELLO, op. cit., 2004, p. 20. Esse conflito ocorreu quando, após a invasão holandesa e ocupação de Pernambuco entre os anos de 1630 a 1654, houve uma guerra na qual os pernambucanos, sem apoio do governo central, conseguiram expulsar os holandeses. Para a questão da ocupação holandesa em Pernambuco, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630 – 1645*. São Paulo: Editora 34, 2007. Do mesmo autor: *O Brasil Holandês*. São Paulo: Penguin e Companhia das Letras, 2010.

invasor praticamente com suas próprias forças⁹³ e esse episódio é mencionado diversas vezes nos periódicos utilizados, justamente indicando essa autonomia da província e bravura de seus cidadãos. Aos olhos do redator do *Segarrega*, Pernambuco estava em um momento de escolha entre pertencer ao Reino de Portugal, ou ao Reino do Brasil.

Assim como os demais periódicos de seu tempo, o *Segarrega* tinha como característica a publicação de inúmeras correspondências, que muitas vezes eram anônimas ou assinadas apenas com iniciais. Também era comum que os redatores escrevessem cartas e assinassem com seus pseudônimos, como no caso de Felipe Mena da Fonseca, redator do *Segarrega* que assinava como “Filarete” ou “Fila”. As cartas se apresentam nos textos como uma das mais importantes fontes de informação sobre os acontecimentos que eram publicados nas páginas dos impressos, participando dessa maneira dos debates políticos, onde havia acusações, direitos de respostas e discussões impressas que abordavam os temas constantes nos periódicos, como *independência* e *constituição*, além de conceitos como *república* e *despotismo*. Os números 13 e 14 do *Segarrega* são bastante ilustrativos para essa questão, ao publicarem correspondências que pregavam a autonomia do Reino do Brasil frente a Portugal, inclusive uma delas assinada pelo pseudônimo do redator, “Filarete”, que acusa de mentirosas as notícias que chegavam na província e propagavam os acontecimentos do Rio de Janeiro, além de questionar as medidas tomadas por Dom Pedro e pelo Soberano Congresso, que não garantiram paz na província

Mas Senhor Redator, por que fenômeno vemos em Pernambuco dois dias seguidos de sossego público? Como gozar das doçuras da paz um povo que parece destinado para o martírio? Contudo apesar dessa fatal sentença, que parece condenar o povo pernambucano ao sofrimento, o Governo achou na sua prudência, e justiça o meio de vencer todos os obstáculos, e conseguira seus fins, se dois, ou três vagabundos vindos do Rio de Janeiro, não transtornassem a sua marcha progressiva.⁹⁴

Uma dessas pessoas chamadas de “vagabundos” na correspondência provavelmente é Antonio de Menezes Vasconcelos de Drummond, que possuía vínculos com o ministério de Dom João VI, pois seu pai era muito próximo de Tomás Antônio

⁹³ MELLO, op. cit., 2004, p. 20.

⁹⁴ *SEGARREGA*, Nº 13. Pernambuco: Oficina do Trem Nacional, 3 de julho de 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

Vilanova Portugal, amigo íntimo e um dos principais ministros do monarca.⁹⁵ Na verdade, a ida de Drummond para o Recife fazia parte de um projeto que, após o Fico,⁹⁶ deveria propagar o movimento de independência, que estava limitado a São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, para outras províncias - e Pernambuco era alvo prioritário.⁹⁷ Conforme foi apontado por Evaldo Cabral de Mello em relação a Antonio de Menezes Vasconcelos de Drummond: “O propósito de Menezes era compelir a junta a proclamar o Regente chefe do poder executivo no Brasil, isento do poder executivo de Portugal”⁹⁸, sendo que o resultado não foi o esperado pelos Andradas e a autoridade de Dom Pedro, conforme veremos no decorrer de nosso trabalho, encontrou dificuldades para ser aceita nas províncias do Norte.

Há uma correspondência enviada e assinada por Francisco Xavier Cavalcante de Moraes Lins no número 13 do *Segarrega*. Ex-revolucionário de 1817, o autor da carta busca desvincular seu nome do acontecimento insurrecional e realiza diversas críticas à forma como o Tribunal de Justiça estava tratando dos casos referentes ao movimento ocorrido naquele ano. Já, no número posterior, há uma correspondência assinada como “Anônimo”, que realiza duras críticas aos deputados portugueses das Cortes. De acordo com essas críticas, os *brasilienses* não sabiam o que era a Constituição. O autor da carta afirmou ainda que Portugal era um reino pobre que precisava se unir a um reino rico, o Brasil.⁹⁹

Conforme percebemos em diversas passagens dos impressos, havia a intenção de formação ilustrados habitantes da província por meio de seus textos publicados nos impressos. No que diz respeito ao restante da América Ibérica, François-Xavier Guerra salienta a atividade das *tertúlias*, que eram atividades de letrados reunidos em prol da propagação dos ideais da modernidade política.¹⁰⁰ Nos números 3 e 4 do *Segarrega* foi publicada a proposta de formação de uma Sociedade Patriótica. Ao que parece, essa sociedade seria formada justamente por homens que estavam ligados às letras e ao

⁹⁵ MELLO, op.cit., 2004, p. 88.

⁹⁶ O acontecimento que ficou conhecido como “Dia do Fico” foi quando, em 9 de janeiro de 1822, Dom Pedro I, desacatando as ordens das Cortes de Lisboa na qual tanto ele, quanto Dom João VI deveriam retornar a Portugal, permanecendo no Brasil. Nesse mesmo ano, no dia 7 de setembro, Dom Pedro I ainda bradaria às margens do rio Ipiranga a proclamação da independência política do Brasil em relação à Portugal.

⁹⁷ MELLO, op.cit., 2004, p. 88.

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ SEGARREGA, Nº 14. Pernambuco: Oficina do Trem Nacional, 6 de agosto de 1822. 4 páginas.

¹⁰⁰ GUERRA, op. cit., 2010, pp. 85-112.

consumo do material impresso: “Oferece-se ao Público o Plano de uma Sociedade Patriótica, cujo fim é concorrer para iluminar os povos desta Província, e facilitar os meios de educação”.¹⁰¹ Quando a publicação atinge o número 15, a Sociedade Patriótica Pernambucana, que aparece como sugestão de refinamento da ilustração e da cultura, já estava formada e era liderada pelo padre Venâncio Henriques Rezende, que publicou uma correspondência nesse mesmo número. Henriques Rezende era vinculado ao redator de *O Liberal*, João Batista da Fonseca e ao jornalista Frei Caneca, responsável pela publicação do *Typhis Pernambucano*. Ainda no número 15, o *Segarrega* publicou o projeto de governo enviado pela Sociedade Patriótica Pernambucana, que tratava de questões militares, agricultura e divisão, entre as províncias, da dívida que Pernambuco tinha com a Fazenda:

Nestas circunstancias, Illm^a Ex.m^a Junta, a Sociedade Patriótica Pernambucana com todo o devido respeito se dirige a V Ex.^a representar-lhes, e instantemente requer, haja de tomar em consideração o presente objeto, e ponha em atividade todos os recursos que a Província tem colocado nas mãos de V. Excelência.¹⁰²

Existem alguns números de determinados periódicos que são fundamentais para a compreensão da problemática desenvolvida nesse capítulo de nosso trabalho. O número 17 do *Segarrega*, publicado em 11 de setembro, o primeiro desse jornal após o Grito do Ipiranga, destaca a construção do congresso no Brasil e a importância da existência de “sábios” para essa missão. Na ausência desses sábios, não faltariam homens de boa vontade que pudessem desenvolver tal tarefa. Os deputados deveriam servir à vontade geral e ao interesse comum e a Constituição deveria ser “a mais liberal das que temos visto”.¹⁰³ No número 19 foi publicado um extrato do *Correio do Rio*, no qual são abordadas a questão da independência e da adesão à União Brasileira, por parte de Montevideú. Nesse extrato há críticas ao Congresso português, que ousava atacar a liberdade e a soberania da nação brasileira.¹⁰⁴

¹⁰¹SEGARREGA, Nº 3, op. cit., 1822.

¹⁰²SEGARREGA, Nº15. Pernambuco: Tipografia Nacional, 6 de agosto de 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

¹⁰³SEGARREGA, Nº 17. Pernambuco: Tipografia Cavalcante e Cia., 11 de setembro de 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

¹⁰⁴SEGARREGA, Nº 19. Pernambuco: Tipografia Cavalcante e Cia., 18 de outubro de 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo. Neste número, a *nação* aparece como soberana, moderna e independente politicamente.

É interessante salientarmos que nos números 20 e 21 do *Segarrega* são publicados artigos da Constituição Portuguesa, abordando, entre outros temas, a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, de forma mais especificada. Levanta certa curiosidade o fato do autor se valer dessa Constituição para defender seus ideais políticos, mesmo quase dois meses após o Sete de Setembro, no caso do primeiro, e mais de quatro meses, no caso do segundo. Será que esse apego à Constituição Portuguesa se dava pela questão constitucional, ou seja, para defender o ideal de uma monarquia coexistente com um Congresso, além de ser Portugal a referência de Nação Constitucional para os habitantes da América Portuguesa? Será pelo fato do redator ainda não saber que o Sete de Setembro havia ocorrido em São Paulo, devido à longa distância entre as províncias e ao tempo que se levava para chegar uma notícia? Ou também poderia ser pela não adesão do redator do periódico, em defesa da província, à “Coligação das Províncias do Sul”? Mas isto parece ser pouco provável, devido à defesa e adesão do *Segarrega* às atitudes tomadas por Dom Pedro I e à união com a região Sul do Império, no intuito de angariar fortalecimento político para a desvinculação de Portugal. Nesse caso, mesmo levando em conta o tempo que as notícias demoravam para percorrer as longas distância dentro do Império, a primeira hipótese parece ser a mais provável.¹⁰⁵

Os acontecimentos dentro do cenário político traziam consigo a propagação dos ideais e debates políticos em Pernambuco durante o primeiro quartel do século XIX. As leituras e compra dos periódicos, realizadas nos locais de grande circulação, conforme consta em nossas fontes, mostram que o espaço público tornara-se um local de propagação de ideais e busca de esclarecimento por parte dos redatores. Os dois centros propagadores das notícias, debates e opiniões, ou seja, as tipografias localizadas no Recife, desempenharam papel importante nesse processo, conforme veremos no capítulo seguinte.

Aprofundando a pesquisa sobre os locais de aquisição do material impresso, o terceiro número de *Segarrega*, que teve sua publicação em janeiro de 1822, apresenta informações importantes sobre os estabelecimentos nos quais o periódico era comercializado:

¹⁰⁵ Ainda não devemos nos esquecer que, mesmo após o 7 de setembro, a referência de Nação Constitucional permanecia sendo Portugal, e os vínculos com a mãe-pátria se mantiveram em diversos aspectos.

Os srs. Assinantes desta folha a procurarão de ora evante: os que moram dentro do Recife, na loja de José Inácio Ribeiro, na ponte nº 42; os de Santo Antônio, na rua do Rosário, na Botica nº 140 de José Matias da Fonseca; e os da Boa Vista na praça da Botica nº 126 de João Ferreira da Cunha, onde acharão os recibos das assinaturas que ali se podem receber.¹⁰⁶

O número 2 do *Segarrega*, que veio à luz em dezembro de 1821, indica o local onde morava o redator do periódico, que era o mesmo no qual deveriam ser entregues os avisos a serem publicados. É possível que, além do consumo feito em âmbito privado, o consumo do material se desse nesse mesmo local, assim como o encontro entre leitores e anunciantes. Nesse caso, tudo leva a crer que o redator não morava onde o periódico era produzido. A respeito, lemos em *Segarrega*:

Todas as pessoas que tiverem de fazer aviso ao Público, saída de embarcações, embarcações a carregar, vendas de prédio, de gêneros, de escravos, compras, aviso de escravos fugidos, & ,& , &, e querendo-o fazer pela gazeta Segarrega dirijam-se à Praça da Boa Vista nº123, onde mora o redator.¹⁰⁷

Ou seja, isso evidencia que, a despeito da morada do redator ser, frequentemente, a tipografia, isso não configurava uma regra obrigatória. É curioso o fato do número 5 publicar um “novo” local para a aquisição do periódico, a Botica de José Martins da Fonseca. No entanto, esse local já havia sido informado em um anúncio anterior. É possível que as remessas anteriores do impresso não tenham chegado a tal estabelecimento antes, o que gerou a necessidade de um segundo anúncio.

Dentro do método de pesquisa que nos propusemos a seguir,¹⁰⁸ a forma de consumo dos ideais políticos propagados nos impressos tem sido a parte que mais apresenta obstáculos, assim como o conhecimento dos locais onde os possíveis debates podiam ocorrer. As lojas e boticas localizadas nas ruas mais movimentadas onde havia um comércio centralizado parecem ser alguns desses locais. Em passagem já

¹⁰⁶SEGARREGA, Nº 3. op. cit., 1822.

¹⁰⁷SEGARREGA, Nº2. Pernambuco: Oficina do Trem de Pernambuco, 19 de dezembro de 1821. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

¹⁰⁸ A metodologia que utilizamos para o desenvolvimento de nossa pesquisa está baseada na relação: “redação-produção”, e, de maneira menos aprofundada, consumo, do material impresso. É importante esclarecermos que a parte do consumo do material não recebe menos espaço em nosso trabalho por ser menos importante. Nesse caso, não localizamos informações em nossas fontes que nos permitam aprofundamento nessa questão tal qual fazemos quando tratamos dos responsáveis pela redação e produção dos periódicos. Sobre essa questão, ver: Ver: DARNTON, op. cit.,1990 e CHARTIER, op. cit., 1999.

mencionada do número 13 do *Segarrega*, existem pistas sobre tais espaços de circulação dos periódicos e de notícias. O texto do impresso afirma que:

Com tão atrozes calúnias, e sem outro documento mais do que proferi-lo em um botequim, casa de jogo, nas ruas, e casas de seus *rendes-vous*, destinados a estes fins, conseguiram introduzir, em uma pequena parte da plebe, e em grande parte dos Oficiais das Tropas de guarnição a má fé para com o Governo, e a adesão aos negócios do Rio de Janeiro, sem contudo saberem a natureza de tais negócios.¹⁰⁹

Essa passagem do *Segarrega* é importante para expor a relação existente entre os impressos e a oralidade. Em locais de grande circulação, como botequins, ruas e casas de jogos, onde ocorriam trocas de informações, boatos eram capazes de disseminar ideias políticas, nesse caso a adesão ao Rio de Janeiro, que eram muitas vezes eram temas dos números dos periódicos.

Os números do *Segarrega* foram impressos com nome de tipografias distintas, mas todas estavam instaladas no mesmo local. Esse mesmo local, por várias vezes trocou de nome e administração, sendo que os números 1 ao 4 ficaram a cargo da *Oficina do Trem de Pernambuco*; os números 5 ao 15 da *Tipografia Nacional*; do 16 ao 27 da *Tipografia Cavalcante & Cia*. Por fim, a partir do número 16 do *Segarrega*, a tipografia torna-se uma empresa particular.

Compreendemos, dessa maneira, a importância do *Segarrega* como um periódico que percebeu os acontecimentos políticos de seu tempo e foi sensível a ponto de mudar de posicionamento em relação às Cortes Constituintes de Lisboa, passando a desejar a instauração da Assembleia Constituinte no território do Brasil.

Com uma proposta de conteúdo textual mais contestatória em relação às decisões tomadas em Portugal e apresentando os primeiros indícios de sugestão de instauração de Cortes no Brasil e acentuado apelo para a independência política frente Portugal, destacamos a participação dos periódicos: *O Maribondo*, que teve sua publicação iniciada em 25 de julho de 1822 e existiu até o número 5, que veio à luz no dia 1 de outubro do mesmo ano; e *O Conciliador Nacional*, que trouxe seu primeiro número às ruas do Recife no dia 4 de julho de 1822 e teve sua derradeira edição, o

¹⁰⁹ SEGARREGA, N° 13. op. cit., 1822.

impressionante número 60,¹¹⁰ em 25 de abril de 1825. O primeiro tinha como redator o padre José Marinho Falcão Padilha,¹¹¹ ou padre Quintela, que esteve envolvido na redação de diversos periódicos em seu tempo. *O Conciliador Nacional* era obra do Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, que, assim como Falcão Padilha, foi um personagem vinculado à redação e produção de diversos periódicos e bastante comprometido com a atividade de redator, conforme veremos no próximo capítulo de nosso trabalho, dedicado ao estudo dos redatores dos periódicos e às tipografias.

Partindo da divisão de ideário político proposta por Evaldo Cabral de Mello, que abarca o período da independência do Brasil vivido em Pernambuco, *O Conciliador Nacional* e *O Maribondo* não compartilhavam do mesmo projeto para a formação política do Estado do Brasil, sendo que o primeiro era *unitário* e o segundo *gervarista*; no entanto, a ruptura com Portugal e independência política do Império do Brasil sob a dinastia Bragança, eram comuns aos dois periódicos.

Dentro dessa rede de impressos e autores que surgiu no primeiro quartel do século XIX em Pernambuco, é importante frisarmos alguns aspectos, como por exemplo: os debates que ocorriam entre os redatores dos periódicos com seus companheiros dessa atividade responsáveis por outras publicações; os debates que ocorriam entre os redatores dos periódicos e leitores, por meio das seções de “correspondências”; e as críticas e direitos de defesa que tinham as mais diversas personalidades envolvidas com a política do período. O primeiro número de *O Maribondo*, por exemplo, apresenta um debate entre o redator desse periódico e o autor de uma correspondência publicada no *Segarrega*, que afirmava que os redatores de *O Maribondo* foram contra a coroação de Dom Pedro I. O redator do periódico acusa “Fila” (que na verdade era Felipe Mena Calado da Fonseca, dirigente do *Segarrega*), autor do texto publicado no mesmo *Segarrega*, de mascarar os negócios do Rio ao passar as informações a Pernambuco.

O ano de 1822 é bastante singular. *O Maribondo* participou de um momento muito específico para o processo de Independência do Brasil, pois foi publicado entre os

¹¹⁰De acordo com nossos estudos, apenas os periódicos *O Conciliador Nacional* e o *Sentinela da Liberdade* chegaram a tão expressivo número de publicações.

¹¹¹ Na verdade, existem informações díspares sobre o fato de José Marinho Falcão Padilha e o Padre Quintela serem as mesmas pessoas. Para essa questão, veja o capítulo seguinte de nosso trabalho, onde são feitas análises sobre a produção do material impresso e a redação dos periódicos, bem como seu consumo.

meses de julho e outubro daquele ano, inclusive *O Maribondo* teve seu quarto número publicado no dia 7 de setembro,¹¹² quando em São Paulo, Dom Pedro bradava o famoso Grito do Ipiranga. Nesse momento histórico, segundo é possível interpretarmos a partir da leitura desse periódico, muitas pessoas estavam deixando de se considerar “portuguesas” para se tornarem “brasileiras” e essa diferenciação era remarcada pelos debates que giravam em torno dos projetos constitucionais publicados nos impressos e pelas análises que eram feitas por seus redatores acerca de temas como *constituição* e *independência*. Podemos inferir que, por ter sido produzido num contexto conflituoso, de ruptura entre a colônia e a metrópole¹¹³, e por visar à construção de um futuro Estado Nacional, o texto de *O Maribondo* buscava implementar a ideia de que o Brasil, como identidade nacional, sempre existiu, realizando um resgate histórico desde os tempos de colonização, idealizando um passado unificador de uma comunidade que, também imaginada, deveria formar o Império do Brasil:

Já tinham desaparecido mais de três séculos, depois que os portugueses deram com o fértil Continente do Brasil: venceram seus indígenas; misturaram-se com suas famílias; ensinaram-lhes suas virtudes e seus vícios; sua religião e sua impiedade; era o Brasil a vasta e riquíssima colônia de Portugal, sem que o título de Portugueses, de que gozavam os Brasileiros, lhes pudesse garantir as mesmas prerrogativas, que desfrutavam seus irmãos da Europa. Entretanto que a metrópole já *himpava* com as imensas riquezas do Novo Mundo. [...] ¹¹⁴

Os ideais políticos pareciam ganhar cada vez mais espaço na mentalidade dos cidadãos, principalmente após ocorrerem as sessões das Cortes em Portugal e com a participação, ou ausência, de deputados que representavam o Brasil nessas sessões. Essa questão aparece diversas vezes nos impressos, principalmente por reproduções de sessões das Cortes e da Assembleia Constituinte nos jornais. No número 8 do *Conciliador Nacional*, publicação que veio à luz no dia 19 de novembro de 1822, foi

¹¹² O dia 7 de Setembro de 1822 é reconhecido como a data oficial da Independência do Brasil. Nesse dia, às margens do rio Ipiranga, na cidade de São Paulo, o Imperador Dom Pedro I teria bradado a frase “Independência, ou morte”.

¹¹³ Isso não quer dizer que o redator soubesse que a independência fosse ocorrer em 7 de setembro; porém, o período parece ter sido bastante fértil para o surgimento das ideias de Estado Nacional presentes no pensamento do redator.

¹¹⁴ *O MARIBONDO*, Nº1. Pernambuco: Na Tipografia Nacional, 25 de julho de 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

reproduzido o discurso, segundo o autor, “energético, desinteressado e verdadeiro”¹¹⁵, do deputado e jornalista baiano Cipriano Barata nas Cortes de Lisboa, no qual Barata propõe uma reforma em três artigos da Constituição e a criação de juntas administrativas, às quais deveriam estar sujeitos os Governadores das Armas e as Juntas das Fazendas. Entre outros, vejamos um trecho abaixo:

Concluo pois, que volte o parecer à comissão, e que seja reformado, ordenando-se 3 artigos: [ilegível] novo arranjo das Juntas Administrativas no Brasil, ficando o Governador das Armas, e a Junta da Fazenda, sujeitos às ditas Juntas administrativas, ou governativas, como eram dantes, e derogando-se já o decreto provisório do 1 de outubro passado: 2. que se remetam ao silêncio os procedimentos da Junta de S.Paulo, Bispo, Câmara do Rio, &c. cobrindo-se tudo com o véu do esquecimento: 3. que se reforme o decreto de setembro, conservando-se o Príncipe como centro do Poder Executivo. [...] ¹¹⁶

O *Conciliador*, que ao que parece foi um dos mais duradouros periódicos surgidos na origem da imprensa pernambucana, chegando a atingir 60 números,¹¹⁷ em 25 de abril de 1825¹¹⁸, também apresenta uma postura política bastante interessante. As primeiras publicações mostram um caráter de resistência ao jugo político em relação a Portugal e um desejo de independência. Porém, existe a informação na obra de Luis do Nascimento, de que em governos posteriores ele haveria adquirido um caráter mais “conservador”.¹¹⁹ Ainda em seu oitavo número, o *Conciliador* mostra um cenário instável dentro das relações políticas entre Portugal e Brasil. Ele exalta o reconhecimento de Dom Pedro I como príncipe perpétuo e defensor do Império recém-independente, realiza fortes acusações às Cortes que haviam se instalado na antiga metrópole, denuncia seus “planos monstruosos de reconquistar o vastíssimo Brasil”,¹²⁰ e atesta, assim, o receio que esses letrados possuíam do caráter colonizador das Cortes Portuguesas.

¹¹⁵ O *CONCILIADOR NACIONAL*, Nº8. Pernambuco: Tipografia Cavalcanti e Cia., 19 de novembro de 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

¹¹⁶ Ibidem.

¹¹⁷ O *Sentinela da Liberdade* atingiu 66 números.

¹¹⁸ NASCIMENTO, op. cit., 1969, p. 33.

¹¹⁹ Não podemos atestar isso em plenitude, pois não tivemos acesso a esses números publicados posteriormente. O período foge às balizas temporais de nosso trabalho.

¹²⁰ O *CONCILIADOR NACIONAL*, Nº 8, op. cit., 1822.

O discurso de Cipriano Barata, reproduzido no artigo de abertura número 8 do *Conciliador Nacional* mostra o descontentamento em relação às medidas que estavam sendo tomadas pelas Cortes e que tiravam o poder administrativo das juntas, causando tumulto nas províncias, sendo que um dos decretos extinguiria o tribunal local. Em um trecho, o discurso de Barata, publicado por Lopes Gama, questiona:

Os Povos do Brasil escrevem, queixando-se daqueles decretos, com os que tem desorganizado as Províncias: eles clamam, que tirar das Juntas administrativas a autoridade sobre o governo das Armas, e Juntas da Fazenda, é a origem primária de todas as desordens. Por que não se há de fazer a vontade do Brasil?¹²¹

Nesse caso, os decretos soavam ao redator do *Conciliador Nacional* como características de centralização política, pois previam o a redução da ação do poder local em buscar de soluções de problemas específicos das províncias. Sendo assim, o redator do impresso acusa os decretos de causarem a “desordem”, pois, conforme percebemos nessa passagem, as questões das armas e da fazenda não estariam mais sob responsabilidade do poder local. Nesse trecho, percebemos ainda uma preocupação com a recolonização do Brasil, o que pode ser visto na frase “Por que não há de se fazer a vontade do Brasil?”. Essa preocupação atesta o caráter gradativo do processo de independência do Brasil, pois os laços com Portugal não se romperam de forma brusca.

No tocante à questão constitucional como um caminho para a independência do Brasil em relação a Portugal, o periódico *O Maribondo*, além de ser contrário a diversas medidas tomadas pelas Cortes Portuguesas e defender a instauração das Cortes no Brasil, criticava os privilégios dos portugueses e afirmava sua adesão à “causa das Províncias do Sul”, que era o projeto de independência vinculado a Dom Pedro I, afirmando, em um chamado aos “Povos do interior”, que em 1817 Pernambuco estava isolado do Sul, mas agora todos estavam juntos contra o inimigo europeu:

Há cinco anos, que retumbou entre os [ilegível] o grito da Liberdade, mas em que tempo? [...] no tempo em que se pronunciar o nome da Liberdade era crime! [...] Então pretendemos uma separação absoluta, hoje queremos uma união decorosa [...] hoje se reúnem as Províncias do Rio de Janeiro, de

¹²¹ Ibidem.

Minas, de S. Paulo, do Rio Grande do Sul, de Montevidéu, do Rio Grande do Norte da Paraíba das Alagoas, e da Bahia. [...] ¹²²

Prosseguindo nessa argumentação, no parágrafo seguinte afirma: “O Chefe do Poder Executivo no Brasil é o mais amável dos Príncipes, o Senhor Dom Pedro de Alcantara, o digno Descendente do Marechal invicto”. ¹²³ O termo “brasileiros” chega a ser bastante utilizado no quinto número de *O Maribondo*, publicado no dia 1 de outubro de 1822, primeiro número lançado após a data hoje considerada oficial da Independência do Brasil, 7 de setembro.

Pouco mais de um mês após o Grito do Ipiranga, exatamente no dia 19 de novembro de 1822, o *Conciliador Nacional* fazia questão de destacar a união das províncias em torno do projeto encabeçado pelo Rio de Janeiro e esse momento parece ser aquele no qual a antiga colônia e agora Império do Brasil mais se distanciou do caráter de mosaico que possuía até então. Nesse sentido, as Cortes de Lisboa, outrora vistas como grande referência de um Império constitucional, agora soavam como um grande perigo que poderia trazer o Brasil novamente à condição de colônia de Portugal. Sobre essa questão, o padre Lopes Gama escreveu:

Ma deixemo-los entregues aos seus planos monstruosos de reconquistar o vastíssimo Brasil em semelhantes conjunturas, e no estado de suma pobreza, em que se acham; em tanto que nós reunidos em uma só vontade (a de ser livres) tendo por nosso Garante [sic.]o amado Príncipe, que o Céu nos destinou para nossa ventura, cuidamos em defender-nos com todas as forças, e por todos os meios que estão ao nosso alcance, pugnando até a morte pelos nossos direitos, e pela justa causa, que abraçamos, e temos jurado sustentar. ¹²⁴

De fato, a partir do momento em que as Cortes Constituintes passaram a ser vistas pelos redatores dos periódicos como uma ferramenta da classe política portuguesa que poderia trazer o Brasil de volta à condição de colônia, as tensões entre os portugueses que viviam na América, cada vez mais identificados com uma identidade brasileira idealizada, ¹²⁵ e aqueles que viviam na metrópole, se tornaram cada vez mais

¹²² *O MARIBONDO*, Nº2. Pernambuco: Tipografia Nacional, 12 de agosto de 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

¹²³ *Ibidem*.

¹²⁴ *O CONCILIADOR NACIONAL*, Nº 8, op. cit., 1822.

¹²⁵ Para a questão da idealização da nação “imaginada” como unificadora de um grupo de indivíduos, utilizamos como base teórica a seguinte obra: ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

incisivas. Segundo *O Maribondo*, os portugueses que quisessem viver em Pernambuco, deveriam aceitar a Independência do Brasil. Nas palavras do padre Marinho José Falcão Padilha, ou padre Quintela:

=O Brasil não tornará a ser Colônia; nem escravo=, que de duas uma, ou se ao de unir com os defensores da terra, que lhes tem servido de Mãe, ou desaparecer do seio de uma Mãe justamente irritada; na certeza de que jamais tornarão a exercer o ofício de carrasco contra seus filhos¹²⁶

Mesmo tendo esses dois periódicos -*O Maribondo* e *O Conciliador Nacional* - propagado a ideia de independência, lembramos mais uma vez que esse processo não representou uma ruptura brusca com as formas de política do Antigo Regime e isso se torna evidente quando redatores de periódicos como *O Conciliador Nacional*, por exemplo, deixam bem claro que a monarquia deveria continuar sendo o regime adotado e a república não servia para o Império do Brasil. Sobre a questão das permanências das características do universo do Antigo Regime presentes na sociedade que se constituía dentro do modelo de modernidade política proposto por François-Xavier Guerra,¹²⁷ a nação se tornava soberana frente ao monarca e o indivíduo aparecia com um ser político. Luiz Geraldo Silva destaca que no caso de Pernambuco, as classes desfavorecidas, majoritariamente negros e pardos livres, estavam situadas entre dois horizontes ideológicos que permeavam suas perspectivas políticas e sociais, que se tratam do iluminismo, que havia agitado a Europa, e do ideário barroco, que permanecia como uma das formas de visão do mundo daquelas pessoas.¹²⁸

Dessa forma, nos parece mais compreensível a ideia de que, em meio a tantas repúblicas, o Brasil tenha permanecido como um império, sem que, aos menos no período que abordamos em nosso trabalho, a república tenha sido propagada abertamente como uma forma plausível de governo para o Estado brasileiro. Em seu oitavo número, combatendo rumores de que a independência representaria uma vitória do ideal republicano, boatos esses surgidos após o Imperador utilizar um laço verde no pescoço com os dizeres “Independência ou morte”, o padre Lopes Gama, destaca que o movimento de independência deveria ser distinto do que ocorrera em 1817 e afirma que:

¹²⁶*O MARIBONDO*, N°2. op. cit., 1822.

¹²⁷ GUERRA, op. cit., 2010.

¹²⁸ SILVA, Luiz Geraldo. Op. cit., 2005, p. 926.

E basta trazê-lo [o laço verde] S. A. R. ao pescoço para se desvanecerem todas essas invocativas de república, pois é preciso ser muito tapado para se persuadir, que um príncipe, que é as delícias de um Povo numeroso, seja o principal Demagogo de uma Democracia, cujo fundamento é nivelar todas as condições. A palavra - independência- não é sinônimo de - República – Os Brasileiros amando a seus irmãos da Europa, desejando sua amizade, só não querem viver sob julgo da velha Metrópole [...] As ideias Republicanas no Brasil só ocupariam as cabeças vertiginosas de um punhado de loucos que querem por em prática até Romances. [...] O Governo Republicano (diz o sábio Mably) é feito para o Céu: o Monárquico para o Mundo, e o despótico para o inferno.¹²⁹

O terceiro número de *O Maribondo*, que foi publicado no dia 22 de agosto de 1822, traz um debate entre o redator do periódico e outro personagem do cenário político em Pernambuco, na primeira metade dos oitocentos já falado em nosso trabalho, o padre Venâncio Henriques Rezende.¹³⁰ Esse debate é interessante por mostrar uma discussão feita, parágrafo por parágrafo, a partir de uma carta enviada pelo Padre Venâncio, e apresenta um importante conteúdo sobre o conceito de *república*, onde o dirigente de *O Maribondo* se mostra hesitante em relação à instauração desse modelo político de Estado, enquanto o autor da carta parece defender o regime republicano. Sobre essa questão, José Marinho Falcão Padilha afirmou que:

Se a Democracia do Sr. Reverendo [padre Venâncio] é temperada por uma Constituição, qual a Lusitana, está v.m. na ordem: porquanto o que se censura é a pretensão de formar-se da nossa província um Estado independente, governado por uma República. Se essa pretensão é falsa, nós nos alegramos muito; mas se é verdadeira, nós com v.m: lhe chamamos falta de patriotismo, e um atentado, querendo dar a um Povo um Governo, que lhe não convém nas suas atuais circunstâncias.¹³¹

Dessa forma, além do redator do periódico destacar que Pernambuco ainda não estava preparado para um regime republicano, é interessante notar nessa passagem a

¹²⁹ *O CONCILIADOR NACIONAL*, Nº 8, op. cit., 1822. Pernambuco: Tipografia Cavalcanti e Cia., 19 de novembro de 1822. 4 páginas. Nessa citação, o “sábio Mably” que aparece mencionado, provavelmente, se trata de Gabriel Bunnott de Mably, religioso e pensador francês que viveu durante o século XVIII e estava inserido no espírito iluminista de sua época, realizando diversas críticas ao Antigo Regime e a nobreza. Sobre sua vida e obra, ver: BÖDEKER, Hans Erich e FRIEDEMANN, Peter. *Gabriel Bonnot de Mably: Textes politiques 1751-1783*. Paris: L’Harmattan, 2008.

¹³⁰ O Padre Venâncio Henriques Rezende ainda protagonizou um importante acontecimento, conforme consta no primeiro número do periódico *O Liberal*, e veremos no capítulo seguinte.

¹³¹ *O MARIBINDO*, Nº3. Pernambuco: Na Tipografia Nacional, 22 de agosto de 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

questão da autonomia local sendo levantada, num momento em que o regime republicano não tinha sido abordado tendo em mente o Brasil, mas sim a província pernambucana. Ainda podemos perceber nesse trecho do periódico a manutenção da ideia de monarquia constitucional como a proposta de governo mais viável para aquele momento, utilizando como exemplo a Constituição portuguesa e relacionando-a ao modelo ideal a ser seguido.

O número 18 do *Conciliador Nacional*, publicado no dia 31 de maio de 1823, após instalação da primeira Assembleia Constituinte do Brasil, que ocorrera em 3 de maio desse mesmo ano,¹³² mostra que o redator pretendia cobrar os deputados e ministros por suas ações no Congresso Brasileiro. Os “ilustres representantes de um Povo”¹³³ deveriam manter a soberania do Império do Brasil perante sua antiga metrópole, o que não impede que o autor mencione as Bases da Constituição Portuguesa como referência para a Constituição que deveria ser elaborada para o Brasil. O Padre Lopes Gama se mostra insatisfeito pelo fato de que o Ministro da Guerra, João Vieira de Carvalho, havia determinado a formação de uma tropa estrangeira para o contingente militar do Império, e questionava:

Um Imperador Constitucional, realmente amado de seu Povo, que generoso lhe deu o Trono do Brasil, necessita de Tropas Estrangeiras para a sua guarda, como se vivera entre inimigos? Não tem ele os valentes braços de seus fiéis Brasileenses para o defenderem, e sustentarem?¹³⁴

Ainda segundo o redator de *O Conciliador Nacional*, essa medida poderia causar “ciúmes patrióticos” entre os portugueses que serviriam ao Imperador e às tropas brasileiras. Nesse mesmo número, o padre Lopes Gama destaca a importância da liberdade de imprensa para a construção de uma nação constitucional, nação essa que, segundo o dirigente do periódico, deveria ser soberana frente a todos os que a representavam. Além disso, afirmou que os interesses pessoais deveriam ser deixados de lado. Sobre essa questão, Denis Bernardes diz: “[...] isto tudo implicava também a redefinição da soberania, deslocada então do rei para a nação, exigindo definir-se as formas de representação - e controle - dos diversos interesses sociais”.¹³⁵ Este tema

¹³² *O CONCILIADOR NACIONAL*, Nº 18. Pernambuco: Tipografia Cavalcante e 1823. 4 páginas. Para a questão da instauração da Assembleia Legislativa no império do Brasil, ver: SLEMIAN, op. cit., 2009, pp. 87-108.

¹³³ *O CONCILIADOR NACIONAL*, Nº 18. op.cit., 1823.

¹³⁴ *Ibidem*.

¹³⁵ BERNARDES, op. cit., 2006, p. 408.

também é debatido por François-Xavier Guerra, ao apontar a soberania da nação em um novo momento político vivido na América, o qual o autor chama de *modernidade*. Nesse caso, as formas de transmissão de conhecimento e participação no debate político fizeram do indivíduo um novo ser social, que durante o Antigo Regime estava submerso em corporações e outros tipos de grupos ou instituições.¹³⁶

Dessa forma, tanto *O Maribondo* quanto *O Conciliador Nacional* se destacam pelo debate acerca da Independência política¹³⁷ frente a Portugal e sugerem um vínculo ao projeto de independência desenvolvido no Sul do Império, pelos Andradas, na cidade do Rio de Janeiro,¹³⁸ em detrimento das questões locais, inclusive reconhecendo Dom Pedro I como monarca soberano do Império do Brasil. A defesa da instalação da Assembleia Constituinte no Brasil e a ruptura com Portugal, além dos rumos que o Império do Brasil deveria tomar após a Independência são temas frequentes nas folhas dos periódicos.

Cabe fazermos algumas observações em relação à aquisição e consumos desses dois periódicos. Ambos possuíam o mesmo valor para compra. Eram vendidos por 80 réis, o que os coloca dentro do padrão dos periódicos de seu período. Apenas o número 13 de *O Conciliador Nacional* custou 100 réis, conforme mostrado por Alfredo de Carvalho.¹³⁹ A aquisição de *O Conciliador Nacional* poderia ser feita na loja da pracinha do Livramento nº 60.¹⁴⁰ No caso de *O Maribondo*, não possuímos informações sobre os locais onde era vendido e sua periodicidade não foi muito regular, publicando um ou dois números por mês, lançando um número em julho de 1822, dois números em agosto, um em setembro e, por fim, o último número em outubro desse ano. Quando se trata do tempo que levava entre a publicação de um número e outro, *O Conciliador Nacional* também não apresentou regularidade, tanto que o intervalo entre os números 8 e 9 foi de dois meses.¹⁴¹ Em se tratando do formato material, esses dois periódicos eram parecidos: enquanto *O Conciliador Nacional* media 28x21, as medidas de *O Maribondo* eram

¹³⁶ Essa questão é trabalhada na obra já citada do autor: GUERRA, 2010.

¹³⁷ A independência política dizia respeito à possibilidade do Império do Brasil, como corpo autônomo, criar, por meio da Assembleia Soberana, seu próprio código de leis. Conforme ansiavam os redatores dos periódicos, essa legislação emanaria da reunião dos deputados em Assembleia.

¹³⁸ O projeto para a Independência do Brasil, elaborado no Rio de Janeiro pelos Andradas, grupo político liderado por José Bonifácio de Andrada e Silva, previa a separação política em relação a Portugal e a manutenção da dinastia dos Bragança no poder, tendo o Rio de Janeiro como capital do Império do Brasil. Sobre essa questão, ver: SILVA, Ana Rosa Cloquet da. op. cit., 2006, pp. 337-411.

¹³⁹ CARVALHO, Alfredo de. op. cit., 1908, p. 66.

¹⁴⁰ Ibidem.

¹⁴¹ NASCIMENTO, op. cit., 1969, p. 32.

28x22 e ambos tinham o texto dividido em duas colunas, o que era muito comum nos periódicos deste tempo.

A impressão dessas duas folhas foi feita no mesmo equipamento tipográfico dos periódicos mostrados anteriormente em nosso trabalho que, enquanto tipografia, teve seu nome alterado diversas vezes. No caso de *O Conciliador Nacional*, os números 1 ao 8 foram impressos na *Tipografia Nacional*; do número 9 ao 37 na *Tipografia Cavalcante e Companhia* e por fim, entre os números 38 e 60, a tipografia voltou a se chamar *Tipografia Nacional*. A trajetória dessa empresa tipográfica será abordada no capítulo seguinte. O periódico *O Maribondo* também enfrentou esse processo de mudança de nomes e de direção da tipografia: do número 1 ao 3, consta que a impressão foi feita na *Tipografia Nacional* e os números 4 e 5 apresentam o nome da *Cavalcante e Companhia* como empresa responsável por sua produção.

Existe uma passagem em *O Maribondo* que indica a existência de uma estratégia do seu redator em convencer os leitores de que seu primeiro número havia sido bem recebido pelo público. Esse trecho se encontra no segundo número da folha dirigida pelo padre Quintela – José Marinho Falcão Padilha –, que em seu texto de abertura, destaca: “O geral acolhimento, que obtive o 1º N° de nosso magro Periódico, nos fez crer, que não devemos desesperar da salvação da Pátria”.¹⁴² Em seu quarto número, publicado no dia 7 de setembro, quando Dom Pedro I bradava o famoso Grito do Ipiranga, há uma carta publicada que foi assinada por uma pessoa que se intitula “Constitucional de fato, e de direito”,¹⁴³ que também indica pistas sobre o consumo do periódico: “Há muito tempo que era preciso em Pernambuco um Periódico que formasse a opinião publica [...] o rápido consumo, que teve o N° 1 de seu Maribondo, preenchendo completamente o espírito Constitucional [...]”.¹⁴⁴

No entanto, dentro de nossa proposta metodológica, a etapa que diz respeito às formas de leitura e público leitor dos impressos ainda é um ponto problemático. Mas, devido ao debate que ocorria entre os redatores dos periódicos, há algo que podemos afirmar com maior certeza: os próprios redatores também eram consumidores dos

¹⁴² *O MARIBONDO*, N°2. op. cit., 1822.

¹⁴³ Tendo em vista que os redatores dos periódicos utilizavam pseudônimos, por exemplo, Felipe Mena Calado da Fonseca, que assinava as correspondências que escrevia como “Filarete”, é possível que a carta publicada e assinada como “Constitucional de fato, e de direito” tenha sido escrita pelo próprio dirigente de *O Maribondo*.

¹⁴⁴ *O MARIBONDO*, N°4. Pernambuco: Na Tipografia Nacional, 7 de setembro de 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

jornais que circularam em Pernambuco no primeiro quartel do século XIX. Conforme estamos mostrando em nosso trabalho, havia citações, com críticas ou elogios, das folhas inseridas em outros periódicos.

Dentro desse primeiro momento da imprensa periódica pernambucana, há um grupo de impressos no qual a ideia de “inimigo”, que antes cabia ao *absolutismo* e ao *Antigo Regime*, foi aplicada aos ministros que estariam ludibriando o Imperador e o influenciando a tomar medidas despóticas. Os impressos que estudamos e que possuem essas perspectivas em seus textos são: *O Escudo da Liberdade do Brazil*, que circulou de 26 de julho a 14 de novembro de 1823, e teve durante sua jornada dois redatores: o padre Francisco Agostinho Gomes, que foi deputado nas Cortes de Lisboa e se recusou a jurar a constituição, fugindo para Pernambuco¹⁴⁵ e seu substituto, o Capitão João Mendes Viana.¹⁴⁶ O outro periódico representante do pensamento político que voltava suas críticas aos ministros e que também exerce um papel muito importante como fonte de estudo para nosso trabalho foi o *Sentinela da Liberdade*, que tinha como redator Cipriano Barata.

No ano de 1823, a Soberana Assembleia do Brasil foi criada e, quando ainda dava os primeiros passos na sua experiência constitucional, foi extinta, dando margem a uma ampla discussão sobre o papel do Imperador nessa questão, que na maioria das vezes aparecia como um homem puro e de caráter liberal que estava sendo vítima das más intenções dos governos e, principalmente, do ministério do Rio de Janeiro, que estaria influenciando o Imperador para que ele tomasse medidas despóticas.

Em seu primeiro número, publicado em uma terça-feira, dia 26 de julho de 1823, o redator do *Escudo da Liberdade do Brazil* mostrou concretamente quais eram seus propósitos com o impresso. Ele afirma, revelando seu principal objetivo:

Compreenderei noticiar o estado progressivo da Ordem Constitucional em todos os países que a tem adotado, em seus feitos de armas para conservarem; porque a felicidade, os triunfos das Nações que heroicamente se esforçam e pugnam por serem livres, devem interessar a nossa causa.¹⁴⁷

¹⁴⁵ NASCIMENTO, op. cit., 1969, p. 31.

¹⁴⁶ Não conseguimos identificar com exatidão a partir de qual número ocorreu a troca de redatores do periódico.

¹⁴⁷ *ESCUDO DA LIBERDADE DO BRAZIL*, Nº1. Pernambuco: Tipografia Cavalcante e Companhia, 25 de julho de 1823. 4 páginas. Biblioteca Nacional. Obras Raras. Loc.p 19, 3, 50.

Conforme apresentado nos textos do periódico, o ideal a ser propagado e defendido pelo *Escudo* era a existência de uma monarquia constitucional, pela qual o Imperador deveria garantir esse sistema, afim de que a paz fosse mantida no império:

A nossa mesma liberdade, a nossa segurança pessoal, a tranquilidade pública, a segurança do país, o Sistema Constitucional que temos tantas vezes proclamado, a mesma Monarquia Constitucional que havemos adotado, o nosso adorado Imperador Constitucional que temos aclamado, a estabilidade de seu Trono: todos estes importantíssimos objetos à nossa felicidade, exigem desenvolvimento de nosso zelo, os esforços de nosso patriotismo. [...]¹⁴⁸

Com um discurso bastante aprofundado nas questões políticas, o *Sentinela da Liberdade* já atentava para os perigos provenientes da falta de limites no poder exercido por Dom Pedro I, situação que estava ficando cada vez mais perigosa, principalmente após o Imperador publicar suas intenções de se tornar generalíssimo e comandante em chefe das Forças Armadas.

Meditei bem sobre ele [discurso do imperador] e conheci que há razão de queixas [...] pelas três passagens: Generalíssimo desse Império – e logo depois – que tenho a glória de Comandar em Chefe – e no último parágrafo – em que ele sem amor à vida e só à Pátria, conduzirá ao campo da honra &c.¹⁴⁹

Mais adiante Cipriano Barata continua, afirmando que o imperador estava tomando uma medida que poderia prejudicar todo o Império, caso ele fosse morto em batalha:

Antes, louvamos a Deus por nos haver colocado sobre o trono por meio da nossa imediata escolha, vontade e aclamação um Magnânimo Imperador. Mas, ao mesmo tempo não posso aprovar a sem-razão com que nosso Augusto Herói, fogoso pela idade e temperamento, não duvida sair ao campo de batalha, arriscando não só a vida, mas até o Império.¹⁵⁰

O autor de *Sentinela da Liberdade*, que parece prever os perigos que a Constituição do Império estaria por enfrentar, no debate com a fala do Imperador aos

¹⁴⁸ Ibidem.

¹⁴⁹ *SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO ALERTA!*. Nº 5. Pernambuco, Tipografia Cavalcante e Companhia, 23 de abril de 1823. 4 páginas, *apud* .MOREL, Marco (org.). *Sentinela da Liberdade e outros escritos*. São Paulo: Edusp. 2008, p. 192.

¹⁵⁰ Ibidem p.193.

soldados questiona as medidas do monarca, alegando que os poderes não poderiam ser misturados ou geridos pela mesma pessoa, que, como qualquer ser humano, estava sujeito a se corromper. Continuando em sua argumentação, Cipriano Barata destacou o seguinte: “Generalíssimo dos Exércitos do Brasil deve ser quem se aplique tão-somente à guerra. O nosso Imperador deve estudar política e outras [ilegível] que o coadjuvem a bem governar”. E, em seguida, conclui, peremptoriamente:

Além disso, não queremos um imperador que adquira os hábitos duros e cruéis da guerra. Sim, desejamos que se acostume desde já a ser Manso, Humano e Compassivo [...] o nosso imperador há de ceder aos desejos do Brasil, que O escolheu para seu Chefe, Amigo virtuoso e Patriota, e não se transformar em um duro, cruel Aquiles.¹⁵¹

Em ambos os periódicos, ou seja, no *Sentinela* ou no *Escudo*, as críticas mais acentuadas em relação ao caráter conservador que a política estava tomando no Império caem sobre os ministros,¹⁵² que estavam colocando empecilhos para o desenvolvimento de uma política constitucional de fato, contribuindo para a dissolução da Assembleia Constituinte. Segundo os impressos, o ministério do Rio de Janeiro estava influenciando de maneira negativa as ações do Imperador que, por ingenuidade, agia conforme era manipulado por essas pessoas. Vejamos uma passagem do *Sentinela* sobre essa questão:

É preciso advertir todos os bons patriotas que o empenho dos ministros é enganar o Imperador, e juntamente obrigar os povos do Brasil a receberem por meio do terror uma Carta de Constituição feita a gosto e proveito dos mesmos ministros.¹⁵³

¹⁵¹ Ibidem p. 194.

¹⁵² O ministério de Dom Pedro I era formado por dez membros sendo: José Bonifácio de Andrada e Silva e como Ministro do Império e Estrangeiros 1º Gabinete de Dom Pedro I; José Joaquim Carneiro de Campos, 2º Gabinete de Dom Pedro I; Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Ministro da Fazenda e justiça; Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Ministro da Fazenda 1º Gabinete de Dom Pedro I; Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Ministro da Fazenda 2º Gabinete de Dom Pedro I; Luis Pereira da Nóbrega, Joaquim de Oliveira Álvares e João Vieira de Carvalho, cumprindo a função de Ministros da Guerra; Manuel Antônio Farinha e Luís da Cunha Moreira, Ministros da Marinha. A relação de Ministros do Império do Brasil pode ser consultada no site do Governo do Brasil, em: <http://www.fazenda.gov.br/institucional/galeria-dos-ministros/imperio-primeiro-reinado>. Segundo os impressos pernambucanos, principalmente aqueles que circularam no ano de 1823, essas pessoas eram responsáveis pelas medidas despóticas que estavam sendo tomadas pelo Imperador Dom Pedro I, inclusive pela perseguição política e violência praticada contra aqueles que eram contra as medidas tomadas pelo governo central. Sobre a atuação dos deputados “andradinos” na Corte do Rio de Janeiro, ver: SILVA, Ana Rosa Cloquet da. op. cit., 2006. pp. 337-360.

¹⁵³ *SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO ALERTA!*. Nº 9. Pernambuco, Tipografia Cavalcante e Companhia, 3 de maio de 1823. 4 páginas, *apud* MOREL, (org.), p.209.

O *Escudo da Liberdade do Brazil* atuou de maneira bastante acentuada na crítica aos ministros que, segundo o impresso, agiam de forma negativa, influenciando o Imperador a tomar medidas despóticas no projeto constitucional que estava sendo elaborado. Ao analisar a fala de José Bonifácio na Assembleia Constituinte, que além de deputado também era Ministro de Estado, o periódico destaca que:

Da que se pode inferir que no conceito de nosso orador toda a Constituição que limitar o Poder do Monarca e fizer o Corpo Legislativo independente, e assaz poderoso para legislar em benefício do povo, e defendê-lo de toda a arbitrariedade do Poder Executivo, é demagogia e anarquia.¹⁵⁴

No suplemento do *Escudo* N°3, lançado após a queda do “despótico” ministério dos Andradas¹⁵⁵, é feita uma menção a Cipriano Barata, autor do *Sentinela*, como uma pessoa que sempre havia, por meio de seus impressos, combatido esse ministério. Arelada à ação ludibriadora dos ministros sobre o Imperador, vinha a questão da repressão, que esses mesmos ministros impunham sobre aqueles que eram contra as medidas que estavam sendo tomadas pela Corte do Rio de Janeiro. O *Escudo* destaca a ação de violência contra o indivíduo e a arbitrariedade com que processos eram abertos e julgados, alertando para a perseguição pessoal sofrida, principalmente antes da deposição do ministério dos Andradas.

Está no Rio de Janeiro o Ministério completamente autorizado, ou para melhor dizer está apossado do direito de arbitrariamente prender, desterrar, abrir devassas, e continuá-las, pelo que já fica exposta a liberdade individual naquela Corte não existe: e por uma consequência infalível a liberdade política e pública não poderá se estabelecer que seja real e subsistente.¹⁵⁶

As acusações de censura e repressão feitas no periódico *Sentinela da Liberdade* são bastante acentuadas, principalmente em torno da ação de grupos de espões mercenários que eram contratados pelos ministros para delatarem aqueles que eram a favor do plano constitucional e contrários às medidas que estavam sendo tomadas pelo ministério do Rio de Janeiro:

A palavra terror público, que é o de que tratamos aqui, significa um medo horrível que se apodera de qualquer povo por meio de procedimentos cruéis e

¹⁵⁴ *ESCUDO DA LIBERDADE DO BRAZIL*, N°3. Pernambuco: Tipografia de Cavalcante e Cia, 12 de agosto de 1823. 4 páginas. Biblioteca Nacional. Obras Raras. Loc.p 19, 3, 50.

¹⁵⁵ Após a queda do ministério dos Andradas, a Assembleia Constituinte foi dissolvida, o que gerou grande insatisfação para aqueles que possuíam a Constituição como horizonte ideológico.

¹⁵⁶ *ESCUDO DA LIBERDADE DO BRAZIL*, N°3, op. cit., 1823.

perseguições do Governo, ou seja, por via de continuadas vexações arbitrárias, de pancadas. Cadeias [ilegível] &c., ou seja, por via de devassas, pesquisas por meio de espias, denúncias, exportações ou degredos, cartas em branco, assassinatos clandestinos, &c. Esta ideia e admissão do terrorismo procede sempre da maldade do Governo ou Ministério.[...] ¹⁵⁷

Em um parágrafo posterior, deferindo intensas críticas aos ministros, conforme característica do periódico, Barata destacou que:

Eis aqui, pois, o estado violento e lastimoso em que se acha a Corte do Rio de Janeiro. Como se pretende formar e instituir uma Constituição [ilegível] vontade dos Ministros, que é o mesmo que dizer que ficamos escravos [ilegível] e só com sombra de Constituição. Por isso os ministros têm estabelecido ali o sistema de terror e das devassas e denúncias. ¹⁵⁸

Segundo Barata, os ministros estariam elaborando um plano para que o Imperador jurasse uma Constituição desenvolvida apenas por eles, deixando de lado o papel que deveria ser desempenhado pelos deputados em Assembleia:

Os Ministros do Rio pretendem que o Brasil engula a força uma Constituição que, com muito artifício é despótica. Constituição dependente deles, quase inútil para os povos e muito cômoda e própria à grandeza de uma Corte fraudulenta e corrupta, e dos mesmos Ministros, seus sequazes e órgãos. ¹⁵⁹

A questão da censura é levantada por diversos autores, que apontam o consumo de obras proibidas, que, mesmo sob repressão, eram contrabandeadas e chegavam, inclusive da Europa, por meio de navios que aportavam nas grandes cidades. ¹⁶⁰ Evaldo Cabral de Mello destacou que em meio às tensões causadas pelas possibilidades de aderir às Bases da Constituição Portuguesa ou à autoridade emanada por Dom Pedro I, a censura foi um tema polêmico no que diz respeito à relação existente entre Pernambuco e o poder originário no Rio de Janeiro. ¹⁶¹

¹⁵⁷ MOREL, (org.) op. cit., 2008. p. 207. Conforme nota publicada pelo organizador, por conta desse número, Cipriano Barata foi processado por crime de imprensa.

¹⁵⁸ Ibidem.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 208.

¹⁶⁰ Para a questão da censura e da circulação de impressos proibidos na América Portuguesa até o século XIX, ver: MORAES, Rubens Borba de. Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial. Brasília: Buiquet de Lemos, 2006, pp. 58-67; NEVES, Lúcia Maria Pereira das. e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). Quatro Novelas em tempos de D. João. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008, p. 10. Ver também: JANCSÓ, op. cit., 1997, pp. 400 - 401.

¹⁶¹ MELLO, op. cit., 2005, p. 95.

Percebemos que a propagação dos ideais desses redatores e a inserção dos debates políticos nos primeiros periódicos surgidos na imprensa pernambucana nem sempre era algo facilmente executado e tolerado pelas autoridades do governo central, emanado a partir da cidade do Rio de Janeiro. Muitas vezes era preciso mais do que vontade para imprimir e propagar seus ideais. Também era necessário ter coragem.

As novas possibilidades de sociabilidade e de participação na vida política do reino por meio da palavra impressa, principalmente por grupos sociais que haviam sido excluídos desses debates, vinham ganhando força a partir da instalação da Corte na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1808. A proximidade entre o centro administrativo e os habitantes fez com que esses, influenciados pelas transformações que ocorriam no mundo ibérico, estivessem a par das decisões tomadas pelo poder central com maior rapidez do que quando o monarca vivia em Lisboa.

Conforme temos visto, esse novo modelo social que se estruturava na colônia portuguesa e, posteriormente, Império do Brasil, trazia para os espaços públicos as discussões acerca dos acontecimentos políticos. Nesse sentido, em nossa proposta de pesquisa, buscamos informações sobre os locais para aquisição dos periódicos que pertencem a esse grupo. Abaixo reproduzimos um anúncio feito no último número de *O Liberal*, que propõe uma parceria com o periódico de Cipriano Barata para as vendas de ambos os impressos e também sugere uma espécie de promoção:

Quem quiser assinar a Sentinela da Liberdade, e o Liberal dirija-se na Boa Vista à Tipografia de Miranda, em S. Antonio à loja de José Gonçalves de Faria na rua do Rosário, ao pé da quina do Cabugá, ou na imediata de Bernardino de tal; e no Recife na Casa do Comércio. A assinatura é de uma pataca mensal por ambos os periódicos, e todos os suplementos, e papéis avulsos do Redator serão dados aos assinantes de graça: a assinatura será paga adiantada, e os periódicos serão procurados pelos assinantes nos lugares mencionados. Sairá o Liberal na terça-feira, e a Sentinela no Sábado, impreterivelmente.¹⁶²

¹⁶²*O LIBERAL*, Nº 19. Pernambuco: Tipografia de Cavalcante e Companhia, 13 de fevereiro de 1824. 4 páginas. Loc. MR – XIX L – 15a.

Além desses locais, o *Sentinela da Liberdade* também poderia ser encontrado para compra, às quartas-feiras e aos sábados na Pracinha do Livramento, nº60,¹⁶³ local onde também era possível encontrar outras gazetas estudadas em nosso trabalho. A periodicidade do *Sentinela da Liberdade* é uma questão que merece destaque. Enquanto a maioria dos periódicos publicava em média dois números por mês, o impresso de Cipriano Barata possuía a quantia de duas publicações por semana, até se tornar diário.

A presença dessas informações nos impressos é importante para termos conhecimento de locais nos quais podiam ser lidos e debatidos. Temos mostrado por meio da reprodução de anúncios dos locais de venda, estabelecimentos que distribuía os periódicos. Dessa forma, podemos pensar que esses mesmos estabelecimentos eram frequentados por seus redatores e por seus tipógrafos, e que aí se processavam os debates políticos que se propagavam oralmente, atingindo inclusive aqueles que não sabiam ler. Todavia, não é possível afirmar se existiam redutos onde a frequência era exclusivamente de membros de determinada vertente política. Em relação ao *Escudo da Liberdade do Brasil*, não localizamos informações nos números do periódico sobre os lugares onde podia ser adquirido. No entanto, os espaços públicos, como mercados e ruas com lojas e boticas, além da própria tipografia, muito provavelmente eram locais para a aquisição e leitura desse impresso. Não podemos esquecer ainda, que os próprios redatores eram consumidores dos periódicos dirigidos por outras pessoas, além de ajudarem em suas divulgações.

No tocante à colaboração que existia entre os redatores de diferentes folhas, encontramos no número 35 do *Sentinela*, publicado em 2 de agosto de 1823, um anúncio, que faz a apresentação do *Escudo*, no qual, mesmo não constando seus locais de venda, há a demonstração de que Barata desejava propagar a recém-criada folha periódica. Ele escreveu o seguinte, a respeito do *Escudo*:

Saiu a Luz a excelente folha *Escudo da Liberdade*. O público deve aproveitar este trabalho, que é do Padre Francisco Agostinho Gomes, Ex-Deputado pela Bahia. Seu merecimento e virtude são bem conhecidos. Ele não precisa elogios, porque os tem em si mesmos.¹⁶⁴

¹⁶³ NASCIMENTO, 1969, op. cit., p.44. Devido a um anúncio, sabemos que o periódico *O Conciliador Nacional* também era comercializado nesse estabelecimento, localizado na Pracinha do Livramento, nº 60.

¹⁶⁴MOREL, (org.), op. cit., 2008. p. 367.

No tocante ao valor a ser pago por essas folhas, havia uma notável diferença: enquanto o *Sentinela da Liberdade* era vendido a 40 réis o número, para o consumidor adquirir um exemplar do *Escudo da Liberdade do Brazil*, deveria desembolsar 80 réis, o dobro do valor do periódico de Cipriano Barata. Porém, em ambos os periódicos houve variações desses valores e, a partir do número 14, o *Escudo da Liberdade do Brazil* passou a ter 6 páginas e a custar 100 réis o exemplar. Percebemos que nesses números em que houve o acréscimo de páginas, o impresso passou a publicar e a debater os artigos da Constituição do Império do Brasil. Segundo Alfredo de Carvalho, a mudança do tom do discurso do jornal ocorreu devido à troca de redator, o que trouxe um caráter mais voltado à questão constitucional em seu texto.¹⁶⁵

O *Sentinela da Liberdade* também passou por variações de preço em momentos específicos: em seu número 9, publicado no dia 3 de maio de 1823, há um anúncio do suplemento que seria vendido, ao que parece, na própria tipografia, por 20 réis, sendo um valor a mais a ser pago para quem desejasse ler o complemento desse número. Os suplementos foram utilizados por diversos periódicos para esse propósito: caso as páginas de determinada edição não fossem suficientes para abarcar todo o conteúdo a ser publicado, o suplemento servia como um recurso para preencher essa lacuna, sendo às vezes gratuitos, e outras vezes pagos pelo leitor. Ainda no número 9, Cipriano Barata avisou que o número 10 custaria mais caro, por ser maior, o que de fato ocorreu e foi publicado, na quinta feira, 7 de maio de 1823, com 6 páginas e custando 80 réis, o dobro do preço normal do periódico, 40 réis. Os momentos políticos de maior agitação exigiam mais papel para os periódicos e, tendo em vista que o papel era um artefato caro para o desenvolvimento da arte tipográfica, imaginamos que esses redatores devem ter buscado diversas alternativas para suprir a necessidade desse tipo de material.¹⁶⁶

Em momentos raros no que diz respeito aos periódicos pernambucanos do primeiro quartel do século XIX, o *Sentinela da Liberdade* nos traz preciosas

¹⁶⁵ CARVALHO, op. cit., 1908, p. 81.

¹⁶⁶ Conforme destacado por Carlos Rizzini, na verdade, o Brasil nunca havia tido demanda de papel, o que começou a ocorrer apenas no início do século XIX com o advento das tipografias. Nesse caso, os revolucionários de 1817 atestam o caráter de improviso de seus impressos, quando, de sua tipografia os panfletos eram veiculados em papéis que continham o brasão da família real de “cabeça para baixo”. Sendo assim, o improviso de material marcou o princípio da atividade impressa em Pernambuco. Ver: RIZZINI, op. cit., 1977, pp. 30-34 e BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça . “Impressos e liberdade: notas para uma história da tipografia em Pernambuco (1817-1850)”. In: BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia. *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

informações sobre seu consumo, inclusive mencionando diversos nomes de leitores, muitos dos quais viviam na província da Paraíba. O número 31 publicou uma carta oriunda da Vila Real de Brejo d'Areia, na província da Paraíba, datada de 23 de junho de 1823, assinada por mais de 60 pessoas¹⁶⁷ que apoiavam Barata e eram consumidores de seu impresso, nas palavras dos autores da carta: “De Vossa Excelência Afeiçoados e atenciosos leitores”.¹⁶⁸ No número seguinte constava o restante das assinaturas dos leitores, totalizando 93 nomes. Ainda no número 32 do *Sentinela*, após as assinaturas mencionadas, Barata menciona uma mulher paraibana, da mesma Vila Real de Brejo d'Areia, com muita admiração. Seu nome era Dona Leocádia de Mello Muniz, que publicou uma carta declarando seu apoio e admiração por Cipriano nesse mesmo número. No entanto, a presença feminina no periódico não se restringe a essa carta, pois o número 39, que veio à luz em 17 de agosto de 1823, trouxe uma carta assinada por 98 leitoras da mesma vila que morava Leocádia de Mello Muniz.

O grupo de leitores do *Sentinela da Liberdade* realmente parece ter sido grande na província da Paraíba, mostrando que os periódicos do período não estavam restritos ou vinculados apenas às questões de suas províncias, estendendo seu público leitor. Ainda no que diz respeito ao consumo do *Sentinela*, o número 16 traz uma carta assinada por 5 leitores paraibanos e no número 41 há outra correspondência, assinada por 41 leitores do impresso de Barata, ao que parece, um verdadeiro sucesso de público para os padrões de consumo de material impresso do período e, por fim, o número 41 contém uma nova correspondência assinada por 86 leitores da Vila do Pilar, na Paraíba.

As novas condições de sociabilidade, comuns ao contexto da *modernidade* na América Ibérica trouxeram a possibilidade de circulação dos ideais políticos por meio da palavra impressa e os cafés, lojas, praças se tornaram locais onde se debatia a política e os rumos as nações que deveriam seguir.¹⁶⁹ O *Sentinela da Liberdade* era lido, ao menos, nas províncias da Paraíba, Bahia, Rio de Janeiro e em Lisboa, conforme consta em uma carta publicada no número 39, de 17 de agosto de 1823, além de ser lido, obviamente, em Pernambuco seu local de produção. Alfredo de Carvalho evidenciou

¹⁶⁷ A correspondência publicada afirma que foram, num total, 93 assinaturas que prosseguem nesse mesmo número.

¹⁶⁸ MOREL, (org.), op. cit., 2008, pp. 344-345.

¹⁶⁹ Para as questões das transformações ocorridas com o advento da cultura impressa no espaço público, ver, para o caso de toda a América Ibérica: GUERRA, op. cit., 2010. Para o caso do Brasil, indicamos as seguintes obras: ver: MOREL e BARROS, op. cit., 2003 e MOREL, Marco. “Independência no papel: a imprensa periódica”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005.

que os exemplares do *Sentinela da Liberdade* eram muito disputados e o periódico, de tão bem aceito, acabou por se tornar um diário. Além disso, devido à grande procura, os primeiros números foram diversas vezes reimpressos.¹⁷⁰ A leitura dos periódicos de Barata era feita em portas de boticas e esquinas, onde as pessoas formavam grupos numerosos e saíam pelas ruas bradando as frases de Barata.¹⁷¹

Dessa maneira, é possível perceber a participação de um grande número de pessoas nos debates políticos veiculados pelos impressos durante o processo de ruptura com o Antigo Regime e surgimento de uma sociedade pautada em ideais liberais, iluministas, constitucionais, ou seja, oposições ao absolutismo. Nos exemplos que citamos acima, ainda notamos a participação de um grande número de mulheres, grupo social que foi praticamente esquecido pela historiografia que pesquisa o período de ruptura do Brasil com sua metrópole.¹⁷² Os periódicos, dentre outras funções, cumpriam o papel de articular as informações sobre os acontecimentos. Conforme Carlos Rizzini, antes das tipografias eram as correspondências que desempenhavam essa função. Depois, os periódicos é que passaram, fundamentalmente, a desempenhá-la.

Dos periódicos que utilizamos em nossa pesquisa, percebemos a existência de outra vertente, que são os impressos que deixaram de apoiar o vínculo com as províncias do Sul do Império e realizaram ataques mais contundentes à figura no monarca, além de realizarem duras críticas ao projeto constitucional que seria imposto por Dom Pedro I.¹⁷³ O primeiro impresso que apresenta essa tendência é: *O Typhis Pernambucano*, redigido por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca e que circulou de 25 de dezembro de 1823 até 05 de agosto de 1824, quando atingiu o vigésimo oitavo e derradeiro número. O segundo é *O Liberal*, que tinha como dirigente o padre João Batista da Fonseca e após publicar 18 números na província da Bahia, sofreu repressão

¹⁷⁰ CARVALHO, op. cit., 1908, p. 76.

¹⁷¹ Ibidem.

¹⁷² No que diz respeito à participação das mulheres nos movimentos revolucionários ocorridos no século XIX, destacamos a participação de Bárbara Alencar, que é considerada a primeira mulher presa política no Brasil. A pernambucana Bárbara de Alencar participou dos movimentos de 1817 e 1824 na região do atual Nordeste do Brasil, tendo lutado, nessa primeira insurreição, no Crato, atualmente um município no interior do estado do Ceará. A bibliografia sobre essa personagem histórica é bastante escassa, mesmo assim, há algumas indicações, por exemplo: ARAÚJO, Adriane. *Bárbara de Alencar*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

¹⁷³ A Carta Constitucional de 1824 garantiu amplos poderes ao Imperador. Elaborada sem a participação dos deputados, previa a existência do Poder Moderador, órgão que deveria mediar as relações entre os demais poderes do Estado. Sobre a Carta constitucional de 1824, ver: SLEMIAN, op. cit., 2009, p. 125-143.

e foi transferido para Pernambuco, onde publicou apenas 4 números, entre os meses de fevereiro e março de 1824.¹⁷⁴

Em Pernambuco, o contexto político permanecia agitado após a deposição da Junta de Gervásio Pires, em agosto de 1822. Nesse caso, de acordo com Evaldo Cabral de Melo, a província possuía um caráter político de oposição ao projeto unitário encabeçado pelos Andradas, entre os meses de setembro e dezembro de 1822 e o governo da província foi exercido por um grupo denominado “matutos”. Ainda segundo o autor, esse grupo era formado por proprietários rurais, sem compromisso com o *gervarismo* ou com o *unitarismo* e uma das primeiras medidas da nova Junta foi a nomeação dos deputados que representariam a província na Assembleia do Brasil.¹⁷⁵

Não podemos deixar de ter em mente que entre os anos de 1823 e 1824 importantes fatos ocorreram, que serviram de alimento para grande parte da cultura impressa que surgia em Pernambuco até o momento da Confederação do Equador. A criação e dissolução da Soberana Assembleia Constituinte e a imposição de um novo projeto constitucional, assim como a soberania da cidade do Rio de Janeiro em relação às demais províncias e a criação do Poder Moderador, foram temas constantemente debatidos nos periódicos que formam o conjunto de nossas fontes de estudo e abarcam esse grupo político.

Após a “Noite da Agonia”¹⁷⁶, que se tratou do confronto entre oficiais portugueses e deputados brasileiros, quando esses últimos estavam reunidos em assembleia na cidade do Rio de Janeiro e, após o cerco da Assembleia Legislativa por parte dos militares portugueses, essa foi ocupada e, posteriormente, dissolvida pelo monarca.¹⁷⁷ No mês seguinte, em 25 de dezembro de 1823 foi publicado o primeiro número do *Typhis Pernambucano*, jornal dirigido por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca e que contaria com 28 publicações ao longo de sua atividade, que se encerraria em 5 de agosto de 1824. Em relação ao episódio de dissolução da Assembleia, o autor afirma que:

Amanheceu nesta corte o lutuoso dia 12 de novembro, dia nefasto para a liberdade do Brasil e sua Independência; dia em que se viu com maior

¹⁷⁴ A questão da transferência de província do redator será abordada no capítulo seguinte.

¹⁷⁵ Sobre o Governo dos Matutos, ver MELLO, op. cit., pp. 113-162.

¹⁷⁶ A trajetória da Assembleia Constituinte do Império do Brasil, bem como as causas de sua dissolução, estão em: SLEMIAN, op. cit., 2009., 70-87. Ver nota 6.

¹⁷⁷ É interessante destacar que o *ESCUDO DA LIBERDADE DO BRAZIL* defendeu a deposição dos Andradas, pois não sabia do golpe conservador que se daria a seguir.

espanto, representada a cena de 18 de Brumarie (8 de novembro), em que o déspota da Europa dissolveu a representação nacional da França; dia em que o partido dos chumbeiros do Rio de Janeiro pôs em prática as tramoias do ministério português e conseguiu iludindo a cândida sinceridade de S.M.I., dissolver a suprema assembleia constituinte legislativa do Império do Brasil.¹⁷⁸

Essa passagem atesta a insatisfação do autor com os rumos da política, principalmente no que dizia respeito à questão constitucional e à independência, além de mostrar que um dos grandes estímulos para Caneca escrever seu periódico foi justamente a dissolução da Assembleia do Brasil no ano de 1823, o que acabou culminando com a Confederação do Equador. Mantendo as críticas que existiam em outros periódicos aos ministros e à ideia de que o Imperador estaria sendo enganado¹⁷⁹ para tomar determinadas atitudes, o redator faz questão de denunciar os deputados que haviam jurado a religião católica e a Constituição no Império:

E faltaram os deputados a este juramento, com fatos, ou fosse por dolo, ou por culpa, como era indispensável, para serem qualificados de perjuros à face de todo mundo? É o que jamais se não conclui dos trabalhos, assentos, decisões e decretos da soberana assembleia.¹⁸⁰

Tendo em vista que a Assembleia Constituinte era um órgão político necessário para a existência de um regime constitucional, o redator não se conformava com a ideia de que uma Assembleia de 84 deputados havia sido dissolvida “pelos desmanchos de três até cinco”, o que exaltava sua indignação perante os acontecimentos.¹⁸¹

A partir da análise de um manifesto oficial publicado referente à dissolução da Assembleia, afirmando que a mesma não havia tido autoridade suficiente para conter a sublevação das tropas, o *Typhis* lança sua posição afirmando que ela não havia mantido a ordem militar, pois não possuía condição de fazê-lo. O redator considera a dissolução da Assembleia Constituinte um golpe repleto de mentiras e calúnias por parte dos

¹⁷⁸ *O TYPHIS PERNAMBUCANO*, Nº 20. Pernambuco, Tipografia Miranda e Companhia, 3 de junho de 1824. 4 páginas *apud* CHACON, Vamireh, e LEITE NETO, Leonardo (org.). *O Typhis Pernambucano*. Edição comemorativa do 160º aniversário da Confederação do Equador. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984, p. 40.

¹⁷⁹ A ideia que transparecia nas páginas dos impressos era de que os ministros, desejosos de maior poder nas decisões que deveriam reger o Império, ludibriavam o Imperador inclusive a tomar decisões como a dissolução da Soberana Assembleia, por exemplo.

¹⁸⁰ *O TYPHIS PERNAMBUCANO*, Nº 1. Pernambuco, Tipografia Miranda e Companhia, 25 de dezembro de 1824. 4 páginas *apud* CHACON e LEITE, (orgs.), op. cit., 1984, p. 43.

¹⁸¹ *Ibidem*.

ministros, que estavam tomando medidas despóticas: “logo se conclui que a ideia deste atentado foi uma ficção danada dos que quiseram conduzir a S.M. a esta desordem; e que S.M. está realmente enganado e sacrificado pelos ímpios que o abordam”.¹⁸² Reforçando a ideia de que a dissolução da Assembleia e o juramento de uma nova Constituição, aos moldes como estava sendo elaborada, se tratava na verdade de um golpe, Caneca afirma que:

Só quem de nenhuma sorte se tem importado com essa regeneração do Brasil e sua grandeza futura, com os trabalhos da augusta assembleia, tendentes a este grande fim, é que deixará de confessar a existência de um plano concertado pela alcateia portuguesa contra a independência do Brasil, ou para o estabelecimento do absolutismo asiático.¹⁸³

O número 5 do *Typhis* traz diversas críticas acerca do projeto para a elaboração da nova Constituição, projeto esse que, segundo Frei Caneca, seria feito de acordo com as vontades do Imperador. Nosso redator não perdeu a oportunidade de rebater o discurso do monarca em que este havia afirmado que a nova Constituição do Império do Brasil seria duplamente mais liberal que a Constituição que havia sido invalidada. Nesse caso, o “discurso” do Imperador se trata do Decreto de 12 de novembro de 1823, da Proclamação do dia 13 e do Manifesto, do dia 16 desse mesmo mês. Frei caneca, a respeito das palavras de Dom Pedro I, escreveu: “Depois qual será a natureza do projeto oferecido por SM? Duplicadamente mais liberal do que o desprezado, diz o decreto. É muito prometer, ou prometer muito!”¹⁸⁴ No número seguinte, o texto do *Typhis* afirma que havia sido firmado um pacto entre o povo e o Imperador de não mais submissão a Portugal e nem qualquer outra nação; porém, se o monarca não cumprisse com sua parte, o pacto estava desfeito, e, segundo o autor, Dom Pedro I não tinha o direito de se opor à Constituição.

Sem representação nacional, sem cortes soberanas, que elas mesmas formem a nossa constituição, não há império. Debaixo dessa condição impreterível é que acumulamos a S.M., e S.M. o jurou também de sua parte. Se por vossas tramas S.M. faltar ao seu dever, e não celebrar já e já as cortes soberanas,

¹⁸² Ibidem.

¹⁸³ Ibidem, p. 53.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 74.

está dissolvido o pacto, e o Brasil seguirá seu destino através da mais sanguinolenta guerra.¹⁸⁵

Atentando para a perda de liberdade política dentro do Império, caso se mantivesse a decisão da dissolução da Assembleia Constituinte, o texto do *Typhis* apresenta alguns questionamentos, dentre eles: “Que barreira haverá contra os ataques, que o Executivo fizer aos direitos da Nação [...] Quem punirá as arbitrariedades do ministério e seus oficiais?”¹⁸⁶

Na mesma vertente de crítica às medidas que estavam sendo tomadas pelo Imperador, após 3 anos de existência e 18 números publicados na Bahia, na sexta-feira, 13 de fevereiro de 1824, saía da tipografia *Miranda e Cia* o primeiro número de *O Liberal*, publicado em Pernambuco. Era um periódico que, como o próprio nome sugere, estava aliado aos ideais oriundos da Europa e buscava propagar pensamentos liberais e iluministas em seus textos. Também redigido por um religioso, o Padre João Batista da Fonseca, *O Liberal* teve uma vida curta, porém bastante intensa em Pernambuco, mesmo sendo um periódico, ao que tudo indica, de publicação semanal. Seu número inicial reforça a crítica aos “corcundas”¹⁸⁷, que estavam atuando com a intenção de concretizar seus objetivos despóticos e agindo contra a Assembleia Brasileira e em prol da Constituição imposta pelo monarca e pelo ministério: “É pasmoso, que não possa caber um Liberal em algumas Províncias de um Império, que tem proclamado Independência, e Liberdade”. E mais adiante “Residimos na Bahia por espaço de três anos, desde o começo do nosso Edifício político-liberal, dando todas as provas de adesão á esta santa causa”.¹⁸⁸

O primeiro número de *O Liberal* também relata a repressão vivida pelo já citado padre Venâncio Henriques Rezende, quando este foi levar um projeto constitucional, de resistência à dissolução da Assembleia ao redator de *O Liberal*. A proposta era a seguinte:

¹⁸⁵ Ibidem.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 75.

¹⁸⁷ “Corcundas” eram as pessoas consideradas simpatizantes da causa que, algumas pessoas da época, consideravam recolonizadora por parte das Cortes de Lisboa. Segundo alguns de nossos redatores, por exemplo, algumas medidas das Cortes eram contrárias à constitucionalização e autonomia política do Brasil. Ver: NEVES, Lúcia Maria B. P. *Corcundas e Constitucionais*. A cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

¹⁸⁸ Ibidem.

[...] reunião da nossa dissolvida Assembleia em parte, ou de modo, que não pudesse ser assustada, nem outra vez dissolvida pelas baionetas armadas, e empurradas pelos chumbeiros, que procuram derribar o credito de S.M.I e C. com fins da sempre detestável união com Portugal.¹⁸⁹

E mais adiante:

Este arbítrio, este atentado, este nefando procedimento não pertence, senão as tramas dos chumbeiros, como temos dito; e não podia ser mais bem executado, do que pelo Senhor Viana, que até hoje não tem dado a menor prova de adesão á causa da Independência do Brasil antes identificado com os Lusitanos presidiu á opressão de sua Pátria.¹⁹⁰

Cabe destacarmos a relação entre os dois periódicos aqui tratados que tiveram sua circulação no ano de 1824, *O Liberal* e o *Typhis Pernambucano*, com outras províncias. Eles fazem diversas menções à situação que se passava na Bahia, onde havia a resistência do português, General Viana, em aceitar a Independência do Brasil. No caso de *O Liberal*, ainda havia a questão de sua importante jornada anterior na província baiana, seu local de origem.

Em seu texto, no que diz respeito à ação das pessoas que estavam ao redor do Imperador, influenciando suas atitudes anticonstitucionais, o texto de *O Liberal* parece trocar o termo “ministros” por “fidalgos”, sendo estes os responsáveis por iludir o monarca e pela dissolução da Assembleia. Questionando a validade dos títulos de nobreza presentes em um “pedaço de pergaminho”, o autor questiona: “e pode haver um homem dotado de senso comum que pense dessa maneira?”¹⁹¹ E, prosseguindo com suas críticas contra as pessoas que eram responsáveis pela extinção do sistema constitucional garantido pela Soberana Assembleia, o padre João Batista da Fonseca afirmou que: “É certamente o cúmulo da loucura haver quem se persuade que, porque tem um pedaço de pergaminho, onde se acham traçados caracteres chineses que ele mesmo ignora, se julgue superior a outros homens”¹⁹²

¹⁸⁹ *O LIBERAL*, Nº 19. Pernambuco: Tipografia de Miranda, 13 de fevereiro de 1824. 4 páginas. Loc. MR - XIX L- 15a

¹⁹⁰ Ibidem. *Chumbeiros* ou *pés de chumbo* eram termos utilizados para designar àqueles que eram alinhados com ideais mais conservadores, no que dizia respeito à independência do Brasil frente a Portugal. Ver: MELLO, Evaldo Cabral de. (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Coleção Formadores do Brasil. São Paulo, Editora 34, 2001, p.304.

¹⁹¹ *O LIBERAL*, Nº 19. op. cit., 1824.

¹⁹² Ibidem.

O redator questiona o caráter das pessoas que recebem os títulos de nobreza no sistema político monárquico existente e defende a ideia de que os verdadeiros nobres eram, por exemplo, os soldados que lutavam em defesa da Pátria. Ainda em tom de crítica bastante acentuada à fidalguia, destaca que:

Esta miserável orda começou no templo de Romulo. Este rei dos romanos (se é verdade, que existiu), dividiu o povo Romano em patrícios e plebeus... Decaído o Império Romano... apareceu de novo a fidalguia nos senhores dos Feudos... Todavia nunca em Portugal foi tão grande a aluvião desta Ordem, como em tempo de D. João 6., o qual por hum só criou mais titulares, e fidalgos, do que todos os seus antepassados... e depois da Independência do Brasil ainda continua o Senhor D. Pedro na marcha de seu Pai, espalhando essa geração, que devia ser sufocada no berço.¹⁹³

Após o desgaste causado devido à má repercussão da dissolução da Assembleia que garantia a Constituição elaborada pelos deputados eleitos, a relação da província pernambucana com o poder monárquico instaurado no Rio de Janeiro se tornava cada vez mais conturbada. A ideia de que as províncias haviam aderido à causa da Independência do Brasil por vontade própria e que agora estavam sendo traídas pelo imperador ganhava cada vez mais força no debate político, o que pode ser atestado pelas páginas do *Typhis Pernambucano*:

Nós, fiados na boa fé que, em 1822, inculcava o Rio de Janeiro, nos unimos com ele e demais províncias, para formarmos um império e termos uma Constituição formada em nossas cortes soberanas. Mas, sendo nós enganados do modo mais indigno, nos vimos sem representação nacional e, agora aparece esse despotismo de se querer que juremos um projeto que não foi feito, nem aceito pela nação soberana, em suas cortes constituintes, e isto fechando-se-nos a barra com um bloqueio e estragando-se-nos com a fome.¹⁹⁴

O pensamento de traição e abandono das províncias do Norte por parte do governo do Sul parece ter tomado proporções maiores quando Pernambuco se recusou a aceitar o projeto constitucional imposto por Dom Pedro I, inclusive resistindo ao Poder Moderador, entrando em debate com o impresso publicado na Bahia, intitulado *Eco da Pátria*.¹⁹⁵ Nesse caso, o projeto constitucional, elaborado pelo governo do Rio de

¹⁹³ Ibidem.

¹⁹⁴ *O TYPHIS PERNAMBUCANO*, Nº 20. op. cit. apud.CHACON e LEITE (orgs.), op., cit. 1984, p.179.

¹⁹⁵ Os debates entre periódicos de províncias diferentes eram muito comuns, inclusive com impressos que eram publicados no Rio de Janeiro.

Janeiro para unificar o Império em uma nação imaginada que agregasse todas suas partes, parecia estar provocando a reação inversa.

O colégio eleitoral de Pernambuco, reunido em 8 de janeiro de 1822, elegeu Manoel de Carvalho Paes de Andrade para governador da província, pois, conforme consta no número 7 de *O Typhis Pernambucano*, o imperador não havia nomeado ninguém para o cargo, apesar de haver boatos. Nesse caso, Dom Pedro I havia nomeado o morgado do Cabo, Francisco Paes Barreto, que assumiu o governo, compondo a Junta dos Matutos. Após a nomeação do morgado para presidente da província, houve mais efervescência no debate político, questionando se o Imperador não haveria recebido as reclamações da província acerca dessa nomeação¹⁹⁶: “É inconcebível o não haverem ainda chegado à presença de S.M. as reclamações da província sobre a presidência do morgado”.¹⁹⁷ Essa tensão acabou por aprofundar a aspiração à independência da província em relação ao Rio de Janeiro: “Uma província não tinha direito de obrigar a outra província a coisa alguma, por menor que fosse”.¹⁹⁸ E, mais adiante: “Pelo que está dissolvida a prometida e não consumada união das províncias e, por esta razão, cada uma reintegrada na sua independência e soberania”.¹⁹⁹ Por fim, é publicada a recusa definitiva de Pernambuco ao projeto constitucional imposto pela monarquia:

E por estes princípios foi que o povo da Praça do Recife, reunido nos paços do conselho por edital da câmara, no dia 6 deste, assentaram de não adotar nem jurar o tal projeto feito pelo ministério. [...] ²⁰⁰

No último número publicado do *Typhis* está bem clara a ideia de união das províncias do Norte em uma confederação, em oposição ao regime que havia sido adotado no Sul. Caneca analisa a situação de várias províncias da região, como Rio Grande, Ceará, Pará e, abordando o caso da Paraíba:

[...] não há mais do que recear de entraves daquela província à causa da liberdade do Brasil e à Confederação do Equador, muito principalmente

¹⁹⁶ A atuação de Francisco Paes Barreto na junta faz parte do momento de atuação na Junta do “governo dos matutos”. Sobre essa questão, ver : MELLO, ob. cit., 2004, pp. 113-162.

¹⁹⁷ *O TYPHIS PERNAMBUCANO*, N° 16. Pernambuco, Tipografia Miranda e Companhia, 8 de abril de 1824. 4 páginas *apud* CHACON e LEITE, (org.), op. cit., 1984, p. 140.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 186

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 188

²⁰⁰ *Ibidem*.

quando consta que já se acham em marchas para as imediações daquela cidade as valentes tropas do Ceará.²⁰¹

O periódico de Frei Caneca desempenhou um papel muito importante no movimento político, ocorrido em 1824 em Pernambuco, denominado “Confederação do Equador”, onde o próprio redator foi um dos líderes, sendo condenado à morte após a repressão feita por parte do governo do Rio de Janeiro. Evaldo Cabral de Mello destaca que o movimento de 1824 não visava destruir a monarquia constitucional, apenas era contrário às medidas que estavam sendo tomadas pelo monarca.²⁰²

As relações entre os impressos que pertenciam a esse último grupo político iam além de suas perspectivas para os rumos que deveria tomar o Império do Brasil. Frei Caneca e o Padre João Batista da Fonseca estavam ligados por uma rede de redatores, produtores e consumidores do material impresso em Pernambuco entre 1821 e 1824, inclusive ambos eram impressos na mesma tipografia e tinham relações próximas com pessoas em comum, Cipriano Barata e o Padre Venâncio Henriques Rezende.

As pessoas que quisessem comprar um número de *O Liberal* poderiam fazê-lo na própria tipografia onde era produzido, *Tipografia de Miranda e Companhia*, que funcionava na rua do cotovelo, bairro do Chora-Menino, localização que, conforme consta no anúncio do *Sentinela da Liberdade* que transcrevemos anteriormente, pertencia a uma região maior do Recife, chamada Boa Vista. No entanto, conforme consta nesse mesmo anúncio, redator de *O Liberal*, o padre João Batista da Fonseca, desejava que seu periódico tivesse um tempo de vida muito maior do que realmente teve, pois apresenta uma promoção de compra de seu impresso junto ao de Cipriano Barata, onde os suplementos e folhas extras poderiam ser adquiridos pelos assinantes sem custo. Segundo Alfredo de Carvalho, essa efêmera duração em Pernambuco se deu pois o padre João Batista da Fonseca foi nomeado para assumir um cargo no governo provisório na província da Paraíba.²⁰³ Ainda no referido anúncio, que consta no número 22 de *O Liberal*, percebemos que esse jornal poderia ser adquirido em quatro locais distintos, ou seja, além da própria tipografia, o impresso era vendido em lojas e casas de comércio. Cada número custava 40 réis, a metade do valor do periódico dirigido por Frei Caneca, que tinha o valor de 80 réis, no entanto, ambos possuíam quatro páginas

²⁰¹ Ibidem, p. 246.

²⁰² Ver: MELLO, op. cit., 2004.

²⁰³ CARVALHO, op. cit., 1908, p. 88. Veremos sobre a trajetória política do Padre João Batista da Fonseca no capítulo seguinte.

cada exemplar, sendo que apenas o primeiro número do *Typhis Pernambucano* foi publicado com 8 páginas, porém custando o mesmo valor.

Entre os espaços públicos nos quais eram adquiridos os periódicos, encontramos repetidas menções à Rua do Rosário como local de lojas e boticas onde as pessoas poderiam ter acesso a esse tipo de material. Essa rua se localizava no bairro de Santo Antonio e havia um comerciante chamado José Gonçalves de Faria que em sua loja disponibilizava os números de *O Liberal*. Esse fenômeno não foi vivido apenas na América Portuguesa e caracterizou a luta de rupturas das demais colônias americanas com suas metrópoles. Conforme mostrou François-Xavier Guerra, as elites propagavam os ideais do iluminismo ibérico por meio da palavra impressa e nos novos espaços de sociabilidade que se compunham com o advento da modernidade política no continente, por exemplo, as tertúlias na América Espanhola.²⁰⁴

No caso do *Typhis Pernambucano*, mesmo possuindo todos os números transcritos, não temos a informação dos locais nos quais o periódico de Frei Caneca era comercializado, informações que também não constam nos números originais que encontramos. Provavelmente era adquirido na tipografia onde era produzido, a mesma de *O Liberal* e também em lojas e boticas nas ruas de comércio do Recife e arredores. No entanto, existem inúmeras correspondências publicadas na folha de Frei Caneca que atestam sua popularidade e, assim como ocorre com diversos periódicos que foram contemporâneos a ele, as cartas são uma importante fonte de informação para a composição dos textos do *Typhis Pernambucano*. Além das cartas, percebemos que Caneca era um consumidor voraz de inúmeros periódicos produzidos em todo o território que viria a formar o Império do Brasil, além daqueles que eram produzidos em Lisboa, Estados Unidos e no restante da América, atestando dessa forma que os próprios redatores consumiam esse tipo de material. Existem passagens, não apenas no *Typhis Pernambucano*, mas também em outros casos, mostrando que os redatores dos periódicos abordados em nosso trabalho eram consumidores de impressos oriundos de diversas regiões.²⁰⁵

²⁰⁴Conforme François-Xavier Guerra apontou, as tertúlias eram sociedades científicas e literárias formadas pelas elites intelectuais que tinham sua origem na França e tiveram seu modelo propagado por diversas partes, inclusive na América Ibérica. Segundo o autor, essas sociedades apresentavam uma mescla entre o caráter tradicional e o moderno nas formas de pensamento, porém, cada uma possuía características específicas em relação às outras. Ver: GUERRA, op. cit., 2010, pp. 92-98.

²⁰⁵É interessante notarmos também que os periódicos produzidos em Pernambuco também eram consumidos em outras localidades, como o impresso de Cipriano Barata, por exemplo, conforme vimos anteriormente.

Apesar desse aparente fluxo dinâmico de informação, existe uma questão que percebemos em nosso trabalho e que merece algumas linhas de destaque. Trata-se justamente da demora na circulação das notícias entre uma província e outra e de Lisboa até o Brasil. Segundo Denis Bernardes, a notícia sobre a Revolução Liberal que ocorrera em Portugal demorou quase dois meses para chegar ao Rio.²⁰⁶

Em relação ao formato desses periódicos, *O Typhis Pernambucano* e *O Liberal*, ambos possuíam quatro páginas, conforme vimos anteriormente. No entanto, há uma característica na disposição do texto de *O Liberal* que chama atenção: é o único periódico presente em nossos estudos em que o redator utiliza apenas uma coluna para escrever, sendo que os demais utilizam duas. As medidas variavam, conforme destacamos anteriormente, sendo que *O Liberal* media 21x16 cm e o *Typhis Pernambucano* possuía 30x21 cm, não existindo assim um padrão rígido no que dizia respeito ao tamanho dos periódicos.

Percebemos, dessa maneira, que os periódicos produzidos em Pernambuco entre os anos de 1821 e 1824, buscavam desempenhar um papel que ia além de trazer informações. Apresentavam debates acerca dos acontecimentos políticos de seu tempo e expunham a opinião de diversas pessoas que por meios das correspondências publicadas nos impressos, podiam se inserir em um universo jamais pensado durante o Antigo Regime. Os espaços públicos passaram a ser centros propagadores desses ideais políticos e as leituras feitas em cafés, esquinas, praças e outros espaços, permitiram que essas folhas ganhassem cada vez mais espaço entre os leitores e o número de publicações fosse crescente, desde o início da imprensa periódica até nossa data limite, 1824. O papel da imprensa como um dos aspectos constitutivos da nação recém-independente e também como um elemento formador de opinião nos espaços públicos é destacado por Marco Morel.²⁰⁷ Os espaços públicos eram justamente os locais onde a opinião pública se formou. Este, que segundo François-Xavier Guerra, foi o elemento chave da constituição e propagação da política moderna.²⁰⁸

²⁰⁶BERNARDES, op. cit., 2006, p. 289

²⁰⁷ Conforme vimos anteriormente, essa questão é tratada, para o caso do Brasil, por Morel e Barros, op. cit., 2003.

²⁰⁸ Conforme destacamos anteriormente, essa questão é tratada, para o caso do de toda a América Ibérica, por GUERRA, op. cit., 2010.

2. Capítulo 2

Redatores, tipógrafos e tipografias dos periódicos pernambucanos do primeiro quartel do século XIX

O presente capítulo é essencial para o desenvolvimento de nossa proposta metodológica de estudo, qual seja, analisar a relação “redator-impressor” e, de maneira menos profunda, o consumo do material impresso. Sendo assim, nosso objetivo nessa parte do trabalho é apresentar as pessoas que estavam envolvidas no processo de surgimento da cultura impressa em Pernambuco no primeiro quartel do século XIX. Partindo dessa proposta, procuramos relacionar o fato de que havia aspectos do modelo posteriormente denominado *modernidade política* que estavam na ordem do dia para os redatores, mas a viabilização dessas ideias dependia das condições materiais de produção (como por exemplo, tipografias mais dinâmicas e modernas). É importante destacarmos que, mesmo as condições de produção do material sendo ainda bastante embrionárias, e contando com poucas pessoas que possuísem prática na execução da atividade tipográfica, foi crescente o número de periódicos na província entre os anos de 1821 e 1824. Para tanto, é necessário apresentarmos as tipografias que foram responsáveis pela produção desses materiais. Também é primordial para a compreensão da propagação desses políticos em Pernambuco a trajetória dos redatores e seus ideais, vinculando seus posicionamentos políticos às correntes às quais pertenciam, o que também faz parte da proposta desse capítulo.

Conforme foi destacado no capítulo anterior, os periódicos surgidos no Recife que abarcam nosso recorte temporal podem ser agrupados em diferentes vertentes.²⁰⁹ Essas vertentes eram um reflexo dos grupos de redatores que se uniam e se aproximavam de acordo com seus pressupostos políticos e projetos para determinado momento de agitação. Ainda nos remetendo ao capítulo anterior, lembramos que, mesmo pertencendo a determinado grupo, no qual dois periódicos poderiam ter o mesmo objetivo político, isso não garantia que esses mesmos impressos não entrassem em choque, o que, conforme vimos anteriormente, ocorreu mais de uma vez.

As convicções políticas dos redatores podem ser percebidas nos textos dos periódicos pelos quais eram responsáveis, sendo os impressos uma espécie de material utilizado para propagação dos ideais de seus dirigentes. Os grupos de redatores que

²⁰⁹ Ver tabela 1.

formam essa rede de gazeteiros podem ser percebidos quando, por exemplo, eram realizadas citações nos periódicos referentes a colegas redatores ou por críticas em relação a outros impressos. Além disso, a própria trajetória de cada um desses personagens nos traz pistas sobre suas convicções políticas.

2.1 Tipografias

As tipografias surgidas no primeiro quartel do século XIX e que foram responsáveis pela produção do material que utilizamos como fonte não representam as primeiras tentativas de introdução do prelo no Brasil ou em Pernambuco. De acordo com Carlos Rizzini, desde a presença holandesa em Pernambuco, Maurício de Nassau se preocupou em trazer uma tipografia para a região colonizada com o intuito de servir os negócios da Companhia das Índias Ocidentais (WIC).²¹⁰ Porém, chegado o material, o tipógrafo que trabalharia na oficina veio a falecer e mesmo os impressos holandeses que circularam na província pernambucana no século XVII foram produzidos na Holanda.²¹¹ No início do século seguinte, um comerciante, cujo nome não conhecemos, montou uma pequena tipografia no Recife e passou a imprimir documentos relativos ao comércio e orações religiosas.²¹²

Quando nos referimos à imprensa periódica pernambucana que surgiu no primeiro quartel do século XIX, não podemos cair no engano de acreditar que havia uma cultura impressa plenamente formada, onde existia bastante material disponível para a impressão dos periódicos. Ao contrário: estamos tratando justamente de um momento inicial da cultura impressa, no sentido de produção e consumo, em todo o território que se tornaria o Império do Brasil. A impressão que temos, mesmo com a chegada de equipamentos modernos, é de que as tipografias não davam conta do número de impressos que passou a circular na província de Pernambuco. A vinda da Família Real e instauração da Corte²¹³ na cidade do Rio de Janeiro seriam fatores importantes para esse estímulo à produção, circulação e consumo do material impresso no território brasileiro. Sendo assim, a existência de elementos que em certa medida podem ser relacionados à *modernidade* e de grupos de ilustrados que tinham como

²¹⁰ Companhia holandesa fundada em 1602 e ressurgida em 1621, que tinha como objetivo estabelecer o monopólio comercial, principalmente nas regiões da América, África e Oceano Pacífico. Teve destacada atuação na colônia portuguesa durante o domínio holandês sobre Recife.

²¹¹ RIZZINI, op. cit. 1977, p. 164.

²¹² Ibidem, pp. 164-165

²¹³ A família real de Portugal rumou para a cidade do Rio de Janeiro no ano de 1808 devido às invasões napoleônicas.

proposta a propagação de seus ideais, estava em convívio com um aparato que, em certos momentos, parece não ter tido condições de acompanhar a dinâmica dos acontecimentos.

Existem citações nos periódicos, e em fontes secundárias, que acusam a falta de material em geral e a falta de pessoas habilitadas para a execução do serviço tipográfico. A aquisição dos impressos poderia ser feita na própria tipografia onde eles eram produzidos, que em muitos casos, se tratava da moradia do próprio dirigente do jornal, ou de lojas e boticas localizadas em ruas com certa intensidade comercial, conforme constam em anúncios feitos nos periódicos.

Segundo Denis Bernardes, a Independência do Brasil deu origem a uma nova sociedade, que só foi possível devido a um ambiente favorável para a produção de impressos,²¹⁴ quando o número de periódicos teve um significativo aumento, conseqüentemente elevando também o número de tipografias. No caso do Recife, entre os anos de 1822 e 1831 foram criados vinte jornais, com breve queda de publicações após 1824, devido à repressão sofrida pela Confederação do Equador. No que diz respeito à província de Pernambuco, entre os anos de 1821 e 1850 existiram 216 publicações periódicas, entre jornais e revistas.²¹⁵ Nas palavras de Bernardes:

Não apenas cresceu em quantidade e variedade o número de jornais, mas aumentou, especialmente no espaço do Recife, o número de empresas tipográficas, muitas delas vinculadas a determinadas correntes políticas, conservadoras ou liberais, outras sem tal vinculação e passíveis de serem empresas de cunho comercial, atendendo a uma clientela da qual não se olhava a cor política, mas sim seu caráter de usuário de um serviço comercial lucrativo.²¹⁶

No caso de Pernambuco, para o período que corresponde ao nosso recorte temporal, existiram basicamente dois centros tipográficos propagadores de notícias: o primeiro foi uma tipografia que teve origem como uma iniciativa comercial, utilizada apenas no movimento insurrecional de 1817, tornando-se posteriormente a *Tipografia Nacional*, que como órgão do governo alterou seu nome algumas vezes e foi vendida para particulares, transformando-se na *Tipografia Cavalcante e Companhia*, até que, por fim, voltaria a pertencer ao governo e se chamar *Tipografia Nacional*, conforme

²¹⁴ BERNARDES, op. cit., 2010, p., 200.

²¹⁵ Ibidem.

²¹⁶ Ibidem, p. 202.

veremos adiante. O outro centro propagador de notícias impressas era a *Tipografia De Miranda e Companhia*, fundada pelo comendador Antonio José de Miranda Falcão, que não imprimira tantos periódicos quanto sua contemporânea pernambucana, porém publicara impressos importantes como *O Liberal* e o *Thyphis Pernambucano*, pertencentes a uma vertente mais radical em relação às medidas tomadas pelo governo do Rio de Janeiro.

É importante destacarmos, mais uma vez, que antes do surgimento da tipografia, a troca de conhecimento já existia em diversas partes do mundo e, segundo Peter Burke, os jornais e revistas representam a melhor forma de ilustrar a comercialização da informação.²¹⁷ Nesse sentido, lembramos que as notícias podiam chegar a essas agências transmissoras de informações de formas diferentes, por meio de cartas, conversas em espaços públicos, deslocamento de pessoas que levavam informações a outras partes, principalmente militares ou milicianos e comerciantes,²¹⁸ viajantes com os mais diversos motivos. Nossas fontes revelam, por exemplo, diversas vezes a chegada de notícias por meio de marinheiros que aportavam no Recife e traziam novidades de terras distantes, o que, conforme vimos anteriormente, era um processo de transmissão de notícias defasado devido ao tempo que se levava para as informações chegarem de um local ao outro, fosse entre capitânicas localizadas no mesmo continente, ou entre continentes distintos, como ocorrera nas relações cotidianas entre Lisboa e o Rio de Janeiro.

A primeira tipografia instaurada na província de Pernambuco nesse momento histórico pertenceu ao comerciante Ricardo Fernandes Castanho, que seguindo o exemplo do baiano Manoel da Silva Serva, mandou vir da Inglaterra “uma imprensa cujo material já se achava no Recife em fins de 1815, quando o seu proprietário solicitou do governo real a licença para dela fazer uso”.²¹⁹ Após o pedido feito ao governador Caetano Pinto de Miranda, que passou pela autoridade do ministro Marquês de Aguiar, foi concedida a licença para o funcionamento da tipografia:

Sendo pois a tipografia uma das mais úteis invenções, e a que mais contribuiu para alimentar e propagar os conhecimentos humanos, parece-me que o seu

²¹⁷BURKE, Peter. *Uma História Social do conhecimento*. De Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 152.

²¹⁸Conforme vimos, Calos Rizzini destacou em sua obra a importância das correspondências como material propagador de notícias já antes do surgimento das tipografias. Ver: RIZZINI, op. cit., 1977.

²¹⁹CARVALHO, Alfredo de. *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821-1908*. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1908, p. 30.

uso se deve introduzir em Pernambuco, concedendo-se a Ricardo Fernandes Castanho, a quem agora chegou uma imprensa da Inglaterra, a licença que pede no requerimento incluso.²²⁰

No entanto, ocorreu algo que já havia sucedido anteriormente, quando Maurício de Nassau tentou instalar uma empresa tipográfica na província, cerca de dois séculos antes: devido à ausência de pessoal preparado para fazer funcionar a tipografia “a oficina ficou depositada nos armazéns do comerciante até estourar a revolução de 1817”.²²¹ Quando o movimento revolucionário eclodiu, viu-se a necessidade de criação de um meio de propagação dos ideais do governo provisório, e foi então que a tipografia, que dois anos antes havia sido comprada por Fernandes Castanho, veio a ser utilizada.

Testemunha ocular dos sucessos, o francês L. F. de Tollenare refere que, em palestra com o malogrado patriota, lembrara a conveniência de criação de uma gazeta destinada a doutrinar o povo, que nada compreendia dos intuitos da mudança de regime político.²²²

O viajante e cronista francês Louis F. Tollenare, tendo como fonte as informações de Antonio Joaquim de Mello,²²³ ainda nos fornece importantes informações sobre as pessoas que estavam ligadas à instalação da tipografia do governo de 1817:

Dois frades, um inglês e um marinheiro francês foram os primeiros tipógrafos improvisados: entretanto, Antonio Joaquim de Mello, cuja veracidade não pode ser contestada, assevera que a imprensa foi montada pelo inglês James Pinches.²²⁴

O inglês James Pinches foi um dos pioneiros na instalação da tipografia em Pernambuco e esteve presente inclusive na fundação da *Tipografia Cavalcante e Companhia*, conforme veremos adiante. Segundo o relato de Joaquim de Mello, “por alguns dias [James Pinches] a administrou, sendo sucedido por Joaquim Bernardo Fróes, natural de Pernambuco, assim como o eram todos os outros paisanos

²²⁰ Ibidem, p. 31.

²²¹ MORAES, Rubens. B. de. op. cit., 2006, p. 172.

²²² TOLLENARE, L.F. Notas Dominicais, Recife, 1905, apud CARVALHO, A. de op. cit., p. 33.

²²³ Membro da Igreja e ilustrado envolvido nos acontecimentos de 1817. Foi eleito vereador da Câmara de Recife no ano de 1823, mas não assumiu por estar envolvido na confederação do Equador. Antonio Joaquim de Mello ainda publicou o periódico *O Caetés* nesse mesmo ano. Ver: COSTA, Pereira da. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*, Recife: Tipografia Universal, 1882, pág. 103.

²²⁴ MELLO, J. Apud CARVALHO, A. op. cit., p. 33.

trabalhadores, ou compositores”.²²⁵ A tipografia inicialmente recebeu o nome de *Oficina Tipográfica da 2ª Restauração de Pernambuco*, mas, segundo Tollenare, o padre João Ribeiro²²⁶ escrevera para James Pinches: “Patriota Pinches, tende a bondade de pôr no fim de nossos papéis: Na *Oficina Tipográfica da República de Pernambuco*, segunda vez restaurada”.²²⁷

Após o surgimento de *Preciso*²²⁸, seguiram-se algumas proclamações publicadas pela tipografia²²⁹. No entanto, devido à repressão feita pelo governo central ao movimento republicano, em 15 de setembro de 1817, foi baixado um aviso, firmado pelo ministro Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal, no qual se determinava que a tipografia encerrasse suas atividades:

El-Rei, Nosso Senhor, tomando em consideração o infame abuso que se fez da oficina tipográfica de Pernambuco, havia por bem caçar a licença que concedera, por aviso de 9 de novembro do ano anterior, para o seu estabelecimento, mandava-lhe fechar as portas e que remetesse seus caracteres para a oficina régia da Corte.²³⁰

Foi quando Luiz do Rego, então presidente da província, “expediu, a 4 de novembro, uma portaria ao tenente coronel inspetor do Trem, depois Arsenal de Guerra, que mandasse tomar conta da imprensa [...]”.²³¹ No entanto, Alfredo de Carvalho nos informa, baseado em Pereira da Costa, que a “tipografia dos rebeldes” foi enviada para a Corte apenas em 1819.²³²

Todavia, nem todo o material da tipografia foi enviado ao Rio de Janeiro. Alguns tipos haviam permanecido em Pernambuco e, após o movimento liberal de 1820

²²⁵ Ibidem.

²²⁶ Ilustrado pernambucano e participante da Insurreição de 1817, tendo confeccionado a bandeira da República instaurada em Pernambuco. Ver: ALCÂNTARA, Laurita Maria de. *Paulista*. Algumas Contribuições para a sua História. Paulista : Editora Claranto, 2002.

²²⁷ TOLLENARE, L.F. op. cit., 1905, *apud* MORAES, op. cit. 2006, p. 172.

²²⁸ A produção de material impresso na província de Pernambuco durante o século XIX teve seu início no ano de 1817 com a publicação do folheto intitulado *Preciso*, escrito por José Luis Mendonça. Abordava, de maneira resumida, o processo da insurreição ocorrida em março daquele ano, apontando suas causas e esclarecendo como havia sido realizada a composição do governo provisório e repressão. O título completo do impresso é: *Preciso dos sucessos, que tiveram lugar em Pernambuco, desde a faustíssima e gloriozíssima revolução operada felismente na praça do Recife, aos seis do corrente mez de março, em que o generoso esforço de nossos bravos PATRIOTAS exterminou daquella parte do Brazil o monstro infernal da tirania real*. Oficina tipográfica da 2ª Restauração de Pernambuco, 10 de março de 1817.

²²⁹ Esta explanação está amplamente baseada em CARVALHO, A.de., 1908 e MORAES, R. B., 2006. Por esse motivo, não realizaremos repetidas citações, apenas quando se fizer estritamente necessário.

²³⁰ CARVALHO, A. de. op. cit., 1908, p. 34.

²³¹ Ibidem, p. 35.

²³² Ibidem, p. 33.

ocorrido em Portugal, o governador Luiz do Rego se valeu do material que havia restado e, construindo um prelo de madeira, rebatizou a tipografia de *Oficina do Trem de Pernambuco*, publicou algumas proclamações e papéis avulsos até que, chegou a publicar, em 27 de março de 1821, o primeiro número do *Aurora Pernambucana*. A tipografia ficou com seus prelos inativos durante o movimento de resistência ao presidente da província e principal responsável pelas publicações, Luiz do Rego, até voltar à atividade com o surgimento da junta provisória, quando Gervásio Pires Ferreira foi eleito presidente e nesse momento ela ganhou o nome de *Oficina do Trem Nacional de Pernambuco*.

No entanto, no ano de 1822, foi decretado que se estabelecesse uma tipografia na província para publicações oficiais referentes às medidas tomadas pelo governo central e pela Junta de Governo. Nesta ocasião, com todo o aparato da *Oficina do Trem Nacional de Pernambuco* criou-se, por meio de um decreto direcionado para a Junta de Governo, a *Tipografia Nacional* onde foram investidas grandes somas em dinheiro para se trazer prelos da Inglaterra e montar uma tipografia moderna para os padrões da época, além de buscar profissionais qualificados e devidamente remunerados para o serviço. Porém, devemos levar em consideração que a chegada de um aparato tipográfico arrojado para o período mostra que a *modernidade* estava presente em Pernambuco, e não apenas na Europa, local de origem desse material. Conforme apresentado por Alfredo de Carvalho, baseado em Pereira da Costa:

Em breve, porém, as crescentes necessidades de publicação, a que já não podia satisfazer a incompleta e defeituosa *Oficina do Trem Nacional de Pernambuco*, crismada desde fevereiro de 1822 de *Tipografia Nacional*, obrigaram a Junta Governativa o estabelecimento de uma tipografia regular, sendo encarregada a casa comercial Antonio da Silva & C. de fazer a encomenda para Londres do material necessário, cuja fatura importou em 3:185\$705; mas não sendo suficientes as fontes vindas com a tipografia, mandou o governo vir pelos mesmos intermediários, novos tipos, que custaram 2:292\$060 [...]. Montada a oficina com sofrível material em que se notava [...] um elegante prelo de ferro adornado com uma águia do mesmo metal, começou a trabalhar em meados de 1822 ainda sob a denominação de *Tipografia Nacional*, dirigida por um administrador de nomeação do governo [...].²³³

²³³ CARVALHO, op. cit., 1908, p. 38.

É importante destacar que, além do dirigente, a *Tipografia Nacional* contava com um auxiliar, também com algum conhecimento na arte tipográfica e assalariado, mostrando a busca por melhorias na qualidade dos impressos, além do flagrante aumento quantitativo do número de gazetas, conforme mostrado anteriormente.

Depois de algumas publicações de periódicos como *Segarrega*, *Gazeta Extraordinária do Governo*, *Conciliador Nacional* e *O Maribondo*, a *Tipografia Nacional* foi adquirida por um grupo de pessoas de grande importância para a construção desse momento da cultura impressa pernambucana. Um deles era Manoel do Rego Clemente Cavalcante, importante tipógrafo e também redator de impressos. O outro era Felipe Mena Callado da Fonseca, português que havia chegado ao Recife com apenas nove anos de idade, morreu aos 87 anos no dia 30/08/1878.²³⁴ Por fim, James Pinches, um inglês que, conforme vimos, foi um dos pioneiros na arte tipográfica em Pernambuco, tendo participado da administração da tipografia utilizada pelo governo revolucionário de 1817.

Tabela 3: As Tipografias e os periódicos que produziram

<u>Nome da tipografia</u>	<u>Periódicos produzidos</u>
Oficina do Trem Nacional de Pernambuco	<i>Aurora Pernambucana</i> <i>Segarrega</i> <i>Relator Verdadeiro</i>
Tipografia Nacional	<i>Segarrega</i> <i>Relator Verdadeiro</i> <i>O Maribondo</i> <i>O Conciliador Nacional</i>
Tipografia Cavalcante e Companhia	<i>Sentinela da Liberdade</i> <i>Escudo da Liberdade do Brazil</i> <i>O Conciliador Nacional</i> <i>O Maribondo</i> <i>Segarrega</i>
Tipografia de Miranda e Companhia	<i>Typhis Pernambucano</i> <i>O Liberal</i>

²³⁴ NASCIMENTO, op. cit., 1969, p 24.

Ao observarmos a Tabela 3, percebemos a relação entre os grupos de periódicos e as tipografias. Por exemplo, a *Tipografia de Miranda e Companhia* publicou os dois periódicos pertencentes à vertente mais radical em relação às medidas tomadas pelo governo do Rio de Janeiro, ou seja, *O Typhis Pernambucano* e o impresso *O Liberal*. Também é notável que a *Cavalcante e Companhia* tenha sido responsável pela produção do *Sentinela da Liberdade* e do *Escudo da Liberdade do Brazil*, pertencentes à mesma corrente, conforme mostramos na Tabela 1.

Após se tornar uma empresa particular, a antiga *Tipografia Nacional* passou então a possuir o nome de *Tipografia de Cavalcante e Companhia*. Entre esses personagens, Manoel Cavalcante foi o mais importante no andamento da oficina tipográfica. Havia regressado pouco antes de Portugal e instalado uma tipografia na Rua Direita, nº 256. Após o governo anunciar a venda de todo o material que havia restado da *Tipografia Nacional*, Cavalcante, que também fora redator da *Aurora Pernambucana*, do número 23 em diante,²³⁵ adquiriu, junto com seus dois sócios, o material. Funcionando com três prelos, a nova tipografia publicou números dos seguintes periódicos: *O Conciliador Nacional*, *Segarrega*, *Gazeta Pernambucana* (integralmente), *Gazeta do Governo Temporário*, *Gazeta do Governo Provisório*, *Diário da Junta do Governo de Pernambuco*, *Sentinela Da Liberdade* e *Escudo da Liberdade do Brazil*.

No entanto, O número 13 do *Typhis Pernambucano*, publicado no dia 1º de abril de 1824, mostra que as relações de Manoel Cavalcante não eram das melhores com todos os jornalistas de seu período. Nesse caso, Frei Caneca fez duras críticas ao sócio proprietário da *Cavalcante e Cia*, afirmando que este tirava proveito dos movimentos dos quais havia participado, inclusive o levante de 1817, acusando-o de agir falsamente e de acordo com seus interesses, além de possuir dívidas pessoais e referentes à compra da própria tipografia, que nunca foram pagas.²³⁶ O *Typhis*, que afirmava nesse número o envolvimento de Cavalcante com uma suposta sedição encabeçada pelos Andradas no Rio de Janeiro, questionava:

Quais são os fundos e capitais do famoso Manoel do Rego Clemente Cavalcante? Com quantas assinaturas tem ele entrado para o Banco? Quais

²³⁵ *O TYPHIS PERNAMBUCANO*, Nº 13. Pernambuco, Tipografia Miranda e Companhia, 1 de abril de 1824. 4 páginas *apud* CHACON e LEITE, (orgs.), op. cit., 1984. 128.

²³⁶ *Ibidem*.

são os seus estabelecimentos e propriedades, além das gírias, espertezas e velhacarias em que é um gênio sublime?²³⁷

O periódico inflamado dirigido por Frei Caneca estava comprometido com a difamação de Manoel Clemente Cavalcante, que além de defender a nomeação do morgado para presidente da província, era proprietário de uma tipografia que dividia o papel de centro propagador de notícias com aquela empresa que publicava o periódico de Caneca, a *Miranda e Cia*. Talvez essa situação tenha gerado uma rivalidade entre ambos, o que pode ser notado devido ao caráter pessoal das críticas desferidas pelo padre jornalista ao tipógrafo. Esse posicionamento parece atestar a existência de vínculos ideológicos e, até mesmo, comerciais, entre os redatores e produtores do material, o que está em acordo com a hipótese de Denis Bernardes.²³⁸

Mais adiante, no mesmo número, o *Thyphis Pernambucano* prossegue com o tom de discurso crítico referente à Cavalcante, alegando que: “Comprando ao estado, por quatro contos de réis a tipografia fiada, a tem desfrutado três anos, sem ainda ter feito um só pagamento [...]”²³⁹ e, prosseguindo com a crítica, destaca: “Pedindo, em 1821, a certa pessoa desta praça, a quantia de duzentos mil réis por poucos dias, ainda até hoje sem dinheiro, nem, ao menos, uma pequena satisfação. Que herói! Que malandrinho! Quem se pode pôr a barba com ele”.²⁴⁰ De forma bastante contundente, O *Typhis* fez outras acusações ao famoso tipógrafo, proprietário da *Cavalcante e Cia*: “Manoel Clemente é aquele traidor que, de mãos dadas com o célebre padre Soledade e outros, desligou o Imperador do juramento prévio à Constituição que o Brasil fizesse [...]”²⁴¹.

Ao que parece, as acusações de Frei Caneca podem ter surtido algum efeito, pois em 13 de junho de 1824, foi baixada uma portaria ordenando James Pinches, Administrador da *Cavalcante e Cia*, a entregar ao inspetor do Trem todo o material da tipografia, que novamente se tornaria um instrumento governamental e reassumiria o nome de *Tipografia Nacional*. Pinches foi convidado para trabalhar nessa nova fase da empresa tipográfica, sendo o tipógrafo José Miranda Falcão escolhido para assumir a direção, auxiliado por um escrivão e um contínuo. No entanto, esse novo momento da

²³⁷ Ibidem.

²³⁸ BERNARDES, op. cit., 2010, pp. 199-202.

²³⁹ O *TYPHIS PERNAMBUCANO*, Nº 13. op. cit. apud CHACON e LEITE, (orgs.), 1984., p. 131.

²⁴⁰ Ibidem, p. 132.

²⁴¹ Ibidem.

tipografia durou pouco tempo, o que foi suficiente para imprimir os dois últimos números do *Typhis Pernambucano*²⁴² e os números 1 ao 4 do *Registro Oficial do Governo de Pernambuco*. Após a repressão da Confederação do Equador, o general Francisco de Lima e Silva delegou a responsabilidade da tipografia para o Padre Lopes Gama, que publicou apenas alguns números do *Conciliador Nacional*, periódico que ele dirigia e números do *Diário do Governo de Pernambuco*. No ano seguinte, a tipografia foi extinta por decisão do governo central.²⁴³

O número de periódicos aumentava com o advento do novo momento político vivido na América Ibérica e essas características, entre outras, são inerentes ao conceito de *modernidade*, que trouxe novas formas de sociabilidade e de transmissão de conhecimento, proporcionando a novos agentes sociais a inserção em debates acerca da política e dos rumos que a nação deveria tomar. No caso de Pernambuco, não foi diferente e a primeira tipografia surgida nesse momento na província, sobre a qual tratamos nas linhas anteriores, parece não ter dado conta, ou não ter tido interesse em outras publicações. Sendo assim, houve uma concorrente nessa atividade, a *Miranda e Cia.*, que parece ter aproveitado o momento político e, de certa forma cultural,²⁴⁴ em que estava inserida a província para lançar mão de um aparato tipográfico. Nesse caso, a *Miranda e Cia* imprimiu alguns periódicos de posturas mais radicais frente o governo do Rio de Janeiro. Ao final do ano de 1823, Antonio José Miranda Falcão deu início às atividades de uma pequena oficina tipográfica no bairro da Boa Vista. A empresa teve o nome de *Tipografia de Miranda e Cia* e publicou os seguintes periódicos: *O Typhis Pernambucano*, *O Liberal*, a *Sentinela da Liberdade* (2ª fase), *Argos Pernambucano* e *Desengano aos Brasileiros*, contribuindo, dessa maneira, para a atividade de importantes folhas impressas.

Miranda Falcão possuía experiência como tipógrafo, pois havia trabalhado na *Oficina do Trem*, um antigo arsenal de guerra que deu lugar à tipografia. Nesse mesmo

²⁴² *O TYPHIS PERNAMBUCANO*, Nº 28. op. cit., apud CHACON e LEITE, (orgs.), op. cit., 1984, p., p. 241. No entanto, CARVALHO afirma que foram impressos do 1 ao 27 na Tipografia de *Miranda e Cia*, o que deixaria margem apenas para o último número, o 28, ter sido impresso na *Tipografia Nacional*.

²⁴³ Todas essas informações estão embasadas em BERNARDES, 2010; NASCIMENTO, 1969 e CARVALHO, 1908, obras já mencionadas neste trabalho.

²⁴⁴ Nesse caso, a cultura escrita estava aflorando dentro de um universo impresso, onde a leitura podia ser praticada, inclusive oralmente, proporcionando acesso ao conteúdo das folhas, mesmo àqueles que não sabiam ler. Para a questão das formas de leitura no Brasil durante o século XVIII, ver JANCSÓ, op. cit., 1997. Sobre a formação das bibliotecas e grupos de ilustrados no Brasil colonial, ver MORAES, op. cit., 2006.

local, Miranda havia sido professor na escola do Arsenal e parece ter aprendido o ofício de impressor com James Pinches.²⁴⁵ Além de exercer a atividade de professor, Miranda também havia sido padre,²⁴⁶ o que, de certa forma, o identifica com grande número dos redatores e editores desse momento da imprensa pernambucana. Além do que, o proprietário da *Miranda e Cia* também havia ajudado Frei Caneca na redação do *Thyphis Pernambucano*, comprovando seu vínculo pessoal e alinhamento ideológico com Caneca, fato que contribui para esclarecer os motivos que o levaram a investir tantas linhas realizando críticas a um dos proprietários da tipografia que já estava consolidada em Recife, Manoel Cavalcante, da *Cavalcante e Cia*.

Assim como ocorrera com diversas pessoas envolvidas na Confederação do Equador, movimento político que abalou as províncias do Norte do Império, o proprietário da *Miranda e Cia* foi condenado à prisão, mas, ao que tudo indica, não permaneceu muito tempo no cárcere, pois negociando sua liberdade com o poder público, adquiriu o material que havia pertencido à então extinta *Tipografia Nacional*, e posteriormente, em 7 de novembro de 1825, publicou aquele que se tornou o periódico com maior tempo de circulação no continente americano, o *Diário Pernambucano*.²⁴⁷

Todos esses personagens faziam parte de uma ampla rede que envolvia aqueles que escreviam o texto, ou seja, os redatores e dirigentes dos periódicos, e aqueles que eram responsáveis pela produção do material, ou seja, os tipógrafos. Aos donos das tipografias coube a tarefa de realizar o investimento financeiro e de se arriscar em uma atividade ainda pouco explorada na província pernambucana; aos redatores coube a reflexão sobre os acontecimentos políticos presentes em todas as partes do mundo, das quais pudessem trazer informações e a realização da escrita do texto em si, mesclando as correspondências com suas próprias análises pessoais acerca desses acontecimentos.²⁴⁸ Em suas folhas ainda deveriam ter espaço trechos de periódicos produzidos na América e na Europa, além de transcrições de documentos oficiais e anúncios. Dessa forma, percebemos que havia o controle do discurso por parte dos responsáveis pela produção dos textos, que, além de exporem suas análises sobre diversas questões, na grande maioria das vezes, se mantinham no anonimato.

²⁴⁵ HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*. Sua história. Edição Ilustrada, 2ª Ed. São Paulo: Edusp, 2005, pp. 187-188.

²⁴⁶ *Ibidem*.

²⁴⁷ CARVALHO, op. cit., 1908, p. 43.

²⁴⁸ Para a relação entre os redatores e produtores do material impresso, de maneira geral, ver: DARNTON, op. cit., 2008.

Entretanto, cabe fazermos uma observação: nos próprios periódicos não constam os nomes de seus redatores, assim como ocorria com folhetos políticos que circulavam no início do século XIX no Brasil.²⁴⁹ Há apenas uma exceção: o redator de *O Maribondo*, Padre José Marinho Falcão Padilha, no número 3 de seu impresso, assina seu pseudônimo, Manoel Paulo Quintela. Nesse caso, o dirigente travou um debate com o Padre Venâncio Henriques Rezende, a partir de uma correspondência enviada ao periódico *O Maribondo*.²⁵⁰ Porém, muitas correspondências publicadas nos periódicos eram assinadas, ao menos com a abreviatura das pessoas que as tinham enviado. Um bom exemplo é o próprio Padre Venâncio Henriques Rezende, que teve seus textos publicados em diversas folhas periódicas e, ao que parece, era alguém muito requisitado para acalorar os debates, o que era de interesse dos próprios dirigentes dos periódicos.²⁵¹

2.2 Redatores

É importante realizarmos uma breve análise da trajetória das pessoas responsáveis pela escrita dos textos que eram impressos e fizeram seus ideais serem propagados nos espaços públicos, esquinas, cafés, boticas e diversas ruas comerciais que apresentavam grande fluxo de pessoas no Recife do primeiro quartel do século XIX. De antemão, ressaltamos a participação de religiosos nessa atividade, sendo que dos periódicos que estudamos para a realização de nosso trabalho, a maioria possuía como dirigente um membro da Igreja Católica, que geralmente eram pessoas ilustradas e que atuavam como professores de diversas disciplinas nos Seminários religiosos. No entanto, conforme veremos, essa característica não se configurava como uma regra, pois alguns importantes redatores não eram vinculados a qualquer instituição religiosa, como era o caso de Cipriano Barata, do *Sentinela da Liberdade*; Felipe Mena Calado da Fonseca, responsável por escrever os textos a serem publicados no *Segarrega* e Rodrigo Fonseca Magalhães, redator do *Aurora Pernambucana*..

²⁴⁹ Para a questão dos panfletos políticos referentes à Independência do Brasil, Ver: NEVES, op. cit., 2005. Ver também: CARVALHO, José Murilo de., BASTOS, Lúcia, BASILE, Marcelo (orgs.). *Às armas, cidadãos!* Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823). São Paulo, Minas Gerais: Cia das Letras, Editora UFMG, 2012.

²⁵⁰ *O MARIBONDO* Nº 3, op. cit., 1822.

²⁵¹ Era comum que os redatores solicitassem, por exemplo, o envio de correspondências dos leitores. Nesse caso, parece haver duas intenções: acalorar os debates e, por conseguinte, aumentar as vendas do impresso. Outro objetivo parece ser que a presença das correspondências era prova de que a gazeta era lida, ou seja, já possuía um público consumidor, estimulando, dessa forma, outros leitores a consumir o impresso.

Nesse sentido, as informações sobre as trajetórias e características dos redatores são importantes para que estes sejam vinculados às tendências políticas formadas pelos diferentes periódicos que circularam na província.

Os redatores dos periódicos que estudamos e que pertenciam à igreja eram o Padre Francisco Ferreira Barreto, redator do *Relator Verdadeiro*; o Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, que redigia o *Conciliador Nacional*; o Padre José Marinho Falcão Padilha (padre Quinela), dirigente de *O Maribondo*; o Padre Francisco Agostinho Gomes, que foi o primeiro redator do *Escudo da Liberdade do Brazil*; o Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, responsável por escrever o *Thyphis Pernambucano*, principal órgão propagador da Confederação do Equador e, finalmente, o Padre João Batista da Fonseca, ex-revolucionário de 1817, que redigia o periódico *O Liberal*.

Outra questão que merece destaque é a participação dos redatores dos periódicos não oficiais²⁵² nos impressos oficiais, como os periódicos diários e semanais publicados pela Junta de Governo. Para a redação dessas folhas, nada mais conveniente do que chamar pessoas ilustradas que já possuíam experiência com publicações periódicas, ainda que fossem considerados radicais politicamente, como Cipriano Barata, por exemplo. No entanto, a troca de redatores nos órgãos oficiais era comum, principalmente quando as opiniões pessoais se deixavam transparecer nas folhas impressas.

Os periódicos que pertencem ao primeiro grupo político que apresentamos no capítulo anterior - o *Aurora Pernambucana* e o *Relator Verdadeiro*, que estavam vinculados a uma proposta de propagação das medidas tomadas pelas Cortes de Lisboa e, conforme vimos, não chegaram a realizar críticas às medidas que eram tomadas pela Coroa ou pelas próprias Cortes - tinham como redatores Rodrigo Fonseca Magalhães, do *Aurora Pernambucana* e Padre Francisco Ferreira Barreto, do *Relator Verdadeiro*. Ambos estavam vinculados ao projeto do governo central e da Junta de Governo de Pernambuco e, talvez por esse motivo, não tenham deixado transparecer quaisquer contestações ao projeto constitucional encabeçado por Lisboa. Tendo em vista que esses

²⁵²Como já afirmamos anteriormente neste trabalho, consideramos periódicos não oficiais todos aqueles que foram publicados e não tiveram vínculos com a Junta de Governo nomeada após a reunião das Cortes Gerais, em Lisboa. Sendo assim, mesmo os impressos como o *Aurora Pernambucana* e *Relator Verdadeiro* tendo possuído um forte vínculo com o governo local, foram publicados antes das Cortes Gerais. Dessa forma, os periódicos que consideramos oficiais são os *Diários da Junta de Governo* e similares, como a *Gazeta Extraordinária de Governo* e a *Gazeta Pernambucana*.

dois impressos estavam inseridos em um momento político bastante influenciado pelo “vintismo”, por servirem à propagação dos ideais da Constituição de Portugal e, principalmente à formação e consolidação da Junta de Governo instaurada na província de Pernambuco, foram uma espécie de antecessores das folhas oficiais, como o que viria a ser o *Diário da Junta de Governo*.²⁵³

Os redatores dos periódicos abordados em nosso trabalho eram pessoas bastante esclarecidas e tinham uma bagagem cultural apurada em comparação à maioria da sociedade do início do século XIX. Conforme vimos anteriormente, grande parte dos responsáveis pelos impressos eram pessoas de formação religiosa, o que de certa forma lhes garantia a proximidade com o mundo do conhecimento bastante restrito para aquela sociedade, principalmente quando sabemos que o número de bibliotecas religiosas nos séculos XVIII e XIX era considerável no Brasil, conforme destacado por Rubens Borba de Moraes.²⁵⁴ Ainda de acordo com o autor, essas mesmas bibliotecas foram dividindo espaço com os livros que propagavam os ideais do iluminismo, até que as obras religiosas se tornaram cada vez mais raras.²⁵⁵

No entanto, mesmo aqueles redatores que não pertenciam a qualquer ordem religiosa possuíam uma considerável formação e faziam parte de uma restrita camada da sociedade que desfrutava de formação acadêmica, além de terem ampla experiência. Alguns exemplos: Rodrigo da Fonseca Magalhães, redator do *Aurora Pernambucana*, e Cipriano Barata, que dirigia a *Sentinela da Liberdade*, possuíam ideais políticos distintos, mas tinham uma atuação política bastante acentuada. Magalhães também tinha formação militar.

Rodrigo da Fonseca Magalhães, antes de se tornar redator do *Aurora Pernambucana*, havia estudado Teologia,²⁵⁶ Matemática e Filosofia, quando se destacou como estudante e também como escritor de sátiras.²⁵⁷ Com a ocupação francesa da Península Ibérica, alistou-se no batalhão acadêmico formado em Coimbra e acumulou

²⁵³ Impresso oficial que circulou entre os anos de 1823 e 1824 e teve vários redatores durante sua redação, como o Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama e o Padre José Marinho Falcão Padilha. Ver NASCIMENTO, op. cit., pp. 41-44.

²⁵⁴ Para bibliotecas religiosas no Brasil colonial, ver: MORAES, op. cit., pp. 7-44.

²⁵⁵ Ibidem.

²⁵⁶ Rodrigo Fonseca Magalhães ingressou no estudo religioso a pedido de seu pai, mas não se formou padre devido à guerra contra a ocupação francesa em Portugal. Sobre esse personagem, Ver: *Dicionário Histórico de Portugal*: <http://www.arqnet.pt/dicionario/magalhaesrodrigof.html>. Consultado em 08/01/2014

²⁵⁷ Ibidem.

vasta experiência militar, período em que teve como comandante de infantaria Luis do Rego Barreto, que era governador da província de Pernambuco no ano de 1821, quando o *Aurora Pernambucana* foi fundado. Luis do Rego Barreto, além de confiar a direção do periódico ao seu antigo subordinado, entregou-lhe o cargo de secretário geral em seu governo. Por esse motivo é flagrante a intenção do periódico de propagação do “vintismo” e, ao mesmo tempo, da sujeição à Coroa portuguesa.

No que diz respeito à relação entre o periódico e a situação política vivida em Pernambuco, devido ao decreto das Cortes de Lisboa que previa a instauração de Juntas de Governo nas províncias pertencentes ao Império de Portugal, o governo de Barreto foi substituído pela Junta de Governo Provisória. Nesse momento, o *Aurora Pernambucana*, que havia sido uma espécie de diário do governo, propagador das medidas tomadas pelas Cortes de Lisboa, foi substituído pelo *Relator Verdadeiro*, que, ao que parece, possuía a função de exercer esse mesmo papel durante a administração da Junta Provisória, tendo pouco fôlego em seus debates e publicando textos pouco polêmicos, teve curta duração.²⁵⁸

Conforme mencionado, o redator do *Relator Verdadeiro* era um religioso, o Padre Francisco Ferreira Barreto. Segundo Alfredo de Carvalho, era orador sacro, poeta e polemista político e nunca fora devotado ao constitucionalismo. De acordo com o mesmo autor, “sua defesa à causa a independência era feita com extremas cautelas em linguagem cuja moderação mais parecia timidez”.²⁵⁹ Segundo Nelson Werneck Sodré, tratava-se de um “absolutista apaixonado”²⁶⁰ e, sabemos ainda que Francisco Ferreira Barreto exerceu diversos cargos importantes como membro da igreja,²⁶¹ além de participar de uma sociedade secreta denominada Colunas do Trono, fundada no ano de 1828 com a finalidade de restaurar a monarquia.²⁶² Essas informações são importantes para atestar a relação existente entre o perfil ideológico dos redatores com as tendências políticas com as quais seus impressos estavam vinculados.²⁶³ No caso do *Relator Verdadeiro*, o dirigente não realizou críticas à monarquia nem às medidas que estavam

²⁵⁸ Conforme vimos anteriormente, os periódicos pediam cartas para polemizar os debates, conseguindo maiores vendas.

²⁵⁹ CARVALHO, op. cit., 1908, p. 65.

²⁶⁰ SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal. 2ª Ed. 1977, p. 68.

²⁶¹ Ver: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=9235>. Consultado em 15/05/2014.

²⁶² LINDOSO, Dirceu. *A utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real*. Alagoas: EDUFAL, 2005, p. 55.

²⁶³ Ver tabela 1.

sendo tomadas pelas Cortes de Lisboa. Também esse vínculo com um ideal mais conservador para o momento político vivido pode ter sido a causa do redator provocar poucas, ou nenhuma, polêmica em seu periódico: o contrário da maioria dos impressos que foram contemporâneos a ele ou brevemente posteriores.

Os redatores estavam construindo um momento de franca transformação, bastante intenso e buscavam, por meio de seus impressos, tornar possível a propagação dos acontecimentos que traziam inovação nos campos da política e da cultura, que conforme François-Xavier Guerra apontou, foram os que apresentaram rupturas imediatas.²⁶⁴ Segundo Andrea Slemian, a difusão da ilustração ibero-americana podia ser percebida tanto nos debates políticos abertos, publicados nos impressos, como em “reuniões secretas, na circulação de livros e manuscritos proibidos e nas leituras coletivas. Na ótica das autoridades, essas práticas poderiam carregar consigo princípios que atentavam contra ordem pública.”²⁶⁵ Ainda de acordo com a autora, é interessante destacar que após a chegada da família real ao Rio de Janeiro, a proximidade física com os habitantes do Brasil possibilitou que as decisões sobre os rumos que o Império deveria tomar se tornassem assunto público.²⁶⁶ No entanto, o caso de Pernambuco era distinto do Rio de Janeiro, pois a província do Norte teve que arcar com taxas para a manutenção da Corte e não esteve de acordo com o modelo político centralizador representado por Dom Pedro I.

O *Segarrega*, periódico que representa um perfil de transição da submissão irrestrita às Cortes e à monarquia portuguesa à aceitação e propagação do projeto de emancipação encabeçado pelos Andradas no Rio de Janeiro, tinha como redator Felipe Mena Calado da Fonseca. Tratava-se de um antigo revolucionário de 1817 e, assim como outros companheiros políticos e redatores, amargurou quatro anos de cárcere na Bahia antes de retornar para Pernambuco, entre 1817 e 1821.²⁶⁷ Português, radicado no Brasil desde a infância, sobre Felipe Mena, Alfredo de Carvalho diz:

A convite do governo encarregou-se de sua redação [do *Segarrega*] o português Felipe Mena Calado da Fonseca, um dos implicados nos sucesso

²⁶⁴ GUERRA, op. cit., 2010, pp. 86-98.

²⁶⁵ SLEMIAN, op. cit., 2006, p. 19.

²⁶⁶ Ibidem, p. 18.

²⁶⁷ Além de Felipe Mena, podemos citar o João Batista da Fonseca e Frei Caneca, por exemplo.

de 1817 e ex-secretário da junta revolucionária de Goiana, homem energético, inteligente e sinceramente devotado à causa liberal.²⁶⁸

Mesmo Alfredo de Carvalho tendo salientado que Felipe Mena era devoto da causa liberal, o próprio redator do periódico não utilizava o termo “liberal” para expor seus ideais e o mesmo acontecia com outros redatores, como João Batista da Fonseca, dirigente de *O Liberal*, conforme veremos adiante. Essa ausência de alguns termos pode ter ocorrido devido à censura à qual estavam sujeitos os redatores. No entanto, temos que levar em consideração alguns aspectos da vida de Mena Calado para percebermos a influência de seus propósitos políticos nos textos de sua folha impressa. Primeiramente, cabe observar que se trata de um participante do movimento insurrecional de 1817, o que confere a ele uma experiência política de luta e resistência ao absolutismo e certa proximidade com o ideal republicano, ou ao menos constitucional. É importante ainda evidenciarmos que Felipe Mena foi secretário da Junta de Goiana, em um momento revolucionário quando, naquela região, o governo de Luiz do Rego não foi reconhecido e foi nomeada uma Junta de Governo independente.²⁶⁹ A experiência que o redator do *Segarrega* acumulou nesses movimentos políticos contestatórios serviu de alimento para as páginas de seu periódico, conforme percebido em uma correspondência publicada no número 13 do *Segarrega*, na qual o autor usa seu pseudônimo “Filarete” para pedir a devolução de bens e garantia de herança dos presos de 1817.

Dessa maneira, percebemos as ideias de Mena Calado, quem esteve à frente de uma das folhas impressas mais duradouras e regulares de seu tempo. Parte de uma rede propagadora de ideais políticos na qual, ao que parece, todos se conheciam, mas era inevitável a existência de divergências. Felipe entrou em debates impressos com outros dirigentes de periódicos, como o Padre José Marinho Falcão Padilha, redator de *O Maribondo*, que em seu primeiro número desferiu ataques a “Fila”, pseudônimo de Felipe Mena Calado, devido à carta que havia sido publicado no número 13 do *Segarrega*. Vejamos um trecho:

Lemos no N. 13 do *Segarrega*. O seu cabeçalho coincide com as ideias, que tinham alguns sobre os negócios do Rio de Janeiro. Supomos, que algumas notícias daquela província desterrariam todas essas nuvens. Mas a cartinha do

²⁶⁸ CARVALHO, A. de. op. cit., 1908, p. 63. Talvez Alfredo de Carvalho possa ter exagerado ao falar sobre as tendências político-ideológicas do redator.

²⁶⁹ Sobre as relações políticas entre o governo autônomo nomeado na Junta Provisória de Goiana e o governo de Luís do Rego Barreto, ver: BERNARDES, op. cit., 2006, pp. 386-397.

Sr. Filarete não pode passar sem resposta: as solenes mentiras, de que abunda, são conhecidas nessa Praça; porém não por esse mundo onde for ter a *Segarrega*. O Sr. Filarete é de [ilegível]; todavia o Maribondo fará o que puder.²⁷⁰

No que diz respeito ao redator de *O Maribondo* - periódico que, assim como o *Conciliador Nacional*, pertence ao grupo que apresenta como característica o apoio ao projeto de independência encabeçado no Sul do Império do Brasil pelos Andradas²⁷¹ - as informações que possuímos são controversas. Alfredo de Carvalho nos informa que a direção de *O Maribondo* estava a cargo do Padre José Marinho Falcão Padilha, que, além de ser religioso, era professor de retórica e de poética. O mesmo autor afirma que Falcão Padilha utilizava o pseudônimo Manoel Paulo Quintela²⁷² que, conforme vimos anteriormente, se trata da única assinatura do próprio redator entre os periódicos que utilizamos como fontes. Nesse caso, Frei Quintela, ou Padre Quintela, seria um apelido dado ao redator de *O Maribondo* por Frei Caneca. Segundo consta na obra de Augusto Victorino A. S. Blake, Falcão Padilha, que nascera em Pernambuco no ano de 1787 e falecera em 1849, foi:

[...] presbítero do habito de São Pedro, professor jubilado do liceu Pernambucano e cavaleiro da Ordem do Cruzeiro, nomeado pelo general Luiz do Rego a 17 de maio de 1820 lente de retórica e poética do Recife, passou a lecionar essas matérias no liceu em 1826; foi deste estabelecimento nomeado secretário em 1839 e exerceu interinamente o cargo de diretor. Exerceu também o cargo de secretário do governo provisório de 1823. Foi um sacerdote respeitável, tanto por sua ilustração, como por suas qualidades e dotes pessoais.²⁷³

As informações trazidas por Blake em sua publicação do final do século XIX são muito relevantes para termos conhecimento do perfil do redator de *O Maribondo*: um destacado religioso, professor de disciplinas como retórica e poética, além de ter exercido o cargo de direção em uma das mais importantes instituições de ensino, o

²⁷⁰ *O MARIBONDO*, Nº 1. Pernambuco: Tipografia Nacional, 25 de julho de 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

²⁷¹ É importante destacarmos que o *Segarrega*, impresso abordado anteriormente, por se tratar de um periódico de transição entre o apoio incondicional às medidas das Cortes de Lisboa e o desejo de independência, também apresenta essas características.

²⁷² CARVALHO, A. de. op. cit., 1908, p. 68.

²⁷³ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883, pp. 71-72.

Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco²⁷⁴ Além do mais, Falcão Padilha exerceu um cargo na política pernambucana, sendo secretário da Junta de Governo. Dessa forma, se enquadra no padrão da maioria dos redatores dos demais periódicos pernambucanos de seu tempo. Sendo assim, é importante levantarmos, mais uma vez, o caráter de outras atividades cotidianas dos redatores, além da disseminação de ideais políticos por meio de impressos. No caso do redator de *O Maribondo*, trata-se de outro religioso que também exercia a atividade de educador, além de ocupar um cargo público.

Entretanto, Luiz do Nascimento, em sua clássica obra sobre a história da imprensa pernambucana, afirma que o Padre José Marinho Falcão Padilha e Manoel Paulo Quintela eram pessoas distintas e ampara sua hipótese em uma documentação que se refere a dois números do *Diário de Pernambuco*, publicados nos anos de 1829 e 1833, respectivamente.²⁷⁵ No primeiro caso, por exemplo, Manoel Quintela aparece como um oficial maior da Secretaria do Governo de Pernambuco. Porém, não encontramos referência a Manoel Paulo Quintela em nenhum outro impresso produzido em Pernambuco, apenas no referido número de *O Maribondo* e a participação apenas em um impresso não parece ter sido normal no período. Além dessa questão, o Padre José Marinho Falcão Padilha aparece como responsável de outros periódicos, inclusive um deles sendo o órgão oficial, o *Diário da Junta de Governo*, que entrou em circulação no dia 8 de fevereiro de 1823. Outro fato importante de ser salientado é que, devido à intenção de não revelarem suas identidades, além de não assinarem as folhas, o uso de pseudônimos era praticado. O redator do *Segarrega*, conforme vimos, utilizava “Filarete” para assinar as correspondências que ele mesmo escrevia.

Dessa forma, mesmo com a afirmação feita por Luiz do Nascimento, que vai em sentido contrário, parece mesmo que o Padre Manoel Paulo Quintela foi um pseudônimo utilizado por José Marinho Falcão Padilha no período em que escreveu *O Maribondo* e, possivelmente, Frei Caneca dera-lhe o apelido de Frei Quintela em referência à pessoa que aparece citada nos impressos localizados por Luiz do Nascimento. Também pode ter ocorrido uma coincidência, o que parece ser menos provável.

²⁷⁴ Ibidem.

²⁷⁵ NASCIMENTO, op. cit., 1969, pp. 33-35.

Ainda no que diz respeito ao Padre José Marinho Falcão Padilha, encontramos informações sobre sua atuação em espaços onde diversos ilustrados se reuniam para falar sobre literatura e outros assuntos.²⁷⁶ Na obra de Antonio da Cruz Cordeiro, no momento em que o autor aborda a atividade intelectual de Francisco Ferreira Barreto, redator do *Relator Verdadeiro*, afirma que este personagem:

Exercitou-se na declamação sagrada e profana; por amor das letras reunia-se às tardes Consistório da Igreja de S. José com os moços mais estudiosos de seu tempo, afim de trocarem as suas ideias, e argumentarem os seus cabedais intelectuais. Entre seus companheiros figuravam João Nepomuceno da Silva Portela, José Marinho Falcão Padilha, José Bernardino de Sena, Pedro Borges de Farias e outros.²⁷⁷

O trecho da obra de Cordeiro Cruz, citado acima, serve para ilustrar a questão da existência de espaços onde homens ilustrados, muitos deles vinculados à igreja, se reuniam para exporem seus ideais, trocando experiências sobre literatura e outros assuntos, e em Falcão Padilha estava inserido em um desses grupos. Esse grupo era liderado pelo redator do *Relator Verdadeiro*, o que não garantiu que Falcão Padilha seguisse os mesmos pressupostos políticos de Francisco Ferreira Barreto. Há mais uma referência ao redator de *O Maribondo* feita em outra obra escrita no século XIX, porém de autoria de Antonio Joaquim de Mello,²⁷⁸ que também coloca o Padre José Marinho Falcão Padilha em uma rede de letrados, que desta vez se reunia na casa do poeta Maximo Pereira Garros.²⁷⁹ Nesse caso, o autor escreve:

Alguns moços talentosos tinham-lhe amizade, e frequentavam a sua casa, e eram desde número os falecidos vigário Francisco Ferreira Barreto, Padre José Marinho Falcão Padilha, José Bernardino de Sena, o Tenente Coronel Pedro Borges de Faria, o Dr. José da Natividade Saldanha, e outros, os quais recitavam-lhe suas poesias-, e composições como a um juiz, esclarecido e, apaixonado.²⁸⁰

²⁷⁶ CORDEIRO, Antonio da Cruz. *Estudo Biográfico: o vigário Joaquim Antonio Marques e algumas de suas peças oratórias*. Paraíba: Tipografia Liberal Paraibana, 1866, p. 74.

²⁷⁷ *Ibidem*.

²⁷⁸ MELLO, Antonio Joaquim de. *Biografia de alguns poetas e homens ilustres da província de Pernambuco*. Recife: Tipografia Universa, 1856, p. 13.

²⁷⁹ Sobre Maximo Pereira Garros, Antonio Joaquim de Mello diz: “Ele era pardo, nascido na cidade do Recife, de ótimos costumes, e bem quisto. Viveu sempre de músico, tocando rabeção, e ensinando música e primeiras letras”. MELLO, Antonio J. de. op. cit., 1856, p. 13.

²⁸⁰ *Ibidem*.

Mais uma vez, vemos um de nossos redatores vinculados a atividades do mundo cultural letrado, inclusive atuando como poeta e sendo colocado entre pessoas jovens, talentosas e que, ao que parece, já possuíam certo respeito entre os eruditos de seu tempo.

A propagação dos ideais políticos pode ser vinculada ao esforço que os ilustrados faziam para propagar suas ideias por meio da palavra impressa. Mesmo com empecilhos à circulação das folhas com maior periodicidade, é notável o número de periódicos dirigidos por pessoas que compunham a rede de produtores do material impresso. Ressaltamos, portanto, a profusão de grupos de leitores na província de Pernambuco, destacadamente em seus dois eixos urbanos, Recife e Olinda. As passagens das obras que transcrevemos acima são importantes para entendermos esse personagem de nosso trabalho (o Padre José Marinho Falcão Padilha) como componente de uma rede de conhecimento e de relações, o que garantiu a ele condições para publicar seus impressos e expor suas opiniões acerca dos acontecimentos políticos que permearam seu tempo.

Na mesma vertente de *O Maribondo*, propagando a desvinculação política frente a Portugal e defendendo a proclamação da Independência do Brasil, encabeçada pelo ministério dos Andradas, o *Conciliador Nacional* também possuía em sua direção um religioso ilustrado e que havia exercido cargos na política. Referimo-nos ao Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, que nasceu em Recife no dia 29 de setembro de 1791.²⁸¹ Monge beneditino do mosteiro de Olinda, Lopes Gama se tornou professor de retórica até ser jubilado em 1839, quando, devido a questões familiares, também deixou de exercer atividades religiosas, após pedir sua secularização.²⁸² O redator do *Conciliador Nacional* ainda exercera o cargo de diretor da Faculdade de Direito de Olinda,²⁸³ além de ter sido professor de literatura, língua portuguesa e retórica no liceu do Recife e foi diretor do mesmo liceu, tendo sido nomeado deputado à Assembleia de Pernambuco várias vezes. Segundo Blake, o Lopes Gama ainda foi “filósofo e moralista, distinto orador sagrado, possuindo todos os dotes da tribuna, era cônego

²⁸¹ BLAKE, op. cit., 1883, p. 288.

²⁸² Ibidem.

²⁸³ A Faculdade de Direito de Olinda foi funda em 11 de agosto de 1827. Simultaneamente o curso foi criado na cidade de São Paulo. Atualmente, a Faculdade de Direito de Olinda integra a Universidade Federal de Pernambuco. Ver: BEVILAQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. 2. ed. Brasília: INL; Conselho Federal de Cultura, 1977.

honorário e pregador da capela imperial, comendador da Ordem de Cristo e membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro”.²⁸⁴

No trecho da obra de Augusto Victorino, citado acima, mesmo fazendo ressalva a uma extrema admiração do biógrafo, percebemos que o Lopes Gama possuía grande experiência como orador sacro além de professor e político. Ainda é necessário destacarmos que o Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama foi responsável por diversas obras publicadas, com destaque para o periódico *O Carapuceiro*, que circulou no Recife entre os anos de 1832 e 1847, obtendo grande recepção do público²⁸⁵ o que de certa forma atesta a popularidade de seu redator que nomeou esse periódico baseado em seu próprio apelido, “Padre Carapuceiro”.

Conforme constatado até aqui, os redatores dos periódicos abordados possuíam muitas características em comum, o que nos permite falar da existência de um certo perfil social. Eram pessoas com um nível alto de erudição e que por meio de seus impressos buscavam propagar seus ideais e informar pessoas que pertenciam às mais diversas camadas sociais, vivendo no campo ou na cidade, sobre os acontecimentos de seu tempo e apresentando os debates que giravam em torno desses acontecimentos. Miguel do Sacramento Lopes Gama, redator, entre outros impressos, do *Conciliador Nacional*, deixou transparecer nesse periódico suas intenções políticas para o Império do Brasil, que estava rompendo seu vínculo com a antiga metrópole, Portugal.

É pois o voto dos Pernambucanos e de todo o Brasil – independência – entendida daquele modo, e só desejam uma Constituição liberal feita por Deputados Brasileiros, e sancionada pelo Nosso amantíssimo Regente, e Perpétuo defensor que fará executar as leis, emanadas do nosso Congresso para felicidade deste vasto, e riquíssimo Império.²⁸⁶

Percebemos, dessa forma, a proximidade de Miguel do Sacramento Lopes Gama com a proposta de instauração de uma monarquia constitucional no Império do Brasil, onde o monarca exerceria o poder exclusivamente executivo, enquanto o Congresso se

²⁸⁴ BLAKE, op. cit., 1883, p. 288.

²⁸⁵ Sobre o periódico *O Carapuceiro*, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. (org.). *O Carapuceiro*. Coleção Retratos do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²⁸⁶ *O CONCILIADOR NACIONAL*, N° 8. Pernambuco: Tipografia Cavalcanti e Cia., 19 de novembro de 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

encarregaria da legislação. Lopes Gama estava alinhado com o projeto elaborado no Rio Janeiro, o que também é perceptível no trecho citado acima.

De acordo com Marco Morel, a imprensa no início do século XIX estava interligada a uma série de outros mecanismos que transcendiam à palavra impressa e buscavam compreender e discutir os acontecimentos de então. Por exemplo:

Pertencimento às sociabilidades (institucionalizadas ou não), lutas eleitorais e parlamentares, exercício da coerção governamental, movimentações nas ruas, mobilização de expressivos contingentes da população, recursos à luta armada (por meio de motins, rebeliões, etc.) e, sobretudo, formas de transmissão oral e escrita tão marcantes naquela época.²⁸⁷

Flávio José Gomes Cabral ainda destaca o uso de modinhas, canções e frases escritas em muros como outras formas de atingir e informar o público sobre como as questões políticas estavam se desenrolando.²⁸⁸ É bastante provável que essas manifestações dialogassem com a cultura impressa, pois o espaço público, principalmente os de maior fluxo, são os que passaram a apresentar maior fluidez de ideias e de informação. No que se refere aos periódicos que estudamos, sabemos da existência de diversos locais para sua aquisição e, no caso do *Sentinela da Liberdade*, temos conhecimento até mesmo de sua leitura em voz alta em vias públicas, conforme vimos no capítulo anterior.

No que diz respeito às correntes políticas às quais se ligavam os redatores e seus periódicos, salientamos, mais uma vez, que o pertencimento à mesma vertente não significava ausência de críticas dos redatores. No número 9 do *Conciliador Nacional*, Lopes Gama cede um grande espaço em seu periódico para que o Padre Venâncio Henriques Rezende desse uma contra-resposta a José Marinho Falcão Padilha, redator de *O Maribondo*, com quem havia travado um debate sobre o conceito de *república*. No entanto, não podemos nos esquecer que os redatores solicitavam esses debates em seus periódicos como uma forma de estimular as vendas de seus impressos, o que de certa forma pode amenizar a ideia de conflito entre os redatores de *O Maribondo* e do *Conciliador Nacional*, inseridos no propósito de tornar o Brasil um Império Constitucional, independente de Portugal, ou de qualquer outra nação.

²⁸⁷ MOREL, op.cit., 2005, p. 617.

²⁸⁸ CABRAL, Flávio José Gomes. “Vozes públicas”: as ruas e os embates políticos em Pernambuco na crise do Antigo Regime português (1820-1821). In: SAECULUM, Revista de História. João Pessoa, jul/dez, 2005.

O segundo momento da imprensa pernambucana desenvolvida no século XIX, que conforme destacou Denis Bernardes se inicia com a Independência do Brasil, em 1822, e se encerra no ano de 1831, com a abdicação de Dom Pedro I, presenciou o aumento considerável de números de periódicos, conforme vimos anteriormente.²⁸⁹ Dessa forma, o ano de 1823 viu o surgimento de dois periódicos que pertencem à vertente política responsável por realizar críticas diretas aos ministros, declarando seu inconformismo com as medidas despóticas²⁹⁰ que estavam sendo tomadas. Os dirigentes desses periódicos atacam de maneira acentuada a censura e perseguição daqueles que eram responsáveis por periódicos que questionassem a ordem vigente no Rio de Janeiro.²⁹¹ Os impressos que inserimos nessa corrente são *Sentinela da Liberdade*, redigido por Cipriano Barata e *Escudo da Liberdade do Brazil*, o qual teve dois redatores: o primeiro foi o Padre Francisco Agostinho Gomes, substituído pelo Capitão João Mendes Viana.

No caso de Cipriano Barata, existe uma considerável bibliografia que contempla sua vida, principalmente escrita pelo jornalista e historiador Marco Morel.²⁹² Personagem bastante polêmico em seu tempo, Barata talvez tenha sido o único de nossos redatores que, apesar da destacada e culta a formação, estava presente entre as camadas populares e “embrenhou-se pelas vielas sublevadas, onde branco nenhum como ele ousava por o pé”.²⁹³ Experimentado nas mais diversas prisões, da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, o dirigente do *Sentinela da Liberdade* se tornou o oposto da maioria das pessoas que viveram em seu tempo e tiveram sua formação acadêmica: bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra e habilitado para atuar na medicina e na matemática, Barata recusou a nomeação da Ordem do Cruzeiro²⁹⁴ e também a

²⁸⁹ BERNARDES, op. cit., 2010, p. 200.

²⁹⁰ A medida tomada pelo governo central que mais causou inconformismo entre os redatores foi a dissolução da Assembleia Constituinte.

²⁹¹ De acordo com o *Sentinela da Liberdade* e o *Escudo da Liberdade do Brazil*, o Rio de Janeiro vivia sob forte censura e perseguição daqueles que eram contrários ao governo de Dom Pedro I.

²⁹² Sobre a vida e obra de Cipriano Barata, ver: MOREL (org.), op. cit., 2008. Do mesmo autor: *Cipriano Barata: panfletário da Independência*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

²⁹³ MOREL, op. cit., 1986, p. 8.

²⁹⁴ “A Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul originou-se da extinta Ordem Imperial do Cruzeiro, instituída por Decreto de 1º de dezembro de 1822 de D. Pedro I, para assinalar de modo solene a sua Aclamação, Sagração e Coroação como Imperador Constitucional do Brasil e seu Defensor Perpétuo e em alusão à posição geográfica do país, sob a Constelação do Cruzeiro e também em memória do nome – Terra de Santa Cruz – dado ao Brasil por ocasião de seu descobrimento. A Ordem Imperial do Cruzeiro foi abolida pela Constituição de 24 de fevereiro de 1891 e restabelecida, com sua nova denominação, pelo Decreto 22.165, de 5 de dezembro de 1932, do Presidente Getúlio Vargas” Extraído de: <http://www.itamaraty.gov.br/cerimonial/condecoracoes/ordem-nacional-do-cruzeiro-do-sul>. Consultado em 17/05/2014.

segunda nomeação como deputado da província da Bahia.²⁹⁵ Foi perseguido, jurado de morte mais de uma vez - inclusive tendo sua cabeça colocada a prêmio por 400 réis, quando soldados saíram à caça de seus periódicos nos locais de venda²⁹⁶ - envolvido em movimentos sediciosos desde sua vivência na Bahia, em 1789.²⁹⁷ Sobre Barata, Marco Morel diz:

Sua força residia não apenas na (incrível) coerência e integridade de filósofo e político nem somente no brilhante jornalismo de combate. Mas, principalmente, porque impregnava tal práxis de uma luz apaixonada e apaixonante. Ao mesmo tempo que escrevia longos e lúcidos manifestos, era visto dando umbigadas nas rodas de chula, enluaradas noites praieiras. [...] e frequentava, com gosto, clandestinos candomblés.²⁹⁸

Barata se tornou um personagem conhecido nas ruas da Bahia e do Recife, inclusive por sua maneira de se vestir, repleta de simbologias, em uma sociedade onde os símbolos eram uma forma de afirmação de identidade cultural.²⁹⁹ Em sua inusitada aparência, Cipriano Barata tinha:

[...] cabelos brancos longos (até o ombro), cobertos por vistoso chapéu de palha, envergava casacão de algodão rústico, sapatos de couro de bezerro, trazendo, para completar sua mensagem visual, numa das mãos um bengalão e na outra um ramo de café.³⁰⁰

Dentro dessa simbologia de sua vestimenta, usar chapéu de palha era uma forma de declarar-se amigo dos pobres e “baderneiro”, e o ramo de café significava patriotismo.³⁰¹

Em seu periódico, o *Sentinela da Liberdade*, Cipriano Barata deixava claro sua insatisfação com o ministério e mostrava ser uma figura que pretendia atingir aos mais diversos setores sociais. Utilizando certo teor de oralidade, tinha como protagonistas em suas páginas camadas desfavorecidas da sociedade do início do século XIX, como negros e mulheres, além de rejeitar abertamente o Projeto Constitucional emanado do Rio de Janeiro. No número 53 de seu periódico, escreveu:

²⁹⁵ MOREL (org.). op. cit., 2008, pp. 18 e 19.

²⁹⁶ MOREL, op. cit., 1986, p. 46.

²⁹⁷ No entanto, já durante sua graduação em Coimbra, foi interrogado pela Inquisição devido a 14 faltas injustificadas. MOREL (org.). op. cit., 2008, p. 18.

²⁹⁸ Ibidem p. 10.

²⁹⁹ Ibidem, p. 64.

³⁰⁰ Ibidem, p. 8.

³⁰¹ Ibidem, p. 64.

Quando pusemos os olhos neste Projeto de Constituição, o nosso Espírito se *espaivou*, os nossos cabelos de eriçaram e nossas carnes se tremeram de horror! Quê? Disse eu! Este é o projeto suspirado da nossa Liberal Constituição? Que absurdos! Que erros de política! Que atentados contra a liberdade particular e pública! Que *horríficos* manejos para extinguir a representação das Províncias, tirar-lhes a força o respeito, e meter-lhe a divisão para as enfraquecer, para as dominar! Que maquiavelismo para criar Nobreza hereditária! Ó das Províncias, alerta!³⁰²

Vivendo em um universo no qual os mundos urbano e rural se misturavam, principalmente na Bahia e em Pernambuco, Cipriano Barata, além de professor, desenvolveu outras atividades que lhe garantissem renda: foi profissional liberal na medicina, lavrador arrendatário, praticando uma agricultura praticamente de subsistência, além de ter recebido subsídio governamental enquanto esteve preso e também ter contado com auxílio de colegas.³⁰³ No entanto, além dessas atividades, Barata também foi proprietário de uma botica (farmácia), tipo de estabelecimento onde era muito comum a venda de periódicos, conforme constatamos em nossa pesquisa. Esse ponto é importante para percebermos Cipriano agindo diretamente nos locais de propagação e consumo dos periódicos, sendo um agente que, além de vender seu próprio material, tinha a possibilidade de distribuir outros impressos, provavelmente aqueles que eram compatíveis com suas ideias. Essas atividades apenas aparentemente comezinhas mostram que seu cotidiano ia além da propagação de ideais políticos via palavra impressa e da participação em grupos de ilustrados. Foi médico, professor, comerciante e agricultor, sendo que cada uma dessas atividades fez parte de sua formação pessoal e lhe garantiu meios de sobreviver.

Ainda temos que destacar que, mesmo enquanto esteve no cárcere, Barata buscava, além de escrever seus textos, também participar de levantes nos presídios e politizar as pessoas que estavam presas e viviam ao seu redor. Evidenciamos ainda a atuação de Cipriano Barata como deputado nas Cortes de Lisboa, estando entre os brasileiros que se recusaram a assinar a Constituição e fugiram para Lisboa.

Sobre os espaços onde a opinião pública ganhava força de propagação, como as cidades de Olinda e Recife a partir de 1821, Marco Morel aponta para a existência de locais, como livrarias por exemplo, que eram frequentados por redatores e editores de

³⁰² MOREL, (org.). op. cit., 2008, p. 488.

³⁰³ Ibidem, p. 16.

impressos e cartazes, existindo a precaução em atingir o público não alfabetizado.³⁰⁴ Nesse caso, havia cruzamentos entre expressões orais e escritas, entre culturas letradas e iletradas, sendo que Cipriano Barata, por exemplo, possuía esse ideal como uma de suas propostas como jornalista. Conforme mencionamos anteriormente, havia uma rede de dirigentes de periódicos e tipógrafos que viviam no Recife no primeiro quartel do século XIX e que, vinculados uns aos outros, se atrelavam a determinada corrente, gerando grupos com distintas propostas políticas.³⁰⁵ Na mesma vertente do periódico de Barata, foi publicado, no de 1823, o *Escudo da Liberdade do Brazil*, que teve como fundador e um de seus redatores o Padre Francisco Agostinho Gomes, um rico comerciante, também deputado nas Cortes de Lisboa e amigo muito próximo de Cipriano Barata.

No entanto, o caso do *Escudo da Liberdade do Brazil* é específico, pois esse periódico teve dois redatores que atuaram em suas publicações: um deles foi o Padre Francisco Agostinho Gomes e o outro, seu substituto, foi o Capitão João Mendes Viana. Faremos uma breve apresentação da trajetória de cada um deles separadamente, atrelando aspectos de suas vidas às suas atuações como redatores, conforme temos feito com os demais periódicos. Começaremos por aquele que idealizou esse impresso, o Padre Francisco Agostinho Gomes.

Nascido na cidade de Salvador, em 4 de julho de 1769, e filho de um rico comerciante, do qual herdou uma considerável fortuna, era comerciante e foi um ilustrado muito reconhecido em seu tempo.³⁰⁶ “Filho de pais virtuosos e opulentos, e aos quais não faltava também a nobreza da família, foi criado nos lugares de abundância [...]”³⁰⁷. Percebemos, assim, a prática de uma atividade cotidiana em sua vida: a profissão de comerciante, atividade essa que foi desempenhada durante muitos anos e que lhe garantiu uma tranquila vida material.

Segundo Luiz Henrique Dias Tavares, Agostinho Gomes estava entre os jovens que voltavam de Lisboa, Coimbra e até da Ilha da Madeira com formação erudita e vivência em acontecimentos que se deram na Europa e influenciaram todo o mundo

³⁰⁴ MOREL e BARROS, op. cit., 2003, p. 45.

³⁰⁵ Ver tabela 1.

³⁰⁶ BLAKE, op. cit. 1883, p. 383.

³⁰⁷ BIVAR, Diogo Soares da Silva de “Elogio histórico de Francisco Agostinho Gomes”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 4. Rio de Janeiro: Tipografia de João Inácio da Silva, 1863, p. 29.

ocidental, como a Revolução Francesa, por exemplo.³⁰⁸ Segundo o autor, esses jovens formavam grupos de debates e leituras realizados a partir de obras de caráter iluminista, inclusive algumas proibidas.³⁰⁹

Dessa forma, os aspectos presentes no *Escudo da Liberdade do Brazil* condizem com a formação intelectual e atuação política de Francisco Agostinho Gomes, defensor de um modelo político constitucional e de limitações ao poder emanado pela Coroa:

A liberdade pública ameaçada, a segurança e liberdade individual pública e escandalosamente atacadas, a monarquia constitucional que a Nação proclamou e quer em perigo, quando os que afetam serem seus maiores defensores, maquiam estender os limites da autoridade do Monarca além do que lhe prescreve a mesma Ordem Constitucional adotada.³¹⁰

Segundo Luis Henrique Dias Tavares, no período em que esteve no Recife, o Padre Agostinho Gomes se aproximou do grupo que foi contra a dissolução da Assembleia constituinte e proclamou a Confederação do Equador, do qual pertenciam outros redatores estudados em nosso trabalho. Cumpre frisarmos que, apesar de viverem em ambientes cultos, muitas vezes esses ilustrados agiram de forma mais prática. Por exemplo, a participação de Agostinho na Confederação do Equador foi por meio do envio de farinha de mandioca para o Recife, pois a cidade estava bloqueada pelo governo central, que impedia a passagem de alimento.³¹¹

Todavia, a participação na Confederação do Equador não foi sua única atuação em movimentos políticos contestatórios à ordem vigente. Muito pelo contrário: Agostinho Gomes foi denunciado por diversas vezes por cartas enviadas para a rainha de Portugal, Dona Maria I, dizendo que ele era simpatizante da Revolução Francesa e havia participado de um “Jantar de Carne na Sexta-feira Santa”. Também esteve envolvido na Sedição de 1798, ocorrida na Bahia. Nesse caso, houve a propagação de panfletos, que eram “papéis incendiários”,³¹² com formulações políticas e sociais audaciosas.³¹³ Ele foi inclusive apontado como um de seus redatores, porém foi

³⁰⁸ TAVARES, Luís Henriques Dias. *Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia*. Bahia, São Paulo: EDUFBA, Editora UNESP, 2003, p. 127.

³⁰⁹ *Ibidem*.

³¹⁰ *ESCUDO DA LIBERDADE DO BRAZIL*, Nº 1, op. cit., 1823.

³¹¹ TAVARES, op. cit., 2003, p. 126.

³¹² Sobre os panfletos que propagaram ideais contrários à ordem vigente na Bahia, ver: Kátia Mattoso "Bahia 1798: os panfletos revolucionários. Proposta de nova leitura", in Osvaldo Coggiola (org.), *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1990, pp. 341-56.

³¹³ TAVARES, op. cit., 2003, p. 128.

absolvido.³¹⁴ Sua atuação em acontecimentos políticos dessa natureza continuou quando ocorreu a instauração da República de Pernambuco, no ano de 1817. Agostinho Gomes foi apontado como um dos conspiradores que deveria garantir a adesão da Bahia ao movimento.³¹⁵

Vemos, dessa forma que o primeiro redator do *Escudo da Liberdade do Brazil* possuía vasta experiência no campo político, pois além de ter sido deputado nas Cortes de Lisboa e de ter recusado, assim como o fizera seu amigo Cipriano Barata, o cargo de deputado na Assembleia Legislativa do Brasil no ano de 1826,³¹⁶ participou de movimentos contestatórios muito importantes para a formação do cenário político.

No entanto, a formação intelectual do Padre Francisco Agostinho Gomes merece destaque. Conforme mostrado por Sacramento Blake, após a morte de seu pai, Agostinho pediu afastamento de suas atribuições religiosas para se dedicar aos estudos das ciências naturais, economia política e literatura, campos “nos quais se tornou notável”.³¹⁷ Mais impressionante na trajetória do fundador do *Escudo da Liberdade do Brazil* era o número de volumes com que contava sua biblioteca, que, conforme afirmado por Lúcia Maria B. P. das Neves, tinha 356 livros, quantidade surpreendente para o período. A autora destaca ainda que Cipriano Barata possuía 30 livros quando da devassa instaurada nos acontecimentos de 1798 na Bahia,³¹⁸ um número bem menor do que o de Agostinho Gomes. Este, inclusive, contribuiu para a fundação da Biblioteca Pública da Bahia no ano de 1811, sendo um de seus principais doadores, além de exercer a função de secretário dessa mesma biblioteca.³¹⁹

No que diz respeito ao exato momento em que houve a troca de redatores do *Escudo da Liberdade do Brazil*, existem informações contraditórias: Luiz do Nascimento afirma que o Padre Francisco Agostinho Gomes foi “logo substituído” na redação do periódico, após sua fundação,³²⁰ enquanto que Alfredo de Carvalho nos

³¹⁴ Ibidem.

³¹⁵ Nessa época, João Batista da Fonseca, redator do impresso *O Liberal* também vivia na Bahia.

³¹⁶ TAVARES, op. cit., 2003, p. 137.

³¹⁷ BLAKE, op. cit., 1883, p. 383.

³¹⁸ NEVES, Lúcia Maria B. P. das. “Luzes nas Bibliotecas de Francisco Agostinho Gomes e Daniel Pedro Muller, dois intelectuais luso-brasileiros”. Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, 2005, Lisboa. *Anais*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2005. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ear/colquio/comunicacoes/lucia_maria_bastos_neves.pdf>. Consultado em 17/05/2014.

³¹⁹ MORAES, op.cit., 2006, pp. 152- 170.

³²⁰ NASCIMENTO, op. cit., 1969, p. 51.

informa que Agostinho Gomes ainda era redator na terceira publicação, sendo substituído “pouco depois” da tarefa de redigir o periódico.³²¹ Carvalho ainda levanta uma questão que nos é bastante preciosa ao destacar que, de seu ponto de vista, o novo redator, que possuía como referência o trabalho de Cipriano Barata, teria dado mais espaço para o debate acerca da questão constitucional no impresso e ganho em veemência declamatória; porém, o primeiro dirigente teria um estilo mais aprimorado e maior moderação na linguagem.³²²

Entretanto, encontramos na obra de Luis Henrique Dias Tavares a informação de que o Padre Francisco Agostinho Gomes teria sido responsável apenas pela publicação do primeiro número do *Escudo da Liberdade do Brazil*, sendo os demais, todos de responsabilidade única do Capitão João Mendes Viana, que estenderia sua publicação até o número 16, em novembro de 1823, quando foi preso e, tendo o mesmo destino que Cipriano Barata, foi enviado para a Fortaleza do Brum e, posteriormente, para o Rio de Janeiro. Após nossas leituras dos números do *Escudo da Liberdade do Brazil*, não é muito fácil definir onde realmente há uma substituição entre os redatores, tendo em vista que ambos faziam parte do mesmo grupo de conhecidos e pertenciam a uma das vertentes por nós explorada no primeiro capítulo, expressando suas ideias de acordo com os princípios que acreditavam: a crítica aos ministros, a criação da Constituição do Brasil e demais temas, como o combate à pobreza e à defesa da liberdade de imprensa. Em uma crítica ao despotismo, Francisco Agostinho Gomes escreveu:

Todas as vezes que o Governo querendo reger os povos ao seu arbítrio, e não segundo as regras da justiça, e de razão, temendo-se que a censura pública analise a injustiça dos seus atos e medidas, *coarcta* a liberdade da imprensa, e espalha de tal maneira o terror que ninguém ousa escrever senão na conformidade das máximas doutrinas que o Governo apadrinha, e quer que se sigam.³²³

Talvez Alfredo de Carvalho tenha identificado a maior presença do debate acerca da constituição, no período em que Mendes Viana esteve à frente do periódico, devido às diversas publicações de trechos do projeto de Constituição elaborado pela Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, o que ocorre a partir do décimo primeiro número.

³²¹ CARVALHO, op. cit., 1908, p. 81.

³²² Ibidem.

³²³ *ESCUDO DA LIBERDADE DO BRAZIL*, Nº 1, op.cit. 1823.

De qualquer maneira, o homem responsável por dar continuidade ao trabalho que Francisco Agostinho Gomes iniciou no *Escudo da Liberdade do Brazil* foi o português Capitão João Mendes Viana, uma pessoa ligada à maçonaria fluminense e que tinha como missão levar o projeto de Independência do Brasil desenvolvido no sul do Império para Pernambuco e claramente, assim como seu companheiro de redação, se aproximou do mesmo grupo de redatores que estariam envolvidos na Confederação do Equador.

Mendes Viana, o segundo redator do *Escudo da Liberdade do Brazil*, era membro de um grupo maçônico denominado Grande Oriente do Brasil (GOB), contando com 94 homens que se reuniram em 24 de julho de 1822 na Praia Grande (atual Niterói) com intenção de propagar os ideais do iluminismo e contribuir com a Independência do Brasil.³²⁴ Segundo Morel e Souza, o GOB tinha origem na loja de Comércio e Artes que surgiu no ano de 1815, desapareceu devido à repressão no ano de 1818 e retomou suas atividades após as bênçãos do Grande Oriente Luso-brasileiro³²⁵ e sob os novos ares do liberalismo após 1821.³²⁶

A atuação de Mendes Viana em Pernambuco ocorreu quando os integrantes da loja maçônica à qual ele pertencia tomaram a decisão de dividi-la em três, e aquele que se tornaria o redator do *Escudo da Liberdade do Brazil*, na condição de venerável da loja do comércio e eleito segundo grande vigilante do GOB, foi enviado para Pernambuco para articular a Independência do Brasil. Conforme vimos anteriormente, o Capitão Mendes Viana acabou se aliando a pessoas que pertenciam ao grupo mais radical e que proclamaram a Confederação do Equador.³²⁷ Devido a sua participação nesse movimento, cumpriu sete anos de pena nos cárceres do Primeiro Reinado.³²⁸ A trajetória de Mendes Viana transparece nas páginas do periódico que redigiu por meses, exaltando os ideais constitucionais e propagando críticas ao Ministério e ao despotismo:

³²⁴ MOREL, Marco e SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. “Independência: um espaço para a nação”. In: *JB News*, número 244. Florianópolis: Editora Ir. Jerônimo Borges, 2011. Disponível em: <http://www.aminternacional.org/PDF/IndependenciaUmEspacoParaNacao.pdf>. Consultado em 17/05/2014.

³²⁵ Sobre a atuação das lojas de maçonaria na independência do Brasil, ver: BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora, São Paulo: Editora UFJF, Annablunme, FAPESP, 2006.

³²⁶ MOREL e SOUZA, op. cit., 2011.

³²⁷ *Ibidem*.

³²⁸ *Ibidem*..

[...] fica claríssimo qual deverá ser entretanto a segurança dos Cidadãos, que ficam inteiramente expostos as perseguições de um Ministério que reputa criminoso, facciosos, e perturbadores do sossego público todos aqueles, cujas opiniões são opostas aos seus intuitos de estabelecer o despotismo.³²⁹

Na obra de Alfredo de Carvalho, constam algumas linhas de elogios feitos pelo autor a Mendes Viana, “tipo do patriota abnegado, foi um dos homens da Independência cuja memória se nos *antolha* verdadeiramente digna de gratidão nacional”,³³⁰ tendo esse personagem sido esquecido dentro da historiografia brasileira sobre a independência. Em Alfredo de Carvalho, encontramos a transcrição de um trecho do *Aurora Fluminense*,³³¹ publicado em 20 de outubro de 1830, onde Evaristo da Veiga³³² escreveu o seguinte sobre João Mendes Viana:

A energia de sua alma [...] e o amor ardente pela liberdade do seu país, que em 1823 o tinham conduzido à Pernambuco para ali trabalhar na grande obra da nossa independência política, nenhum instante se desmentiram. Os incômodos originários de dois anos de sofrimento em uma masmorra, agravado pelo excessivo trabalho parlamentar, e em que o seu zelo nunca consultou as próprias forças, lhe arruinaram a saúde e lhe levaram ao túmulo.³³³

Nesse caso, é interessante destacar que Mendes Viana possuía um forte vínculo com a cidade onde a Corte estava situada, o Rio de Janeiro. Conforme mostrado por Andréa Slemian, e mencionado anteriormente em nosso trabalho, a presença física do centro de poder possibilitou que o debate acerca dos rumos políticos que o império deveria seguir se tornassem possíveis.³³⁴ Sendo assim, é notável que a imprensa tenha desempenhado um papel fundamental nesse processo, ocupando locais públicos e propagando ideais e debates que durante o Antigo Regime não eram possíveis. Segundo Marco Morel, a imprensa foi um dos aspectos constitutivos do novo espaço público que

³²⁹ *ESCUDO DA LIBERDADE DO BRAZIL*, Nº 2, op. cit., 1823.

³³⁰ CARVALHO, op. cit., 1908, p. 81.

³³¹ Periódico publicado na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1827 e 1839. Em sua trajetória, possuiu quatro redatores, sendo último, e principal, Evaristo da Veiga. Sobre esse periódico, ver: SODRÉ, op. cit., 1977.

³³² Nascido no Rio de Janeiro em 1799, foi poeta, dono de uma livraria e jornalista, além de ser Patrono da Academia Brasileira de Letras. <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=851&sid=145>. Consultado em 18/05/2014.

³³³ *AURORA FLUMINENSE*, apud Alfredo de Carvalho, op. cit. 1908, p. 81.

³³⁴ SLEMIAN, op. cit., 2006, p. 20.

se constituía na nação recém-independente.³³⁵ Aos nossos redatores coube o papel de produzir os textos que deveriam permear as ruas do Recife e demais localidades onde tinham alcance. Dessa forma, tanto Mendes Viana, quanto Cipriano Barata, representantes da mesma vertente, caracterizaram seus periódicos com várias páginas dedicadas a análises da situação política emanada da capital do Império, permeadas de reflexões que eram feitas sobre as demais localidades, principalmente o Norte do Império, com destaque para a Bahia.

Ligados por vínculos pessoais e trajetórias de lutas aos redatores dos periódicos pertencentes à corrente representada pelo *Sentinela da Liberdade e Escudo da Liberdade do Brazil*, estão aqueles que representam uma postura mais radical no que diz respeito à união das províncias do Norte com o Sul do Império. Esses impressos preferiram ataques mais contundentes a Dom Pedro I e à monarquia, da maneira como havia sido posta no Brasil, principalmente após a dissolução da Assembleia Constituinte no ano de 1823 e imposição do novo projeto constitucional, que havia sido elaborado pelo monarca e por seus ministros, sem a participação de deputados eleitos. Os periódicos que representam essas características são *O Typhis Pernambucano*, dirigido por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca e *O Liberal*, redigido pelo Padre João Batista da Fonseca.

Frei Caneca, como era conhecido o redator do *Typhis Pernambucano*, nasceu em Recife no ano de 1779 e de batismo recebeu o nome Joaquim da Silva Rabelo. Entrou para o convento carmelita e aos 22 anos recebeu o nome religioso ao se tornar padre, também acrescentando o último nome,³³⁶ “Caneca” em homenagem à profissão do pai, tanoeiro.³³⁷ No entanto, conforme ocorrera com outros companheiros redatores, Caneca se sentiu atraído pelo estudo de outras disciplinas além do ensinamento religioso e se dedicou ao conhecimento da Filosofia, Retórica, Mecânica e Cálculo.³³⁸ Também em semelhança com outros dirigentes de periódicos publicados nesse momento da imprensa pernambucana, o redator do *Typhis Pernambucano* participou de grupos sediciosos, ou “academias”, como a Academia Suassuna, reunida no engenho do conspirador

³³⁵ Esta ideia está presente em MOREL e BARROS, op. cit., 2003.

³³⁶ MOREL, Marco. *Frei Caneca*. Cristianismo e Revolução. Coleção Encanto Radical. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 12-13.

³³⁷ *Ibidem*, p. 13.

³³⁸ MOREL, op. cit., 1987, pp. 13- 14.

Francisco de Paula Cavalcanti³³⁹ e a Academia Paraíso, que tinha como líder um outro antigo confabulador, Francisco Paes Barreto.³⁴⁰ Segundo Marco Morel, Frei Caneca representou o início das relações e projetos existentes entre a Igreja e setores desfavorecidos da sociedade do Brasil, além de protagonizar uma relação de conflito, e ao mesmo tempo da fusão existente entre o espírito religioso e os ideais iluministas, cumprindo um papel de cristão e, ao mesmo tempo, revolucionário.³⁴¹

Nesses círculos de ilustrados que, de acordo com Marco Morel, tinham missão até mesmo pedagógica,³⁴² circulavam periódicos que traziam notícias da Europa e de outras regiões da América. Dentro do que Morel chama de “reino da opinião”, as opiniões acerca dos acontecimentos políticos que eram reservadas ao espaço privado, passam a circular também pelo espaço público. Nesse caso, no processo de formação da opinião pública, os redatores de nossos periódicos estão inseridos na missão de formadores de opinião, visando atingir também o público iletrado e desprovido.³⁴³ Frei Caneca é um produto desse processo político e cultural pelo qual passava a América Ibérica, e percebemos em seu periódico as influências que os debates e amizades com intelectuais sediciosos exerceram sobre o frade carmelita.

Conforme ocorrera com outros companheiros de Caneca já mencionados em nosso trabalho, o redator do *Typhis Pernambucano* também participou do movimento insurrecional de 1817, permanecendo nos cárceres até o ano de 1821, quando o contexto político e a reunião das Cortes em Lisboa fez possível a soltura dos presos políticos.³⁴⁴ No entanto, o movimento que Frei Caneca participou como um dos principais articuladores foi a Confederação do Equador, que contou com a participação de diversas províncias do Norte do Império e previa a formação de um corpo político confederado,

³³⁹ Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque participou da Conspiração Suassuna, movimento político ocorrido em Pernambuco no ano de 1801 e da Confederação do Equador. Sobre Francisco de Paula, ver: BLAKE, ob cit., 1883, p. 73. Ver também: MARTINS, Joaquim Dias. *Os Mártires Pernambucanos Víctimas da Liberdade nas duas Revoluções Ensaídas em 1710 e 1817*. Pernambuco: Tipografia de F. C. Lemos e Silva, 1853, pp. 14-15.

³⁴⁰ MOREL, op. cit. 1987, p. 13. Francisco Paes Barreto foi revolucionário de 1817, membro das academias literárias Suassuna e Paraíso. Como secretário da Junta Provisória, Frei Caneca foi contra a nomeação de Barreto para governador de Pernambuco. Sobre Francisco Paes Barreto, ver: MARTINS, op. cit., 1853, p. 80.

³⁴¹ MOREL, op. cit., 1987, pp. 8-10.

³⁴² Ver MOREL e BARROS, op.cit., 2003.

³⁴³ Ibidem, pp. 20-42.

³⁴⁴ MARTINS, op. cit., 1853, pp. 336-337. É interessante destacar que a ação dos deputados brasileiros contribuiu para que os presos políticos de 1817 conseguissem a liberdade.

autônomo do poder estabelecido no Rio de Janeiro.³⁴⁵ No *Typhis Pernambucano* vemos nitidamente a propagação da Confederação, uma vez que o Imperador havia imposto um novo projeto constitucional, além do Poder Moderador.³⁴⁶

Consta-nos, por notícias fidedignas, que a província do Rio Grande [do Norte], depois daquelas declarações parciais de suas câmaras, se tem entendido com a do Ceará, dando as mãos para se enlaçar, com ela, na causa da comum liberdade e sistema da confederação; e que o mesmo declara o governo do Piauí ao do Ceará.³⁴⁷

Observando o impresso de Caneca contribuindo para os acontecimentos de seu tempo e contando com o distanciamento necessário para a análise crítica da fonte,³⁴⁸ é flagrante a fusão de ingredientes propícios para a sua produção, que além do *Typhis*, contou com diversas obras e poemas muito lidos e aclamados no período.³⁴⁹ Esses ingredientes são: sua formação ilustrada e, de certa forma, rebelde, com leituras de autores iluministas; a participação em grupos onde essas leituras eram debatidas e propagadas; o contexto político local do qual Caneca fazia parte, com a nomeação do morgado do Cabo para o governo da província de Pernambuco, o que desagradava grande parte dos redatores dos impressos. Por fim, acrescenta-se o contexto político que abarcava todo o Império do Brasil. Vale reproduzirmos uma bela análise feita por Alfredo de Carvalho sobre os acontecimentos políticos vividos por Frei Caneca, que formaram um terreno fértil para a publicação de seus impressos ilustradamente refinados e, ao mesmo tempo, populares e incendiários:

A recusa dos eleitores, congregados em 8 de janeiro de 1821 de enviarem outros deputados a nova assembleia geral; as deliberações dos grandes conselhos de 21 de fevereiro e 27 de abril. Persistindo em sustentar no poder o presidente eleito e não aceitar o nomeado pelo imperador; e finalmente o regresso dos delegados enviados à Corte [...].³⁵⁰

³⁴⁵ Sobre a Confederação do Equador, ver nota 10.

³⁴⁶ Sobre o Poder Moderador, ver nota 27.

³⁴⁷ *O TYPHIS PERNAMBUCANO*, N° 28. Pernambuco, Tipografia Nacional, 5 de agosto de 1824. 4 páginas *apud* CHACON e LEITE, (orgs.), op. cit., 1984, p. 241.

³⁴⁸ Sobre o trabalho do historiador com suas fontes, ver, por exemplo: CHARTIER, op. cit., 1991 e DARNTON, op. Cit. 1991.

³⁴⁹ Sobre a obra literária de Frei Caneca, veja: MELO, Antonio Joaquim de. (org.). *Obras políticas e literárias de frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Recife: Tipografia Mercantil, 1875. Ou fac-símile, Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1972.

³⁵⁰ CARVALHO, A. de., op. cit., 1908, p. 84.

É claro que esse contexto não foi vivido apenas por Caneca e não permeou somente as páginas de seu impresso, mas é importante destacarmos sua postura frente a esses acontecimentos. Participante de batalhas militares em prol de seus ideais, Frei Caneca incorporou a tropa que combatia o morgado do Cabo, o que o levou a suspender a publicação de seu periódico³⁵¹ e mostra que sua militância não estava apenas restrita ao universo escrito, pois foi para o campo de batalha, sendo que jamais retornaria a escrever o *Typhis Pernambucano*. Caneca foi condenado à morte e executado em Recife, no dia 13 de janeiro de 1825.³⁵² Percebemos, dessa forma, que a militância que Frei Caneca praticava em sua vida estava estampada nas páginas de seu impresso, que se confunde com sua própria existência.

Quando da morte de Frei Caneca, seu companheiro de luta e de cárcere, o Padre João Batista da Fonseca, que era o responsável pela redação de *O Liberal*, dedicou-lhe um poema, do qual extraímos um trecho:

Morreu! Tinha seus dias consagrados

Em prol da pátria da humanidade

Satélite fiel da liberdade,

Caro Apolo das musas embalado

Marcado era no globo e espaço dado

Sábias lições ditava à mocidade;

Ora destro piloto em tempestade

*Guiava afoito ao porto do Estado*³⁵³

Antigo revolucionário de 1817 e que também esteve preso até o perdão real de 1821, João Batista da Fonseca deixava transparecer em seu periódico seu posicionamento político, realizando, da mesma maneira que o *Typhis Pernambucano*, a crítica direta à monarquia e às medidas que estavam sendo tomadas pelo poder emanado do Rio de Janeiro, conforme vemos nesse questionamento à nomeação de Francisco Vicente Viana para a presidência da província da Bahia:

³⁵¹ NASCIMENTO, op. cit., 1969, p. 60.

³⁵² Ibidem.

³⁵³ SILVA, A. M. da. op. cit., 2002, p. 33.

E sendo tudo isso demonstrado, podia S.M.I. e C. eleger o senhor Viana para presidente da Bahia, sem que fosse enganado para isto pelos chumbeiros? O senhor Viana não só é incapaz de ser Presidente, como é réu se lesa-Nação, assim como quase todos os Portugueses, e alguns Brasileiros, que bem conhecemos, residentes na Bahia com os Lusitanos.³⁵⁴

Nascido no ano de 1787,³⁵⁵ na cidade do Recife, João Batista da Fonseca foi estudar em Coimbra, como era comum para muitos jovens intelectuais de seu tempo. No entanto, assim como redatores de outros periódicos que estudamos,³⁵⁶ teve seus estudos interrompidos devido à ocupação francesa da Península Ibérica em 1808, incorporando o Corpo de Artilharia Acadêmica durante treze meses.³⁵⁷ Quando retornou ao Brasil, João Batista da Fonseca deu continuidade ao seu trabalho de presbítero em Salvador e, posteriormente no Recife.³⁵⁸ No entanto, as academias³⁵⁹ já existiam no Norte e os ares estavam repletos de ideias que debatiam a situação política como estava colocada entre Brasil e Portugal e João Batista da Fonseca, participante desse universo, publicou *O Liberal* em Salvador, entre outubro de 1823 e janeiro de 1824. Porém, devido a ordens do presidente da província, o periódico foi fechado e seu redator enviado para Pernambuco, o que é narrado no primeiro número do impresso.

Conforme percebemos na leitura de *O Liberal*, o Padre Venâncio Henriques Rezende havia ido levar um projeto para o restabelecimento do sistema constitucional aos ilustrados da Bahia, no caso, o seu contato na província era o Padre João Batista da Fonseca. Ambos foram presos e enviados para Recife apenas com as roupas do corpo e sem quaisquer mantimentos.³⁶⁰ Após esse episódio, o periódico contou com quatro publicações no Recife. São justamente esses que utilizamos em nossa pesquisa. O Padre Venâncio fazia parte do grupo ao qual pertencia João Batista da Fonseca, tendo como alguns aliados Frei Caneca e Cipriano Barata, este último inclusive confiando a redação

³⁵⁴ O LIBERAL, Nº 19, op. cit., 1824.

³⁵⁵ SILVA, A. M. da. op. cit., 2002, p. 6.

³⁵⁶ Outro redator que esteve nessa situação foi, por exemplo, Rodrigo Fonseca Magalhães, responsável pelo *Aurora Pernambucana*.

³⁵⁷ SILVA, A. M. da. op. cit., 2002, p. 6.

³⁵⁸ Ibidem.

³⁵⁹ Já falamos sobre algumas dessas academias em nosso trabalho, Susassuna e Areópago de Itambé são algumas.

³⁶⁰ O LIBERAL, Nº 19, op. cit., 1824.

dos números 67 ao 71 do *Sentinela da Liberdade* ao redator de *O Liberal*, enquanto se ocupava com a Confederação do Equador.³⁶¹

Mais uma vez percebemos a existência de uma rede de redatores na qual as pessoas se aproximavam de acordo com suas convicções, o que é perceptível nos textos de seus impressos. Entretanto, é importante salientarmos, mais uma vez, que as novas formas de sociabilidade política permitiram que as informações sobre os acontecimentos atingissem um público que não se restringia a grupos ilustrados. Na verdade, um dos objetivos dos redatores era justamente informar a sociedade sobre a vida política do Império (Portugal ou já o Brasil independente), afirmação que encontramos em diversas passagens dos impressos, por exemplo o trecho de *O Typhis Pernambucano*, transcrito abaixo.

No entanto, porém, que deixemos *a cada um abundar e meu juízo*, e passamos a indicar aos nossos concidadãos, que não são letrados, as consequências que se tiram desse tempestuoso turbilhão [...].³⁶²

Sobre a questão do debate político se inserir em novos espaços de sociabilidade e atingir diferentes camadas sociais, István Jancsó destaca que a orientação política passou a ser levada em conta para a inserção em determinado grupo, em detrimento da condição social.³⁶³ O autor ainda afirma que:

Ao contrário da cultura política do absolutismo ilustrado, circunscrita às elites e rigorosamente excludente, a nova que emerge tem por portadores os letrados, mas, ao lado destes, estão agora também homens de ínfima condição no dizer da época, dotados, contudo, de visão política, qualquer que seja seu nível cultural. Essa nova cultura política se exprime menos por um elaborado consenso teórico, mas sobretudo por um sistema de referências no qual se reconhecem todos os membros de uma mesma família política, os quais, no caso, são os envolvidos nos projetos sediciosos e sua presumida audiência. É aí que se desenha a trama complexa do fluir de ideias políticas que colide com as formas tradicionais de difusão e, principalmente, de integração destas com o instrumento de prática. E os agentes desse processo instauram formas de sociabilidade que redefinem os significados das práticas consagradas.³⁶⁴

³⁶¹ NASCIMENTO, op. cit., 1969, p. 51.

³⁶² *O TYPHIS PERNAMBUCANO*, N° 6. Pernambuco, Tipografia Miranda e Companhia, 29 de janeiro de 1824. 4 páginas *apud* CHACON e LEITE, (orgs.), op. cit., 1984, p. 73. Grifo dos organizadores.

³⁶³ JANCÓS, op. cit., 1997, p. 414.

³⁶⁴ JANCÓS, op. cit., 1997, pp. 398-399.

A explanação de Jancsó sobre as transformações no campo político e que abordam a participação de novos grupos sociais é bastante pertinente quando pensamos nos periódicos que estudamos e seus redatores: tratam-se de grupos de ilustrados que buscavam trazer ideais oriundos da Europa e propagá-los por meio de seus impressos. Porém, na maioria das vezes, realizavam reflexões sobre as especificidades locais e adaptavam esses ideais às suas realidades.

Dentro da rede de redatores e leitores³⁶⁵ que existia no Recife, os periódicos oficiais - aqui considerados como aqueles que foram publicados pela Junta de Governo após sua nomeação ter sido determinada pelas Cortes de Lisboa - foram espaços oportunos para a atuação dos dirigentes dos periódicos que podem ser vistos como independentes, justamente aqueles que abordamos até aqui em nosso trabalho, exceto no caso do *Aurora Pernambucana* e o *Relator Verdadeiro*. Quando os redatores escreviam textos pra serem publicados nos órgãos oficiais, não tinham a mesma liberdade para expor seus ideais de que desfrutavam para redigir suas próprias folhas. Existe um caso sintomático dessa questão na folha intitulada *Diário da Junta do Governo*, com o primeiro número publicado em 8 de fevereiro de 1823. Nesse caso, a sucessão de redatores deixou transparecer os motivos da troca, quando o Padre José Marinho Falcão Padilha foi substituído pelo Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, sob acusações do substituto de que Falcão Padilha teria exposto demais suas opiniões pessoais no impresso.³⁶⁶ Essa substituição ocorreu já no sexto número do periódico,³⁶⁷ sendo que no primeiro, o texto de abertura possui mais características de um periódico independente do que um órgão oficial, e isso pode ser percebido nas opiniões pessoais do redator sobre as questões políticas, o que pode não ter agradado os membros da Junta. Lopes Gama, no sexto número, escreveu:

Encarregado pela Excelentíssima Junta de redigir este Diário, em que devem aparecer principalmente os seus trabalhos, é de nosso dever anunciarmos ao público a razão que teve a mesma Excelentíssima Junta para despedir o seu primeiro escritor, o qual, suposto seja dotado de estimáveis qualidades e de reconhecida adesão à causa do Brasil, todavia levado talvez de um mau entendido zelo, e por ventura desconhecendo os limites de sua tarefa,

³⁶⁵ Conforme temos visto, os próprios redatores consumiam os demais periódicos. É interessante destacar ainda que os impressos eram consumidos em regiões distintas daquelas onde haviam sido produzidos.

³⁶⁶ NASCIMENTO, op.cit., 1969, pp. 41-42.

³⁶⁷ Ibidem, p. 41.

ultrapassou-os, de modo que reduziu o Diário a veículo das suas opiniões particulares [...].³⁶⁸

No entanto, nem todas as sucessões de redatores dos periódicos oficiais da Junta de Governo ocorreram devido à veiculação de opiniões particulares, mesmo que essas existissem. No caso da *Gazeta Pernambucana*, durante sua trajetória, três redatores estiveram à frente das publicações: Padre Venâncio Henriques Rezende,³⁶⁹ Cipriano Barata e Manoel do Rego Clemente Cavalcante. A primeira troca de direção do impresso ocorreu em seu número 15, quando o Padre Venâncio teve que viajar ao Rio de Janeiro para assumir o cargo de deputado na Assembleia Constituinte do Brasil. Barata, ao assumir a redação do periódico, escreveu:

Abre-se uma nova carreira à nossa pena e às nossas ideias. Tendo o redator da *Gazeta Pernambucana* embaraços para continuar a publicar esta folha, veio por um acaso ter a mim o trabalho, o que de boa vontade tomo para suprir muitas coisas que não podem abranger as Sentinelas; o publico pode olhar para ela como uma continuação daqueles brados de alerta que dou nas quartas e sábados. Meu desejo é beneficiar a pátria, espalhar livres doutrinas e iluminar a todos. Não é, portanto, necessário fazer preâmbulos, porque esta é a [*Gazeta*] *Pernambucana* do costume, só com a diferença de ser o estilo um pouco mais livre [...].³⁷⁰

Essa passagem da *Gazeta Pernambucana* é importante para destacarmos alguns pontos interessantes: primeiramente temos que ter em mente que a escolha de Cipriano Barata para substituir Venâncio Henriques Rezende na redação não foi por acaso, pois ambos pertenciam ao mesmo grupo de pessoas que participou dos movimentos de 1817 e 1824 e, ao que parece, eram bastante próximos. Outra questão a ser levantada é que Barata assume que vai inserir opiniões pessoais no impresso da Junta de Governo e, mais intrigante ainda, a *Pernambucana* seria o complemento do periódico dirigido de forma independente por Cipriano Barata, o *Sentinelas da Liberdade* que, além de tudo,

³⁶⁸ *DIÁRIO DA JUNTA DE GOVERNO*, Nº 6. Pernambuco: Tipografia de Cavalcante e Companhia, 27 de março de 1824. 4 páginas.

³⁶⁹ Mesmo não sendo dirigente de nenhum dos periódicos que temos estudado a fundo para a realização de nosso trabalho, o Padre Venâncio Henriques Rezende é um personagem bastante presente. Vinculado principalmente aos redatores Cipriano Barata, Frei Caneca e João Batista da Fonseca, o Padre Venâncio Henriques Rezende também era um religioso revolucionário de 1817, que cumpriu pena de prisão até 1821. Dessa forma, se adequa ao perfil da maioria dos dirigentes dos periódicos que estudamos. Ver: MARTINS, J. D., op. cit., 1853, pp. 544.545.

³⁷⁰ NASCIMENTO, op. cit., p. 38.

consegue uma divulgação, informando seus dias de publicação, conforme mostrado no trecho transcrito.

Devido à prisão de Cipriano Barata, a trajetória da *Gazeta Pernambucana* ainda contaria com seu terceiro redator, o proprietário da tipografia que produzia o impresso, Manoel do Rego Clemente Cavalcante, dono da *Tipografia Cavalcante e Cia*. Conforme mostrado por Luiz do Nascimento, Cavalcante tinha uma postura política diferente dos dois outros redatores, pois defendia a nomeação do morgado para a presidência da Junta de Governo da província, enquanto o Padre Venâncio Henriques Rezende e Cipriano Barata defendiam a nomeação de Manoel de Carvalho Paes de Andrade.³⁷¹ Frei Caneca, em seu *Typhis Pernambucano*, conforme vimos anteriormente, desferiu duras críticas ao morgado e também, de acordo com Nascimento, combateu os artigos publicado na *Gazeta Pernambucana*, onde Lopes Gama defendia a nomeação do mesmo morgado que Caneca criticava.³⁷² É provável que Cavalcanti houvesse assumido a direção do periódico para dar fôlego a sua tipografia, o que não correspondeu às suas expectativas, pois além das críticas de Caneca a sua atuação na *Gazeta Pernambucana*, Felipe Mena Calado, conforme vimos anteriormente, também proferiu muitos golpes via palavra impressa, dirigidos à pessoa de Manoel Cavalcante. Tudo isso contribuiu para o fechamento da *Cavalcante e Cia* e o recolhimento do material por parte do governo.

Percebemos, dessa maneira, que os redatores responsáveis pelos periódicos produzidos em Pernambuco no primeiro quartel do século XIX compunham redes de sociabilidade, nas quais ilustrados, muitos dos quais formados em universidades portuguesas, procuravam propagar seus ideais políticos via palavra impressa. A existência de determinadas vertentes políticas implica uma maior aproximação entre alguns dirigentes das folhas. No entanto, a convivência em espaços públicos e locais de venda dos periódicos, além dos debates que ocorriam nas ruas do Recife podiam aproximar pessoas de diversas características, sendo estas redes compostas por um leque heterogêneo de ideias e de homens.

O considerável número de religiosos responsáveis por periódicos também é algo a ser salientado, assim como merece destaque a grande participação de clérigos nos

³⁷¹Já mencionamos o morgado do Cabo anteriormente neste trabalho.

³⁷²NASCIMENTO, op. cit., 1969, p. 39,

movimentos revolucionários de 1817 e de 1824. A formação ilustrada das pessoas vinculadas à Igreja estava ganhando espaço e o acesso à leitura de diversos autores, que passavam a fazer parte de suas bibliotecas, possibilitou a esses religiosos o contato com os acontecimentos e pensamentos iluministas que se propagavam pela Europa e pelo restante da América.

Por fim, lembramos ainda da proposta didática que os redatores atribuíam aos seus impressos, uma vez que tinham como um de seus objetivos claramente informar as camadas menos favorecidas sobre os acontecimentos políticos e propagar os ideais. Além do que, esses ilustrados, que participavam de academias e grupos de leitura estavam dispostos a tornar seus periódicos veículos de debates acerca das questões que mais ocupavam suas mentes então: Constituição; independência; monarquia, e nação.

3. Capítulo 3

Debates e posicionamento político acerca dos temas mais frequentes nos impressos.

Quando pensamos no conteúdo dos periódicos produzidos em Pernambuco entre os anos de 1821 e 1824, devemos ter em mente seu caráter político, além de levar em conta a presença de debates que abarcavam na maioria das vezes temas pertinentes ao processo que se instaurava, o de ruptura entre Brasil e Portugal. Dessa forma, é perceptível que algumas ideias estão presentes de forma mais intensa, dando origem a discussões acerca de conceitos como: *independência* e *constituição*.

Sendo assim, este capítulo apresenta alguns debates e posicionamentos políticos dos periódicos em relação aos temas: *independência* e *constituição*. Os periódicos clamavam por opiniões, publicadas em meio aos textos dos dirigentes das folhas, que faziam valer sua formação cultural em universidades europeias, além de suas experiências e movimentos de agitação política, conforme visto no capítulo anterior.

Existe outra questão que merece destaque, que se trata das formas de persuasão e convencimento que os redatores utilizavam para atingir o público leitor, que eram hinos, poemas, sátiras, histórias criadas para ilustrar situações. Também foram feitos resgates e reflexões sobre acontecimentos históricos, além do uso do latim, muitas vezes relacionado a termos populares utilizados no Recife, estratégia bastante aplicada por Frei Caneca em seu *Typhis Pernambucano*. A presença de um mecanismo didático e um tom oral nos impressos³⁷³ também é notória, inclusive pelo uso de textos bastante exclamatórios e que clamavam ao povo para que participasse da vida política da província e do Império do Brasil.

3.1 Constituição

O tema da *constituição* foi constantemente abordado nos impressos estudados, e o que recebeu mais atenção nas páginas dos periódicos. Contudo, sua importância ultrapassa a questão de sua marcante presença nos impressos. Trata-se de uma temática muito importante para a constituição dos Estados americanos que conseguiram suas independências durante o século XIX. Mesmo que cada local tenha tido suas especificidades, tiveram como horizonte a elaboração de uma Constituição para suas

³⁷³Sobre a questão da proposta didática dos impressos, ver MOREL e BARROS, op. cit. 2003.

nações. No caso do Brasil, o regime monárquico, preservado após a ruptura de seus laços políticos com Portugal, manteve a Constituição no horizonte, fosse em momentos de apaziguamento e expectativas, ou de frustração e revolta. No caso das expectativas, essas foram criadas com a reunião das Cortes de Lisboa e, posteriormente, com o início das atividades da Assembleia Constituinte do Império do Brasil. A frustração foi percebida quando a Assembleia do Rio de Janeiro foi dissolvida e uma Constituição feita ao gosto do Imperador foi imposta.

Dentro das vertentes identificadas no primeiro capítulo, o processo de ruptura dos laços políticos em relação à metrópole foi percebido sob pontos de vista distintos, quando havia reflexões sobre a temática que estava presente nas discussões sobre os rumos que o Império deveria tomar e que agora ganhavam o espaço público. Para além das características existentes em cada uma das vertentes, existiam as especificidades presentes no caráter e personalidade de cada um dos redatores, o que é perceptível quando pessoas que defendiam o mesmo ponto de vista em relação aos acontecimentos políticos do período entravam em choque e protagonizavam debates impressos.

Isto posto, iniciaremos a apresentação dos debates políticos pelo conceito de *constituição*³⁷⁴, que foi bastante influenciado pelas Cortes Constituintes de Lisboa e termo que mais esteve presente nos periódicos pernambucanos que circularam no primeiro quartel do século XIX. O tema *constituição* aparece nas páginas dos impressos desde o *Aurora Pernambucana*, primeiro a ser publicado nesse período na província, até o *Typhis Pernambucano*, ou *O Liberal*, que encerram nosso recorte temporal. No entanto, essa presença não ocorre de maneira uniforme, pois, conforme afirmado anteriormente, os acontecimentos políticos foram percebidos de maneira distinta pelas correntes. Sendo assim, a defesa e aceitação da Constituição elaborada pelos deputados reunidos nas Cortes de Lisboa, de forma gradativa, foram cedendo espaço para o desejo de instauração da Assembleia Constituinte no Brasil, onde os deputados eleitos nas províncias elaborariam a Constituição do Império recém-independente.

O ideal constitucional, fosse vinculado à Constituição de Portugal ou alinhado ao Projeto Constitucional já desenvolvido no Brasil, sempre foi defendido pelos

³⁷⁴ Não temos como objetivo o aprofundamento na questão dos *conceitos* dentro da pesquisa histórica. No entanto, essa corrente de pensamento histórico possui importância em nossa pesquisa, principalmente nesta parte. Sobre a *História dos conceitos*, veja: KOSELLECK, Reinhart. “Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. In: Revista de Estudos Históricos, vol. 5, nº. 10. São Paulo: FGV, 1992.

redatores dos periódicos, mesmo que alguns de forma mais entusiasmada do que outros. Nos impressos que pertencem à primeira vertente que identificamos em nosso trabalho, *Aurora Pernambucana* e *Relator Verdadeiro*, é perceptível que seus redatores estavam de acordo com as Cortes de Lisboa, não publicando o desejo de separação com Portugal, além de também declararem submissão a Dom João VI. No segundo número do *Relator Verdadeiro*, que veio à luz no dia 23 de dezembro de 1822, foi publicado o “Hino Constitucional Pernambucano”, que faz diversas referências à “Lusa Constituição”. Vejamos um trecho:

Arrastava Pernambuco
O mais pesado grilhão,
Quando despontou no Douro
A Lusa Constituição
Em quanto aos Pernambucanos
Palpitar o coração,
Vivira em Pernambuco
A Lusa Constituição.³⁷⁵

Examinando o hino publicado no *Relator Verdadeiro*, percebemos a monarquia constitucional portuguesa sendo aceita e bastante aclamada em Pernambuco. O “Hino Constitucional Pernambucano”, não deixa dúvidas de que, até o momento dessa publicação, havia um importante grupo de ilustrados alinhados ao projeto político de Lisboa.

Conforme posto no capítulo anterior, tanto o *Relator Verdadeiro* quanto o *Aurora Pernambucana* não chegaram a polemizar com as medidas que eram tomadas pelas Cortes de Lisboa e não criaram debates tão acalorados em suas páginas quanto os periódicos que os sucederam. No entanto, isso não implica a ausência de posicionamento político de seus redatores, que se valiam de alguns recursos para persuadir seus leitores de suas ideias. Ainda no segundo número do *Relator Verdadeiro*, encontramos um soneto intitulado “A Liberdade Constitucional”, sem indicação de autoria, apenas destacando que fora produzido por “um Gênio livre e desassombrado de

³⁷⁵O RELATOR VERDADEIRO, Nº 2, op., cit., 1821.

prestígios na causa da Nação”.³⁷⁶ Tendo em vista que este foi um dos primeiros poemas, se não o primeiro,³⁷⁷ a ser publicado em um periódico pernambucano, e levando em consideração que não foram muitos os números de periódicos que apresentam sonetos, julgamos conveniente transcrevê-lo na íntegra:

Inflexível Catão! Serás meu Norte,
Amaldiçoando escravos corrompidos,
Que a fortuna dos Césares vendidos
A *Lyfia* querem dar de Roma a forte
Teus divinos Princípios Verão Forte!
Tem os homens de bem sempre [ilegível]
Nos peitos generosos, decididos
A traçar pelos ferros sempre a norte
Se ao alvo dos Catões não chega o tiro;
Se lhe escapa das mãos a felicidade;
Não cuidem que enlouqueço ou que deliro;
Lendo do meu Platão – A Eternidade –
Confundirei meu último suspiro
Com o suspiro final da Liberdade.³⁷⁸

O soneto se torna ainda mais interessante por apresentar um resgate histórico, no qual o redator busca ilustrar suas ideias com fatos e personagens que representam a cultura clássica, o que deixa evidente sua ilustração. A presença do poema, com citação de personagens como Platão e Catão, também pode ser percebida como uma forma de persuasão. Francisco Ferreira Barreto relacionou a situação política vivida em Pernambuco com a Antiguidade greco-romana, o que ilustra o ponto de vista defendido pelo redator. Também devemos levar em conta que, conforme visto no capítulo anterior,

³⁷⁶ Ibidem.

³⁷⁷ Destacamos que, por não possuímos a coleção do *Aurora Pernambucana*, não podemos afirmar se esse se trata do primeiro poema publicado em um periódico pernambucano.

³⁷⁸ *O RELATOR VERDADEIRO*, Nº 2, op., cit., 1821. Platão foi um importante filósofo nascido em 427a.C. Discípulo de Sócrates, viveu na Grécia Antiga e publicou, entre outras obras, a *Alegoria da Caverna*, obra na qual existe o ensinamento de se questionar os dogmas sociais e a busca da reflexão sobre a própria existência. Sobre Platão e outros filósofos, ver: CHAUI, Marilena – *Iniciação à Filosofia*; Ed. Ática, 2009. Marco Pórcio Catão, nascido em 234 a.C. foi um importante político romano, ocupando o cargo de *Censor*, buscando combater as influências gregas em Roma. Também participou da segunda guerra contra Cartago. Sobre Catão, ver: LIMA, Alessandra Carbonero. Vida de Catão, de Plutarco – Apontamentos para o estudo da educação e cultura romanos. In: *Notadum*, nº15. Núcleo de Humanidades – ESDC/CEMOOrOC – Feusp/IJI – Universidade do Porto, 2007. Disponível em: <http://www.hottopos.com/notand15/aless.pdf>. Consultado em 01/06/2014.

o dirigente do *Relator Verdadeiro*, o Padre Francisco Ferreira Barreto, era membro da Igreja e se tratava de um poeta, o que o coloca como um possível autor do soneto publicado em seu periódico.

No que diz respeito ao debate em torno do ideal constitucional, essa questão foi ganhando espaço nas páginas dos impressos conforme ia ocorrendo a assimilação das Bases das Cortes Constituintes instauradas em Lisboa e, mais especificamente, após a nomeação da Junta de Governo Provisória. Segundo Andrea Slemian, a constitucionalização da América:

[...] abriu um amplo espaço de instabilidade política ao criar possibilidades e expectativas de transformação da ordem política, e mesmo social, marcado por violenta disputa de poder nas localidades onde os agentes foram incitados a, cada vez mais, tomarem parte ativa na cena pública. [...] A formação das Juntas foi, dessa maneira, um processo permeado de tensões das mais diversas ordens [...].³⁷⁹

O aspecto político apresentado pela autora é justamente o terreno fértil que alimenta os debates e opiniões presentes nos periódicos pernambucanos entre os anos de 1821 e 1824. No que diz respeito à circulação de ideias dentro desse espaço de sociabilidade que se conformava, e que possibilitava novas ações em torno da política, Marco Morel destaca as leituras realizadas em voz alta, o que relativizava a fronteira entre o universo letrado e a tradição oral.³⁸⁰ Dessa forma, muitas das formas de persuasão que constam nos impressos certamente representam uma tentativa de apresentar seu conteúdo para pessoas não alfabetizadas.

O periódico que representa a vertente transitória entre a aceitação das medidas tomadas pelas Cortes de Lisboa e instauração de um congresso no Brasil, se trata, conforme vimos anteriormente, do *Segarrega*. No que diz respeito ao ideal constitucional, o apoio às medidas de Lisboa foi dando lugar a um desejo de autonomia do Brasil e de suas províncias, quando as leis elaboradas em Portugal estavam beneficiando apenas aquele país, enquanto que os brasileiros não podiam desfrutar dos mesmos privilégios.³⁸¹

³⁷⁹ SLEMIAN, op.cit., 2009, p. 73.

³⁸⁰ MOREL e BARROS, 2003, op. cit., p. 90.

³⁸¹ SEGARREGA, Nº 7, op. cit., 1822.

No primeiro número do *Segarrega*, seu redator, o português, Felipe Mena Calado da Fonseca, deixa claro que a intenção do periódico era propagar o ideal constitucional e manter o vínculo com Portugal, aderindo às medidas que eram tomadas pelas Cortes de Lisboa, conforme vemos abaixo:

[...] começou a Nação Portuguesa heroicamente a sua ilustre carreira no dia vinte e quatro de agosto de 1821 e para segurar esta a Augusta Assembleia dos Sábios Representantes marcha pelo trilho da glória, da reputação e da felicidade pública.³⁸²

Evidencia-se, dessa forma, o desejo de constitucionalização do regime político que ainda estava atrelado a Portugal, pois esse número veio às ruas em 8 de dezembro de 1821, quando o Brasil ainda era um Reino unido a Portugal e Algarves.³⁸³ O décimo número *Segarrega* iniciou a publicação do Projeto da Comissão Brasiliense. O número seguinte ainda apresenta um apêndice de três páginas que contém o “Aditamento ao Projeto de Constituição para fazê-la aplicável ao Reino do Brasil”, onde aparece a proposta de uma Constituição para o Brasil, que deveria ser projetada de forma independente daquela que havia sido feita por Portugal:

Todo o Homem procura ser feliz, e não pode ser, senão pelo livre exercício de suas faculdades. Eis o que Portugal tem desejado, eis o alvo de seus trabalhos, e o motivo de tantos esforços. O Brasil é um Reino igualmente habitado por homens, que tem os mesmos sentimentos, os mesmos desejos e os mesmos direitos. A Constituição projetada, e em parte sancionada, não duvido, desempenhe otimamente seus fins relativamente à Portugal; mas como o Brasil não é Portugal, cumpre alterar essa Constituição em muitos artigos, para felicitar igualmente aquele Reino.³⁸⁴

Percebemos nessa passagem do periódico que seu redator não estava propagando o ideal pleno da independência, mas uma reformulação na Constituição portuguesa para que essa se adaptasse também ao Reino do Brasil. Nesse caso, estamos tratando de um impresso que representa a transição que vemos ocorrer nos periódicos pernambucanos no período compreendido entre a reunião das cortes de Lisboa e a dissolução Assembleia Constituinte em território Brasileiro.

³⁸² *SEGARREGA*, Nº1. Pernambuco: Oficina do Trem de Pernambuco, 8 de dezembro de 1821. 4 páginas.

³⁸³ Ver nota 21.

³⁸⁴ *SEGARREGA*, adendo ao Nº 11. Pernambuco: Tipografia Nacional, 1822. 3 páginas.

Para propagar seus ideais, o redator de *Segarrega* se valeu de diversas estratégias. No número 16, por exemplo, percebemos que, ao tratar da luta pela incorporação da Bahia ao Império do Brasil,³⁸⁵ Felipe Mena procura realizar um resgate histórico da batalha de expulsão dos holandeses,³⁸⁶ apresentando a história de uma mãe que, com tristeza e orgulho, teve seus filhos heroicamente vitimados durante as batalhas de restauração contra os batavos.³⁸⁷

No dia 11 de setembro de 1822, circulou o número 17 do *Segarrega*, no qual localizamos uma interessante reflexão assinada pelo redator do periódico,³⁸⁸ onde é abordado o funcionamento de um regime constitucional e sua instauração no Império do Brasil. Nesse mesmo texto, Felipe Mena Calado analisa como seria o trabalho dos deputados nesse tipo de sistema político. Destacamos um trecho:

Estes Deputados são os que vão gravar a nossa boa ou má sorte, nas lâminas do nebuloso porvir; eles vão apresentar ao Mundo o manifesto de nossos sentimentos, e de nossas luzes, é por isso que convém, que eles sejam filhos da vontade geral, da vontade refletida, e do interesse comum deste vasto Reino, convém que sejam sábios, ou iluminados; que sejam amantes da Pátria; e que tenham o caráter firme e reto de um Adams, de um Benjamim Constant, e de outros que a Pernambuco, e a todo Brasil tem feito conhecer a justiça, e a glória da escolha. Uma Constituição mais liberal do que todas as que temos visto (se é possível) seja o fruto que colhermos, e o monumento indestrutível de nossos dias, que nos faça reviver na posteridade, embora custe o sangue, a carne, e os ossos da raça presente.³⁸⁹

Percebe-se nessa passagem do impresso a esperança que seu redator depositava no sistema constitucional, estando inserido entre aqueles que sofreram o impacto do “vintismo”, impacto esse que, conforme mostrado por Denis Bernardes, atingiu o mundo ibérico após o movimento liberal do Porto.³⁹⁰

³⁸⁵ A formação do Império do Brasil se deu gradativamente e houve resistência de algumas províncias em aderir ao projeto de independência encabeçado no Rio de Janeiro, pelo ministério dos Andradas. Um exemplo dessa resistência é a Bahia. Politicamente, essa província, sob a liderança do governador Capitão Mendes Viana, resistiu à forma como a desvinculação frente a Portugal estava sendo gerida, inclusive recebendo ajuda de tropas portuguesas. Sobre as questões que envolveram as relações da Bahia com o poder central, TAVARES, Luis H. Dias, op. cit., 2003. Ver também: SLEMIAN, op. cit., 2009, pp78-79.

³⁸⁶ Sobre a expulsão dos holandeses, ver nota 92.

³⁸⁷ Ibidem.

³⁸⁸ Não com seu nome, mas “o redator”. Dificilmente os redatores, ou algum leitor, enviavam correspondências para serem publicadas nos periódicos assinadas.

³⁸⁹ *SEGARREGA*, Nº 17, op. cit., 1822.

³⁹⁰ Sobre essa questão, ver BERNARDES, op. cit. 2010.

Pensando na relação entre as formas de persuasão e a propagação dos ideais políticos dos redatores dos periódicos, no número 18 do *Segarrega* há alguns textos de humor, talvez os primeiros desse caráter produzidos pela imprensa periódica pernambucana. Ao todo são quatro textos com teor irônico, sendo que três deles tratam de questões políticas de forma clara. Dois desses textos merecem maior atenção, por tratarem da questão constitucional: o primeiro possui o título de “Oratória em Cortes” e outro é um extrato do *Correio do Rio de Janeiro*, número 79. Vejamos cada um deles:

Oratória em Cortes. Um deputado pouco *avesado* a falar, porém desejoso de expressar seus sentimentos sobre certo objeto, levantou-se e principiou (Snr. Presidente, tenho concebido... tenho concebido... e repetiu isso a terceira vez, sem poder adiantar mais nada quando outro Deputado com talvez mais desembaraço que decoro, levantou-se e disse – Snr. Presidente, o ilustre Preponente tem concebido três vezes, e nunca pariu nada).³⁹¹

Não podemos concluir com certeza se esse trecho se trata de uma sátira dirigida diretamente à ação de algum deputado nas Cortes Constituintes de Lisboa ou se tratava apenas de uma anedota sobre ação dos deputados em geral. No entanto, a presença da sátira como uma forma de persuasão merece destaque nessa passagem: a crítica à ação dos deputados nas Cortes foi feita em tom de humor, o que não era comum nos periódicos que estudamos. Em certa medida, a passagem do impresso mostra conhecimento por parte de seu redator sobre o processo de elaboração de um Constituição, o que é perceptível quando a sátira é dirigida diretamente aos deputados.

Contudo, o extrato do *Correio do Rio de Janeiro* é mais incisivo no que e diz respeito à defesa da Constituição do Brasil:

Como estamos em vésperas (oxalá fosse hoje!!) de ter uma Assembleia Brasílica, e uma Constituição nossa, cumpre arredar da vista, e da lembrança dos nossos Representantes todos os modelos de Constituições fêmeas. Por tanto rogo-lhe queira transmitir no seu periódico o seguinte aviso – Paga-se por todo o dinheiro, para queimar-se a Constituição que o Conde de Palmella quis dar ao Rio de Janeiro, quem a tiver, e quiser vender pode declarar a sua moradia. Que diz Sr. Redator [ilegível] o Aviso, ou não (*)

Sou seu Venerador.

³⁹¹SEGARREGA, N° 18. Pernambuco: Tipografia Cavalcante e Cia., 24 de setembro de 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

(*) Sim Senhor, deve-se compra-se ainda que seja por alto preço, queima-la, e botar a cinza no mar.

*O Redator do Correio*³⁹²

Mais uma vez percebemos o tom satírico da crítica feita ao modelo constitucional vigente. Nesse caso, a crítica se dirige à Constituição que havia sido elaborada por alguém muito próximo ao monarca Dom João VI, Conde de Palmela.³⁹³ Dentro da perspectiva de Felipe Mena Calado da Fonseca, o documento deveria ser destruído e ele, em tom de humor, se oferece para fazer fazê-lo, ou pagar alguém para tal serviço.

Os textos publicados no número 18 do *Segarrega*, que circularam no dia 24 de setembro de 1822, mostram que seu redator já havia aderido à ideia de uma Constituição plenamente elaborada por deputados brasileiros reunidos em assembleia. Nesse caso, o ideal constitucional já aparece permeado pelo desejo de independência política em relação a Portugal, característica que não era vista nos primeiros números do periódico.

Dessa forma, percebemos que a proposta de instauração da Assembleia Constituinte no território do Império do Brasil amadureceu nos textos de alguns periódicos. Esse processo se deu após seus redatores interpretarem os projetos derivados das Cortes de Lisboa como recolonizadores ou, ao menos, impróprios e desfavoráveis ao Brasil, mesmo que, no caso do *Conciliador Nacional* mostrassem respeito pela Constituição de Portugal e a tivessem como um dos exemplos a serem seguidos. Como representantes dessa vertente, destacamos a ação dos impressos *O Maribondo* e *Conciliador Nacional*, publicados entre os anos de 1822 e 1823.

É interessante destacar que, mesmo tendo críticas a serem realizadas contra a Constituição elaborada pelas Cortes Portuguesas, o *Conciliador Nacional* ainda possuía suas Bases como um dos modelos políticos a serem seguidos. Ao dirigir um discurso

³⁹² Ibidem.

³⁹³ Português, nascido no ano de 1781, o Conde de Palmela era uma figura moderada politicamente em relação ao liberalismo e que exerceu importante papel no processo da Constituição do Império de Portugal. Defendia que o monarca, Dom João VI, colocasse em prática sua Carta Constitucional, documento que o próprio Conde havia elaborado. Sobre o Conde de Palmela, ver: <http://www.arqnet.pt/dicionario/palmela1d.html>, consultado em 01/06/2014.

aos deputados, isto é, aos “Representantes de um Povo”, o Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama escreveu:

As Bases da Constituição Portuguesa são verdades eternas, fundadas na razão e no direito natural, que é comum a todos os homens, em todos os tempos, e lugares; sobre elas assentai o brilhante edifício de uma Constituição, que promova a nossa felicidade, sustentando, e garantindo aqueles direitos, que os tiranos podem sim sufocar, porém nunca destruir, sem que primeiro se aniquile a raça humana.³⁹⁴

O ideal constitucional que circulava nos impressos pernambucanos estava inserido em um universo político influenciado pelo movimento “vintista”, que colocou a nação como soberana, frente à autoridade real. A esse respeito, Iara Lis Carvalho Souza afirmou:

[...] em 1820, um movimento articulado no Porto espalhou-se pelo país e sua principal reivindicação consistia na convocação das Cortes, não pelo rei português, mas pela nação portuguesa: ela se autoconvocava e escolhia viver sob uma monarquia constitucional; redefinia-se aí, por completo, o estatuto real.³⁹⁵

Dentro dessa vertente que defendia a instauração da Assembleia Constituinte no Brasil também se encontrava o periódico *O Maribondo*, nitidamente propagador de uma monarquia constitucional como projeto político ideal a ser seguido pelo Império do Brasil. Em seu primeiro número, publicado pela Tipografia Nacional em 25 de julho de 1822, o Padre José Marinho Falcão Padilha, criticando as medidas tomadas nas Cortes de Lisboa em relação ao Brasil, alegando que muitos deputados brasileiros ainda estavam ausentes nas sessões, escreveu:

Quem lhes deu o direito de oprimir, e *despor* de um Reino, maior, que o seu, e que a Natureza separou por mais de duas mil léguas? Porventura lá estavam todos os Representantes das nossas Províncias? E caso que estivessem, assim como Portugal tem podido reassumir a Soberania, que se achava no Rei, por que razão não podemos nós reassumir a Soberania, que se acha nos Deputados? Portugal não necessitou de petições à El-Rey, para determinar o

³⁹⁴ *O CONCILIADOR NACIONAL*, N° 18, op. cit., 1823.

³⁹⁵ SOUZA, Iara Lis Carvalho de. *Pátria Coroada*. O Brasil como corpo político autônomo. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 78.

seu Governo Representativo; então o Brasil que faça petições ao Soberano Congresso de Portugal para determinar o seu!³⁹⁶

Na transcrição feita acima, percebemos os ideais de *constituição* e *independência* relacionados. Segundo o redator, o Brasil deveria assumir sua soberania com um “Governo Representativo”, o que quer dizer a autonomia de deputados brasileiros para criarem bases constitucionais. Nessa ocasião, o redator de *O Maribondo* destaca a distância entre ambos os reinos como um dos empecilhos para que Portugal legislasse sobre o Brasil.

No número 4 de seu periódico, publicado em 7 de setembro de 1822, o padre José Marinho Falcão Padilha mostra a importância dos acontecimentos políticos que encaminhavam para a união de Pernambuco com as províncias do Sul do Império, destacando o momento em que a Junta Provisória jurou adesão ao Governo Brasiliense, condenando atitudes revolucionárias muito radicais durante o processo de ruptura com Portugal.³⁹⁷ Nesse mesmo número, foram publicadas correspondências³⁹⁸ que, em conformidade com a vertente de *O Maribondo*, defendiam o ideal constitucional, e também podem ter servido como uma estratégia persuasiva de seu dirigente, uma vez que seu periódico recebe críticas positivas nas cartas publicadas. Uma dessas correspondências é assinada pelo pseudônimo “Constitucional de fato, e de direito”, que faz elogios aos números anteriores do periódico. Essas críticas positivas colocam em dúvida se o autor da carta não era o próprio redator do impresso, o que parece ter sido comum, conforme vimos anteriormente.

Em uma outra carta inserida no número 4 de *O Maribondo*, o secretário da Junta de Governo,³⁹⁹ Bernardo José da Gama, responde uma correspondência que cobrava maior proximidade entre Pernambuco e as províncias do Sul. Fazendo elogios às medidas cautelosas de Dom Pedro I, por exemplo ao não nomear o ministério até que fosse oficializado, Bernardo José da Gama, entre outras questões, escreveu em sua carta:

³⁹⁶ *O MARIBONDO*, Nº 1. Pernambuco: Tipografia Nacional, 25 de julho de 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

³⁹⁷ *O MARIBONDO*, Nº 4, op. cit., 1822.

³⁹⁸ Já nos referimos à importância das cartas como formadoras do conteúdo dos impressos.

³⁹⁹ Nesse caso, trata-se da Junta de Governo presidida por Gervásio Pires. Ver: MELLO, Evaldo C. de. op. cit., 2004, pp. 93- 94.

[...] Foi desta sorte que os habitantes do Brasil procuravam uma reunião [entre as províncias], que garantisse uma liberdade Constitucional: conferiu-se essa liberdade pelo imortal Decreto de 3 de julho, que mais se pretende? Tornar a perguntar, esse mesmo povo, se quer esta mesma liberdade já decretada? É expô-lo a discórdias intestinas, e discórdias tão supérfluas, como perigosas.⁴⁰⁰

O debate exposto nesse trecho do periódico evidencia que a união entre Pernambuco e as províncias do Sul, a partir de uma “liberdade Constitucional” era um objetivo em comum para muitas pessoas. No entanto, a forma como os sujeitos percebiam essa relação e suas expectativas pessoais entravam em contraste. Nesse caso, um habitante da província exigia maior proximidade da província pernambucana com os grupos do Rio de Janeiro, em razão do desejo de independência frente a Portugal. Por outro lado, o secretário da Junta de Governo afirmou que esse vínculo já existia e que não havia mais o que se exigir, sendo que o questionamento das medidas que já haviam sido tomadas poderiam causar “discórdias intestinas” e “perigosas” entre os habitantes da província.

O período que compreende essas publicações de *O Maribondo* foi bastante turbulento, principalmente pelos atritos políticos entre *unitários* e *gervarsitas*, conforme apontou Evaldo Cabral de Mello.⁴⁰¹ *O Maribondo* estava alinhado ideologicamente ao projeto unitário, ou seja, desejava o vínculo com as províncias do Sul, conforme o projeto encabeçado pelos Andradas. Esse alinhamento ideológico pode ser percebido, por exemplo, pela publicação de um hino, em seu primeiro número, que exalta o Congresso e a Constituição do Brasil, em detrimento da Assembleia Legislativa existente em Portugal. Julgamos interessante explorar:

Hino

Exaltai, Pernambucanos!

Rompeu o Dia imortal.

Que trouxe aos Brasileiros

Um Congresso Paternal

Escravidão

Colonial,

⁴⁰⁰ *O MARIBONDO*, N° 4, op. cit., 1822.

⁴⁰¹ MELLO, Evaldo C. de. op. cit., 2004, pp. 93- 94.

Foge ligeira
Da Brasileira
Constituição
[..]
O congresso Lusitano
Cedo nos deseja o mal
Cumpre, que previna o dano
Um Congresso Nacional
 Escravidão, &c.
Embora no mova guerra
Esse Povo Liberal;
Pode haver em nossa Terra
Um Congresso Paternal
 Escravidão, &c.⁴⁰²

Existe uma relação no hino mencionado acima que merece ser destacada. Nesse caso, estamos tratando da oposição entre *escravidão* - representada pela condição de colônia – e *liberdade* – caracterizada pela nação politicamente independente, amparada por uma Constituição –, e o congresso português é colocado como inimigo, sendo exaltada a existência do “Congresso Paternal”, instaurado no Brasil. Mais uma vez podemos destacar um elemento persuasivo em um dos periódicos que utilizamos como fonte; nesse caso trata-se de *O Maribondo*. Também é notável o uso do termo “Brasileira Constituição”, enquanto que no hino que analisamos anteriormente, publicado no segundo número do *Segarrega*, em 1821 utiliza-se “Lusa Constituição”. Essa constatação é importante por mostrar os alinhamentos políticos-ideológico de cada um dos redatores: no caso do *Relator Verdadeiro*, conforme vimos, havia o alinhamento com a Constituição portuguesa. Já o impresso *O Maribondo* emprega a frase “Brasileira Constituição”, deixando evidente seu desejo de autonomia política frente em relação a Portugal.

Ainda utilizando Evaldo Cabral de Melo como base, salientamos que, assim como o dirigente de *O Maribondo*, o reator do *Conciliador Nacional* também pertencia

⁴⁰²*O MARIBONDO*, Nº 1, op. cit., 1822.

ao grupo dos *unitários*. No que diz respeito à soberania política, o Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, assim como todos aqueles que reconfiguraram o iluminismo ibérico, via que a soberania já não pertencia mais ao rei, e sim à nação e à Constituição.⁴⁰³ A respeito da responsabilidade que estava inserida no cargo dos ministros, Sacramento Lopes escreveu: “Representantes do Brasil vede o que fazeis, e como sustentais os verdadeiros interesses da nossa [incompreensível] Pátria. Em vossas constituintes reside coletiva, e essencialmente a Soberania da Nação”.⁴⁰⁴ Com isso, Lopes Gama pretende mostrar que existia um grupo político que deveria zelar pela autonomia política do Brasil, os ministros. Conforme temos visto, este grupo político foi alvo de críticas acentuadas, principalmente pelos periódicos *Sentinela da Liberdade* e *Escudo da Liberdade do Brazil*.

O tema constitucional também apresentou-se de forma intensa quando pensamos na vertente que abarcava o *Sentinela da Liberdade* e o *Escudo da Liberdade do Brazil*. Eram críticos assíduos dos ministros que, em seus pontos de vista, exerciam influência política sobre Dom Pedro I, pois esses estariam corrompendo o caráter constitucional do Imperador. Esses periódicos propagaram a formulação da Constituição pela Assembleia do Império. Dessa forma, publicaram sessões da Assembleia Constituinte do Brasil e defenderam limitações no que diz respeito ao poder exercido pelo monarca. Conforme vimos anteriormente, nesse momento a soberania passou a pertencer à nação, a qual o Imperador deveria servir, e não ser servido.⁴⁰⁵

Tendo como redator um deputado brasileiro nas Cortes de Lisboa, Cipriano Barata, o *Sentinela da Liberdade* teve inúmeras passagens de seus textos que abordavam a constituição,⁴⁰⁶ evidenciando que a questão constitucional era de destacada importância para a formação do novo Império e demais regiões da América, conforme vimos. Fazendo críticas à autonegação de Dom Pedro I como comandante e generalíssimo do exército, no quinto número do *Sentinela* encontramos as seguintes passagens:

⁴⁰³ Ver: ANNINO, Antonio: “Soberanías en lucha: Un cierto nacimiento”. In: ANNINO, Antonio & GUERRA François Xavier: *Inventando La Nación*. Iberoamerica siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

⁴⁰⁴ *O CONCILIADOR NACIONAL*, N° 18, op. cit., 1822.

⁴⁰⁵ Sobre essa questão, veja: ANNINO, op. cit., 2003.

⁴⁰⁶ Tivemos que identificar algumas para ilustrar nosso texto, no entanto, existem inúmeras passagens que não cabem nesse espaço.

[...] O nosso Imperador é Chefe do nosso Poder Executivo. Ele receberá decididamente [ilegível] parte do poder da Nação por meio de nossos Estados Gerais ou Cortes Constituintes [...] E posto que nada temos a recear, segundo parece, no tempo presente de S.M.I. porque é ilustrado de entendimento e tem desenvolvido prudência, retidão e disposição claras de ser bom Constitucional!⁴⁰⁷

Ao analisarmos esse trecho, o periódico *Sentinela da Liberdade* também desferiu um discurso no qual o poder político deveria ser emanado de um sistema constitucional, com a supremacia da nação em detrimento do poder real. Tecendo críticas aos ministros e à maneira como pretendiam elaborar uma Carta Constitucional sem a reunião dos deputados em Assembleia, Cipriano Barata escreveu:

O nosso andar no Rio de Janeiro é igualmente para se arranjar um a Constituição servil, que seja semelhante àquela Carta dos Franceses? Coitados! Porque se a Constituição é feita à vontade dos Ministros, isso não é Constituição, é cativo disfarçado debaixo de cerras formalidades [...]. Ó do Brasil, alerta! Fora com o sistema do terror. Fora Carta de Constituição! Não se deve aceitar senão Constituição liberal segundo aquelas bases juradas que devem ter efeito. Este foi o ajuste que as províncias fizeram com o Rio de Janeiro; é preciso cumpri-lo. Os povos não devem ser enganados. As Províncias são livres ninguém deve querer a escravidão. Ó das Províncias, Alerta!⁴⁰⁸

Nessa passagem do *Sentinela da Liberdade* é flagrante a defesa de que a união de Pernambuco e demais províncias do Norte com o do Sul se dera sob um pacto constitucional, que estava sendo violado. Essa questão é levantada por Denis Bernardes e Iara Lis C. Souza, ao afirmarem que, após o movimento “vintista”, a monarquia deveria estar sujeita às Bases Constitucionais. Para os redatores de nossos periódicos, em um primeiro momento, as medidas das Cortes de Lisboa deveriam ser aplicadas também ao Reino do Brasil. No entanto, conforme temos mostrado em nosso trabalho, após as medidas serem vistas como desfavoráveis ao Brasil, o desejo de uma Assembleia em território brasileiro foi ganhando força. Além do que, o periódico dirigido por Cipriano Barata pregava a liberdade das províncias frente ao poder

⁴⁰⁷SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNMBUCO ALERTA!. Nº 5, op. cit., apud MOREL, (org.), 2008, p. 196.

⁴⁰⁸SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNMBUCO ALERTA! Nº 9, op. cit., apud MOREL, (org.), 2008, p. 209. Nesse caso, o “terror” o qual Barata se refere, trata-se da censura que, segundo o redator, estava presente no cotidiano daqueles que questionavam as medidas emanadas do governo central.

emanado do Rio de Janeiro, dando tons ao caráter federalista que, segundo Evaldo Cabral de Mello, foi profundo nos acontecimentos de 1817 a 1824 em Pernambuco.⁴⁰⁹

Já em seu primeiro número, que circulou no Recife em 25 de julho de 1823, o *Escudo da Liberdade do Brazil* publicou um resumo da a 3ª Sessão da Assembleia Geral do Império, de 6 de maio de 1823. Nesse trecho do periódico é apresentado um debate ocorrido nessa sessão, onde alguns deputados questionavam a fala do Imperador Dom Pedro I sobre a criação de uma constituição sem a participação da Assembleia de deputados já reunida. Destacamos a parte que aborda a ação do deputado representante da província de Pernambuco, Francisco Muniz Tavares.

O Snr. Muniz Tavares sustentou que a Assembleia está instalada para fazer a Constituição, apresentada depois ao Imperador, e ao Governo: e que se S. M. não quiser estar por ela, tomará a resolução, que lhe recomendar de sua consciência, deixará de reinar entre nós.⁴¹⁰

Alertando para os perigos aos quais estavam submetidos o regime constitucional e a liberdade pública, principalmente devido à opressão e ao abuso de poder por parte dos ministros, o *Escudo da Liberdade do Brazil* publicou:

A liberdade pública ameaçada, a segurança e liberdade individual pública e escandalosamente atacadas, a monarquia constitucional que a Nação proclamou e quer em perigo, quando os que afetam serem seus maiores defensores, maquinam estender os limites da autoridade do Monarca além dos que lhe prescreve a mesma Ordem Constitucional adotada.⁴¹¹

Nessa passagem do periódico, fica evidente a preocupação de Francisco Agostinho Gomes, seu redator, sobre as medidas opressoras que emanavam do poder central, quando ocorriam perseguições e violência contra aqueles que questionavam as decisões de Dom Pedro I. A centralização do poder nas mãos do monarca e o perigo que representava a ausência de um corpo legislativo para a elaboração da Constituição se tornaram pontos de questionamento elevadamente abordados e questionados pelo periódico.

Contudo, deve-se considerar que o *Escudo da Liberdade do Brazil* também cedeu espaço em suas páginas para que a fala do Imperador fosse publicada, se

⁴⁰⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2004.

⁴¹⁰ *ESCUDO DA LIBERDADE DO BRAZIL*, Nº 1, op. cit., 1823.

⁴¹¹ *Ibidem*.

defendendo de quaisquer acusações de não adesão a um sistema constitucional. Essa proclamação do Imperador, que foi vista com bons olhos e um teor de esperança exaltado por parte do redator do periódico, foi feita em meio à turbulenta situação política vivida na Corte com a queda do ministério dos Andradas.⁴¹²

Habitantes do Brasil. O Governo Constitucional que se não guia pela opinião pública, ou a ignora, torna-se o flagelo da humanidade. O Monarca que não conhece essa verdade, precipita-se nos abismos, e ao se Reino, ou ao seu Império em um pélogo de desgraças umas após d'outras [...] Ainda que por hora não tenhamos uma Constituição, pela qual nos Governemos: contudo temos aquelas bases estabelecidas pela razão, as quais devem ser invioláveis -
- Os Sagrados direitos da segurança individual, e de propriedade, e da imunidade da Casa do Cidadão - - [...].⁴¹³

Em sua fala, de Dom Pedro I parece ter buscado amenizar as críticas que eram feitas ao seu governo, garantindo direitos como a propriedade e a segurança. Pode-se pensar que esse discurso do monarca atesta que as críticas realizadas, de certa forma o atingiram. O problema constitucional foi mencionado pelo Imperador, porém, sem proposta para sua resolução.

Em seu número 9, o *Escudo da Liberdade do Brasil*, continuava realizando reflexões sobre a 3ª Sessão da Assembleia Geral do Império do Brasil, que se iniciou em seu primeiro número, e se entenderia por diversos outros. Após se valer de um resgate histórico sobre Napoleão e um de seus deputados, o impresso publicou uma crítica com caráter satírico aos ministros e, de certa forma, ao próprio Imperador:⁴¹⁴

Senão que quando a Assembleia Constituinte e Legislativa do Brasil faça uma Constituição que o Ministério não julgue digna do Imperador, neste caso devendo a Nação fiar-se na Constitucionalidade do Imperador, cumpre que se sujeite à todas a emendas e modificações que o Ministério julgar à propósito que se façam a mesma: ficando desta maneira frustrada a vontade da Nação e

⁴¹² Com a dissolução da Assembleia constituinte do Império do Brasil, o ministério encabeçado por José Bonifácio de Andrada foi deposto. Essa situação talvez possa ter configurado um paradoxo para os redatores dos impressos, principalmente para aqueles que eram mais críticos aos Andradas, como o *Escudo* e o *Sentinela*. Nesse caso, os dirigentes não imaginavam que a queda do ministério que eles acusavam de opressor e responsável por violentas censuras, iria dar lugar a um regime onde o Imperador concentraria ainda mais o poder em suas mãos.

⁴¹³ Fala do Imperador Dom Pedro I, transcrita em: *ESCUDO DA LIBERDADE DO BRAZIL*, Nº3. Pernambuco: Tipografia Cavalcante e Companhia, 12 de agosto de 1823. 4 páginas. Biblioteca Nacional. Obras Raras. Loc.p 19, 3, 50.

⁴¹⁴ No entanto, a vertente que trataremos a seguir foi mais contundente em suas críticas ao Imperador.

os seus interesses sacrificados aos de um Ministério sempre ambicioso de poder.⁴¹⁵

As críticas que o *Sentinela da Liberdade* e o *Escudo da Liberdade do Brazil* realizam aos ministros, aos poucos, iam se aproximando da imagem do monarca, conforme podemos perceber no trecho acima, onde o redator do *Escudo* parece desconfiar da “constitucionalidade” do Imperador. Nessa passagem do *Escudo da Liberdade do Brazil*, percebemos que a esperança no sistema monárquico-constitucional, que existia antes da reunião dos deputados em Assembleia no Brasil, dava lugar a um sentimento de frustração. No entanto, os questionamentos mais proeminentes em relação às medidas consideradas anti-constitucionais tomadas por Dom Pedro I, como, por exemplo, a dissolução da Assembleia Constituinte do Brasil e a imposição de um novo projeto constitucional, no qual o Poder Moderador era inserido, partiram de outra vertente, representada por dois periódicos já apresentados em nosso trabalho, que são *O Liberal* e *O Typhis Pernambucano*.

Dessa forma, percebemos que duas eram as questões presentes em diversas ocasiões nos periódicos de então, principalmente entre os anos de 1822 e 1823. Tratam-se do tema da auto-representação constitucional do Império do Brasil e da limitação do poder do Imperador. Esses temas passam a ganhar novos contornos nos textos dos periódicos publicados no Recife a partir de dezembro de 1823 e durante o ano de 1824. No segundo número de *O Typhis Pernambucano*, datado de 1º janeiro de 1824, Frei Caneca procurou defender a Assembleia das acusações que havia sofrido e que serviram de justificativa para o encerramento de suas atividades por parte do Imperador. Essas acusações se referiam às ameaças à religiosidade católica e à manutenção de Dom Pedro no trono. Segundo o carmelita, a Soberana Assembleia do Brasil havia mantido esses juramentos em suas atividades constitucionais.⁴¹⁶

Ao que parece, o dirigente de *O Typhis Pernambucano* não estava só em sua opinião sobre os acontecimentos do Rio de Janeiro. Em Evaldo Cabral de Mello, consta uma citação da obra de W. R. Manning, que se trata de uma coletânea de

⁴¹⁵ *ESCUDO DA LIBERDADE DO BRAZIL*, N°9. Pernambuco: Tipografia Cavalcante e Companhia, 23 de setembro de 1823. 4 páginas. Biblioteca Nacional. Obras Raras. Loc.p 19, 3, 50. Dentro das questões políticas que envolviam a província de Pernambuco e o Rio de Janeiro, os redatores dos periódicos cederam bastante espaço para a crítica do projeto constitucional realizado pelo monarca, em detrimento daqueles que estava sendo elaborado pelos deputados. Sobre essa questão, ver nota: 27.

⁴¹⁶ *O TYPHIS PERNAMBUCANO*, N°3. Pernambuco, Tipografia Miranda e Companhia, 8 de janeiro de 1824. 4 páginas *apud* CHACON e LEITE, (orgs.), op. cit., 1984, p. 52.

correspondências diplomáticas, onde os Estados Unidos reconheciam as independências dos demais países americanos.⁴¹⁷ Nessa passagem, é descrita a situação política da província pernambucana, que se recusava a aceitar o presidente que havia sido nomeado pelo Imperador:

A Posição tomada por Pernambuco é de quase rebelião. Desde a dissolução da Constituinte, eles não se comunicam com este governo, ao menos que se saiba: suas gazetas exprimem-se livre e duramente sobre os sucessos do novembro, chegando ao ponto de chamar o Imperador de tirano e traidor; e isso debaixo do nariz do governo provincial.⁴¹⁸

A partir do ponto de vista do cronista, presente no excerto acima, podemos fazer ideia da situação política na qual se encontrava Pernambuco quando da publicação de *O Liberal* e o *Typhis Pernambucano*: uma relação profundamente abalada entre a província e o governo central, localizado no Rio de Janeiro. Destaca-se a menção às gazetas, principalmente por fazerem duras críticas ao Imperador.

Ainda no início do ano de 1824, dia 13 de fevereiro, o primeiro número de *O Liberal* publicado em Pernambuco, mostrou bastante indignação com a deposição da Assembleia Constituinte do Brasil. O Padre João Batista da Fonseca escreveu um texto agressivo, deixando transparecer toda sua mágoa e frustração, ao perceber que o sistema constitucional no qual havia se baseado o Império do Brasil estava por ruir. No edital de abertura, consta:

É pasmoso, que sendo estes princípios apoiados na opinião pública, isto é, que tendo todo o Povo do Brasil manifestado, que a sua vontade é ser livre; tenha podido um punhado de Vândalos aventureiros, e expatriados suplantar este Povo, e retardá-lo na heróica marcha, que os há de conduzir à seus gloriosos fins! Assim desfizeram os chumbeiros a nossa Soberana Assembleia. [...] Aqui o horror e a indignação ocupa[m] todas as potências, e só nos inspiram uma cruel vingança.⁴¹⁹

Nesse trecho de *O Liberal*, percebemos o ataque ao grupo dos chumbeiros, que se tratavam, conforme visto no primeiro capítulo, dos “pés de chumbo”, pessoas que estariam “afundando” o projeto de constitucionalização do Império e também eram

⁴¹⁷MANNING, W. R. (ed.) *Diplomatic Correspondence of the United States concerning the Independence of Latin american nations*, 2 vols., Nova York, 1925, pp. 777-8, *apud* MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2004, pp. 178-179.

⁴¹⁸MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2004, p.179.

⁴¹⁹O LIBERAL, Nº 19, op. cit., 1824.

acusados de possuírem proximidade com o projeto que muitos viram como recolonizador, contido nas Bases da Constituição de Portugal. Também merece destaque a ameaça de vingança presente no texto do periódico, o que parece ter se consumado com a Confederação do Equador, ocorrida nesse mesmo ano.

Com uma característica textual um pouco mais refinada que *O Liberal*, o número 18 do *Typhis Pernambucano* destaca que a questão constitucional estava ocupando todos os projetos políticos daquele século e apresenta uma breve análise das legislações que estavam surgindo e padeciam em diversas localidades. Caneca inicia esse número da seguinte maneira:

O princípio deste século tem sido empregado em política: constituições e seus projetos ocupam todos os espíritos.

Não há quem não queira dar suas rajadas sobre formas de governo, suas vantagens e seus danos.⁴²⁰

Essa forma como Frei Caneca ressalta a presença da questão constitucional em todos os debates políticos de seu tempo é fundamental para a ilustração desta parte de nosso trabalho: um personagem que vivenciou o período atesta a relevância dos projetos constitucionais para os governos que se formavam.

Tratando do Projeto de Constituição que estava sendo desenvolvido pelo ministério dos Andradas, após fazer a análise de projetos que não deram certo em outros países, o redator do *Typhis Pernambucano* escreveu:

Que desgraça!

Não têm sido mais fortuneiros os projetos de Constituição do Brasil.

O dos Andradas, depois de três meses nas forjas de Lemos, saía com muito *caputmortuum*; metido no laboratório da assembleia, ainda não havia sofrido a primeira trituração, quando abrasando-se a primeira atmosfera, *rebombando* em trovões, e desfechando raios [...].⁴²¹

É marcante a forma como Caneca utiliza diversas metáforas e referências para persuadir o leitor da gravidade da situação política que se encontrava o Império do Brasil: a Constituição que havia sido imposta pelo Imperador previa a centralização do

⁴²⁰ *O TYPHIS PERNAMBUCANO*, N° 18. Pernambuco, Tipografia Miranda e Companhia, 13 de maio de 1824. 4 páginas *apud* CHACON e LEITE, (orgs.), op. cit., 1984, p. 165.

⁴²¹ *Ibidem*, p. 166.

poder, o que desagradou grande parte dos habitantes de Pernambuco, inclusive os redatores de nossos periódicos, conforme temos visto.

O debate acerca da Constituição foi bastante rico nos periódicos produzidos em Pernambuco entre os anos de 1821 e 1824 e isso ocorreu devido à influência que a província recebia de acontecimentos ocorridos no restante do mundo. Entre essas influências destacamos a Doutrina Monroe⁴²² e as independências que ocorriam no restante da América. A percepção desses acontecimentos e a adaptação das teorias europeias para a realidade local foram questões marcantes nos impressos que circulavam pelas ruas mais movimentadas das grandes capitais e também em localidades do interior.⁴²³ Esse foi um movimento de via dupla, pois as experiências americanas também repercutiam na Europa. Os dirigentes dos periódicos assimilaram as medidas tomadas no âmbito constitucional e seus posicionamentos frente aos acontecimentos, como: reunião das Cortes Gerais de Lisboa e criação da Constituição do Império Português; criação da Assembleia Legislativa do Império do Brasil; dissolução da Assembleia Legislativa do Império do Brasil e, por fim, a criação do Poder Moderador.

3.2 Independência

O ideal constitucional estava vinculado ao desejo de independência política em relação a Portugal após as medidas das Cortes de Lisboa serem vistas como recolonizadoras do Brasil. Desde a província do Rio de Janeiro, capital do Reino do Brasil emanavam projetos políticos e, segundo Iara Lis de Souza, “entre fins de 1820 e início de 1821, o Rio de Janeiro vivia em estado de suspensão”⁴²⁴. Essa situação se cristalizava a partir da existência de dois grupos, cujos projetos políticos propunham ideias opostas para a continuidade do Brasil como Império independente. Iara Lis de Souza mostra que, de um lado, estavam os altos burocratas portugueses, que desejavam a permanência de Dom João no Brasil mesmo que isso custasse a ruptura com Portugal; do outro lado, os “atacadistas fluminenses, proprietários de engenhos e fazendas do

⁴²² A Doutrina Monroe pode ser entendida como um posicionamento anunciado pelo presidente dos Estados Unidos, James Monroe, no dia 02 de dezembro de 1823, que com seu lema “América, para os americanos” condenava qualquer intromissão europeia no continente, além de ser favorável à manutenção da independência política das regiões que haviam conseguido se desvincular politicamente de suas antigas metrópoles. Sobre a Doutrina Monroe, ver: BETHELL, Leslie. (org.). *História da América Latina*. Vol. 5. São Paulo, Edusp, 2008.

⁴²³ Em nossos periódicos encontramos mais de uma vez alusão aos chamados “povos do interior”, pessoas que viviam em regiões afastadas de Recife e Olinda.

⁴²⁴ SOUZA, Iara Lis Carvalho de. op. cit., 1999, p. 91.

Recôncavo e de Goitacazes alinhavam-se aos “vintistas” e às Cortes [...]”⁴²⁵ Esse segundo grupo desejava que o poder político fosse exercido pelo poder legislativo, onde eles mesmos atuariam e também propagavam a liberdade de imprensa, além da “possibilidade de reivindicarem seus próprios espaços e também (re)criarem leis e instituições públicas que os atendessem.”⁴²⁶

Esse breve resumo de grupos políticos que atuavam no Rio de Janeiro se faz necessário, pois essas correntes influenciaram os debates em torno da Independência do Brasil que ocorriam nos periódicos pernambucanos, principalmente entre os anos de 1821 e 1822. Os debates políticos que ocorriam no eixo Rio-Lisboa não passavam despercebidos entre os redatores dos periódicos de Pernambuco, que também refletiam sobre suas realidades locais e analisavam as condições de inserção da província, que mais tarde seria palco da Confederação do Equador, no projeto de independência encabeçado pelo Rio de Janeiro.

No que diz respeito à propagação do ideal de independência política em relação a Portugal, a primeira vertente de periódicos que apresentamos em nosso trabalho, que compreende o *Aurora Pernambucana* e o *Relator Verdadeiro*, não apoiou essa proposta. Cabe destacarmos, mais uma vez, que esses dois periódicos circularam em um momento em que as Cortes de Lisboa ainda não haviam tomado medidas que foram vistas como recolonizadoras do Brasil, ou favoráveis apenas a Portugal.

Em *Segarrega*, periódico que pertence à vertente que representou a transição entre a adesão às Cortes de Lisboa e o desejo de independência política, a partir do número 7, a ideia de independência em relação a Portugal começa a aparecer, tanto se tratando da província de Pernambuco, como do Brasil como um todo. Ao analisar diferentes atitudes de deputados que discursaram nesse sentido, Felipe Mena Calado destaca a fala do deputado português José Joaquim Ferreira de Moura em uma das sessões das Cortes de Lisboa: “O Brasil deve ser independente, e só ligado à Portugal por vínculos de amizade, e por tratados de aliança, e de comércio, igualmente vantajosos aos dois Estados.”⁴²⁷ Nesse mesmo número, o dirigente do periódico se mostra insatisfeito com a forma como as relações entre os dois reinos estavam

⁴²⁵ Ibidem.

⁴²⁶ Ibidem.

⁴²⁷ *SEGARREGA*, N° 7, op. cit., 1822.

colocadas e, mesmo respeitando a monarquia portuguesa, publica seu desejo de independência política:

O Brasil não conhece a necessidade de sacrificar tudo por a união a Portugal; sem esta união o Brasil pode ser feliz: porém os antigos costumes, o parentesco, e a generosidade, que lhe faz ceder o Augusto Monarca, quando Portugal se contentava com uma das Pessoas Reais (e no que o Brasil obrou inconsideravelmente) são os mesmos incentivos que o obrigam hoje a concordar enquanto for o bem da Nação em geral. Ele anseia por a união, e foi ela que fez abraçar sofregamente o partido, que Portugal seguira; porém se ele tem demitido [ilegível] Direitos, Primazia, Representação, e para Portugal, seu beneficiado, querer arrogar todos os privilégios, interesses, tutoria, e até autofirmar-se de querer proibir o comércio executivo desse vasto Continente?⁴²⁸

No caso dessa citação, o redator do periódico destaca que a felicidade do Brasil não necessitava de seu vínculo a Portugal; ao contrário, a união entre os dois reinos estava beneficiando apenas a antiga metrópole, que desfrutava de privilégios frente à antiga colônia. A independência política do Império do Brasil estava na ordem do dia para Felipe Mena Calado da Fonseca, mesmo que ainda houvesse respeito pelo parentesco existente entre brasileiros e portugueses.

Nos números que se seguiram do *Segarrega*, a ideia de adesão ao projeto de independência encabeçado no Rio de Janeiro pelo ministério dos Andradas ganhou força e seu redator propagou o apoio à causa das “Províncias do Sul”. O oitavo número publicou a exaltação da decisão de Dom Pedro I de ficar no Brasil após as Cortes Gerais da Nação, em Lisboa, terem determinado seu retorno para Portugal.⁴²⁹ Nesse mesmo número foi publicado que o Imperador mandara imprimir suas *Memórias aos Pernambucanos*, em gratidão àqueles que viviam no Rio de Janeiro e apoiaram sua decisão de permanecer na cidade. Nesse momento, o periódico parecia viver em “lua de mel” com o Imperador e a ideia de que sua figura poderia unificar o Brasil e um Império independente de Portugal ganhava suas páginas.

⁴²⁸ Ibidem.

⁴²⁹ Dentro da História do Brasil, esse ato ficou conhecido como “Dia do Fico”.

As notícias de que Portugal havia enviado tropas para a Bahia fazia com que o desejo de rompimento dos vínculos ficasse ainda mais acentuado. Citamos, a seguir, um trecho do *Correio do Rio de Janeiro*⁴³⁰, publicado no número 19 do *Segarrega*:

Pelas embarcações vindas de Lisboa, Bahia, e Montevideu, e entradas neste porto ontem e antes de ontem, recebemos notícia do estado convulso em que se acham as duas primeiras, e firmes sentimentos de adesão e [a] União Brasílica, da terceira.

É pouco lisonjeiro para a sagrada Causa do Brasil – sua Liberdade e Independência política – o procedimento do Soberano Congresso de Lisboa. Três dias antes de sair para aqui o Navio Duarte Pacheco, saiu para a Bahia a expedição de 600 homens! Quem viu mais inauto procedimento! O Congresso Nacional Português, aquele mesmo composto dos mesmos homens, que proclamou, reconheceu, decretou, e jurou, que – a Soberania reside essencialmente em a Nação. Esta é livre, e independente, e não pode ser patrimônio de ninguém. – Artigo 20 das Bases. – Este mesmo Congresso dizíamos ousa atacar a Liberdade, e Soberania da mais importante parte da Nação!!!⁴³¹

Analisando o excerto extraído do periódico fluminense e publicado no *Segarrega*, percebemos que o impresso pernambucano estava alinhado com a proposta de desvinculação política em relação a Portugal e desejava autonomia do Brasil frente a sua antiga metrópole. Nessa mesma passagem, é perceptível o fluxo de ideias que ocorria por meio da palavra impressa: um periódico publicado no Rio de Janeiro teve um longo trecho reproduzido pelo impresso de Felipe Mena Calado da Fonseca. Outra questão que merece atenção: o Brasil é visto como a “mais importante parte da Nação”, o que quer dizer que, conforme apontado por István Jancsó e João Paulo G. Pimenta, os vínculos com Portugal não foram rompidos imediatamente e a ideia de pertencimento à nação portuguesa ainda permaneceria por algum tempo.

Partindo do estudo dos periódicos pernambucanos produzidos entre 1821 e 1824, é notável que para seus redatores a independência política em relação a Portugal estava vinculada à ideia da elaboração de uma Constituição por deputados brasileiros, em território brasileiro. As medidas previstas pela Constituição nas Cortes de Lisboa passaram a não representar os anseios da província de Pernambuco, que, aos olhos de

⁴³⁰Periódico dirigido pelo português João Soares Lisboa, teve sua publicação iniciada em outubro de 1822.

⁴³¹SEGARREGA, N° 19, op.cit. 1822.

alguns, estava perdendo autonomia. No entanto devemos ter cautela. Primeiramente, Pernambuco não representava o interesse geral do território que formaria o Império do Brasil, e os redatores deixam evidente que a província tinha autonomia em suas decisões. Em segundo lugar, as relações com as demais províncias do Império ocorreram de forma distinta, tendo ocorrido bem mais proximidade entre Pernambuco e aquelas províncias que se localizavam no Norte do que com as do Sul.

Os redatores dos periódicos ainda fazem questão de transparecer que o projeto de independência encabeçado no Sul do Império estava recebendo um voto de confiança de Pernambuco e que o Imperador estava foi coroado por vontade do povo. Nas páginas dos impressos, conforme temos visto em nosso trabalho, ocorreram menções à opção de Pernambuco permanecer vinculado a Portugal ainda na guerra contra os holandeses.⁴³² Uma decisão desse caráter novamente estava sendo tomada, porém, dessa vez a província optou por aderir à independência liderada pelo Rio de Janeiro.

O vínculo mais próximo com as províncias do Norte do Império pode ser percebido inclusive nos movimentos insurrecionais de 1817 e 1824, quando houve a tentativa de desvinculo político e questionamento do modelo monárquico adotado, no primeiro caso por Portugal e no segundo caso pelo Brasil. Nesses dois movimentos também estava presente o desejo de autonomia da província em relação ao poder central.

A Independência do Brasil e a participação de Pernambuco em todo esse processo é destacadamente abordada nos periódicos *O Maribondo* e *O Conciliador Nacional*. Ambos estavam inseridos em debates e opiniões políticas em torno de como deveria ser a ruptura com Portugal e sobre a nova condição do Brasil, como nação independente. Para os redatores dos periódicos pernambucanos que publicaram seus textos entre 1822 e meados de 1823, eram inúmeras as possibilidades de formação do Brasil como reino independente. Nesse período, as medidas de Dom Pedro I, como o Fico e a ruptura política com Portugal, receberam apoio e despertaram grande expectativa em alguns dirigentes de periódicos. Além do *Segarrega*, a vertente à qual pertenciam *O Maribondo* e *O Conciliador Nacional* possui essa característica.

⁴³² Sobre esse acontecimento, ver nota 92.

Conforme vimos no primeiro capítulo de nosso trabalho, em *O Maribondo* existiu a tentativa de construção de uma ideia de existência do Brasil como nação desde o período da colonização portuguesa. Além disso, é flagrante no periódico o apoio à união com as províncias do Sul e o apelo para que os “Povos do interior” se unissem nessa causa. Para ilustrar seu posicionamento político, o Padre José Marinho Falcão Padilha publicou uma história, que se trata do diálogo entre dois personagens, um “inimigo” e outro “amigo” do Brasil. Nesse trecho, o “amigo” do Brasil busca convencer o “inimigo” de que a união de Pernambuco à “Causa Brasileira” era o mais correto a se fazer. No outro sentido, o “inimigo” do Brasil está sempre buscando empecilhos para a consolidação da independência e acusa a inexistência de uma nação estrangeira que garantisse o apoio à formação do Império do Brasil. Vejamos uma parte desse diálogo:

Inim. Falemos claro: Não devemos abraçar a causa; porque não vemos uma nação, que proteja a nossa independência de Portugal; e nós não temos dinheiro.

Am. Senhor meu, se não temos dinheiro, também Portugal não tem. Muito mais nos hão de fitar as Nações; porque temos mais com que pagar: além disto dizem por aí, que a Alemanha vai proteger nossa causa.

Inim. Misericórdia! Deus nos livre de tal. Quem nos diz, que a Alemanha não venha plantar no Brasil uma Monarquia absoluta?

Am. Eu não o entendo: v. m. não segue a causa, porque não há uma Nação, que a proteja. Se lhe digo, que há: responde v. m., que esta Nação vem plantar uma monarquia absoluta. Ora venha cá, se S. A. quisesse reinar despoticamente no Brasil, que mister havia de proclamar Cortes? [...].⁴³³

No caso de *O Conciliador Nacional*, seu dirigente, Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, foi incisivo na questão do apoio ao Imperador Dom Pedro I como “Perpétuo Defensor do Brasil” e da independência frente a Portugal. Assim como o redator de *O Maribondo*, o dirigente de *O Conciliador Nacional* procurava apresentar seu posicionamento de forma a convencer seus leitores, de maneira até mesmo pedagógica. No número 8 de *O Conciliador Nacional*, publicado no dia 19 de novembro de 1822, existe um chamado às pessoas que viviam no interior e uma explicação de quais eram as características da independência que desejavam:

⁴³³*O MARIBONDO*, Nº 2, op. cit., 1822.

Esta palavra independência necessita de análise; o que passamos a fazer; por ser o nosso fim instruir a classe não literata do Povo, que é o maior número; porque dos sábios só podemos aprender. Consta-nos, que pelos matos andam alguns Caiporas, correspondentes, e consócios de outros Caiporas da Praça, espalhando a desconfiança, e o terror por aquela gente, que conhecem, ser mais crédula, afim de ver, se o cisma político lhe funde algum transtorno na harmonia da Província. [...].

É pois o voto dos Pernambucanos, e de todo o Brasil a – independência – entendida daquele modo, e só desejam uma Constituição Liberal feita por Deputados Brasileiros, se sancionada pelo Nosso amantíssimo Regente, e Perpétuo Defensor, que fará executar as leis, emanadas do nosso Congresso para felicidade desse vasto, e riquíssimo Império.⁴³⁴

A partir do excerto acima, podemos inferir algumas questões: primeiramente, percebemos o tom didático do texto do periódico como uma forma de persuasão, tendo como objetivo atingir as camadas mais baixas da sociedade, inclusive as pessoas que moravam em regiões interioranas. Outro ponto que devemos destacar nessa passagem do impresso é a relação existente entre a “Constituição Liberal” e a independência política do Império do Brasil frente a Portugal. Percebemos ainda que se tratava de um momento de expectativa do redator do *Segarrega* em relação ao desempenho do poder executivo por parte de Dom Pedro I, deixando que o legislativo cumprisse o papel de elaboração das leis, por meio dos deputados em Assembleia.

Dessa forma, o texto do periódico buscava despertar nos povos que habitavam regiões mais afastadas do Recife a necessidade de adesão a uma união que, segundo o texto de *O Conciliador Nacional*, já contava com sólidas bases.⁴³⁵ Há um outro ponto que desperta certo questionamento: o apelo aos povos que viviam no interior pode significar o consumo dos periódicos nessas regiões, pois, além de *O Conciliador Nacional*, outros periódicos apresentam esses chamados.⁴³⁶

⁴³⁴ *CONCILIADOR NACIONAL*, Nº8, op. cit., 1822.

⁴³⁵ Conforme destacado por Evaldo Cabral de Melo, a região conhecida como Mata Norte era mais urbanizada e possuía maior diversidade econômica. Em oposição, a Mata Sul era mais seca, com uma sociedade economicamente mais vulnerável, sobretudo devido às crises de subsistência provocadas pelo algodão, a aguçará e pela instabilidade política. MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2004, pp. 61-62.

⁴³⁶ No número 2 de *O Maribondo*, publicado em 12 de agosto de 1822, por exemplo, há um chamado aos “Povos do interior”, onde o redator compara a Insurreição de 1817 com os acontecimentos de 1822. Segundo o Padre José Marinho Falcão Padilha, em 1817, Pernambuco estava isolado das demais províncias. Em 1822, havia uma união com as províncias do Sul do Império. Esse argumento foi utilizado por ele para que os chamados “Povos do interior” aderissem à sua causa.

No entanto, é preciso termos sempre em mente que a ruptura com Portugal não se deu de forma drástica e repentina. Denis Bernardes esclareceu essa questão, ao afirmar que alguns políticos brasileiros, ministros por exemplo, ainda acreditavam em uma autonomia do Brasil, mesmo dentro de uma união com Portugal:

Em primeiro lugar, todos ou quase todos desse lado do Atlântico, incluídos o príncipe e seus ministros, ainda creditavam até o último momento, ser possível garantir os interesses do Reino do Brasil, no interior da união com Portugal. Em segundo lugar, romper com a forma monárquica de governo não era tão simples, nem, no plano político, nem no plano doutrinário [...] ⁴³⁷

Alinhados ao pensamento de Denis Bernardes, destacamos que a adesão ao modelo constitucional e o desejo de independência política que estavam presentes em nossos periódicos, não significavam que o modelo português deixava de ser exemplo a ser seguido, nem tampouco representavam o desejo de ruptura com a monarquia, mais especificamente, com a Casa de Bragança. Dom Pedro I foi, ao menos até os primeiros meses de 1823, visto pelos redatores dos periódicos pernambucanos, com destaque para *O Maribondo* e *O Conciliador Nacional*, como alguém que poderia unificar o Império em prol de um projeto de independência que deveria contar com todas as províncias do Brasil. De acordo com Denis Bernardes, o desligamento político em relação a Portugal garantiu maior autonomia para as pessoas que viviam na América Portuguesa, que agora eram fiéis à nação brasileira e ao monarca, Dom Pedro I:

Quando, no 7 de setembro, é o próprio herdeiro da Coroa portuguesa que declara já não haver mais ligações com Portugal, todos seus súditos desse lado do Atlântico podem sentir-se igualmente desobrigados – sem remorso ou temos – das antigas fidelidades ao rei Dom João VI e à nação portuguesa. Estas são transferidas, a partir de então, plenamente e de direito ao príncipe e à nação brasileira. ⁴³⁸

Percebemos, dessa forma, que a ideia de independência era criada pelas pessoas que viviam no Brasil, principalmente para os desejosos de autonomia política. Além de alimentar os debates e opiniões acerca da política presentes nos impressos pernambucanos, o ato de Dom Pedro I proclamar a Independência do Brasil e sua nomeação como Imperador eram festejados no final de 1822 em Pernambuco, conforme consta no número 9 de *O Conciliador Nacional*. Nessa publicação, há uma matéria cujo

⁴³⁷ BERNARDES, 2006., op. cit., p. 498.

⁴³⁸ Ibidem.

título é: *Relação dos Festejos, em que a Câmara, Clero, Nobreza, e Povo Pernambucano celebraram a feliz Aclamação do Senhor D. Pedro I. Imperador Constitucional, e Perpétuo Defensor do Brasil*. Reproduzimos abaixo o primeiro parágrafo desse texto, que compreende quase uma página do periódico em sua totalidade:

No dia 7 de Dezembro de 1822 saíram o Corpo do Senado, e seus oficiais, montados em bem *ajeitados* cavalos, sendo precedidos pela música de um dos batalhões, afim de anunciarem ao Povo, que no dia seguinte devia ser solenemente Aclamado o Senhor D. Pedro I. Imperador Constitucional, e Perpétuo Defensor do Brasil. Correndo quase todas as ruas, fizeram fixar nas primeiras esquinas o mesmo anúncio, que sendo primeiramente lido em altas vozes pelo Porteiro, e ao depois acompanhado de repetidos vivas, de muitos foguetes do ar, e do dito instrumental, excitava vivos transportes de prazer, e era, como a aurora do Venturoso dia 8, o mais brilhante, e propício aos fiéis pernambucanos, e de decidida salvação para todos os brasileiros. Foi escolhido esse dia da Imaculada Conceição da Santa Virgem, por ser ela a Padroeira do Reino do Brasil, e muito especial dessa Província.⁴³⁹

Os festejos que ocuparam as ruas do Recife parecem ser descritos no periódico como uma forma do redator persuadir seus leitores, fossem pernambucanos ou de qualquer outra localidade, apresentando uma prova de que a província estava aliada ao projeto de união com as províncias do Sul do Império. Outro aspecto que, conforme temos afirmado em nosso trabalho, estava presente nesse momento de novas perspectivas políticas, era a constituição do espaço público como palco de manifestações.⁴⁴⁰ As ruas repletas de pessoas, fogos, música e outras manifestações, conforme mostram a passagem acima sobre Recife, atestam a importância desses acontecimentos, mesmo que, nesse caso, possa haver algum exagero por parte do redator. Sendo assim, mesmo levando em conta a manutenção da dinastia de Bragança, o poder político emanava da nação e daquele que se proclamou Imperador do Brasil, Dom Pedro I, e não mais do rei português, Dom João VI, conforme destacou Denis Bernardes.⁴⁴¹

⁴³⁹ *O CONCILIADOR NACIONAL*, Nº 9. Pernambuco: Tipografia Cavalcanti e Cia., 23 de janeiro de 1823. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

⁴⁴⁰ Sobre essa questão, ver GUERRA, op. cit., 2010.

⁴⁴¹ BERNARDES, 2006, op. cit., pp. 282-288.

Lembramos que, de acordo com Evaldo Cabral de Mello, Gervásio Pires, que presidiu a Junta de Governo Provisória entre outubro de 1821 e setembro de 1822, não era afeito ao projeto de independência encabeçado pelos Andradas, pois era desejoso de maior autonomia das províncias. No entanto, o apoio da Junta de Pernambuco se dava em prol da independência, que, nesse momento, se tornou mais importante do que as diferenças, pois o próprio Gervásio apoiou o Fico.⁴⁴² O redator de *O Conciliador Nacional*, o Padre Lopes Gama, que defendia a causa unitária, chegou a estar ao lado de Gervásio Pires quando este foi acusado de armar a plebe e atacar portugueses.⁴⁴³

Dessa forma, é possível notarmos que, para parte dos redatores de Pernambuco, assim como para membros da Junta provisória, a ruptura com Portugal era o melhor caminho a ser tomado. No entanto, com o passar dos meses e com as medidas tomadas pelos ministros e pelo Imperador sendo percebidas como autoritárias, como, por exemplo, a dissolução da Soberana Assembleia, a imposição de uma nova Constituição e criação do Poder Moderador, o questionamento ao poder central ganhava força. As críticas e debates acerca das medidas tomadas pelo poder emanado do Rio de Janeiro foram presença constante em periódicos que pertenceram a outras duas vertentes, conforme mostrado em nosso primeiro capítulo. Uma dessas correntes, compreendida pelos periódicos *Sentinela da Liberdade* e *Escudo da Liberdade do Brasil*, percebia nos ministros um grande problema. Para eles, os ministros eram as pessoas responsáveis pelas medidas arbitrárias que estavam sendo tomadas e pelas perseguições aos que resistiam a essas medidas. A outra corrente, que contou com o *Typhis Pernambucano* e *O Liberal*, além de criticar o ministério do Rio de Janeiro, foi incisiva na crítica à monarquia e à própria família real, além de, no caso do *Typhis*, propagar um movimento de emancipação das províncias do Norte do Império.

Publicado no dia 26 de abril, de 1823, o número 7 do *Sentinela da Liberdade* alertava para os perigos de recolonização que ainda existiam por parte de Portugal em relação ao Brasil. Existe uma correspondência anônima, que inclusive pode ter sido escrita pelo próprio redator do periódico, Cipriano Barata, que menciona a necessidade de se fazer guerra aos portugueses, com os quais Pernambuco estava muito amigado:

Ó da Sentinela! Alerta! Rogo-lhe Senhor Sentinela queira inserir esta carta na sua gazeta. O Povo está com a cabeça tonta de ver o descaramento do

⁴⁴² MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2004, pp. 76-77.

⁴⁴³ Ibidem.

Despotismo em Pernambuco. Além de outras coisas, é notável isto: S. M. I. ordenou que se os Portugueses mandassem mais Tropa depois de Fevereiro ficaria declarada a guerra ativa contra aquela Nação que hoje é nossa imortal inimiga, mandou armar Corsários &c. Ora, os Portugueses têm mandado mais esquadras, e tanto no Pará e Maranhão, como na Bahia, fizeram dura guerra. [...] Mas, Senhor Sentinela, nós vemos o contrário, pois quando os Europeus nos dão tiros e cutiladas, e nos querem pisar, nós lhe damos beijo e ajoelhamos, de sorte que parece que ainda somos seus cativos [...] Parece que nós dormimos sobre os deveres da nossa independência e liberdade do Império [...].⁴⁴⁴

A solicitação existente para que o redator do *Sentinela da Liberdade* fizesse uma análise da correspondência enviada foi atendida. Em sua resposta, Barata defendeu a guerra aos portugueses e o cancelamento das relações comerciais entre Brasil e Portugal. Abaixo, transcrevemos um trecho de sua resposta:

Alerta está. A guerra é bem conhecida e ensanguentada, e destruidora. No Piauí, há pouco houve muito sangue derramado; no Maranhão e na Bahia, ferve a guerra; o nosso porto está bloqueado; nós temos o nome de Insurgentes; uma esquadra de Portugal com 1500 homens chegou à Bahia; as traições para nos dominarem são claras, tudo isto são fatos. Logo, estamos em guerra aberta. Logo o comércio deve ser suspenso e devem tomar todas as medidas hostis para punir o inimigo. [...]. À vista destas coisas e de outras que omito, parece que tudo em Pernambuco vai como os europeus desejam.⁴⁴⁵

Mesmo após observarmos essas afirmações de resistência, contendo declarações de guerra contra Portugal, que estão presentes no *Sentinela da Liberdade*, não podemos perder de vista que a ruptura política entre as nações foi gradativa, mesmo com conflitos existentes entre pessoas das duas nacionalidades, conforme mostrado anteriormente, quando o governador Gervásio Pires foi acusado de armar o Povo para perseguir portugueses pelas ruas do Recife.

⁴⁴⁴*SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO ALERTA!*. Nº 7. Pernambuco, Tipografia Cavalcante e Companhia, 26 de abril de 1823. 4 páginas, *apud* MOREL, (org.), 2008, p. 197.

⁴⁴⁵*Ibidem*, p. 201. Nesse caso, Barata se refere ao decreto de 14 de janeiro de 1823, no qual estava previsto que julgava “indecorosa” e até “perigosa” a entrada de súditos de Portugal no Brasil. Para consultar o decreto em sua íntegra, acesse: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decretet_sn/antioresa1824/decreto-38719-14-janeiro-1823-567488-publicacaooriginal-90821-pe.html. Consultado em 02/06/2014.

Existem conceitos que aparecem com bastante frequência nos textos dos periódicos e que não podem passar sem uma breve análise em nosso trabalho. São eles: *pátria*, *povo* e *nação*. Para o esclarecimento dessa questão nos valem os estudos de István Jancsó e João Paulo G. Pimenta, quando estes afirmam que a ideia de nação, mesmo contendo variações, estava vinculada a um passado em comum, ou “uma herança (memória e história) e um território, ambos comuns aos membros da nação”.⁴⁴⁶ O *povo* como “fonte e agente do pacto político”⁴⁴⁷ e a *pátria*, que poderia ser Pernambuco, Paraíba, Bahia, etc.⁴⁴⁸

Além desses conceitos serem constantemente abordados, a ideia de que as Cortes passaram a exercer um papel recolonizador foi bastante notável. Vale apontar que o termo *recolonização* e seus derivados são também bastante utilizados. Conforme salienta Márcia Berbel, mesmo os trabalhos constituintes em Portugal tendo se iniciado em janeiro de 1821, a expressão só é encontrada a partir do início de 1822.⁴⁴⁹ Segundo a autora, esse termo está ligado ao decreto de 1821, que “determinava a separação do governo das armas das demais funções da junta eleita na província e a sua nomeação e subordinação ao governo central em Lisboa”.⁴⁵⁰ Por mais que possa parecer contraditório, os pernambucanos subscreveram essa medida do Congresso, que possibilitava a nomeação de um outro governo substituto ao de Luís do Rego Barreto, que assumira o governo da província em 1817.⁴⁵¹ Além disso, a Constituição de Lisboa garantia maior autonomia política das províncias, o que fazia com que pessoas como Gervásio Pires, eleito governador da Junta Provisória que sucedeu Luís do Rego, apoiasse, em um primeiro momento, mais a adesão às Cortes de Lisboa do que o Governo do Rio de Janeiro.

Podemos perceber, dessa maneira, a complexidade de posicionamentos políticos que existiam no contexto de produção dos periódicos analisados. Em um primeiro momento, foram grandes as expectativas quando da reunião das Cortes Constituintes em Lisboa, que garantiam a nomeação de uma Junta de Governo local e certa autonomia política das províncias, além da própria constituição que seria desenvolvida.

⁴⁴⁶ JANCÓS e PIMENTA, op. cit., 1999, p. 159.

⁴⁴⁷ Ibidem.

⁴⁴⁸ Ibidem.

⁴⁴⁹ Berbel, Márcia R. “A retórica da recolonização”. In: JANCÓS, István (org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, pp. 791 - 808

⁴⁵⁰ Ibidem, p. 786.

⁴⁵¹ Ibidem.

Posteriormente, após algumas medidas das Cortes Gerais de Portugal serem vistas como recolonizadoras, percebe-se nos impressos que estudamos o desejo de independência política em relação à sua antiga metrópole europeia e a crítica à Junta de Governo de Pernambuco, que não estaria agindo de forma definitiva para a adesão ao projeto encabeçado pelos Andradas no Rio de Janeiro.

Em um momento seguinte, após Dom Pedro I declarar a ruptura dos laços com Portugal, foram geradas expectativas com o início dos trabalhos constituintes em território brasileiro e a reunião dos deputados em Assembleia Legislativa. No entanto, o confronto entre portugueses e brasileiros e a dissolução da Assembleia, no mesmo ano em que foi criada (1823) fez com que a união ao Rio de Janeiro passasse a ser questionada pelos redatores de nossos periódicos, que se consideravam traídos pelo monarca. Por fim, o Projeto Constitucional, que estava sendo elaborado pelo Imperador e seus ministros foi implementado como Constituição em 1824, e o Poder Moderador, que funcionava como um mediador entre os demais poderes do Estado. Esses acontecimentos causaram desconforto e até mesmo indignação nos dirigentes dos periódicos pernambucanos. Além dessas questões que abarcavam todo o universo político formado pelo Império do Brasil e também Portugal, é necessário que prestemos atenção às questões que envolviam a política local em Pernambuco. No ano de 1824, conforme observamos em *O Typhis Pernambucano*, a nomeação de um governador para a província, por parte do Imperador, que não condizia com os desejos de muitos pernambucanos, gerou bastante instabilidade política, o que contribuiu para o desejo de ruptura com o Rio de Janeiro e culminou com a Confederação do Equador.

Dentro desse cenário político conturbado e de rápidas transformações, o que se viu foi a adesão de alguns dos periódicos ao projeto unitário do Rio de Janeiro, como por exemplo, o *Conciliador Nacional* e *O Maribondo*. Contudo, os periodistas da vertente à qual pertenciam o *Sentinela da Liberdade* e o *Escudo da Liberdade do Brazil* iriam olhar com desconfiança as medidas tomadas pelos ministros e, até mesmo, pelo Imperador, que estariam colocando a Independência do Brasil em risco.

Conforme destacado por Marco Morel, Cipriano Barata, redator do *Sentinela da Liberdade*, analisava as guerras de independência e tratou da questão da resistência militar por parte do Brasil em relação a Portugal em seu periódico.⁴⁵²

O décimo número do *Sentinela da Liberdade* traz exemplos das guerras de independência abordadas em suas páginas, destacando inclusive a participação de meninos, voluntários, nos combates. Reproduzimos uma passagem do texto:

Os nossos Valorosos Milicianos estão de tal sorte entusiasmados que até os Meninos correm às armas: o filho do Capitão-mor, com 12 anos de idade, foi para campanha e todos ali parecem [ilegível] quando se trata de fazer a união do Brasil debaixo de um só pavilhão, de [ilegível] Imperador Constitucional liberal.⁴⁵³

Essa passagem do periódico de Cipriano Barata é importante por mostrar que os debates ocorridos via palavra impressa não estavam apenas vinculados às decisões políticas, tomadas, ou não. Nesse caso, o *Sentinela* foi um importante periódico no sentido de apresentar os acontecimentos militares que influenciavam, assim como eram influenciados pelas medidas políticas tomadas pelo governo central e também pelo governo local, nesse caso, a junta de governo.

Em seu número 12, encontramos passagens que atestam esse caráter do impresso de Barata, quando é sugerida a formação de um corpo de cavalaria para a defesa da província, além de denunciar que os lampiões que estavam nas ruas apagavam com facilidade, o que gerava certa insegurança. Nas palavras do redator:

Em todas as partes e países em que a necessidade obriga a criar cavalaria para reforçar o Exército, os fins são aumentar a força e os recursos em benefício desse exército e da Nação. A cavalaria serve não só para expedição e ligeireza das ordens, não só para amparar a artilharia e muitas vezes para desordenar o inimigo e completar uma rota geral, mas até tem vantagem de levar na garupa um soldado Infante para vencer depressa certa distância e oferecer de repente dobrada gente contra o inimigo.⁴⁵⁴

⁴⁵²*SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNMBUCO ALERTA!*. Nº 7. Op. cit., *apud* MOREL, (org.), 2008, p. 201.

⁴⁵³*SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNMBUCO ALERTA!*. Nº 10. Pernambuco, Tipografia Cavalcante e Companhia, 7 de maio 1823. 4 páginas, *apud* MOREL, (org.), 2008, p. 216.

⁴⁵⁴*SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNMBUCO ALERTA!*. Nº 12. Pernambuco, Tipografia Cavalcante e Companhia, 14 de maio de 1823. 4 páginas, *apud* MOREL, (org.), 2008, p. 227.

Nesse caso, o inimigo ao qual o *Sentinela da Liberdade* se refere é Portugal e essa afirmação é feita devido aos rumores de que Portugal estaria enviando esquadras para recolonizar o Brasil. No número seguinte, publicado em 17 de maio de 1823, o dirigente da folha deixa claro seu desejo de independência e união do Brasil em torno de uma causa única, que deveria fortalecer o Império recém-independente em relação a sua antiga metrópole. Destacando que o *Sentinela da Liberdade* estava servindo de “instrução patriótica” também para os habitantes da província da Paraíba do Norte, seu texto diz:

Queiram os Céus coroar nossas puras intenções patrióticas, firmando cada vez mais a Independência do Império, fortalecendo a união geral do Brasil por meio da Liberal Constituição e arrasando para sempre as maquinações do Despotismo e da Anarquia.⁴⁵⁵

Percebemos, mais uma vez, uma maneira de um dos redatores persuadir seu público leitor. Conforme mostrado na passagem acima, o periódico de Barata declarava suas “puras intenções patrióticas”, se colocando como um veículo propagador da “Liberdade Constitucional”, frente ao despotismo e à anarquia. É notável, ainda, a relação que novamente nesse trecho é feita entre a independência e o ideal constitucional.

A causa da União Brasílica ganhava força nos periódicos pernambucanos de 1822 e 1823 e a dependência política de Portugal acabara por tornar-se tudo aquilo que os redatores repudiavam e buscavam combater. Outra questão que aparece com certa frequência, tanto no *Sentinela da Liberdade*, quanto no *Escudo da Liberdade do Brasil*, é a necessidade da liberdade de imprensa. Segundo o redator do *Escudo da Liberdade do Brasil*, o Império do Brasil necessitaria dessa liberdade para se tornar justo com seus habitantes. Em seu primeiro número, por exemplo, nos deparamos com a seguinte passagem:

A liberdade da imprensa o baluarte firme que abriga das invasões do poder as mais garantias; é o único Escudo que defende as liberdades dos Povos dos porfiados ataques que o Servilismo e Despotismo que ousam disputar-nos um terreno que se acha no centro de outros que só dominam os princípios mais liberais; cujas propagadoras influências os deverão amedrontar.⁴⁵⁶

⁴⁵⁵ MOREL, (org.), op. cit., 2008, p. 232

⁴⁵⁶ ESCUDO DA LIBERDADE DO BRAZIL, Nº 1, op. cit., 1823.

É notável a alusão feita ao próprio título do periódico, quando o autor coloca a imprensa como o único “escudo” que pode garantir a liberdade dos povos contra a arbitrariedade de seus governos. Ainda em seu número inicial, o *Escudo da Liberdade do Brazil* fez coro ao discurso do *Sentinela* ao destacar a importância da guerra para a concretização da independência de uma nação. De acordo com seu texto: “As armas são os únicos meios que asseguram as Nações a sua independência: e a enérgica declaração de sua vontade a que firma e estabelece sua liberdade”.⁴⁵⁷

O décimo número do *Escudo da Liberdade do Brazil*, no texto intitulado “Continuação do estudo atual dos negócios políticos do Brazil”, faz uma interessante análise do processo no qual o Império estava inserido desde a nomeação das Cortes de Lisboa até sua independência política e nomeação de Dom Pedro I como Imperador do Brasil. Vejamos:

Mas desvaneceu-se em bem pouco tempo, um tão lisonjeiro e agradável prospecto, logo que as Cortes de Portugal parciais pelos interesses daquele Reino perverteram os mesmos princípios constitucionais, aproveitando da maioria da própria representação sobre o Brasil para lhe ditarem as leis que o seu capricho e planos concebidos os aconselhava. Mas qual foi o resultado de todas estas astúcias, e agudas políticas, com que se pretendia *embelecar* o Brasil? A sua quase inteira separação e independência, sem embargo, de todos os juramentos prestados!⁴⁵⁸

A partir da análise do trecho acima, percebemos no texto do *Escudo da Liberdade do Brazil* a relação feita pelo seu redator entre o desejo de desvinculação e as medidas que foram tomadas pelas Cortes de Lisboa. Dessa maneira, percebemos as diferentes propostas entre as vertentes de redatores existentes em Pernambuco. Enquanto que impressos como o *Aurora Pernambucana* e o *Relator Verdadeiro* propagavam a ideia de que as Cortes de Lisboa, quando de sua reunião, representavam algo totalmente positivo para a política do Império do Brasil, o *Escudo da Liberdade do Brazil* tecia críticas às medidas que foram tomadas em Portugal e as relacionava ao desejo de independência.

Sendo assim, percebemos, mais uma vez, que as esperanças constitucionais que surgiram nos redatores dos periódicos com a Criação das Cortes em Lisboa deram lugar

⁴⁵⁷ Ibidem.

⁴⁵⁸ *ESCUDO DA LIBERDADE DO BRAZIL*, Nº10. Pernambuco: Tipografia Cavalcante e Companhia., 30 de setembro de 1823. 4 páginas. Biblioteca Nacional. Obras Raras. Loc.p 19, 3, 50.

a uma certa indignação após a tomada de determinadas medidas. A seguir, reproduzimos mais um trecho da “Continuação do estudo atual dos negócios políticos do Brasil”, publicada no *Escudo da Liberdade do Brasil*, onde foi feito um interessante resumo dos acontecimentos políticos de período, a partir do ponto de vista de seu redator.

Assim os povos do Brasil em menos de dois anos fizeram três revoluções. Pela primeira vez aderiram ao sistema constitucional proclamado em Portugal: pela segunda declarou-se Nação independente: pela terceira aclamou Imperador constitucional o Snr. D. Pedro I.⁴⁵⁹

Esses momentos políticos que o impresso categoriza como revoluções deram o tom aos ideais políticos que eram propagados, sempre influenciados pelas especificidades locais, de vertentes ideológicas e até mesmo pessoais, pois cada redator poderia perceber os acontecimentos a sua maneira.

As questões políticas em torno dos acontecimentos do Rio de Janeiro sempre estiveram presentes nos textos dos periódicos, assim como aquilo que se passava em Pernambuco. A independência política em relação a Portugal esteve vinculada ao desejo do Imperador de se tornar Defensor Perpétuo do Brasil, mas, os impressos, algumas vezes, deixam bem claro que a escolha e nomeação de Dom Pedro I havia sido feita com consentimento da população das províncias, nesse caso, Pernambuco.⁴⁶⁰ O periódico *O Liberal*, que teve seu primeiro número impresso em uma sexta-feira, 13 de fevereiro de 1824, e publicou quatro números na província pernambucana, estava bastante atrelado às guerras de independência que ocorriam na Bahia. Segundo o Padre João Batista da Fonseca, o Povo baiano era “brioso” e havia clamado contra a conduta do Imperador, de dissolução da Assembleia Constituinte; no entanto, foi traído na causa da Independência, quando, posteriormente, o governo baiano acatou as medidas advindas do Rio de Janeiro. Em seu número quatro, *O Liberal* destacou:

O que mais nos admira é ver, que um Povo livre, como ainda nos queremos persuadir, se submeta a parcial vontade de um ramo de mandões infames, ambiciosos, traidores á sua Pátria, que, o que tem feito, é semear a

⁴⁵⁹ Ibidem.

⁴⁶⁰ No número 10 de *O Typhis Pernambucano*, publicado no dia 4 de março de 1824, por exemplo, Frei Caneca destacou que as províncias haviam decidido por conta própria a decisão de se unirem ao Império do Brasil ao invés de a Portugal. *O TYPHIS PERNAMBUCANO*, N°10. Pernambuco, Tipografia Miranda e Companhia, 4 de março de 1824. 4 páginas *apud* CHACON e LEITE, (orgs.), op. cit., 1984, p. 107.

divergência, e guerra civil no Brasil![...]. Baianos!
fostes atraídoos, é verdade,mas tendes sidos muito covardes, em vos entregardes de tão bom grado às mãos de Autoridades, que conheceis, vos tem vendido. Podereis dizer, que vos enganaste, como nós, com o vosso Governador de Armas; mas duvidaste acaso algum dia, de que vosso Presidente era um traidor? [...].⁴⁶¹

Ao analisarmos o excerto acima, percebemos uma questão importante: a relação que havia entre as províncias do Norte do Império, destacadamente entre Pernambuco e Bahia. A proximidade com a causa da província baiana ocorria devido à estadia do periódico naquela província, onde publicou dezoito números, até ser forçado a ir para Pernambuco.

Conforme visto em nosso primeiro capítulo, *O Liberal* mostrava descontentamento em relação às medidas que estavam sendo tomadas no Rio de Janeiro e também em Pernambuco. Seu texto afirma que a província havia aderido à União Brasileira em torno de um monarca que se proclamava Protetor e Defensor desta mesma Independência e Liberdade. Na prática, porém, o impresso acusava a arbitrariedade com a qual o poder central tratava as questões políticas do Império, o que influenciava diretamente a vida política das províncias, além de fazer uma análise sobre as relações de poder existentes na política. Em seu número 3, *O Liberal* nos contemplou com uma análise sobre a questão do poder político:

Se olharmos para o estado natural, vemos, que o homem não tem poder, nem direito algum, dado pela natureza sobre seus iguais. A força sim: chama-se poder, e ela obriga sempre o fraco, mas deste poder não resulta direito particular; porque se Pedro obriga João a obrar; quando João tem força superior tem igualmente submetido a Pedro: eis aqui provado o direito de reação: eis igualmente o direito, com que os homens se te feito chamar Reis, e tem manejado o arbítrio, e opressão aos demais homens, que por fracos se tem deixado chamar seus vassallos, ou escravos.⁴⁶²

Esse trecho de *O Liberal* é,provavelmente, uma das passagens mais desafiadoras ao poder do Rio de Janeiro que localizamos em nossas fontes. Além de denunciar a arbitrariedade com que os monarcas (Dom João VI e Dom Pedro I) tomavam as

⁴⁶¹*O LIBERAL*, Nº 22. Pernambuco: Tipografia de Cavalcante e Companhia, 2 de março de 1824. 4 páginas. Loc. MR – XIX L – 15a.

⁴⁶²*O LIBERAL*, Nº 21. Pernambuco: Tipografia de Cavalcante e Companhia, 24 de fevereiro de 1824. 4 páginas. Loc. MR – XIX L – 15a.

decisões que deveriam nortear o Império, João Batista da Fonseca utiliza seu argumento para defender o direito a reação, nesse caso, resistência ao poder central.

Percebemos que a crítica dirigida ao arbítrio com que reis tomam decisões e, a partir da força, exercem o poder, está dirigida à Casa de Bragança, pois, não é sem motivo que Dom João VI e Dom Pedro I são mencionados no texto. Esse questionamento ao poder político emanado do Rio de Janeiro, principalmente após a dissolução da Assembleia Constituinte, também esteve presente em *O Typhis Pernambucano*.

Publicado em uma quinta-feira, 6 de maio de 1824, o número 17 do periódico dirigido por Frei Caneca, estava inserido em um conjunto de acontecimentos políticos bastante conturbados: o governo do Rio de Janeiro encarregara o capitão John Taylor de bloquear Recife e prender seu presidente, Manoel de Carvalho Pais de Andrade, que não estava afeito às medidas tomadas pelo monarca. Nesse caso, a presidência da província deveria ser entregue a Francisco Pais Barreto. Houve um bloqueio naval aos habitantes do Recife e resistência por parte de seus habitantes: era a base da Confederação do Equador. Segundo *O Typhis Pernambucano*, o “Grito do Ipiranga” e os rumos que o Brasil estava tomando eram vontades e determinações de um pequeno grupo de facciosos que atuavam junto a Dom Pedro I em São Paulo. Nesse número, o redator escreveu:

Determinaram as cortes de Lisboa que S. M. deixasse o Brasil, e fosse a Portugal. Houve em São Paulo quem conhecesse nisto a ruína do Brasil e concebesse a ideia de se oporem a este decreto; este o comunicou a outro, e este a outro, e assim concordaram uns poucos neste projeto e assentaram de o por em prática e sacrificarem-se por isto, que julgaram um bem. Eis uma facção contra uma autoridade legítima; e aqui temos S. M. ficado no Brasil por anuir a uma facção, cujo sentimento lavrando nas províncias do Brasil se fez vontade geral da Nação. Estava a província de São Paulo dividida em partidos, os portugueses e alguns brasileiros degenerados totalmente afetos às cortes do desgraçado e encanecido Portugal, se opunham a felicidade e grandeza futura do Brasil; outros amando o bem de seu país natal, no memorável sítio do Ipiranga proclamaram a independência do Brasil; aqui nós temos o negócio da primeira monta do Brasil feito de um partido, de

uma Nação. Ao depois este voto particular de uns poucos paulistas foi voto de uma Nação [...].⁴⁶³

Nesse caso, percebemos no fragmento de *O Typhis Pernambucano* uma crítica acentuada ao modelo de independência política encabeçado no Sul do Império, nesse caso, na província de São Paulo. É notável o posicionamento de Frei Caneca ao defender que alguns facciosos paulistas teriam desrespeitado uma decisão oficial, quando proclamaram a independência no dia 7 de setembro. Essa questão é interessante, pois, desde a existência dos dois primeiros periódicos do século XIX em Pernambuco, *Aurora Pernambucana* e *O Relator Verdadeiro*, havia cerca de três anos que não se via a defesa do acato às Cortes de Lisboa e o questionamento mais profundo das medidas de Dom Pedro I e sua Corte. Mais relevante ainda é essa defesa ter vindo de um dos periódicos mais radicais, no que diz respeito à submissão a um poder central, o *Typhis Pernambucano*. No entanto, esse fato realça a ideia de que em Pernambuco, entre os anos de 1821 e 1824, ocorreram muitos acontecimentos políticos em um curto espaço de tempo. Além do que, os impressos também tinham como conteúdo os acontecimentos das demais partes do Império, outras regiões da América e da Europa.

Contudo, é necessário que tomemos precauções. Ao abordar o conceito de *facção*, Caneca parece apenas sinalizar que tratam-se somente de pessoas com um objetivo em comum, podendo se tornar algo ruim, ou bom. Porém, a consulta ao dicionário de verbetes publicado por Antonio de Moraes Silva⁴⁶⁴ mostra que a palavra *faccção* possuía um caráter de levante com cunho miliciano ou militar, o que coloca mais peso nas palavras de Caneca, pois estaria elevando as medidas do grupo de Dom Pedro I a um certo grau de autoritarismo. Percebemos, dessa maneira, que o questionamento de medidas tomadas por Dom Pedro I e seu ministério, no Rio de Janeiro, deu margem para uma série de descontentamentos que marcariam o início da história do Brasil como uma nação politicamente independente.

⁴⁶³ *O TYPHIS PERNAMBUCANO*, Nº 17. Pernambuco, Tipografia Miranda e Companhia, 6 de maio de 1824. 4 páginas *apud* CHACON e LEITE, (orgs.), op. cit., 1984, p. 241., op. cit., 1986, p. 161.

⁴⁶⁴ Na verdade, a autoria da obra cabe a Raphael Bluteau, porém Antonio de Moraes e Silva lançou uma edição mais atualizada. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Raphael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Tomo primeiro. A-K [-segundo. L-Z]*. Rio de Janeiro: na officina de Simão Thaddeo Ferreira. Anno M.DCC.LXXXIX. Com licença da real meza da comissão geral, sobre o exame, e censura dos livros. Vendesse na loja de Borel Borel, e companhia, quasi defronte da igreja nova de Nossa Senhora dos Martyres, na esquina, 1789.

Em relação à nomeação de Dom Pedro I como Imperador e à aceitação da União Brasileira em Pernambuco, nesse caso, especificamente em Olinda, o *Typhis Pernambucano* destaca que em 17 de outubro de 1822, 1655 pessoas juraram a adesão à causa geral do Brasil e reconhecimento da Assembleia Constituinte Legislativa.⁴⁶⁵ No entanto, no ato do reconhecimento de Dom Pedro de Alcântara como Imperador Constitucional, se reuniram apenas quarenta e cinco pessoas.⁴⁶⁶ Dessa forma, torna-se perceptível a intenção do periódico de questionar o poder investido no Imperador, que não estava atendendo aos anseios de muitos pernambucanos, desejosos de um sistema constitucional no qual o poder legislativo não caberia ao monarca e sim a um corpo de deputados reunidos em Assembleia.

Percebemos ainda, o objetivo da persuasão por parte dos redatores dos impressos, sendo que era notável o interesse dessas pessoas em apresentar seus ideais àqueles que tivessem acesso aos seus impressos. Os periódicos pertencentes à vertente atrelada às medidas tomadas por Dom Pedro I, como o Dia do Fico, por exemplo, destacam as festividades em Recife para a aclamação do Imperador. Todavia, em se tratando de contestar as medidas do monarca, o reconhecimento dele é questionado, com o relato de um acontecimento quando, em Olinda, poucas pessoas foram às ruas para aclamá-lo, quando milhares haviam feito o juramento em prol da Assembleia Constituinte.

⁴⁶⁵ *O TYPHIS PERNAMBUCANO*, Nº 26. Pernambuco, Tipografia Miranda e Companhia, 15 de julho de 1824. 4 páginas *apud* CHACON e LEITE, (orgs.), op. cit., 1984, p. 228.

⁴⁶⁶ *Ibidem*.

5. Considerações finais

As mudanças que vinham ocorrendo no mundo ibérico e atingiam principalmente suas maiores capitais, transformaram Pernambuco em um importante local de assimilação e propagação de uma cultura que previa o fim dos modelos absolutistas de governo e a instauração de modelos constitucionais. Com a instabilidade das monarquias europeias, causada pelas guerras napoleônicas, suas antigas colônias viram-se em um momento oportuno para buscarem suas independências políticas. Espanha e Portugal viam suas antigas possessões do continente americano se tornarem nações autônomas, em um processo que marcou o século XIX.

Em meio a esses acontecimentos, o Brasil, que desde 1815 havia se tornado Reino Unido a Portugal, passou a amadurecer seu desejo de desvinculação com sua antiga metrópole. Nesse caso, a Revolução Liberal do Porto e a reunião das Cortes Gerais da Nação Portuguesa, ocorridas nos anos de 1820 e 1821, respectivamente, exerceram forte influência nessa ruptura. As Cortes Gerais trouxeram grande expectativa acerca de um projeto constitucional, que buscava maior representação política dentro das medidas que eram tomadas em Lisboa e abarcavam todo o reino português, inclusive o Brasil. No entanto, conforme percebemos nos periódicos que utilizamos como nossas fontes, algumas decisões e decretos provindos de Portugal foram vistos como maléficos ao Brasil e até mesmo como recolonizadores. Além do mais, havia tensões entre as relações do governo instaurado nas juntas locais, nesse caso a de Pernambuco, e o governo central.

Dessa forma, encontramos vertentes que se caracterizam pelo seu posicionamento frente às medidas tomadas pelos monarcas, Dom João VI e, a partir de 1822, Dom Pedro I. Deparamo-nos com periódicos com posições diversas, desde aqueles que declararam submissão ao monarca e adesão incondicional às medidas emanadas das Cortes de Lisboa, até os que desejam ruptura com a antiga metrópole e dirigem fortes críticas à família real. Ou seja, os redatores pernambucanos faziam parte de um contexto de franca transformação, que abalava alicerces das práticas políticas sustentado até então. Alguns buscaram inserir novos grupos sociais em debates relacionados à política, característica essa que não fazia parte da sociedade do Antigo Regime.

A variedade mencionada, não se resumia apenas às correntes políticas existentes, às quais os redatores se alinhavam. Ela também atingia o público dos periódicos, seu formato e seus preços. Os dirigentes dos impressos tinham seu material distribuído em diversas ruas movimentadas de bairros como Santo Antonio, Boa Vista e do Recife. Em lojas e boticas localizadas em praças e locais como a rua do Rosário, por exemplo, poderiam ser encontrados diversos periódicos com valores entre 40 e 80 réis. Esses valores podiam variar, principalmente quando as edições possuíam maior número de páginas, que, geralmente, eram quatro, podendo chegar a seis em momentos de maior efervescência política, ou até oito páginas. No que diz respeito ao tamanho dos impressos, não havia um padrão, mas sim periódicos de diversos tamanhos, com muito poucas gravuras e tendo o preenchimento de suas páginas quase que completamente de forma textual. Redatores de vertentes políticas aproximadas proporcionavam ajudas mútuas na propagação dos periódicos, inclusive contando com vantagens e promoções para quem adquirisse determinados impressos.

As novas formas de participação na vida política do Império possibilitaram o surgimento desse material, que possuía redatores que, de maneira geral, se tratavam de ilustrados que haviam feito seus estudos em universidades portuguesas e vivenciaram de perto acontecimentos como a Revolução Francesa, por exemplo. Além disso, a maioria dos dirigentes dos impressos era composta por membros da Igreja Católica e, além de suas funções religiosas, também desempenhavam o papel de professores em importantes centros de ensino de Recife e Olinda. Encontramos ainda, vestígios da vida cotidiana desses personagens, que não se ocupavam apenas de propagar ideais políticos ou se envolver em acontecimentos insurrecionais. Ao contrário: além de muitos terem suas atividades religiosas, exerciam cargos políticos (secretários da junta de governo e até mesmo deputados das Cortes de Lisboa); trabalhavam como comerciantes, agricultores e, conforme visto, alguns eram professores. Mesmo dentro dos acontecimentos políticos, os redatores dos periódicos participaram de outras maneiras, nem sempre por meio da propagação de seus ideais via palavra impressa. O Padre Francisco Agostinho Gomes, por exemplo, colaborou com a Confederação do Equador ao romper o bloqueio que impedia o fornecimento de alimentos para a província de Pernambuco, ao enviar farinha para os revoltosos.

A partir de nossos estudos, percebemos que havia a intenção, presente nos redatores dos periódicos, de atingir os mais diversos grupos sociais, principalmente as

camadas que eram consideradas por eles as mais ignorantes, com destaque para os que viviam nas regiões mais afastadas dos centros urbanos. Localizamos passagens que atestam o caráter até mesmo didático dos dirigentes dos periódicos, que buscavam informar e conscientizar seu público sobre os acontecimentos políticos, utilizando estratégias de convencimento para fazer valer sua opinião. Dessa forma, é importante salientarmos que, mesmo pertencendo a uma elite de homens brancos e ilustrados, temos exemplos de contato entre a cultura erudita e a cultura popular. O maior exemplo é Cipriano Barata, que possuía formação acadêmica em Portugal, era deputado das Cortes de Lisboa e frequentemente era visto em festas e movimentos populares. Dentro do público que consumia o material impresso, cabe frisarmos a existência de leitores em outras províncias e até mesmo outras regiões da América. Existem fontes que comprovam o consumo dos periódicos pernambucanos na Bahia, no Rio de Janeiro e na Paraíba, o que atesta o caráter multifacetado do consumo desses periódicos.

No caso da América Portuguesa, as relações entre as demais províncias e o Rio de Janeiro sofreram intensas mudanças em um espaço de tempo menor do que um ano. Isso porque em 1823 a Assembleia Constituinte do Império do Brasil foi criada e, em processo de desenvolvimento de um projeto constitucional, foi dissolvida. Esse seria um golpe profundo para aqueles que tinham a Constituição, elaborada por deputados eleitos nas províncias e reunidos em Assembleia, como um projeto para o Império do Brasil. Entre aqueles que sentiram esse golpe emanado do poder instaurado no Rio de Janeiro, estão os redatores dos periódicos que circularam em Pernambuco entre os anos de 1823 e 1824. Percebemos, a partir de nossas análises, a frustração sentida pelos dirigentes dos impressos, que viam com extremo desgosto as atitudes de Dom Pedro I. Não reprovaram apenas suas medidas, mas, com o passar do tempo, criticaram sua imagem e de toda a família real (inclusive chega-se a utilizar o termo “nobreza”), além de fazerem profundas acusações aos ministros, que estariam influenciando o monarca a tomar medidas despóticas.

Percebemos assim, um caminho de conexão entre a cultura impressa que estava surgindo em Pernambuco, e os acontecimentos políticos que marcaram a primeira metade do século XIX. Esses acontecimentos formaram um terreno fértil para as publicações dos periódicos, regado de palavras de apoio às medidas tomadas pelo poder local e pelo poder central, ou palavras de críticas e protestos. Nesse caso, os dirigentes dos impressos se mostraram, muitas vezes, sensíveis a essas transformações e buscaram

compreender todas as mudanças pelas quais seu mundo passava. Porém, não se limitaram à tentativa de compreensão das transformações e trataram de participar de todo esse processo, propagando suas ideias por meio de seus impressos e gerando debates que levavam ao público um importante conhecimento sobre as questões políticas, que então não se limitava mais às pessoas da Corte ou da nobreza.

6. Fontes e bibliografia

Fontes

Periódicos

AURORA PERNAMBUCANA Números 1, 3, 5, 6, 8, 15, 20, 21, 28 e 29. Pernambuco: Oficina do Trem Nacional, 1821. Números consultados parcialmente em NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1969.

RELATOR VERDADEIRO

Número 1. Pernambuco: Tipografia Nacional, 1821.

Número 2. Pernambuco: Oficina do Trem Nacional em Pernambuco, 1821.

Suplemento ao Número 2. Pernambuco: do Trem Nacional em Pernambuco, 1821.

Número 3. Pernambuco: Oficina do Trem Nacional em Pernambuco, 1822.

Número 4. Pernambuco: Oficina do Trem Nacional, 1822.

Número 6. Pernambuco: Tipografia Nacional, 1822.

Número 9. Recife: Tipografia Nacional, 1822.

SEGARREGA

Números 1 e 2. Pernambuco: Oficina do Trem de Pernambuco, 1821.

Números 3 e 4. Pernambuco: Oficina do Trem de Pernambuco, 1822.

Números 5 ao 15. Pernambuco: Tipografia Nacional, 1822.

Números 16 ao 26. Pernambuco: Tipografia Cavalcante & Cia, 1822.

Números 27 e 28. Pernambuco: Tipografia Nacional, 1822.

O MARIBONDO

Números 1, 2,

3, 4 e 5. Pernambuco: Tipografia Cavalcante e Companhia, 1822.

O CONCILIADOR NACIONAL

Número 8. Pernambuco: Tipografia Cavalcante e Companhia, 1822.

Números 9, 10, 14 e 18. Pernambuco, Tipografia Cavalcante e Companhia, 1823.

ESCUDO DA LIBERDADE DO BRAZIL

Números 1 ao 16. Pernambuco: Tipografia Cavalcante e Companhia, 1823.

SENTINELA DA LIBERDADE. Coleção de textos de Cipriano Barata, publicada em: MOREL, Marco (org.). *Sentinela da Liberdade e outros escritos*. São Paulo: Edusp. 2008.

O TYPHIS PERNAMBUCANO. Coleção integral do periódico dirigido por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, publicada em. CHACON, Vamireh, e LEITE NETO, Leonardo (org.). Edição comemorativa do 160º aniversário da Confederação do equador. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

O LIBERAL

Números 19, 20, 21 e 22. Pernambuco: Tipografia de Miranda e Companhia, 1824.

Bibliografia

ABREU, Márcia. *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ALCÂNTARA, Laurita Maria de. *Paulista*. Algumas Contribuições para a sua História. Paulista : Editora Claranto, 2002.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRÉS, Augustín Sánchez. *La Independencia de Mexico, 1810-1821*. Madrid: Arco/Libros, S.L., 2011.

ANNINO, Antonio: “Soberanías en lucha: Un cierto nacimiento”. In: ANNINO, Antonio & GUERRA François Xavier: *Inventando La Nación*. Iberoamerica siglo XIX.

BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora, São Paulo: Editora UFJF, Annablunme, FAPESP, 2006.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça .*O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo; Recife: Hucitec/Fapesp; Editora da UFPE, 2006.

_____ “Impressos e liberdade: notas para uma história da tipografia em Pernambuco (1817-1850)”. In: BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia. *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BETHELL, Leslie. (org.). *História da América Latina*. Vol 5. São Paulo: Edusp, 2008.

BEVILAQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. 2.ed. Brasília: INL; Conselho Federal de Cultura, 1977

BLOCH, Marc Léopold Benjamin. *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador*. tradução: André Telles, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BÖDEKER, Hans Erich e FRIEDEMANN, Peter. *Gabriel Bonnot de Mably: Textes politiques 1751-1783*. Paris: L'Harmattan, 2008.

CARVALHO, Alfredo de. *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821-1908*. Tipografia do Jornal do Recife: Recife, 1908.

CARVALHO, José Murilo de., BASTOS, Lúcia e BASILE, Marcelo (orgs.). *Às armas, cidadãos!* Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823). São Paulo, Minas Gerais: Cia das Letras, Editora UFMG, 2012.

CARVALHO, Marcus J. M. de. “Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste (1817-1848)” In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e Historiografia*: São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2005.

_____ “A ‘Revolução de Novembro’, a ‘populança’ do Recife e suas lideranças em 1848”. In: *Trabalho livre, trabalho Escravo*. Douglas Cole Libby e Júnia Ferreira Furtado (orgs.). São Paulo, Annablume, 2006.

CHACON, Vamireh, e LEITE NETO, Leonardo (org.). *O Typhis Pernambucano*. Edição comemorativa do 160º aniversário da Confederação do Equador. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

CHAUÍ, Marilena – *Iniciação à Filosofia*; Ed. Ática, 2009.

CORDEIRO, Antonio da Cruz. *Estudo Biográfico: o vigário Joaquim Antonio Marques e algumas de suas peças oratórias*. Paraíba: Tipografia Liberal Paraibana, 1866.

DARNTON, Robert.” O que é a história do livro. Revisitado”. In: ArtCultura, INHIS-UFU, v. 10. Número 16. Tradução: Lilia Gonçalves Magalhães Tavolaro. Uberlândia, 2008.

DUMAS, Alexandre. *Napoleão*. Uma biografia literária. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FORASTIERI, Rogério. *Colônia e Nativismo. A História como “Biografia da Nação”*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FONSECA, Silvia Pereira de Brito. “A linguagem republicana em Pernambuco (1824-1835)”. In: *Almanack* Revista Eletrônica Semestral, número 2. São Paulo: EFLCH/UNIFESP, novembro de 2011.

GUERRA, François-Xavier; *Modernidad e Independencia: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: MAPFRE, 2010.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*. Sua história. Edição Ilustrada, 2ª Ed. São Paulo: Edusp, 2005.

HESPANHA, Antonio Manuel. *O Antigo Regime. (1620-1807)*. História de Portugal. Dir. José Mattoso, vol. IV, Lisboa, Círculo de leitores, 1993.

HOOKER, Peter and RON, Polter. *The Armies of Bolívar e San Martín*. Oxford: Osprey Publishing, 1991.

JANCSÓ, István. “A Sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII”. In: *História da vida privada no Brasil*. Cotidiano e vida provada na América Portuguesa. Fernando A. Novais (dir.) Laura de Mello e Souza (org.) São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*, 2ª edição. São Paulo: Senac, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. “Uma História dos conceitos: problemas teóricos e prático”. In: Revista de Estudos Históricos, vol. 5, nº. 10. São Paulo: FGV, 1992.

LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1824: a Confederação do Equador*. Recife: Fundaj, 1989.

LIMA, Alessandra Carbonero. Vida de Catão, de Plutarco – Apontamentos para o estudo da educação e cultura romanos. In: *Notadum*, nº15. Núcleo de Humanidades – ESDC/CEMOrOC – Feusp/IJI – Universidade do Porto, 2007.

LINDOSO, Dirceu. *A utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real*. Alagoas: EDUFAL, 2005.

LOPES, Marco Antonio. *Absolutismo: Política e Sociedade na Europa Moderna*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

LYNCH, John. *Simón Bolívar: a life*. Yale: Yale University Press, 2006.

MANNING, W. R. (ed.) *Diplomatic Correspondence of the United States concerning the Independence of Latin american nations*, 2 vols., Nova York, 1925.

MARTINS, Joaquim Dias. *Os Mártires Pernambucanos Victimas da Liberdade nas duas Revoluções Ensaçadas em 1710 e 1817*. Pernambuco: Tipografia de F. C. Lemos e Silva, 1853. MATOSO, Katia. "Bahia 1798: os panfletos revolucionários. Proposta de nova leitura", In: Osvaldo Coggiola (org.), *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1990

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

_____ *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630 – 1645*. São Paulo: Editora 34, 2007.

_____ *O Brasil Holandês*. São Paulo: Penguin e Companhia das Letras, 2010.

_____ (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Coleção Formadores do Brasil. São Paulo, Editora 34, 2001

_____ (org.). *O Carapuceiro*. Coleção Retratos do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MELO, Antonio Joaquim de. (org.). *Obras políticas e literárias de frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Recife: Tipografia Mercantil, 1875. Ou fac-símile, Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1972.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. NEVES, Lúcia Maria Pereira das. e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *Quatro Novelas em tempos de D. João*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOREL, Marco (org.). *Sentinela da Liberdade e outros escritos*. São Paulo: Edusp, 2008.

_____ “Independência no papel: a imprensa periódica”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005.

_____ *Cristianismo e Revolução*. Coleção Encanto Radical. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOREL, Marco e SOUZA, François Jean de Oliveira. “Independência: um espaço para a nação”. In: *JB News*, número 244. Florianópolis: Editora Ir. Jerônimo Borges, 2011.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste, 1817*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1969.

NEVES, Lúcia M. B. Pereira das; “Os panfletos políticos e a cultura da independência do Brasil.” In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2005.

_____. *Corcundas e Constitucionais. A cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

PIMENTA, João Paulo G. *Brasil y las independências de Hispanoamerica*. Catellón: Universitat Jaume I, 2007.

POCOCK, J.G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

RIZZINI, Carlos: *O Jornalismo antes da tipografia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

RÓNAI, Paulo (org). *A comédia humana*, v.1: a vida de Balzac, estudos de costumes da vida privada. São Paulo: Editora Globo, S/A., 2012.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: HUCITEC, FAPESP, 2006.

SILVA, Luiz Geraldo. “Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado. Raça e nação em Pernambuco no tempo da independência (1817 – 1823)” In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e Historiografia*: São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2005.

SLEMIAN, Andréa; *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*, São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. *Sob o Império das Leis. Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Editora Hucitec; Fapesp, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal. 2ª Ed. 1977.

SOUZA, Iara Lis Carvalho de. *Pátria Coroada. O Brasil como corpo político autônomo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia*. Bahia, São Paulo: EDUFBA, Editora UNESP, 2003.

TOLEDO, MARIA Rita De Almeida. “A Companhia Editora Nacional e a política de editar coleções: entre a formação do leitor e o mercado de livros”. In: BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia (orgs.). *Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo, UNESP, 2010.

TOMAZ, Fernando. “Brasileiros nas Cortes Constituintes de 1821-1822”. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.